



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS



“Era o tempo do pano na porta”

INSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DA FEIRA DA SULANCA DOS ANOS 1950 AOS ANOS 1980

Annahid Burnett

CAMPINA GRANDE, PB

2014

Annahid Burnett

“Era o tempo do pano na porta”

INSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

DA FEIRA DA SULANCA DOS ANOS 1950 AOS ANOS 1980

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira.

CAMPINA GRANDE, PB

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**



FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese intitulada “*Era o tempo do pano na porta*”: instituição e desenvolvimento da *Feira da Sulanca* dos anos 1950 aos anos 1980, de autoria de Annahid Burnett, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Véras de Oliveira, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, foi aprovada em 24 de fevereiro de 2014, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Roberto Véras de Oliveira – PPGCS/UFCG (orientador)

Prof^a Dr^a Emilia de Rodat Fernandes Moreira - PPGG/UFPB (examinadora externa)

Prof^a Dr^a Eliana Monteiro Moreira - PPGS/UFPB (examinadora externa)

Prof. Dr. Francisco Fagundes Neto - UEPB (examinador externo)

Prof. Dr^a Elizabeth Christina de Andrade Lima - PPGCS/UFCG (examinadora interna)

Prof. Dr. Celso Gestermeier do Nascimento - PPGCS/UFCG (examinador interno)

“Em geral, estudantes e estudiosos de todos os tipos e de qualquer idade têm em mira apenas a *informação*, não a *instrução*. Sua honra é baseada no fato de terem informações sobre tudo, sobre todas as pedras, ou plantas, ou batalhas, ou experiências, sobre o resumo e o conjunto de todos os livros. Não ocorre a eles que a informação é um mero *meio* para a instrução, tendo pouco ou nenhum valor por si mesma, no entanto é essa maneira de pensar que caracteriza uma cabeça filosófica. Diante da importante erudição de tais sabichões, às vezes digo para mim mesmo: Ah, essa pessoa deve ter pensado muito pouco para poder ter lido tanto”!

A arte de escrever, Schopenhauer

AGRADECIMENTOS

A Rachel por ter me ensinado a compartilhar tudo, indiscriminadamente, sob quaisquer circunstâncias e, que a liberdade requer responsabilidade.

Ao Programa Reuni pela bolsa de estudos, sem a qual esta pesquisa não teria sido possível e pela oportunidade de restituir o investimento do contribuinte com o meu trabalho.

Ao professor Roberto Véras pelas suas aulas sempre tão bem planejadas e seus esquemas e análises sempre tão bem elaborados – um verdadeiro oásis num deserto de aulas improvisadas e de leituras de *slides*.

Ao professor e pesquisador Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe pela colaboração extremamente generosa em me ceder seus arquivos fotográficos para documentar esta tese.

Aos entrevistados da pesquisa, uma gratidão imensa e especial pelo tempo cordialmente cedido às entrevistas, sem as quais esta tese seria vazia.

Aos membros da banca pela participação e contribuições.

A Roseli pela leitura carinhosa do meu texto no seminário e na qualificação, assim como pelas dicas metodológicas.

Ao colega Celso pela gentileza do empréstimo das obras de Thompson e Polanyi, essenciais a esta pesquisa.

Ao meu caro amigo Fagundes pela enorme generosidade com que contribuiu com esta tese, fornecendo-me textos fundamentais ao meu estudo, como o texto sobre os *retalheiros*, o qual foi a espinha dorsal da fundamentação da minha tese, entre outros.

Ao amigo Jucelino pelo empréstimo do livro de Brum e pelas sugestões.

Ao meu parceiro no Programa Reuni Eloi, por dividir as angústias, as agonias e pelas valiosas conversas e contribuições.

A *galera* do GP pelo tempo compartilhado no trabalho, no estudo e na *farra*.

A Rosicler e a Jussara da biblioteca do PPGCS, cujo acervo é precioso, pela atenção e carinho com que sempre me receberam e me ajudaram.

A Rinaldo da secretaria do PPGCS pela atenção e profissionalismo.

A Cidinha do Treze, minha “mãe caririzeira”, que me acolheu quando eu estava prestes a dormir no Açude Novo e me apoiou na minha labuta do doutorado.

A Gilberto e Geraldo, meus “fiéis escudeiros” de Santa Cruz do Capibaribe.

A Miraneide, minha ex-aluna de Santa Cruz do Capibaribe que me abriu tantas portas.

A família Helio Porto de Caruaru, parentes e aderentes – “minha amiga pobre”, “meu amigo pobre”, Walmiré, Dineide, Malu e filha, Dr. Julio, por todo tipo de apoio, um carinho muito especial.

As meninas do escritório Conceito assessoria contábil em Caruaru – Silvana, Salete, Glauciane e Maria José, figuras humanas abençoadas, pelo “apoio técnico”.

As minhas amigas Nira e Cris, que mesmo muito distantes me deram a maior força.

“ERA O TEMPO DO PANO NA PORTA”
INSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FEIRA DA SULANCA
DOS ANOS 1950 A 1980

RESUMO

Esta tese tem como objetivo principal analisar o processo social-histórico de instituição e desenvolvimento do fenômeno produtivo/comercial denominado *Feira da Sulanca*, o qual se configurou na Mesorregião do Agreste pernambucano nas décadas de 1950 e 1960. Para tal, buscamos recursos na Sociologia do desenvolvimento, na Sociologia do trabalho, na Sociologia rural e na Antropologia social. Focamos na apreensão dos *costumes* da região, os quais, segundo nossa hipótese, possibilitaram a instituição e desenvolvimento do fenômeno em estudo. São eles: o caráter familiar, domiciliar e informal do trabalho no *sítio*; a presença marcante das *migrações*, por razões climáticas e de estratégias para a *reprodução social*, nas trajetórias de vida das pessoas pobres da região; as *feiras livres* como práticas socioeconômicas emblemáticas da região agrestina. Utilizamos principalmente, como recurso metodológico, a história oral de vidas através de entrevistas livres com os pioneiros da “saga” *sulanca* e dos seus descendentes, os quais continuaram no negócio da família. Constatamos que o empreendimento desses *agentes sociais* de origem rural resultou na formação de uma *pequena burguesia sulanqueira* a qual “modernizou” a *feira*, transformando, assim, as *relações socioeconômicas* e os *costumes* da região.

Palavras-chave: desenvolvimento, marginalidade, sulanca, costumes, Agreste.

**INSTITUTION AND DEVELOPMENT OF THE FREE MARKET CALLED
FEIRA DA SULANCA
IN THE AGRESTE OF PERNAMBUCO, NORTHEAST OF BRAZIL,
DURING THE 1950s AND 1960s**

ABSTRACT

The fundamental objective of this Thesis is to analyze the socio-historical process of the institution and the development of the productive/commercial phenomenon called *Feira da Sulanca*, which was shaped in the Agreste Region of Pernambuco State, located in the Northeast of Brazil, during the years of 1950 and 1960. The research included the fields of Sociology of Development, Sociology of Labor, Rural Sociology and Social Anthropology. In addition, the focus is on the apprehension of the life style, which includes the informal characteristic of the rural family working pattern, migration for income, climate reasons, and the popular northeastern street market typical in the described region, which according to our hypothesis made this institution and development such a phenomenon. The Thesis used mainly, as methodological tools, interviews with the *Sulanca* “saga” pioneers and descendants who took over the business, declared in their own words, describing their behaviors, practices and experiences, were observed that this rural social group initiative created a *petite bourgeoisie* that, successfully, “modernized” that market and transformed the socioeconomic relations and customs in the region.

Key words: development, marginality, sulanca, customs, Agreste.

**INSTITUTION ET DÉVELOPPEMENT DE LA *FEIRA DA SULANCA*, DANS
L'AGRESTE DU PERNAMBOUC, NORD-EST DU BRÉSIL, DANS LES
ANNÉES 1950 ET 1960**

RÉSUMÉ

Cette thèse a comme principal objectif d'analyser le processus socio-historique de la naissance puis du développement du phénomène productif/commercial dénommé *Feira da Sulanca*, lequel s'est instauré dans la région de l'Agreste de l'Etat de Pernambuco, au nord-est du Brésil, pendant les années 1950 et 1960. Pour ce faire, nous avons utilisé des approches relevant tant de la sociologie du développement que de la sociologie du travail, de la sociologie rurale et de l'anthropologie sociale. Nous avons centré nos efforts sur l'analyse des modes de vie de la région qui, selon notre hypothèse, ont été le terreau qui a permis l'institution et le développement du phénomène sous revue. On en retiendra les principaux traits suivants: le caractère familial, à domicile, et informel du travail à la ferme; les migrations pour des raisons climatiques et économiques; enfin, la prégnance des marchés populaires comme pratiques typiques de cette région de l'Agreste. Nos principaux matériaux expérimentaux sont constitués de narrations de vies, recueillies au travers d'entretiens ouverts avec des pionniers de la "saga" *sulanca* ou avec leurs descendants, lesquels ont pérennisé les affaires de famille. Nous avons vérifié que l'initiative de ces agents sociaux d'origine rurale a contribué à former une petite bourgeoisie *sulanqueira*, qui a "modernisé" ce marché et a transformé ainsi les relations socio-économiques et les coutumes de la région.

Mots-clés: développement, marginalité, *sulanca*, coutumes, Agreste.

LISTA DE SIGLAS

BANDEPE	Banco do Estado de Pernambuco
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CNRS	Centre National de La Recherche Scientifique
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIEPE	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LEMAD	Laboratório de Ensino e Material Didático
ONGs	Organização Não-Governamental
P.R.E.A.L.C.	Programa Regional do Emprego para a América Latina e Caribe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Fachada do Prédio da Hospedaria dos Imigrantes no bairro do Brás.....	50
Figura 02. Migrantes brasileiros no salão de matrícula da Hospedaria de Imigrantes.....	50
Figura 03. Migrantes brasileiros em um dos corredores do Hotel Queiroz, no bairro do Brás, um dos locais contratados pelo governo quando não havia vaga na Hospedaria (possivelmente 1940).....	51
Figura 04. Migrantes brasileiros recebendo os farnéis (merendas) antes da viagem para o interior.....	51
Figura 05. O algodão está pronto para ser colhido, as maçãs já amadureceram.....	62
Figura 06. Voltando com tecidos de São Paulo.....	67
Figura 07. Foto do início da <i>Feira da Sulanca</i> . De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi tirada nos anos 1970, próximo à prefeitura, mostrando a Loja de Seu João Coloia.....	69
Figura 08. Foto do início da <i>Feira da Sulanca</i> . Segundo o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, a informação que ele tem desta foto, é que ela foi concebida numa cidadezinha da Bahia, quando a turma de Santa Cruz começou a viajar para o interior daquele estado.....	70
Figura 09. Foto da <i>Feira da Sulanca</i> ainda nas ruas do centro da cidade.....	71
Figura 10. Foto do produto <i>sulanca</i> disposto no calçamento, ainda quando a <i>feira</i> era <i>livre</i>	72
Figura 11. Foto de <i>sulanqueira</i> expondo suas cobertas no calçamento.....	73
Figura 12. Foto de <i>sulanqueira</i> expondo produto feminino infantil.....	73
Figura 13. Caminhão com carga e passageiros. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta carga era de algodão para ser levado para as fábricas de linha no Recife.....	75
Figura 14. Segundo o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, este era o caminhão do senhor Rodolfo Aragão, carregado de algodão para o Recife.....	76
Figura 15. Caminhão, carga, chofer e ajudante. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, este era o caminhão do senhor Pedro Gordo, da família Neves de Carnaúbas, combustíveis: querosene, diesel ou gasolina de volta para Santa Cruz.....	77
Figura 16. Ônibus da linha Caruaru/Santa Cruz do Capibaribe nos anos de 1965 a 1968.....	80
Figura 17. Início dos anos 1970, ao lado do Cine Bandeirantes, na época sendo construído. Hoje o prédio do cinema abriga um supermercado, situado por trás do Banco do Brasil.....	81
Figura 18. Dona Mãezina Felix, uma das <i>costureiras</i> pioneiras da <i>sulanca</i>	84
Figura 19. Vista aérea da <i>Feira da Sulanca</i> no centro da cidade em 2002.....	87

Figura 20. Vista aérea da <i>Feira da Sulanca</i> em 2002. Observamos as lonas das barracas, em sua grande maioria de cor azul.....	88
Figura 21. Observamos uma tentativa de padronização a partir dos anos 1990, quando a <i>feira</i> ainda era nas ruas.....	89
Figura 22. A <i>Feira da Sulanca</i> se torna “semi” livre na década de 1990.....	90
Figura 23. Foto da <i>Feira da Sulanca</i> nos anos 1980.....	91
Figura 24. A <i>Feira da Sulanca</i> quando ainda era totalmente livre na década de 1980. Observamos a diferença das fotos anteriores das barracas com as lonas azuis, num esforço de padronizar as barracas.....	91
Figura 25. A <i>Feira da Sulanca</i> na sua origem, livre de qualquer regulação. Podemos observar também na paisagem a inexistência das antenas parabólicas.....	92
Figura 26. Foto aérea do Moda Center em 2012.....	94
Figura 27. Foto aérea do Moda Center em 2012 – “A Grande Transformação”.....	95
Figura 28. Mapa do estado de Pernambuco.....	99
Figura 29. Mapa da Bacia hidrográfica do rio Capibaribe.....	100
Figura 30. Bacia hidrográfica do rio Ipojuca.....	101
Figura 31. Foto da Feira de Caruaru na década de 1960.....	117
Figura 32. As bodegas de Santa Cruz do Capibaribe: A “Bodega de Zé Vicente”.....	121
Figura 33. Fábrica de caroá (fibra vegetal) nos anos 1940/1950.....	122
Figura 34. Produção extrativista. Fábrica de caroá (fibra vegetal nativa), anos 1940/1950.....	122
Figura 35. As bodegas de Santa Cruz do Capibaribe: A “Bodega de Zé Gangarra”.....	123
Figura 36. Cargas de galinha, queijos e ovos para o Recife. Segundo o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi concebida em Jataúba em meados dos anos de 1960.....	123
Figura 37. Carga de algodão no caminhão de Biu Santana. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi tirada ao lado do Banco do Brasil, em meados dos anos 1960.....	124
Figura 38. Foto da <i>Feira livre</i> de Santa Cruz do Capibaribe em 1918.....	124
Figura 39. Foto da <i>Feira livre</i> de Santa Cruz do Capibaribe em 1947.....	125
Figura 40. Foto da Rua dos Currais, local das <i>feiras</i> de gado, no final dos anos 1950, de acordo com a informação do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino.....	125
Figura 41. Foto dos <i>sapateiros</i> em dia de <i>feira</i> em Santa Cruz do Capibaribe, na década de 1940, época da produção de <i>alpercatas</i>	126

Figura 42. Foto datada da década de 1960 em Alana Souza (2012), da década de 1970 no trabalho de Romenyck Silva (2012) e informado pelo professor e pesquisador Arnaldo Vitorino como anos 1960.....	126
Figura 43. Foto da <i>tatuzinha</i> do senhor Mauro Feitosa.....	156
Figura 44. A <i>tatuzinha</i> : primeira máquina elétrica semi-industrial que chegou à Santa Cruz do Capibaribe em 1968 pelas mãos do senhor Mauro Feitosa.....	156
Figura 45. Foto da “típica” <i>costureira</i> a domicílio da região agrestina.....	159
Figura 46. Foto de um <i>fabrico</i> “típico” de Santa Cruz do Capibaribe.....	165
Figura 47. Os fardos de 150 kg que seguem para Rio Branco (julho de 2013).....	168
Figura 48. Estátua em granito da região – monumento à costureira. Segundo o professor Arnaldo Vitorino, foi o empresário José Rivaldo Mestre, mais conhecido como Zé Cueca, quem adquiriu este monumento e o colocou na frente da sua loja de tecidos e confecções. Posteriormente a loja foi fechada e o prédio foi alugado para a Igreja Universal e atualmente é uma loja de construção. O monumento estava sendo pichado quando o proprietário resolveu doá-lo ao Moda Center.....	191

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – O Debate sobre Dependência, Marginalidade e Informalidade: Para uma Perspectiva de Abordagem do Fenômeno da <i>Sulanca</i>	15
1.1. As Teorias do desenvolvimento e a questão da Dependência	17
1.2. Os dilemas do desenvolvimento brasileiro no século XX	22
1.3. A emergência da Teoria da Marginalidade	31
1.4. A evolução histórica do termo informalidade	38
CAPÍTULO II – A Instituição da <i>Feira da Sulanca</i>	48
2.1. A “saga” dos <i>retalheiros</i> às margens da industrialização do país	49
2.2. A “saga” dos <i>sulanqueiros</i> às margens da indústria têxtil e da economia nordestina	61
2.3. Evolução e desenvolvimento da <i>Feira da Sulanca</i> – “A Grande Transformação” ..	84
2.4. Principais elementos que concorreram para a emergência da <i>Feira da Sulanca</i>	97
CAPÍTULO III – <i>Costumes em Comum no Agreste de Pernambuco</i>	98
3.1. A Mesorregião do Agreste de Pernambuco – caracterizações	98
3.2. O trabalho familiar rural e as migrações	104
3.3. A tradição das feiras livres no Agreste de Pernambuco	115
3.4. As secas cíclicas do semiárido nordestino e as migrações	127
3.5. Componentes constitutivos das práticas socioeconômicas do Agreste de Pernambuco ...	130
3.6. Síntese dos <i>costumes</i> em comum do Agreste pernambucano que concorreram para a emergência da <i>Feira da Sulanca</i>	147
CAPÍTULO IV – A <i>Feira da Sulanca</i> na percepção dos seus protagonistas	149
4.1. O “Ponto de Mutação” da “saga” <i>sulanca</i>	149
4.2. A <i>sulanca</i> e a emergência de uma pequena burguesia <i>sulanqueira</i>	165
4.3. As metamorfoses da “Grande Transformação” da “saga” <i>sulanca</i>	176
4.4. Síntese do significado da <i>feira livre</i> para o Agreste de Pernambuco	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	196

INTRODUÇÃO

Esta tese pretendeu estudar a instituição e o desenvolvimento inicial da *Feira da Sulanca*. Nossa preocupação principal foi detectar o momento, condições e contexto em que se configurou e se desenvolveu o fenômeno comercial e produtivo assim denominado. Dessa forma, tentamos enfocar as condições socioeconômicas que possibilitaram a instituição de tal fenômeno.

Feira da Sulanca é como se denomina o conglomerado de produção e comércio itinerante de confecções populares, que se estabeleceu no Agreste pernambucano, tendo como centro o município de Santa Cruz do Capibaribe, logo se expandindo para Caruaru e Toritama. Historicamente essa iniciativa tem tido como características principais o trabalho domiciliar, familiar e informal.

Tal fenômeno comercial/produtivo foi instituído entre as décadas de 1950 e 1960. Num primeiro movimento, contou como matéria-prima com os retalhos trazidos das fábricas têxteis do Recife, teve as costureiras dos sítios como força produtiva e os tropeiros como vendedores ambulantes seguidos dos sulanqueiros como feirantes itinerantes e divulgadores do produto *sulanca*. Posteriormente, o segundo movimento resultou das migrações dos retirantes da região de Santa Cruz do Capibaribe e entorno, no Agreste pernambucano, e da rede comercial que se estabeleceu com São Paulo para o aproveitamento dos retalhos provenientes das fábricas têxteis daquele centro industrial, os quais foram adicionados aos resíduos das fábricas do Recife, como matéria-prima para as costureiras produzirem peças, que passaram a integrar o circuito das *feiras livres* percorridas pelos *sulanqueiros*. Temos como premissa que a instituição da *Feira da Sulanca* se configurou no cenário mais amplo do segundo momento do capitalismo dependente, com centro em São Paulo, o qual teve como exército industrial de reserva a mão de obra dos retirantes nordestinos. Entretanto, frente a esse processo de industrialização do país, o fenômeno da *sulanca* manteve originalmente tênues laços de interação. Sendo assim, esta configuração produtivo-comercial foi resultado da *massa marginal*, conceito visto em Nun (2000), como um fenômeno concomitante ao momento específico do fordismo periférico, conceito observado em Lipietz (1989).

Temos como hipótese que o fenômeno produtivo/comercial denominado de *Feira da Sulanca* se instituiu e se desenvolveu a partir da *massa marginal* formada por trabalhadores de origem rural, oriundos dos *sítios* da região, que em parte significativa integraram o êxodo rural para engrossar as fileiras do exército industrial de reserva em São Paulo, formando uma rede comercial e produtiva com os que ficaram no Nordeste para garantir sua reprodução social, nos termos de Marx (1950). Essa *massa marginal* teve que inventar estratégias para sua reprodução social também no centro industrial de São Paulo, o que resultou numa categoria chamada pelos pesquisadores sobre migrações nordestinas de *retalheiros* (usada por Reale, 1982; Albuquerque Jr., 1990; Andrade, 1991; Gomes, 2006). Durante o período de substituição de importações de bens duráveis, nos anos 1950, os imigrantes que chegavam a São Paulo resultavam, em grande parte, numa mão de obra “sobrante”, pois era desqualificada para aquela indústria. Essa “superexcludência” da mão de obra, constituída em geral por moradores do bairro do Brás, começou a catar os rejeitos da indústria têxtil ali sediada e vender para as costureiras situadas em Santa Cruz do Capibaribe, como parte da população que resistia no seu lugar de origem. Assim, grande parte dos rejeitos passou a ser enviada para Santa Cruz do Capibaribe e, ali, começou a ser transformada em peças de vestuário e cobertas, fabricadas artesanalmente a domicílio e vendidas nas *feiras livres* para os consumidores pobres da região.

De acordo com a bibliografia especializada, o significado etimológico do vocábulo *sulanca* foi derivado da palavra *helanca*, fibra sintética muito utilizada na época em estudo, no auge da moda dos anos 1960 e 1970, que vinha do Sul. Ou seja, a maioria dos retalhos que vinha do Sul era a sobra, o rejeito, das confecções fabricadas com este tipo de material, a *helanca*. Portanto, *sul + helanca = sulanca*. Com o tempo, o termo *sulanca* se generalizou e passou a ter uma conotação atrelada a produto mal feito, sem qualidade, de *feira*, como foi mencionado em Vêras de Oliveira (2011b).

Nosso recorte de pesquisa tem como foco o período que vai da década de 1950 até a década de 1980, quando a *Feira da Sulanca* se estabeleceu e se desenvolveu na região. A partir da década de 1990, devido ao seu grande sucesso, tem havido esforços de regulação, formalização e reestruturação das atividades ali estabelecidas, resultando em reconfigurações produtivas e institucionais. Por intervenção de agentes externos, governamentais e privados, a partir da década de 2000, o referido conglomerado produtivo e comercial vem sendo sistematicamente renomeado por *Polo de Confecções*

do Agreste de Pernambuco. A criação do “Polo”, ao mesmo tempo, faz parte das estratégias de *marketing* dos *sulanqueiros*, dirigidos pelo SEBRAE, para tentar se livrar do estigma que carrega o termo *sulanca*, significando produto de baixa qualidade, de *feira*. De acordo com Alexandre Lima (2011), pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas, na sua dissertação de mestrado sobre o SEBRAE de Caruaru, as principais metas e objetivos deste órgão junto ao Polo são: desenvolver pequenos negócios; promover a acessibilidade desses empreendimentos à tecnologia; incentivar o empreendedorismo; viabilizar o acesso às linhas de crédito; implantar a gestão do conhecimento; apoiar o comércio de produtos. Outra iniciativa que faz parte destas estratégias foi a construção de *shoppings centers* onde os *sulanqueiros* expõem seus produtos em lojas, e não mais em bancos de *feira* em áreas ao ar livre, tentando assim agregar valor aos produtos ali comercializados e promover uma valorização da economia da região. Porém, os *costumes* de origem da *feira livre* continuam a resistir (mesmo que sob metamorfoses) no entorno desses espaços.

Esses mercados improvisados, temporários e itinerantes, as *feiras livres*, que marcam a cena do Agreste, remontam aos primórdios da colonização do Agreste. A primeira *feira livre* tradicional instituída na região foi a de Caruaru, no século XVIII, quando se formou um povoado oriundo de uma fazenda que servia de paragem para os viajantes no caminho do litoral/sertão, um dos caminhos das boiadas. Depois, com a construção de uma capela nesse lugar, as pessoas começaram a se fixar em torno da igreja, constituindo um ponto de encontro para comércio e lazer nos dias de liturgia – a tradicional *Feira de Caruaru*, objeto de estudo do antropólogo caruaruense Josué Ferreira (2001).

Esse mercado informal, improvisado e popular, denominado de *feira*, é um espaço que concentra atividades diversas, ligadas ao comércio, à produção e ao consumo, assim como aos campos da cultura e da política. A *feira* do Agreste de Pernambuco é um lugar onde encontramos variadas formas de sociabilidade e convivência, onde se constroem relações de trabalho, onde se inventam ocupações, lugar de competição, mas, ao mesmo tempo de muita cooperação. Esse tipo de mercado “livre” constitui verdadeiros complexos culturais para onde convergem vários ofícios e modos de fazer, espaços de grande criatividade, celeiro de cultura popular, de ideias originais, saberes ancestrais e expressões diversificadas, como argumenta Sant’Anna (2010). Portanto, consideramos que as *feiras* refletem o *modus vivendi* dos povos dessa região, os hábitos e *costumes* representados nesse mercado improvisado.

Esse local gerador e estruturador de relações socioeconômicas e culturais, a tradicional *feira livre*, possibilitou a instituição e o desenvolvimento da *Feira da Sulanca*. Para entender como essa realidade se estabeleceu buscamos uma explicação nas raízes sócio-antropológicas desse fenômeno produtivo-comercial, como também, desenvolvemos uma análise desse mercado improvisado do Agreste, o qual serviu de *lócus* para a instituição das atividades dos *sulanqueiros*. Como análise comparativa de tal mercado, estabelecemos um diálogo com o trabalho do antropólogo social britânico Keith Hart (1973), na sua pesquisa sobre o mercado informal em Gana, na África, muito semelhante às nossas *feiras*, tendo sido um marco inicial dos estudos sobre mercados informais nos países em desenvolvimento.

Esta tese é também um esforço para complementação do acervo do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFCG/CNPq), que concentra seus estudos no Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, investigando principalmente as condições de precariedade e informalidade daquele conglomerado produtivo-comercial. As pesquisas até então vêm concentrando a atenção na atuação do Polo de Confecções dentro das novas configurações do mundo do trabalho e das transformações produtivas das últimas décadas. Este fenômeno produtivo-comercial foi renomeado a partir da década de 2000, num esforço conjunto do Estado de Pernambuco, SEBRAE, SENAI, para regular e formalizar o espaço produtivo em plena expansão. No que se refere a este estudo, o foco recaiu sobre os 40 anos iniciais da experiência produtivo-comercial da *Sulanca*, de modo a buscar um olhar diferenciado sobre as dinâmicas que mudaram o contexto social de seus agentes. Tentamos investigar como se deu a instituição da *Feira da Sulanca*. Pretendemos contribuir, assim, para a ciência, com novos *insights*, categorias, elementos, enfoques, bibliografia e, sobretudo, um novo olhar, dando continuidade e ampliando a investigação neste campo de pesquisa.

Recorremos às Teorias do desenvolvimento, mais especificamente à Teoria da Dependência, de Cardoso e Faletto (1970), assim como à Teoria da Massa Marginal, de José Nun (2000), e ao debate teórico acirrado no âmbito latino-americano, nas décadas de 1960 e 1970, envolvendo intelectuais como Milton Santos (1978), Anibal Quijano (1966), Jaime Campos (1971), Kowarick (1985), Helga Hoffman (1980), Paul Singer (1974), Reginaldo Prandi (1974), entre outros, para fundamentar nossa tese. Abordamos também a Teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento de Andre Gunder Frank (1976) e a Teoria do imperialismo e colonização de Rosa Luxemburgo (1976). Temos

como referência da antropologia social o trabalho de Machado da Silva (1971), do Museu Nacional, que pesquisou o mercado informal nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 1960. Estabelecemos um diálogo comparativo com o trabalho do antropólogo social britânico Keith Hart (1973), o qual pesquisou o mercado urbano africano dos anos 1960, semelhante à realidade dos *retalheiros* em São Paulo dos anos 1950 e 1960, refletindo o universo informal das grandes cidades dos países em desenvolvimento. Foi também Hart quem cunhou o termo informalidade. A partir de Hart, vimos os estudos que resultaram no relatório da OIT, reconhecendo o setor informal, e nas pesquisas do P.R.E.A.L.C. (1977) na América Latina, enveredando, assim, pelo caminho do enfoque da informalidade.

O diálogo com a pesquisa de Hart (1973), em ambiente semelhante na África, nos forneceu questões pertinentes à nossa investigação. Primeiramente, o autor sugere que devemos fazer uma comparação intercultural e histórica das economias urbanas em processo de desenvolvimento para poder analisar as estruturas *informais*, como também as *formais*. Sendo assim, estabelecemos um diálogo comparativo de análise entre os dois universos. Então, o pesquisador questiona porque o residual de desemprego e subemprego nas grandes cidades dos países em desenvolvimento é tido como uma coisa negativa. Em que precisamente isto se constitui num problema? Será pela pobreza (rendas inadequadas)? Ou pela desorganização social? Superpopulação urbana? Êxodo rural? Proliferação das favelas? Produtividade do trabalho? Hart sugere que a falta de *desenvolvimento* industrial significativa nessas cidades tenha nessas atividades *informais* uma relativa atração de oportunidades. Em nosso caso, essas oportunidades se transformaram em estratégias comerciais e produtivas dos *agentes sociais* que estão na origem da *Sulanca, os retalheiros*.

Assim como fundamenta a Antropologia do Desenvolvimento de De Sardan (2005), os processos e fenômenos sociais associados com o que é chamado de *desenvolvimento, políticas do desenvolvimento, operações de desenvolvimento, infraestrutura do desenvolvimento, projetos de desenvolvimento*, no que concernem aos países do Sul, constituem um domínio da Antropologia e da Sociologia. Neste campo, em particular, a Antropologia e a Sociologia não podem ser separadas e muito menos opostas. O “desenvolvimento” é simplesmente outra forma de *mudança social*, não pode ser entendido isoladamente. A análise de ações de *desenvolvimento* e de reações populares a estas ações não deve ser isolada do estudo das dinâmicas locais, dos processos endógenos,

de processos de mudanças informais. A compreensão dos fatos sobre *desenvolvimento* em suas relações com os fatos da *mudança social* pode contribuir para uma renovação das Ciências Sociais. Portanto, esta tese se distingue pelo esforço combinado entre recursos dos dois campos de estudo: a sociologia e a antropologia.

De grande importância também para nossa tese foram as pesquisas do Centro de Estudos Migratórios e do Departamento de Geografia da USP, principalmente no que diz respeito aos trabalhos sobre as *migrações dos nordestinos* e à emergência da categoria denominada de *retalheiros* no centro industrial de São Paulo, observadas nas pesquisas de Sueli de Castro Gomes (2006), Albuquerque Jr. (1990), Andrade (1991) e Reale (1982). Da mesma forma, foi de grande contribuição, a pesquisa do antropólogo social Fernando Rabossi (2008), do Museu Nacional, sobre as diversas versões da origem da *Sulanca*.

Dessa forma, diríamos que a instituição e o desenvolvimento desse aglomerado produtivo-comercial não foram frutos de nenhuma estratégia estabelecida pela SUDENE, nos anos 1970 e 1980, ou pela “guerra fiscal” entre os estados, que se estabeleceu no país nos anos 1990. Não se tratou de subsídios da então SUDENE, responsável pelas políticas públicas de *desenvolvimento* do Nordeste a partir dos anos 1960, que se estendeu até o início dos anos 1990. Instituição que, para Francisco de Oliveira (1977), não passou de uma “intervenção planejada”. Quanto à “guerra fiscal”, é uma estratégia corrente ainda nos dias atuais e trata-se de um jogo de ações e reações entre governos estaduais. Estabelece uma competição que usa instrumentos fiscais como política de “desenvolvimento” regional, como argumenta Dulci (2002). Mas, seja sob uma forma, seja sob outra, o Estado esteve sempre bem ausente nos primeiros cinquenta anos de história da *Feira da Sulanca*. Só na década de 1990, quando o fenômeno tomou um vulto grandioso, que ultrapassou as fronteiras regionais, o Estado e seus parceiros oficiais, o SENAI¹ e o SEBRAE, resolveram regular o espaço dos *sulanqueiros*.

De acordo com Vêras de Oliveira (2011b), apesar de a “guerra fiscal” ser um fator preponderante nos anos 1990, essa região não esteve envolvida por essa estratégia, nem muito menos pelas políticas de incentivo da SUDENE, especialmente por não fazer parte da área metropolitana que se beneficiava desses financiamentos para o setor industrial. Tampouco contou com a entrada de capital e tecnologia externas. A *Sulanca*, que

¹ Sobre o SENAI, ver Pereira Neto (2011).

culminou no *Polo*, foi resultado, sobretudo, de ações “espontâneas” das pessoas do lugar, de um processo histórico resultante de estratégias de busca por alternativas produtivas que lhes possibilitassem dias melhores, através da luta árdua pela sobrevivência. Após se estabelecer, esse aglomerado foi desenvolvendo conexões com os mercados capitalistas e com o movimento ampliado de *acumulação de capital* e atraindo o interesse de grandes instituições públicas e privadas. Ainda segundo o autor, mesmo depois de ter se expandido e se constituído como um *Polo* industrial de confecção, suas atividades continuam mantendo um caráter *familiar, domiciliar e informal*, que foi sua marca desde os primórdios e que possibilitou seu desenvolvimento. Vale salientar que observamos através da nossa pesquisa de campo que mesmo depois da construção dos três centros comerciais fixos nos principais pontos de *feira* – Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, as *feiras* continuam a existir na área exterior, continuam a resistir. E mesmo o *moderno* Moda Center, centro comercial que foi construído especialmente para abrigar a *Feira da Sulanca*, continua a funcionar como se *feira* fosse, a movimentação, a clientela continua convergindo àquele local somente no dia da *feira*, reafirmando que o “espírito” da *feira* é dominante. Quanto a isso a tese de Nun (2000), da *massa marginal*, pode ser muito útil para o entendimento dos *processos sociais* que levaram à instituição da *sulanca*.

Com as transformações nos hábitos de consumo a nível mundial, principalmente a partir do pós-guerra, os espaços das *feiras livres* e mercados, como também as pequenas lojas, se viram ameaçados pelas lojas de departamento e as grandes redes de supermercados. Com isso, não só a sobrevivência da *Feira da Sulanca*, mas, sobretudo, sua expansão num cenário tão adverso, merece no mínimo uma boa reflexão de nossa parte. Porque esse mercado *informal* sobreviveu aos efeitos da *mundialização*? Historicamente as *feiras livres* foram sempre mercados muito importantes de escoamento da produção agrícola de subsistência e possibilidade única de consumo para grande parcela da população dessa região. E, especialmente depois da expansão das vias de transporte, esse raio de alcance aumentou. Já na sua origem, era local de prestação de serviços e comércio que respondia às necessidades, não só materiais, mas também artísticas e culturais das camadas mais pobres. Nas últimas décadas vêm incorporando produtos oriundos dos mercados capitalistas, inclusive de origem estrangeira, como os produtos chineses. Mesmo assim, a *Feira livre* continuou sendo o espaço de mercado para os saberes, ofícios e expressões tradicionais, talvez por ser o território das camadas *marginais* da sociedade. Saberes

ancestrais, como a medicina popular, usando ervas e plantas medicinais; a confecção de utensílios de flandres, de couro, de palha, de barro; os produtos artesanais, como farinhas, gomas, doces, bolos da culinária nordestina; o fumo de rolo para o cigarro feito manualmente; arte popular, como os bonecos e figuras de barro; o cordel, bandas de pífano, poesia, música e o canto dos emboladores e repentistas; tudo isso continua existindo e se reproduzindo, embora se metamorfoseando. É espaço de invenção, inovação e reinvenção: brinquedos de madeira e de lata, bruxas de pano, redes, cestaria, panos bordados, mantas; inclui até os *designs* mais sofisticados dos produtos de plástico industrializados.

Diferentes formas tradicionais de exposição, divulgação e troca das mercadorias também sobrevivem: mercadoria estendida no chão; expostas nos bancos; uso de megafones; rádio; recurso ao escambo; entoação de pregões. Ao mesmo tempo, a beleza plástica das formas tradicionais como: sacos de farinha, feijão e arroz, das frutas e verduras, contrastam com os produtos industrializados, eletrônicos e importados ao estilo da *globalização* e das contradições do capitalismo – estabelecidos no que foi denominado de *Feira do Paraguai*.

O mercado *informal* do Agreste de Pernambuco, as *feiras livres*, funciona também como uma espécie de *âncora*, permitindo o bom desempenho comercial do comércio formal, representado por todas aquelas lojas no seu entorno. Responsável pelo dinamismo da economia local por dois séculos, a *feira* é um empreendimento com emblema de tradição e cultura, mas, da mesma forma, de adaptação aos novos tempos. Testemunho da história urbana e da história rural da região.

Como metodologia, recorreremos a estratégias de pesquisa baseadas centralmente na história oral de vida dos *agentes sociais* que compõem este complexo comercial/produtivo. A partir do relato oral (depoimentos e entrevistas individuais livres), foi possível chegar aos valores inerentes aos *sistemas sociais* em que vivem esses *atores sociais*. Aspectos importantes da comunidade, comportamentos, valores e *costumes*, podem ser detectados através da história de cada protagonista.

De acordo com Bom Meihy (2005), a história oral é um recurso moderno usado na elaboração de documentos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. A história oral de vida corresponde à narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa. As histórias de vida têm sido usadas com a intenção de entender a sociedade nos

seus aspectos íntimos e pessoais. A história oral como metodologia de trabalho científico tem sido usada na academia brasileira como herança da tradição anglo-saxã. Paul Thompson (2000), sociólogo e historiador social britânico, utiliza esta reflexão como método para sua pesquisa científica. O *sujeito social*, o colaborador, tem mais liberdade para narrar sua experiência pessoal. As perguntas servem simplesmente como indicativo, colocadas de forma ampla, dando maior liberdade ao *sujeito* para dissertar. Para conduzir as entrevistas das histórias orais de vida dos protagonistas da *sulanca*, utilizamos uma espécie de “linha do tempo”, possibilitando aos entrevistados “mergulhar” nas histórias de vida dos seus ancestrais do *sítio*, na *experiência* herdada, e relatar o envolvimento com as atividades da *sulanca*.

A realização de entrevistas livres, gravadas e transcritas, com os protagonistas da *Feira da Sulanca* foram ferramentas fundamentais para esclarecer vários pontos da história desses *atores sociais* e suas posições e reações. Ao todo realizamos trinta entrevistas, principalmente com os *pioneiros da sulanca* e a geração dos filhos que deram continuação ao negócio da *sulanca*. As entrevistas foram realizadas durante os anos de 2012 e 2013. Os *pioneiros da sulanca*, os que viveram aquela primeira fase do *sítio* e dos *retalhos* vindos do Recife, se encontram hoje na faixa etária de 70 anos e todos aposentados. Essas pessoas são referência na cidade e, dessa forma, de fácil acesso. Essa geração está toda interligada pelas suas *histórias de vida* e vão sugerindo outras pessoas a serem entrevistadas, as quais viveram a mesma época e podem referendar seus depoimentos. Os seus descendentes, os quais seguiram o exemplo e continuaram o negócio, também são mencionados de imediato para comprovação. As entrevistas foram longas, visto que a história remonta à década de 1950, exigindo assim, que o entrevistado recupere suas memórias de infância, e a *experiência* dos seus ancestrais, geralmente levando em torno de duas horas em média. A pesquisa de campo, essa oportunidade de contato com o elemento humano da pesquisa, foi sem sombra de dúvidas, a parte mais gratificante do processo – ouvir as *histórias de vida* desses *atores sociais agrestinos* e se transportar para o *cenário* daquela época – faz dessa experiência, da entrevista, um momento mágico e único.

Assim como a observação direta, os registros fotográficos foram também de grande pertinência para compreendermos as *dinâmicas* socioeconômicas das relações sociais de trabalho do nosso objeto de estudo. Apesar de utilizarmos uma metodologia

exclusivamente *qualitativa* podemos afirmar que 100% dos entrevistados confirmaram sua origem rural, do *sítio*.

Recorremos também aos recursos metodológicos da antropologia nos três capítulos considerados etnográficos. De acordo com Roberto da Mata (1974, p. 27), a Antropologia Social é uma disciplina da comutação e da mediação, onde “se estabelece uma ponte entre dois universos de significação, e tal ponte é realizada com um mínimo de aparato institucional ou de instrumentos de mediação.” O autor continua a desenvolver sua reflexão afirmando que essa mediação é feita “de modo artesanal e paciente, dependendo essencialmente de humores, temperamentos, fobias e todos os ingredientes das pessoas e do contato humano.” Segundo o autor, a etnografia é “transformar o exótico no familiar” e/ou “transformar o familiar em exótico” – os dois universos de significação. A etnografia segue o movimento original da Antropologia “na busca deliberada dos enigmas sociais situados em universos de significação”.

Para Clifford Geertz (1999, p. 15), em antropologia social, o que os praticantes fazem é a etnografia. Devemos, então, compreender o que é etnografia para poder começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Porém, este autor considera que não é uma questão de métodos – “praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante” – para elaborar uma descrição densa, método onde se pode decifrar códigos sociais. Segundo Geertz a descrição etnográfica tem três características: ela é interpretativa, o objeto que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação consiste em “salvar” o que foi dito no discurso e documentá-lo, classificá-lo. “As sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas.”

Por outro lado, Leach (2006, p. 15) argumenta que o cerne da antropologia social é o trabalho de campo – “a compreensão do modo de vida de um determinado povo”. O antropólogo social deve pensar nas *ideias organizacionais presentes em qualquer sociedade como constituintes de um padrão matemático*. Já Boas (2006) afirma que existem leis as quais governam o desenvolvimento da sociedade e essas leis são aplicáveis às sociedades de todos os tempos em todos os lugares. Guiados por esse conhecimento podemos ter a esperança de orientar nossas ações de uma forma que possa beneficiar a humanidade. Tentamos através da nossa incursão etnográfica, do nosso material oral e

fotográfico, compreender melhor *o povo da terra da sulanca*, buscando decifrar suas práticas socioeconômicas, suas dinâmicas de trabalho e seus *costumes* ancestrais.

Além da documentação bibliográfica, esta tese se distingue pela ampla documentação fotográfica, a qual nos foi gentilmente cedida pelo Professor e Pesquisador Arnaldo Vitorino, de Santa Cruz do Capibaribe. O acervo fotográfico serviu não somente de documentação, mas também para possibilitar ao leitor uma imersão à época da instituição da *sulanca*, para que pudéssemos ter um *olhar* condizente com as dimensões da época. Por exemplo: quando mencionamos o transporte de caminhão, o leitor atual recorre à *imagem* de um caminhão tipo carreta dos tempos atuais, quando na realidade os caminhões aos quais eles se referem são pequenos, do tipo camionete, porém isso só é revelado através da documentação fotográfica. Através da documentação fotográfica, o leitor pode se transportar e ter um *olhar* mais apurado. Ademais, esta documentação é acima de tudo a validação da nossa documentação oral e bibliográfica.

“Há dimensões, significações e determinações ocultas na realidade fotografada.” Assim define José de Souza Martins (2002, p. 223), sociólogo da USP, a utilização da fotografia nos campos da sociologia e da antropologia. Ela registra e reconhece vários episódios e orientações imaginativas, de natureza valorativa, que afetam os rumos de observações e descobertas. “Os fotografados são agentes e personificações das estruturas e dos processos sociais de que têm apenas uma compreensão imaginária ou, simplesmente, ideológica” (p. 224). A fotografia aparentemente “congela” um momento sociológico e “descongela” esse momento ao remetê-lo para a dimensão da história, da cultura e das relações sociais. A fotografia traz a compreensão da vida social e da consciência social de que ela é instrumento e expressão. É o conhecer visual da sociedade e de suas relações sociais. A leitura documental da fotografia do ponto de vista sociológico é matéria-prima do conhecimento em relação à construção social da realidade - a interpretação sociológica. “Redução dos tempos da realidade social ao espaço da imagem fotográfica e o seu tempo aparentemente único das expressões de um rosto aos elementos simbólicos do vestuário e da circunstância da fotografia” (p. 224). Agregam-se à imagem fotográfica os decodificadores que a “descongelam”, que revelam a dimensão sociológica e antropológica do que foi fotografado.

Caputo (2001) sugere que falar de pesquisa é falar de *olhar*, é vasculhar realidades com o *olhar*, tentando fixar tensões provisórias, e afirma que a importância do *olhar* para a

pesquisa é inquestionável. Chauí (1997) aborda as referências e conotações que empregamos ao *olhar* no nosso cotidiano: *amor à primeira vista*, *mal olhado*, *olho grande*, *olho maior que a barriga*, entre outros. Bourdieu (1997) se refere ao “olhar sociológico” em oposição ao “olhar banal e distraído”. Acreditamos que nossa documentação fotográfica contribuiu com um *olhar* esclarecedor sobre os enigmas da “saga” *sulanca*.

Empreender uma pesquisa etnográfica em Santa Cruz do Capibaribe não é uma tarefa difícil. O povo Santacruzense já está acostumado aos “forasteiros curiosos” – os que vêm de fora para se inserir na *economia da sulanca* e os inúmeros compradores vindos de todas as partes do Brasil, os quais visitam a cidade semanalmente. As pessoas são solícitas, atenciosas e têm orgulho de sua história de trabalho e resistência. A “velha guarda” da *sulanca* toda se conhece por meio de *parentesco* e *amizade*, promovendo, assim, a indicação de pessoas em cadeia, que permite ir desvendando os enigmas e montando as peças do “quebra-cabeça”.

A nossa tese se estrutura por uma introdução, quatro capítulos e, para encerrar, nossas considerações finais, seguida da bibliografia. No primeiro capítulo, desenvolvemos uma abordagem teórica a partir da bibliografia pertinente aos enfoques sobre *informalidade*, *desenvolvimento*, *subdesenvolvimento*, *dependência* e *massa marginal*. Levantamos a hipótese de que a *sulanca* se instituiu e se desenvolveu a partir de uma *massa marginal* formada pelos *imigrantes nordestinos* no cenário do segundo momento do capitalismo dependente na metrópole industrial de São Paulo, durante o modelo denominado por Lipietz (1989) de *fordismo periférico*. A mão de obra excedente do *exército industrial de reserva nordestino* teve que criar estratégias para assegurar sua *reprodução social*, recolhendo os resíduos das fábricas têxteis do bairro industrial do Brás e estabelecendo uma *rede* comercial de parentesco e amizade entre São Paulo e Santa Cruz do Capibaribe, tendo a *feira livre*, emblema *nordestino*, como mercado para escoamento dos seus produtos.

O segundo capítulo mostra a “saga” dos *retalheiros* no cenário *desenvolvimentista* dos anos 1950 e 1960, dentro de um contexto onde se estabeleceu a *divisão nacional do trabalho* com suas regiões de *expulsão* e *atração*, espelhando as desigualdades sociais regionais. Fazemos também uma análise sobre o *status* da indústria têxtil no Nordeste e

São Paulo e analisamos “A Grande Transformação”, conceito de Karl Polanyi (2000), no desenvolvimento da *sulanca*.

No terceiro capítulo estudamos os *costumes* da Mesorregião do Agreste de Pernambuco à luz do esclarecimento da teoria clássica de E. P. Thompson (1998), dos suportes antropológicos de Darcy Ribeiro (1995) e Josué Ferreira (2001), com seu estudo sobre a origem das *feiras livres agrestinas*. Lançamos mão dos estudos em Sociologia Rural para explicar o tripé de apoio à instituição da *Feira da Sulanca* – o trabalho familiar domiciliar do *sítio*, as *migrações* para complementação da renda do *sítio* e por razões climáticas e as práticas das *feiras livres*.

O quarto capítulo se ocupa da percepção dos protagonistas da *sulanca* sobre sua realidade. Transcrevemos as histórias de vida dos *agentes sociais* envolvidos na “saga” *sulanca* e desenvolvemos suas respectivas análises.

Esta tese foi elaborada dentro da área de pesquisa da Sociologia do Trabalho e da Antropologia Social, porém, cabe salientar que não se trata absolutamente de uma tese sobre conflitos, exploração ou precariedade no trabalho, mas sobre *costumes* de trabalho, práticas socioeconômicas, hábitos e *experiência* ancestrais de trabalho e ofícios. Buscamos investigar a origem, a *gênese* desse complexo comercial/produtivo com *lôcus* na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, com a finalidade de encontrar uma explicação teórica para tal fenômeno.

O dicionário Aurélio mostra a definição da palavra *gênese* como “formação”, “constituição”, “origem”. Esta era uma preocupação constante de Marx e Weber, cujas obras estão permeadas deste termo. Supostamente para os clássicos da Sociologia a explicação estava em geral na *gênese* do fenômeno. Para encontrar a origem dos *costumes do povo agrestino*, tivemos que nos lançar na busca de elementos da formação histórica daquele lugar. Isto nos permitiu uma melhor compreensão dos componentes constitutivos de suas práticas socioeconômicas, o que nos possibilitou o caminho para uma explicação teórica.

Como esta é uma *história* essencialmente *nordestina*, procuramos dar um “toque” *nordestino* na pesquisa, na intenção de identificá-la, de aproximá-la mais ao *meio social* onde foi produzida. Uma vez mais, o dicionário Aurélio nos sugere o termo “saga”: “história ou narrativa rica de incidentes”, bem apropriado para denominar o desenrolar

dos acontecimentos nas vidas desses *agentes sociais agrestinos*. Além do mais, o termo “saga” é bastante usado nos folhetos de cordel produzidos pelo *povo agrestino* e comercializado nas *feiras livres*. Não acreditamos que um texto científico tenha que ser obrigatoriamente longo e enfadonho, portanto tentamos elaborar um texto de caráter leve, claro, objetivo, enxuto, *clean* e ilustrado, no entanto, denso, com vasta documentação teórica, bibliográfica, empírica e visual, possibilitando ao leitor uma leitura mais agradável e compreensível.

Boa leitura!

CAPÍTULO I

O Debate sobre *Dependência, Marginalidade e Informalidade*: Para Uma Perspectiva de Abordagem do Fenômeno da *Sulanca*

Neste capítulo faremos um debate teórico sobre a instituição do fenômeno produtivo-comercial denominado de *Feira da Sulanca* no Agreste de Pernambuco, por meio de diálogo crítico com a bibliografia pertinente aos enfoques sobre *desenvolvimento, marginalidade e informalidade*.

Temos como hipótese que esse fenômeno produtivo-comercial se desenvolveu a partir da *massa marginal* formada pelos *sitiantes* situados no Agreste de Pernambuco e pelos *retirantes* integrantes do *êxodo rural nordestino* que se estabeleceu na década de 1950, na direção da região industrial de São Paulo, sob importante relação com a dinâmica socioeconômica da região do Agreste pernambucano, a tradicional prática das *feiras livres*.

A produção de *sulanca* começou nas décadas de 1950 e 1960, e ganhou maior impulso com as *migrações* dos *retirantes* da região de Santa Cruz do Capibaribe, no Agreste pernambucano, região *expulsadora* dentro da *divisão nacional do trabalho*. Os trabalhadores dessa região, naquela época, tomavam a direção de São Paulo, região de *atração*, em busca de oportunidades de emprego e de dias melhores para os seus que não podiam partir e ficavam na região de origem. Essa busca pela *reprodução social*, nos termos de Marx (1950), culminou com o desenvolvimento de várias estratégias que se mantêm até hoje com arranjos diferenciados. Temos como premissa que a instituição da *Feira da Sulanca* se configurou no cenário do segundo momento do *capitalismo dependente*, este com centro em São Paulo, o qual contou como *exército industrial de reserva* com a mão de obra dos *retirantes nordestinos*. Portanto, essa configuração comercial e produtiva, a *Feira da Sulanca*, guarda relação com a *massa marginal* criada a partir da realidade daquele momento específico do *fordismo periférico* e dos espaços que este não foi capaz de ocupar.

De acordo com pesquisadores do Sudeste que estudam as migrações dos *nordestinos*², o Estado, depois da abolição da escravatura, incentivou a adoção da mão de obra imigrante desde o fim do século XIX. *A priori*, atraindo imigrantes estrangeiros para trabalhar nas fazendas de café e, *a posteriori*, os *nordestinos*, para o campo e a indústria. Esses trabalhadores imigrantes eram alojados na Hospedaria dos Imigrantes, situada no bairro do Brás e, depois da triagem, eram deslocados para seu destino de trabalho. Essa realidade perdurou com sucesso durante a década de 1930 e 1940, na primeira fase do *capitalismo dependente*, com os contingentes de migrantes sendo destinados para a indústria leve e para o campo. Mas, essa prática mudou nas décadas de 1950 e 1960, na segunda fase do *capitalismo dependente*, quando o contingente de migrantes do campo para a cidade aumentou, com as grandes secas no Nordeste e a mecanização nas áreas agrícolas mais desenvolvidas, quando o mercado de trabalho nos grandes centros industriais já se mostrava saturado e os investimentos na indústria de bens duráveis demandavam mão de obra cada vez mais qualificada, como observado em Reale (1982), Albuquerque Jr. (1990), Andrade (1991) e Gomes (2006). Essa mudança no quadro econômico e social na cidade e no campo foi gerando um excedente de força de trabalho, um *exército industrial de reserva*. Mas, mais do que isso, formou uma *massa marginal*, que teve que se reinventar na *informalidade*, para garantir sua *reprodução social*.

Dessa forma, essa mão de obra excedente que se alojava no bairro do Brás, antigo bairro industrial e operário de São Paulo, onde até hoje se localizam as lojas de confecções, começou a catar os rejeitos das fábricas têxteis e inventar uma forma de comércio para se *reproduzir socialmente*. Foi justamente nos “bastidores” das antigas indústrias têxteis que surgiram os *retalheiros*, categoria verificada em Gomes (2006), se nutrindo das toneladas de resíduos de confecções e *retalhos* através de um comércio para as *costureiras* da Grande São Paulo e para as *sacoleiras* de todas as regiões do país. Porém, a maior parte desta “mercadoria” passou a ser levada para Santa Cruz do Capibaribe, para ser *transformada* em produtos, tais como: cobertas, vestidos, roupa infantil, feitas nos domicílios improvisadamente, pela família nuclear, visando o comércio para uma população de baixa renda que comprava esses produtos nas *feiras*, o que se configurou no fenômeno comercial e produtivo chamado *Feira da Sulanca*. Essa *transformação*

² Reduccionismo aplicado aos imigrantes retirantes da *seca* atraídos pelo polo industrial centralizado em São Paulo, termo usado até hoje e que produziu uma imagem generalizante dos habitantes da região Nordeste.

estabeleceu uma interação comercial entre as duas regiões e a estruturação de *redes* de pessoas e produtos que passaram a depender desse comércio instituído *à margem* do mercado *formalizado*.

Nosso recorte de pesquisa se situa da década de 1950 até a década de 1980, pois a partir dos anos 1990, devido ao grandioso vulto tomado por este fenômeno produtivo e comercial e, à disseminação global do ultraliberalismo³, através das práticas de *empreendedorismo*, houve uma tentativa de sistematização, por agentes exógenos públicos e privados⁴, quando esse aglomerado passa a ser denominado de *Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco*.

Por conseguinte, faremos um levantamento da bibliografia pertinente aos temas do *desenvolvimento*, elencando as diversas Teorias do *desenvolvimento* que floresceram na cena sociológica do pós-guerra, como também trabalharemos as obras relevantes aos termos *marginalidade* e *informalidade*. Não temos por objetivo aprofundar nenhuma das teorias historicamente situadas. Pretendemos, tão somente, estabelecer uma panorâmica temporal das teorias no âmbito do *desenvolvimento*, da *marginalidade* e da *informalidade*, na intenção de construirmos um fio condutor estruturador do pensamento que irá nos situar dentro do nosso esforço de pesquisa.

1.1. As Teorias do *desenvolvimento* e a questão da *Dependência*

A Teoria do *desenvolvimento* é originalmente inspirada na linha de pensamento neoclássica de Alfred Marshall, que explica o *desenvolvimento* e o *subdesenvolvimento* através de indicadores quantitativos. Dessa forma, consideram-se os lugares *desenvolvidos* ou *modernos* aqueles com renda alta e os *subdesenvolvidos* ou *tradicionais* os que mostram baixa renda. Sendo assim, tal perspectiva teórica defende a ideia de que o capitalismo é responsável pelo *desenvolvimento*, mas não é a causa do *subdesenvolvimento*, portanto, é considerado um modelo tecnocrata neocolonialista. O Plano Marshall foi responsável pela reestruturação da Europa depois da Segunda Guerra

³ Termo utilizado pelos analistas políticos europeus para designar a exacerbação do liberalismo a partir da era Thatcher/Reagan. Ver a respeito Todorov (2010).

⁴ Com destaque para o SEBRAE. Ver a respeito Lima (2011).

Mundial, através da ajuda financeira dos Estados Unidos e da implantação do novo modelo e estilo de vida americanos. Foi nessa época que o *Fordismo* foi implantado e seguido como um novo regime de *acumulação* capitalista intensivo, centrado no crescimento do consumo de massa. Considerado por Lipietz (1989) como a segunda Revolução Industrial.

A *Teoria da Modernização*, desenvolvida por William Rostow (1956), se constituiu em uma das principais referências da política norte-americana para os países subdesenvolvidos. Essa sustentava que os países menos desenvolvidos iriam continuamente alcançar o mundo industrializado ao copiar o sistema econômico e social do capitalismo ocidental. Baseada amplamente nas premissas teóricas do funcionalismo estrutural, a *Teoria da Modernização* conceituou *desenvolvimento* como uma transição, em estágios, da tradição à modernidade, para acontecer em âmbito econômico através das operações de mercado e de investimento externo; no âmbito social, pela adoção dos comportamentos, valores e instituições ocidentais; e em âmbito político, pela implementação da democracia liberal.

Rostow (1956) identificou cinco etapas de *desenvolvimento*. A primeira caracteriza a sociedade tradicional com produção limitada, tecnologia baseada em uma ciência pré-newtoniana, com aproveitamento inadequado dos recursos naturais e subordinação do homem pela natureza. A segunda etapa está associada à transição, condições para o *desenvolvimento* econômico, representando a gestação de atitudes racionais adequadas ao controle e à exploração da natureza. O terceiro estágio seria uma sociedade em início de *desenvolvimento*, ultrapassando os limites tradicionais, onde haveria investimento de capital na área produtiva, crescimento da manufatura e surgimento de um sistema político, social e institucional em expansão, bases da *sociedade moderna*. A quarta etapa estaria reservada à sociedade em maturação pela expansão econômica. A última atingiria a sociedade de produção de massa, desenvolvimento da produção industrial e investimento racional e produtivo do capital. No entanto, esta análise não levava em consideração as particularidades históricas de cada sociedade nem as relações de dominação e concorrência entre as nações.

Outro enfoque tentando explicar o *desenvolvimento* se afirmou com base nas chamadas teorias dualistas, que identificavam, em certos continentes, países ou regiões, uma formação peculiar, na qual coexistiriam duas estruturas distintas. Uma, “desenvolvida”,

que apresentaria crescimento industrial, expansão urbana, sistema de comunicações amplo e diversificado, alta produtividade e avanço tecnológico. Outra, “atrasada”, na qual encontraríamos cidades com pequena área e população reduzida, produção eminentemente agrária, níveis de renda baixos, produtividade insuficiente e dispersão demográfica. Essa teoria concluiu que o *subdesenvolvimento* resultaria da coexistência de dois sistemas econômicos e sociais totalmente diferentes, que interagem dentro de um processo no qual a parte *moderna* incorporava gradativamente a parte *arcaica* ao *desenvolvimento*.

Um autor dualista de relevância foi Jacques Lambert (1978) que, nos seus estudos sobre a América Latina, afirmou que o Brasil estava dividido em duas sociedades, uma arcaica e outra moderna, as quais não haviam evoluído no mesmo ritmo e não haviam atingido a mesma fase. No entanto, tal diferença não seria de natureza, mas de idade, refletindo dois sistemas de organização econômica e social diferentes nos níveis e nos métodos de vida. Ele observou, no Brasil, assim, a existência de um país *desenvolvido* e outro *subdesenvolvido*, com diferenças acentuadas entre um setor novo, próspero e em constante transformação e um outro velho, miserável e imóvel. Estas duas diferentes estruturas, segundo Lambert, mantinham estreito contato e não constituiriam duas civilizações diversas, mas sim uma em face da outra, duas épocas de uma mesma civilização, separadas por vários séculos.

Todavia, para outros autores, a coexistência entre o “tradicional” e o “moderno” seria o resultado de relações de *dependência* entre as sociedades periféricas e o capitalismo central. Andre Gunder Frank (1976), por exemplo, argumentou que a teoria dualística ou de “sociedade dual”, onde um mundo desenvolvido, moderno e capitalista convive, mas sem interagir, com um mundo arcaico e pré-capitalista, é falsa. Segundo Gunder Frank, o *subdesenvolvimento* não é o resultado de certo atraso temporal no *desenvolvimento* das forças produtivas. A expansão do sistema capitalista havia penetrado até mesmo nos setores mais isolados do mundo, de modo que o *subdesenvolvimento* seria resultado do *desenvolvimento* histórico do sistema capitalista, expressando um vínculo de *dependência* das metrópoles nacionais desses países subdesenvolvidos em relação às metrópoles internacionais. Sua *Teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento* propôs um sistema de metrópoles e satélites constituído na cadeia do sistema capitalista mundial colonial e nacional. Ou seja, no centro ficariam as metrópoles subordinadas nacionais, ou satélites subordinados, que por sua vez constituiriam seus satélites coloniais internos. O

desenvolvimento da América Latina seria o resultado de sua participação secular no processo de *desenvolvimento* capitalista mundial. No caso do Brasil, a metrópole subordinada nacional seria São Paulo e os satélites seriam as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, sendo que o *desenvolvimento* da indústria em São Paulo não produziu grandes riquezas para as outras regiões do Brasil. Ao contrário, elas foram convertidas em satélites coloniais internos, descapitalizadas e seu *subdesenvolvimento* aprofundado. Além disso, o autor argumenta que quanto mais os laços entre a metrópole e os satélites se estreitavam, mais subdesenvolvidos seriam os satélites, o que contradizia a tese de que o isolamento seria a causa do *subdesenvolvimento*. Ao contrário, quanto mais o satélite se afastava e ficava independente da metrópole, mais potencial de *desenvolvimento* adquiria.

Essa teoria de Gunder Frank corroborava a *Teoria do imperialismo e da colonização* de Rosa Luxemburgo (1976), a qual argumentava que o mercado capitalista havia atingido um *subconsumo* que provocava a expansão de suas fronteiras, levando à subjugação e ruína das comunidades tradicionais, causando destruição das relações de trocas primitivas, pilhagem de recursos naturais, transformação da população em compradores, resultando em *acumulação* e devastação. Mais tarde, a *Teoria do imperialismo* de Rosa Luxemburgo foi atualizada por David Harvey (2003), que a reelaborou como *Teoria do Novo Imperialismo*, já na fase do capitalismo por ele denominado de *acumulação por espoliação*. Ou seja, o que na época de Marx era o direito à propriedade privada através da espoliação da terra para criar um proletariado sem terra, se transformou: em expropriação de direitos de propriedade intelectual, como patentes de recursos genéticos das comunidades tradicionais, herança de séculos; em biopirataria, para criar mercado para a indústria farmacêutica, vendendo os produtos para a própria comunidade; em espoliação dos recursos ambientais, como a privatização da água, que é um bem essencial a todo ser humano e garantia de vida das gerações futuras; em mercadificação de formas culturais, pela apropriação cultural das comunidades; em expropriação das terras comuns dos povos nativos, para vender às transnacionais; em perda dos direitos trabalhistas, conquistas coletivas de anos de luta. Tudo isso para resolver o problema da *sobreacumulação* de excedente de capital que se apossa desses ativos para obter lucratividade, já na chamada Terceira Revolução Industrial, no fim do século XX.

Nesta perspectiva, Lipietz (1989) sustenta que existem vários regimes de *acumulação*, os quais podem ser classificados em *extensivo* e *intensivo*. Concebendo que a finalidade da

acumulação capitalista é de aumentar a escala de produção ou reorganizar a *divisão social do trabalho* com o objetivo de obter maior produtividade e lucro, sustenta que a história do capitalismo passou por várias fases de *acumulação*. O autor denomina a fase que vai da Revolução Industrial até o período da Primeira Grande Guerra de *Primeira Revolução Industrial*, a qual se deu nos países centrais com base em um regime de *acumulação extensiva*, ou seja, baseado na reprodução de bens de capital, o chamado *capitalismo concorrencial*. Para ele, a *Segunda Revolução Industrial* se deu depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da reprodução do *fordismo* como regime de *acumulação intensiva*, baseado no consumo de massa, denominado de *capitalismo monopolista*. Por conseguinte, baseados neste raciocínio, a *Terceira Revolução Industrial* se inicia no fim do século XX através da *reestruturação produtiva* e de um regime de *acumulação flexível*, também nomeado por Harvey (2003) como *acumulação por espoliação*.

Voltando à fase da então Segunda Revolução Industrial, no contexto fordista do pós-guerra, durante a reestruturação do mercado internacional e do *desenvolvimento*, foi criada a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, que focalizou nas causas, condições e obstáculos ao *desenvolvimento* na América Latina. Seu principal representante foi Raul Prebisch, estudioso das relações entre o *Centro* e a *Periferia*, ou seja, *desenvolvimento* e *subdesenvolvimento*. Prebisch (1949) argumentava que as relações econômicas entre o *Centro* e a *Periferia* tendiam a reproduzir as condições do *subdesenvolvimento* e aumentar a distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Para ele, se desenvolvia um processo de apropriação da maior parte do progresso técnico pelos países centrais, resultante da deterioração dos termos de troca entre os bens primários e manufaturados. Ou seja, *os agentes de produção* (operários e empresários) dos países industrializados passavam por um processo de fortalecimento *político-organizacional* que dificultava o funcionamento do mercado e provocava a deterioração dos termos de intercâmbio, resultando em que não haveria vantagens universais do progresso técnico através de sua transferência para a *periferia*, ocasionando *uma menor capacidade de acumulação na periferia*. Portanto, de acordo com Cardoso (1993, p. 38), a tese cepalina de Prebisch “sustenta que o progresso técnico somado a *condições sociais específicas* produz consequências diferenciais entre o *Centro* e a *Periferia*”.

Nesta perspectiva, Francisco de Oliveira (1987) argumentou que o “subdesenvolvimento” era precisamente uma “produção” da expansão do capitalismo e que as economias pré-

industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de *acumulação primitiva* do sistema global. Em resumo: o “subdesenvolvimento” era uma formação capitalista e não simplesmente histórica. O *desenvolvimento* ou o crescimento seria um problema que dizia respeito à oposição entre *classes sociais* internas. A teoria do *subdesenvolvimento* havia se baseado no “desenvolvimentismo” que desviara a atenção teórica e a ação política do problema da *luta de classes*, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas da luta de classes se agravavam.

Na observação de Cardoso e Faletto (1970), apesar dos pressupostos favoráveis para uma nova etapa no *desenvolvimento* da América Latina, na década de 1950, tais como: a formação de um mercado interno e de uma base industrial, a formação de divisas e estímulos para o crescimento econômico, condições economicamente satisfatórias para se passar da fase de *substituição de importações* para a produção autônoma, visando o mercado interno, esse fato não se confirmou. Ao contrário, houve uma estagnação relativa da economia brasileira nos anos de 1960. Baseando-se nessas premissas, os citados autores elaboraram a *Teoria da Dependência*, que pressupunha uma “unidade dialética” entre a “dinâmica geral” do capitalismo internacional e a dinâmica interna dos países dependentes, provocando uma reorganização da *divisão internacional do trabalho*. Essas “situações de dependência” refletiam o processo histórico da articulação capitalista das classes sociais periféricas com as economias centrais, através de condicionamentos sociais e políticos no processo de expansão do sistema capitalista internacional. As relações de *dependência* seriam dinâmicas históricas particulares, próprias de cada situação de *dependência*, situando o modo de produção capitalista através dos interesses locais, das classes, do Estado e dos recursos naturais, conforme afirmava Cardoso (1970). Dessa forma, a *Teoria da Modernização* foi deslocada, no fim dos anos 1960, por meio do enfoque da *dependência*.

1.2. Os dilemas do *desenvolvimento* brasileiro no século XX

Em Sérgio Buarque de Holanda (2005, p. 172), a data da Abolição da Escravatura no Brasil, 1888, marca o fim do predomínio agrário e o começo da grande *revolução*

brasileira, processo que durou três quartos de século. Foi o momento decisivo do *desenvolvimento* nacional e preparação para um novo sistema com centro de gravidade nos centros urbanos e não mais nos domínios rurais. “As cidades, que outrora tinham sido complementos do mundo rural, proclamaram finalmente sua vida própria e sua primazia”. O autor considera dois movimentos principais nessa evolução histórica: um que dilata a ação das comunidades urbanas e outro que constringe os centros rurais e os transformam em fontes de abastecimento das cidades.

Dentro desse contexto, dois fatos de grande importância marcaram a história econômica do Brasil no século XX, notadamente no que se refere ao *desenvolvimento* industrial: as duas grandes guerras mundiais. A Primeira Grande Guerra Mundial, no começo do século – 1914 a 1918 –, foi uma oportunidade para a ampliação da indústria têxtil no território nacional, em *substituição* ao mesmo material importado, como também outros bens de consumo. A Segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945, teve reflexo ainda mais acentuado – fortalecendo-se a tendência à *substituição de importações* –, desta feita em direção ao abastecimento pleno com investimentos em indústria de base, marcadamente com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em 1941, e outras como a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores. Com isso o Estado se impõe como grande empresário e fixa a política do *desenvolvimento*.

O pós-guerra segue a mesma tendência dentro do conceito de *take off* de William Rostow (1956), muito em voga na época – *a decolagem* instaura um sistema de mudança da economia superando o antigo quadro artesanal e manufatureiro. Mudança esta não só no aspecto quantitativo, mas também, e, principalmente, qualitativo, com atividades não somente para os bens de consumo, como também para os bens de produção, setores básicos, possibilitando os artigos comuns e multiplicando seu rendimento. Uma *grande arrancada* representando uma mudança profunda não só econômica, mas também social e política.

De acordo com Celso Furtado (1989), a primeira metade do século XX foi marcada por um crescente sistema cujo principal centro dinâmico era o mercado interno. Já no pós-guerra houve uma aceleração no ritmo de crescimento econômico, marcadamente ligada à política cambial e ao controle seletivo imposto às importações. Os custos dos equipamentos importados foram mantidos baixos e os preços das manufaturas produzidas

internamente foram elevados, e isso fez com que a eficácia marginal das inversões nas indústrias aumentasse.

Conforme Ianni (1971, p. 307), a história da política econômica governamental brasileira a partir dos anos 1930 mostra duas tendências: a primeira, denominada de *estratégia de desenvolvimento nacionalista*, predominante nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64, “continha como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um *capitalismo nacional*, como única alternativa para o progresso econômico e social”; a segunda, denominada de *estratégia de desenvolvimento dependente*, predominante nos anos 1946-1950, 1955-1960 e 1964-1970, “continha como pressuposto implícito e explícito, o projeto de um *capitalismo dependente*, como única alternativa para o progresso econômico e social” e, sendo assim, “o reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos.” Essas duas polarizações coexistiram como tendências principais. Seguindo a linha de pensamento de Ianni (p. 313), essas tendências “preconizavam a crescente participação do Estado nas atividades produtivas, como empresário, no estilo da Petrobrás”, configurando, assim, uma *estratégia de desenvolvimento socialista* paralela às outras. Não obstante, para o pesquisador, no conjunto total dos anos 1930-70, a *estratégia do desenvolvimento dependente* foi predominante, com as outras estratégias existindo mais em nível ideológico. De qualquer maneira, houve uma transição para uma economia em que o setor industrial passou a ser predominante, correspondendo “a uma verdadeira revolução no subsistema econômico brasileiro.” Esse processo de planejamento econômico implicou na formação de novos grupos sociais tais quais os *tecnocratas*.

Nesta perspectiva, Luiz Pereira (1970, p. 124) ressaltou que a Revolução de 1930 marcou o começo da *etapa contemporânea* da sociedade brasileira, no desencadeamento de uma *revolução burguesa*. Segundo o autor, a sociedade brasileira no começo do século XX era composta por dois setores sociogeográficos: o primeiro formado pelos setores capitalistas “sufocados”, economicamente estagnados ou decadentes; e outro, “vitalizado”, situado no Centro-Sul, representado principalmente pela ampliação do setor agrário-exportador cafeeiro, sendo sustentáculo do plano sociopolítico da “grande burguesia” agrária no poder. Os acontecimentos desse período do “grande despertar” da sociedade brasileira fazem parte do *projeto social de desenvolvimento*, resultado das medidas de políticas econômicas tomadas a partir de 1930 orientadas para uma industrialização “autônoma”. Esse “modelo” expressado ideologicamente como

nacional-desenvolvimentista foi validado coletivamente. Nesse sentido, o autor afirma que “a Revolução de 1930 continha um *projeto social de desenvolvimento* econômico ‘autônomo’, nucleado na industrialização”. Ainda em Luiz Pereira (1970, p. 128), essas medidas visavam não só ampliar e impulsionar o sistema interno de produção capitalista, mas também o mercado de trabalho e a renda global, incluindo renda salário. Dessa forma, desde o início, esse *projeto social de desenvolvimento* se prestou a suavizar as tensões sociais existentes e à concretização da burguesia industrial. Não se tratou, então, de uma Revolução Burguesa, mas o impulso dinâmico de novas forças sociais em direção a um novo estágio de expansão do processo de constituição de uma formação econômico-social capitalista. “As transformações sofridas pela sociedade brasileira desde então se acham ligadas aos êxitos e aos insucessos da realização desse ‘modelo’.” Os processos de industrialização e urbanização fizeram parte dessas transformações que constituíram essa etapa do *desenvolvimento* da sociedade brasileira, por isso a denominação de etapa *urbano-industrial* com foco nos planos econômico, social e político.

A análise de Francisco de Oliveira (1977, p. 70) sobre o pós-30 e, sobretudo, a década de 1950 pressupôs, de um lado, uma *classe dominante*, uma *burguesia* vinda do café, “uma industrialização que não entrava em conflito com a oligarquia agrária; um Estado dirigido por representantes dessas oligarquias, mas que impulsionava a industrialização; e um proletariado de recente extração rural, cuja consciência de classe era embotada”. Esse “expediente manipulatório” era sintetizado pelo *populismo*.

No modo de ver de Bresser Pereira (1972), o modelo político de *desenvolvimento* que se esboçou no Brasil de 1970 poderia ser denominado de *tecnoburocrático-capitalista* – resultante da aliança entre a tecnoburocracia militar e civil e o capitalismo internacional e nacional, que a partir de 1964 fora chamado para participar do sistema. Modelo de *desenvolvimento* baseado no controle tecnoburocrático do governo por parte dos militares, dos técnicos e dos burocratas civis (grupos da nova classe média), e no controle capitalista da produção. Segundo o autor, essa aliança estabeleceu as bases de uma nova *dependência* – tecnológica e política, a partir dos anos 1950, não mais colonialista e anti-industrializante da oligarquia agrário-comercial do capitalismo do século XIX e começo do século XX, mas *desenvolvimentista*.

Seguindo esta análise, o *desenvolvimento* se fez através da integração do Brasil no sistema capitalista internacional, se transformando num *apêndice sem autonomia tecnológica e*

sem *autonomia de acumulação de capital*. *Dependência tecnológica* que se acentuava na medida em que as multinacionais não se comprometiam em desenvolver uma tecnologia nacional. Um processo de *desnacionalização* da economia se desenvolveu através das altas taxas de lucro e da perda do controle da poupança nacional. Esse modelo foi economicamente viável porque se baseou na *concentração de renda* e na *marginalização* de grande parte da população, facilitando, assim, o processo de *desenvolvimento*, porém criando distorções sociais profundas e *dependência* econômica e política.

Nos termos de Celso Furtado (1972, p. 48), “o rápido processo industrial altamente diversificado, também operou como um mecanismo de considerável concentração de riqueza.” O Estado, ao subsidiar de múltiplas formas o investimento industrial e equipamentos, agravou a tendência estrutural típica de uma economia *subdesenvolvida* na lentidão da elevação da taxa de salário no *setor moderno* e criação de emprego nos setores produtivos onde penetra a tecnologia *moderna*.

Neste sentido, Paul Singer (1973, p. 87) assinala que as análises sobre a repartição de renda afirmavam que a desigualdade na repartição refletia a “relativa escassez ou abundância dos fatores de produção, sendo o resultado do excesso de oferta de força de trabalho pouco qualificada.” Este raciocínio seria “comprovado” pela correlação entre o grau de escolaridade e o nível de renda. No entanto, existiam outros fatores de caráter estrutural, como os custos diferentes de reprodução da força de trabalho, os quais continham “elementos políticos e sociais que decorrem do grau de organização de várias categorias profissionais e das instituições que regem o mercado de trabalho”.

A respeito da história política e social brasileira no século XX, a análise de Ruy Marini (1985) nos conduz a duas fases bem caracterizadas. A primeira fase, de 1922 a 1937, a qual através de agitações e revoltas culminou na Revolução de 1930, com causas na industrialização empreendida durante a Primeira Guerra e na crise mundial de 1929, com intuito de *substituição de importações*. Essas transformações econômicas resultaram socialmente no surgimento de uma nova classe média, a *burguesia industrial*, e de um novo *proletariado* que passou a reivindicar seu espaço na estrutura política. Dessa realidade resultou um acordo do Estado Novo de 1937, sob a ditadura de Getúlio Vargas, em associação com a elite agrária e dos comerciantes, onde a *burguesia* se estabilizou no poder. Por sua vez, o *proletariado* foi beneficiado com concessões sociais e trabalhistas

e ao mesmo tempo enquadrado numa organização sindical tutelada pelo governo. Esse “contrato social” perdurou até 1950.

Seguindo a explanação de Marini (1985), uma grave crise política é produzida no início da década de 1950, culminando com o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. A partir daí, as classes dominantes em conflito tratam de encontrar uma fórmula de negociação para superar a crise econômica, a qual foi encontrada na abertura da economia brasileira aos capitais norte-americanos, numa tentativa de superar o vazio formado no setor cambial e conseguir inversões e financiamentos. Porém, em 1960 essa expansão começou a se esgotar, dando sinais na diminuição das rendas internas, queda de preço e volume das exportações e da grande exportação de lucros, levando o país a uma grande crise cambial e aceleração da inflação. A crise estrutural da economia brasileira levou à crise política no começo dos anos 1960, com Jânio Quadros e Goulart, tendo seu ápice no Golpe Militar de 1964. A partir dessa análise de Marini, Rizzotto e Nogueira (2005) concluem que os planos e projetos de *desenvolvimento* econômico e social no Brasil, através dos diferentes governos ao longo do século XX, não alcançaram seus objetivos devido à dinâmica de *acumulação* do capitalismo mundial que impôs aos países dependentes um grau de transferência de valor, impedindo a implementação de políticas e projetos redistributivos. Na realidade, durante essa trajetória se observou o caráter restrito e compensatório das políticas sociais, pautadas na superexploração do trabalhador. Por outro lado, houve um entendimento que o *desenvolvimento econômico*, por si só, levaria naturalmente ao *desenvolvimento social*.

Neste contexto, René Dreifuss (1981) argumentou que, no período JK, o capitalismo brasileiro, além de tardio, *subordinado* e *dependente* do capitalismo central, tornou-se também *transnacional* e *oligopolista*, devido à expansão e *acumulação* das grandes empresas que permitia o controle oligopolista do mercado. Por conseguinte, as multinacionais passaram a controlar a economia e a orientar o *desenvolvimento* do Brasil.

A este respeito Herbert José de Souza (1989) sugere que existia nessa época uma conotação desvirtuada sobre *desenvolvimento*. Desenvolver o *capital* era a mesma coisa de desenvolver a nação e esse *capital* daquela época era o *capital industrial* o qual se *transnacionalizava*. Por isso mesmo a indústria automobilística passou ser a locomotiva dessa era no Brasil. Falava-se em produzir um “carro nacional” porque era no território nacional, mas a tecnologia era completamente estrangeira. Dessa forma, no governo JK

o *capital transnacional* virou símbolo de nação e *desenvolvimento*. Essa integração da economia brasileira ao capital internacional foi aprofundada mais tarde durante o regime militar.

Neste sentido, Argemiro Brum (1993) propôs que o Plano de Metas do Governo JK visava intensificar o ritmo da industrialização no país, através da implantação da indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos) e de bens intermediários (combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel e celulose, entre outros). Através da construção de Brasília viria a rede de transportes ligando os grandes centros urbanos do país. Tudo isso demandava elevados investimentos em infraestrutura, especialmente energia elétrica, os quais só poderiam ocorrer com o recurso de importação de bens de capital (máquinas, equipamentos) e para isso tinha-se que ampliar as exportações. Com isso as relações de troca, que entre 1948 e 1954 tinham melhorado, se deterioraram a partir de 1955. Esse impasse criou uma contradição, pois para evitar essa situação seria necessário incentivar a *acumulação* interna através da diminuição do consumo. Porém, como isso não era possível, o *desenvolvimento juscelinista* aconteceu às custas da inflação, o que causou acentuada transferência de renda entre setores. O governo aumentava a arrecadação e a emissão de papel-moeda; os empresários repassavam o aumento às *mercadorias*; e os *assalariados* eram prejudicados, pois não tinham a quem repassar. Por outro lado, aumentaram as desigualdades regionais e as empresas nacionais foram enfraquecidas.

A respeito do pós-guerra, Cardoso (1993) observa que a teoria do comércio internacional foi o ponto de partida para a análise dos principais problemas econômicos da América Latina. Depois do período de *acumulação* de divisas durante a Segunda Guerra, houve dificuldade de manter os preços competitivos no âmbito internacional e iniciou-se um processo de dívida externa. Ou seja, “os donos do poder mundial” desejavam que os países de economia periférica voltassem à sua “vocação” de exportadores de produtos “tradicionais”. Foi então que, através da CEPAL, abriu-se o debate sobre o “livre-comércio” internacional e a necessidade de industrializar a *periferia*, pois as discussões alegavam haver uma troca desigual e uma economia oligopólica. Portanto, na década de 1950 houve a proposta de promover o *desenvolvimento* através da industrialização coordenada pelo Estado. Nesse momento as Empresas Multinacionais passaram a atuar em escala mundial e a desenhar uma *nova divisão internacional do trabalho*. Já na década de 1960 houve uma ênfase nas análises da *dependência* que mostravam que existia uma

articulação estrutural global entre o *centro* e a *periferia*, a qual não se limitava ao mercado internacional, mas permeava toda a sociedade e os interesses de classe e políticos. Foi assim que a questão do *desenvolvimento* deixou de ser uma questão puramente econômica e passou a ser também uma questão política.

Houve também outras análises divergentes, as quais mostravam que havia uma tendência à estagnação econômica da *periferia* devido à *estreiteza dos mercados*, como é o caso da Teoria de Estagnação de Celso Furtado (1968), a qual alegava que as assimetrias da oferta residiam no fato de os *capitais* se estabelecerem em bases puramente conjecturais e apontava os oligopólios e monopólios como causadores diretos dessas assimetrias. Porém, Maria da Conceição Tavares (1985) questiona a alegação de Furtado argumentando que o modelo foi considerado como se estivesse operando em regime de concorrência perfeita e que a retomada do crescimento contradizia a teoria estagnacionista proposta por Furtado.

Já Serra (1998) salientou um período de crescimento econômico vertiginoso que começou no pós-guerra e se estendeu até os anos 1980. Entre 1956 e 1961, a taxa média de crescimento do produto industrial alcançou 11% a.a. Este ciclo ascendente foi interrompido entre 1962 e 1967 quando esta taxa declinou, chegando a 2,6% a.a. No mesmo período as taxas de crescimento da formação bruta de capital fixo decaíram, evidenciando a perda do dinamismo da economia. As taxas de inflação pularam de 34,7% a.a. em 1961 para 50,1% a.a. em 1962, alcançando 89,9% a.a. em 1964. Em 1968, a economia voltou a crescer e a taxa de crescimento do produto industrial ficou na média 13% a.a. até meados de 1973, com o chamado período do “Milagre Econômico Brasileiro”.

Enquanto isso, no mundo rural, uma “revolução” também estava acontecendo. Caio Prado Júnior (2000) assinala que foi quase uma surpresa a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em março de 1963. Este fato, apesar de estar ligado às reformas de base tão apregoadas, partindo do princípio de que a legislação social-trabalhista, enfim, iria chegar ao campo, foi cercado de desinteresse e pouca discussão. O autor indica que se tratava de uma complementação da abolição da escravatura de 1888. As relações de trabalho nas atividades produtivas agropastoris apresentavam grande complexidade, visto que a remuneração assumia diferentes formas, ou seja, parte em produto, parte pela ocupação produtiva de certas áreas para exploração própria, além das diferenças regionais

das atividades. Porém essas variáveis não foram levadas em conta e o Estatuto foi reduzido ao salário mínimo equivalente ao trabalhador urbano, sem refletir a realidade do campo. As categorias *parceiros*, *meeiros*, *terceiros* e outras, segundo o pesquisador, foram consideradas, pela esquerda, como características “feudais” da economia agrícola brasileira. Houve um deslocamento desses trabalhadores do campo para as periferias das cidades, transformando-os em *boias-frias*, categoria usada no Centro-sul do país e *trabalhadores clandestinos* ou *corumbas*, na Zona da Mata e Agreste nordestinos.

Entre 1940 e 1980, a população urbana aumentou em 80%, comenta Darcy Ribeiro (1995). Foi quando houve o maior êxodo rural da história e nenhuma cidade brasileira estava preparada para receber esse contingente, levando à *miserabilização* da população urbana e grande pressão na competição por empregos. O fenômeno de *inchação* das cidades e esvaziamento do campo se deu em todo país, mas São Paulo se destacou. A produção agrícola foi mecanizada, aumentando a produtividade. Esse *translado astronômico* gerou uma *urbanização caótica*, a qual entrou em crise em 1982, impossibilitando o crescimento econômico e deformando o *desenvolvimento* nacional. A estrutura agrária latifundiária não foi capaz de produzir, acompanhando o crescimento da população, e de empregar a *massa rural* que foi expulsa do campo e condenada à *marginalidade*. Esse movimento foi seguido pela *espoliação estrangeira* apoiada pela política de governo que a fez *sócia da expansão industrial* e conseqüentemente da economia e riquezas produtivas do país. Essa política promoveria uma *Revolução Industrial* e faria de São Paulo um *polo de colonização interna*. Esse processo de *metropolização* absorveu parcelas da população rural que não encontrou lugar no sistema de produção, levando-as a se transformar numa *massa desempregada*. Esse *liberalismo aloucado* regeu a economia brasileira desde 1964, enriquecendo os ricos e empobrecendo os pobres.

Dentro deste contexto, Manuel Correia de Andrade (2005) realça que a SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi criada numa hora oportuna, na década de 1960, visando coordenar a aplicação de verbas públicas para salvar a região do *flagelo do subdesenvolvimento*. Porém, admitindo a elevada densidade demográfica e uma *estrutura fundiária arcaica*, preferiu apostar na abertura de novas áreas agrícolas, como no Maranhão e no sul e oeste da Bahia com *terras devolutas*, esperando assim aumentar as áreas irrigadas, a produção de gêneros alimentícios e mitigar a fome. Dessa forma evitou-se a Reforma Agrária e o desagrado dos latifundiários, e os problemas

socioeconômicos não foram solucionados. Na análise de Francisco de Oliveira (1987, p. 75), no pós-64, o sistema se recriou, mas não se desatou dos “esquemas de *acumulação* arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento”. O autor acrescenta que a diferença das etapas anteriores reside na “combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas”. Querendo dizer que o pós-64 não se compatibiliza com uma “imagem de uma revolução econômica burguesa”, mas é no fundo “uma combinação de expansão econômica e repressão”.

Esse foi o cenário socioeconômico e político no qual se desencadeou e se desenvolveu a *Feira da Sulanca* nas décadas de 1950 e 1960. Um contexto de “revolução industrial” politicamente manipulada por uma *burguesia* vinda das oligarquias agrárias com produção capitalista subordinada e *dependente*. Esse “modelo” urbano-industrial gerou uma *massa marginal* que estruturou uma rede produtiva e comercial à *margem* do modelo *formal*, a qual se expandiu por toda região Agreste de Pernambuco e hoje constitui a principal fonte de renda desses *agentes sociais agrestinos*.

1.3. A emergência da Teoria da Marginalidade

Também a partir de uma abordagem crítica sobre os resultados frustrantes das experiências desenvolvimentistas na América Latina e se inspirando em uma perspectiva marxista, desenvolveu-se a Teoria da Marginalidade. Um dos seus mais expressivos expoentes foi José Nun (2000), com sua *Tese da Massa Marginal*. O autor parte do pressuposto de que não se deve confundir as noções de *superpopulação relativa* e *exército industrial de reserva*, discutidas por Marx em *Grundrisse* e *O Capital*. Para o referido autor, Marx teria tratado da ideia de *exército de reserva* como expressão da *superpopulação relativa* naquele momento do *desenvolvimento* capitalista, o que teria causado a confusão. O *exército industrial de reserva* foi analisado por Marx nas suas formas *latente*, *estagnada* (formas transicionais) e *flutuante*.

Sobre a produção crescente de uma *superpopulação relativa* ou de um *exército industrial de reserva*, Marx (1950) sustenta que a demanda de trabalho absoluta que ocasiona um *capital* se dá em razão não de sua grandeza absoluta, mas, de sua *parte variável*, que é representada pela *força operária*. A demanda de trabalho relativa que ocasiona um

capital, ou seja, a proporção entre sua própria grandeza e a quantidade de *trabalho* que ele absorve, é determinada pela grandeza proporcional de sua *fração variável*. Portanto, a *acumulação* que amplia o *capital social* reduz simultaneamente a grandeza proporcional de sua *parte variável* e diminui dessa forma a demanda de trabalho relativa.

Sendo assim, retomando as categorias de Marx (1950), vemos que a indústria moderna não para de atrair e rejeitar alternadamente os operários. Portanto, o número de trabalhadores explorados vai aumentar como vai diminuir proporcionalmente à escala da produção, transformando uma *superpopulação* existente em sua forma *flutuante*. Dentro do sistema industrial moderno, onde as máquinas desempenham um papel auxiliar junto à *divisão moderna do trabalho*, a indústria emprega massivamente os operários jovens do gênero masculino. Dessa massa jovem, se aproveita um contingente baixo e se descarta a maioria. Este elemento da *superpopulação* aumenta à medida que a grande indústria se estende. Uma parte migra seguindo a *migração do capital*. Como a população feminina aumenta mais rápido do que a masculina e o crescimento natural da *classe operária* não é suficiente à necessidade de *acumulação capitalista* e ultrapassa, apesar disso, as faculdades de absorção do mercado nacional, essa situação vai conduzir a uma contradição, que é inerente ao movimento do *capital*, o qual necessita de uma proporção maior de mulheres, crianças e adolescentes, mais do que de homens feitos. É por isso que ao mesmo tempo em que temos uma *massa de desempregados*, temos falta de *mão de obra qualificada*. O *capital* vai substituindo a *força de trabalho* sempre por outra mais jovem, que, a uma idade madura terá que descer um degrau da *escala social* e se contentar com isto, por não se encontrar definitivamente relegado entre os *excedentes*. Devemos observar que esta análise de Marx reflete a realidade do mercado britânico do século XIX, no auge da Primeira Revolução Industrial, porém, todo este pensamento marxiano continua ainda bem atual em plena *Terceira Revolução Industrial*.

Marx (1950) observa que o *regime capitalista* se apropria da agricultura e que a demanda de trabalho no campo diminui absolutamente à medida que o *capital* se *acumula*. A repulsão da *força de trabalho* não é na agricultura, como na indústria, compensada por uma atração superior. Uma parte da população do campo se encontra sempre no ponto de se converter em população urbana ou manufatureira e à espera de circunstâncias favoráveis a esta conversão. Para que as zonas rurais se tornem uma fonte de *migração* para as cidades, é necessário que no próprio *campo* haja uma *superpopulação latente* a qual só é percebida quando os *canais de descarga* se escancaram. O *trabalhador agrícola*

se encontra com o salário reduzido ao mínimo e já a um passo do *pauperismo*. Esta *superpopulação latente* de Marx já se encontrava no Nordeste agropastoril dos anos 1950 e as grandes *secas* daquela época criaram um *êxodo rural* (“os canais de descarga” de Marx), em direção a São Paulo onde se encontrava a indústria daquela época e a transformou numa *massa marginal* urbana de São Paulo.

Continuando com Marx (1950), a terceira categoria da *superpopulação relativa*, a *estagnada*, pertence bem ao *exército industrial ativo*, mas ao mesmo tempo a irregularidade extrema das suas ocupações faz dela um reservatório inesgotável de forças disponíveis. Acostumada à miséria crônica, às condições de existência precárias e vergonhosamente inferiores ao nível normal da *classe operária*, ela se torna a grande base de ramificações especiais de exploração onde o tempo de *trabalho* atinge seu *máximo* e a taxa de *salário* seu *mínimo*. O *trabalho* dito *a domicílio* é um exemplo bem típico. Esta camada da *classe trabalhadora* é recrutada sem cessar entre os *excedentes* da grande indústria e da agricultura e, sobretudo, nas esferas de produção onde a profissão sucumbe frente à manufatura e frente à indústria mecânica. Fora os contingentes auxiliares que vão da mesma forma engrossar suas fileiras, esta categoria se autorreproduz numa escala progressiva. Ainda em Marx (1950), o derradeiro resíduo da *superpopulação relativa* habita o inferno do *pauperismo*. Abstração feita dos vagabundos, criminosos, prostitutas, meliantes. Esta *camada social* se compõe de três categorias: a primeira compreende os *trabalhadores capazes* de trabalhar, que aumenta de número a cada crise e diminui a cada retomada de crescimento; a segunda categoria compreende os filhos dos pobres e os órfãos, são também candidatos da *reserva industrial* que, nas épocas de alta prosperidade, entram em massa no serviço ativo; a terceira categoria do *pauperismo* abraça os *miseráveis*; primeiramente os operários, os quais o desenvolvimento social empobreceu e excluiu; em seguida, aqueles que infelizmente ultrapassaram a idade normal do assalariado; e, por último, as vítimas diretas da indústria – os doentes, os inválidos, as viúvas, cujo número aumenta com o perigo das máquinas, das minas, da química etc. Marx (1950) argumenta que, na realidade, o *pauperismo* é o *asilo dos inválidos* do *exército ativo do trabalho* e o *peso morto* da sua *reserva*. Sua produção está incluída na *superpopulação relativa*; sua necessidade está dentro da necessidade da *superpopulação relativa* e forma dentro dela uma *condição de existência da riqueza capitalista*. As mesmas causas que desenvolvem a *força expansiva do capital* levam a colocar em disponibilidade a *força operária*, a *reserva industrial* deve aumentar com a energia da

riqueza. A grandeza relativa do *exército industrial de reserva* se amplia, então, junto com os limites da riqueza. Quanto mais este *exército de reserva* aumenta, comparativamente ao *exército ativo de trabalho*, mais aumenta a *superpopulação* consolidada, *excedente de população*. Esta é, segundo Marx, a *lei absoluta e geral da acumulação capitalista*. A ação desta lei, como qualquer outra, é naturalmente modificada por circunstâncias particulares.

Para Nun (2000), entretanto, se a noção de *exército industrial de reserva* foi analisada por Marx nas suas formas *latente*, *estagnada* (formas transicionais) e *flutuante*, o mesmo se deteve nesta última, quando a “produção tão prontamente repele como volta e atrai” a força de trabalho. Conforme Nun (2000) é muito importante considerar que a *superpopulação relativa*, dependendo das circunstâncias, produz *efeitos não funcionais*, introduzindo, assim, a categoria da *massa marginal*. Segundo argumenta, há diversos processos de *acumulação* que se superpõem e se combinam, gerando mecanismos que se pluralizam e variam de funcionalidade de efeitos, de acordo com o setor, ao conceber a *superpopulação relativa*. Dentro desta ótica, os *sulanqueiros* e *retalheiros* consistiriam em uma *massa marginal*, mas se ela é funcional ou não analisaremos mais adiante.

Seguindo também uma linha do pensamento marxista, Milton Santos (1978) discorda de Nun e argumenta que a *formação do salário* nas *atividades modernas* também coloca em risco a tese da *massa marginal*. As enormes possibilidades de trabalho da *massa marginal* pesam fortemente sobre o *mercado de trabalho* não intelectual no *circuito moderno*, tendo como efeito o rebaixamento dos *salários*. Implica, ao mesmo tempo, um aumento da *taxa de lucro*. Portanto, para Santos (1978), não se pode concordar com Nun, quando este afirma que a *massa marginal* contém um elemento *afuncional* ou *disfuncional*. Ao contrário, ela teria um papel preciso no *funcionamento* da fase atual do *sistema capitalista*, porque facilitaria a *acumulação* no *centro* e na *periferia*.

Já na análise de Cardoso (1993), também em contestação à tese de Nun, a *marginalidade* é *funcional* ao *desenvolvimento* capitalista *periférico*. Em *determinadas condições*, o barateamento da abundância da mão de obra pode influenciar na *acumulação*. Porém, a expansão capitalista não só depende do *exército de reserva*, mas do custo da reposição da força de trabalho, da taxa de lucro, da competição entre os capitalistas, da tecnologia, entre outras coisas. Para que a *marginalidade* force o rebaixamento do custo de reposição, atribuídos aos *exércitos de reserva*, ao mínimo, é preciso que seja um movimento amplo,

como também os custos devem depender da existência de uma *produção de meios de vida feita à margem do sistema capitalista-industrial* – uma *produção para o consumo à margem do sistema*. As “populações marginais” devem ser explicadas pela formação histórica do capitalismo na América Latina, dentro de suas características de distintos *modos de produção* subordinados ao capitalista.

Outros autores contribuíram com essa discussão, favorecendo por ângulos diversos as abordagens centradas na noção de *marginalidade*. Anibal Quijano (1966), por exemplo, propôs a distinção entre *pequena burguesia marginal* (constituída por aqueles que se tornam marginais em consequência da posição *marginal* de sua profissão no sistema econômico renovado: artesãos, pequenos produtores de serviços e pequenos comerciantes) e *assalariado marginal* (que compreende uma espécie de extensão do restante do proletariado industrial urbano). Ao abandonar as atividades da *pequena burguesia marginal* na cidade ou no campo, e não tendo ainda ingressado na força de trabalho demandada pela indústria, são obrigados a procurar ocupações de salários marginais. Na visão de Jaime Campos (1971), nunca houve uma *marginalidade* generalizada. O que existe são tipos que variam com as dimensões e os referenciais. Existiria, então, uma *marginalidade* econômica, uma política, uma cultural, etc. Poderíamos falar, então, de *marginalidades* parciais e situações de *marginalidade*. O autor observa que o conceito de *marginalidade* teve desde sua origem uma carga de valor, ou seja, indivíduos dentro de uma situação considerada moralmente deplorável. Portanto, não existiria uma única definição de *marginalidade*, mas determinadas dimensões privilegiadas de acordo com os valores e interesses de cada observador. De acordo com Kowarick (1985), a *marginalidade* é uma categoria antiga já percebida pelos estudiosos na Idade Média como fenômeno transitório, quando os *proletários potenciais* se transformaram, não em reais trabalhadores, mas numa *massa de indigentes*. Portanto, inerente ao modo de produção capitalista são os mecanismos que originam a *marginalidade*, criando desempregados, subempregados para a formação do *exército industrial de reserva*. Todavia, no *capitalismo dependente* latino-americano, as *formas tradicionais de produção*, como as economias de subsistência do setor agrícola, o artesanato rural e a indústria a domicílio e, também, a criação de “novas” formas, fazem parte de um *modo de produção* claramente *capitalista* articuladas no processo de *acumulação*. Um *subdesenvolvimento* gera uma *superexcludência*, por não ser capaz de integrar sua força de trabalho.

Já Paul Singer (1974) preferiu denominar este fenômeno de *Setor Autônomo* da economia não desenvolvida, se referindo às iniciativas individuais compostas de: atividades rurais; comércio varejista; serviços como bares, oficinas de reparação, jardineiros, engraxates, carregadores, táxis; artesãos e indústria doméstica como costureiras, alfaiates, ceramistas, processamento de fumo, padarias; profissionais liberais; e o “lumpen”, formado de mendigos, prostitutas e delinquentes. Esse *trabalho autônomo* seria fruto da *sub-remuneração dos meios de produção*. Portanto, não estariam no cálculo da produção o valor do espaço doméstico para produzir, nem a mão de obra familiar para poder absorver a força de trabalho ociosa e concorrer no mercado capitalista.

Por outro lado, Prandi (1978) atribui ao mesmo fenômeno a categoria de *trabalhador por conta própria*, o qual, dentro da *divisão social do trabalho*, conta somente com sua própria força de trabalho aliada à força de trabalho familiar, dispondo de pouco ou nenhum capital, de baixo nível de qualificação e de condições materiais precárias. Segundo Prandi, são esses: artesãos, vendedores ambulantes ou não, os que fazem consertos e pequenas reparações, os que prestam serviços pessoais e domésticos. De acordo com o autor, os profissionais liberais e os técnicos não assalariados também se enquadram nesta categoria, embora façam parte das classes médias urbanas. O autor argumenta que o confronto entre os trabalhadores assalariados e os “por conta própria” deve ser entendido dentro de uma realidade estrutural e não de relações históricas entre as duas categorias. *O trabalhador por conta própria* teoricamente estaria excluído da estrutura da *sociedade de classes*, detendo-se em produzir um *valor* de consumo para ser incorporado ao *capital*, porque faz parte das *categorias residuais*, que de acordo com a teoria marxista estariam fadadas ao desaparecimento por serem “historicamente anacrônicas”, mas ao contrário dessa previsão teria sobrevivido, se enveredando e se mesclando ao *modo de produção capitalista*. Sendo assim, de que maneira, então, o *trabalho por conta própria* participa do quadro mais amplo de *acumulação* sob o domínio do *capital*? Para Prandi (1978), o *trabalho autônomo* se alimenta do *excedente* produzido pela *produção capitalista* que assegura a “sobrevivência” ao *excedente* do *exército industrial de reserva*, mantendo, assim, o processo de *depressão real dos salários* e impedindo o desemprego em massa. Ou seja, a *produção capitalista* desvia uma parte de *excedente* produzido pelo *trabalho assalariado* para manter uma parcela da população que não lhe interessa de imediato. Portanto, o *trabalho autônomo* seria a produção de bens e serviços de baixo rendimento para o *capital* e a garantia para anular um possível

conflito de classes. Prandi se opõe à *Teoria da Marginalidade*, quando argumenta que a lógica geral está em produzir *mercadoria* barata para contribuir com o barateamento da *força de trabalho (informalidade)*, incluindo assim o *trabalho autônomo* no processo de organização de vários setores da produção. O autor sugere que se a forma clássica de *exploração* que permite a *reprodução do capital*, simples e ampliada, é a extração da *mais-valia*, outras formas de *mais-valia* são representadas pela *exploração do trabalho doméstico da mulher*, pelo *trabalho assalariado não produtivo*, pela jornada de trabalho nas “horas vagas” para garantir a sobrevivência da família. Prandi conclui que o *trabalho por conta própria* tem um sentido estrutural, um elemento específico do processo de *acumulação do capitalismo latino-americano*, muito mais do que um trabalho *marginal*.

Por conseguinte, o termo *marginalidade* é uma concepção latino-americana, para definir a pobreza mais extrema, frente aos processos de industrialização e urbanização que se estabeleceram na região na passagem da primeira para a segunda metade do século XX, e se constitui em si mesmo em uma categoria explicativa. Há autores que explicam o significado do termo conforme o funcionamento do sistema ou do processo de *desenvolvimento* que implica modificações estruturais. Nessa discussão, a *marginalidade* é entendida como algo dentro do sistema, um dos ingredientes do seu dinamismo, à medida que facilita a *acumulação* pelo baixo nível de *salários* e oferta abundante de mão de obra disponível no *setor tradicional*. O sistema pode ter uma taxa de crescimento elevada apesar de não incorporar uma boa parte da população aos benefícios daquele crescimento, aponta Helga Hoffman (1980).

Houve uma discussão acirrada nas décadas de 1960 e 1970 entre os intelectuais da época sobre se essa *massa marginal* não seria simplesmente o *exército industrial de reserva* de Marx e se seria funcional ou não. Outra alegação, ou questão, era de que o *exército industrial de reserva* seria incorporado ao processo produtivo e a nossa *massa marginal* latino americana seria incapaz de ser absorvida pelo *setor monopolista*, mas, teria sua *função* na dinâmica do *subdesenvolvimento periférico* a partir do *desenvolvimento global*.

Outro campo de abordagens se deteve sobre tais segmentos não absorvidos, ou não completamente absorvidos, pelo desenvolvimento capitalista na sua periferia, tendo como referência as noções de *setor informal* e de *informalidade* as quais analisaremos doravante.

1.4. A evolução histórica do termo *informalidade*

Conforme Machado da Silva (1971), a *marginalização* foi tida como um tema complexo porque refletia as particularidades específicas do processo de *desenvolvimento* latino-americano. Machado, nas suas pesquisas nas favelas do Rio de Janeiro, identificou um mercado de trabalho bipolar, que ele denominou de *mercado formal* e *mercado não-formalizado*, que apesar de opostos, seriam ambos, altamente institucionalizados. Portanto, a dicotomia *formal/informal* estaria referida tão somente ao âmbito jurídico. A tipicidade do *mercado não-formalizado* seria o *significado econômico das relações* pessoais, que transforma o trabalhador em cliente de inúmeros patrões. Os *laços de clientela* significam uma garantia mínima de sobrevivência. A baixa remuneração poderia permitir vantagens como: pequenos empréstimos, comida, roupa e indicação de novos clientes. Logo, o *mercado não-formalizado* poderia ser caracterizado pela “invisibilidade” legal que se alia à “personificação” da força de trabalho, se tornando, assim, extremamente flexível. A centralidade da segurança de trabalho estaria simplesmente no trabalhador, sem restrições jurídicas, ou seja, o que é realmente típico deste mercado é justamente a substituição da proteção legal das relações de trabalho pelos *laços de clientela* com o maior número de *fregueses* possível. Consequentemente, apesar de dispor de certa independência pessoal, o trabalhador estaria restringido em sua autonomia e exposto à manipulação dos *fregueses*. Por conseguinte, a *flexibilidade* seria manifestada pela determinação dos preços e da estabilidade da ocupação em suas diversas nuances que possibilitam *vínculos indiretos e informais de trabalho*.

Nesse mesmo momento, Keith Hart (1973) se utilizou do termo *informal* e *informalidade* ao pesquisar as atividades econômicas do setor de baixa renda e o *subproletariado* em Gana, na África Ocidental da década de 1960. O autor observou, na sua pesquisa, que a inflação dos preços, os salários inadequados e uma *mais-valia* crescente no mercado de trabalho urbano, levaram as atividades de geração de renda do *subproletariado* a um alto grau de *informalidade*. De acordo com Vêras de Oliveira (2011a), a expressão *setor informal* foi usada oficialmente pela OIT através do seu Relatório do Quênia, publicado em 1972, reconhecendo a existência de *trabalhadores pobres*, sem nenhum tipo de proteção. Essa declaração revelou os primeiros estudos na área e levou às primeiras ações oficiais em relação ao trabalho *precário* na *periferia*. Ainda segundo o autor, o enfoque

da *informalidade* nas últimas décadas foi atrelado às abordagens sobre a *reestruturação produtiva*, dentro dos processos de *heterogeneização*, *terceirização* e *flexibilização* do trabalho.

As tentativas para explicar a *informalidade* produziram, segundo Alexandre Barbosa (2011), quatro correntes de interpretação. São elas: a corrente de visão estruturalista, representada principalmente por Prebisch e Tokman; a de inspiração marxista, através da *Teoria da Dependência* e da *Marginalidade*; a corrente neoliberal, tendo como seu principal representante De Soto e; os autores considerados neomarxistas, como Castells e Portes. Tentaremos, então, analisar essas diferentes correntes de pensamento sobre o assunto, dando maior clareza aos detalhes pertinentes à nossa hipótese.

Um marco nesse debate foi o trabalho intitulado *Oportunidades de Renda Informal e Emprego Urbano em Gana*, publicado pelo antropólogo social britânico, Keith Hart, no *Jornal de Estudos Africanos Modernos*, em 1973, fruto de extensa pesquisa desenvolvida durante a década de 1960, sobre um grupo étnico do norte de Gana, chamado *Frafras*, que havia migrado para as áreas urbanas do sul de Gana. Gana é um país situado na região equatorial do oeste da África, antiga colônia britânica e com graves problemas socioeconômicos. Accra é a capital e fica situada na região litorânea do sul do país, equivalente a São Paulo em termos de atração de mão de obra. Esse estudo é bastante relevante à nossa tese, pois reflete situação semelhante aos *retirantes nordestinos* nas décadas de 1950 e 1960. Os *Frafras* são migrantes intrarregionais com um perfil socioeconômico equivalente aos *retirantes nordestinos* e, da mesma forma, se deslocam da região mais ao norte e agropastoril do país, em busca de oportunidades de trabalho na região industrializada, no sul do país. Da mesma maneira, eles terminam apinhados nas *favelas* de Accra, formando um imenso contingente de pessoas iletradas e de baixa qualificação profissional, incapaz de ser absorvida pelo *setor moderno*. A questão de Hart, nesse estudo, é se o *exército de reserva de desempregados e subempregados urbanos* realmente se constitui numa maioria explorada e passiva em cidades como Accra, ou se suas atividades econômicas *informais* possuem alguma capacidade autônoma para gerar crescimento nas rendas da pobreza urbana e rural. Suas conclusões sobre as atividades *informais* em realidades subdesenvolvidas como a de Gana são diversificadas. O autor pressupõe que socialistas podem argumentar que o domínio capitalista estrangeiro nessas economias determina o escopo do *desenvolvimento informal* (e *formal*), o qual condenaria a maioria da população urbana à privação e exploração. Já os liberais, segundo o mesmo

autor, tendem a ver nessas atividades *informais* uma iniciativa empreendedora para alavancar as economias subdesenvolvidas. Hart também sugeriu que a falta de *desenvolvimento* industrial significativa em cidades antigas como Accra tinha nessas atividades *informais* uma relativa atração de oportunidades, no entanto, Accra não era a única e uma comparação intercultural e histórica das economias urbanas em processo de *desenvolvimento* deveria ser dedicada à análise das estruturas *informais* como também das *formais* nas discussões do enfoque sobre as economias em *desenvolvimento*. O *locus* da pesquisa de Hart cobre principalmente Nima, onde se alojavam os migrantes *Frafras*, correspondendo ao Brás em São Paulo, reduto dos *nordestinos*. Em Nima, existiam *redes sociais informais* estabelecidas pelos *Frafras*, que se encarregavam da colocação das pessoas nas devidas ocupações, tanto quanto os *nordestinos* no Brás, pós Hospedaria dos Imigrantes. Os imigrantes de certas áreas tendem a trabalhar num nicho específico do mercado, outra similaridade com a realidade de São Paulo. A procura por emprego é de estilo conservador, através de relacionamentos prévios, ou seja, segue o mesmo modelo do *nordestino* que chega a São Paulo e arruma um trabalho para um parente próximo através de um amigo da mesma região ou de outro parente. As ocupações se superpõem, a grande maioria tem dois ou três trabalhos, seja só no *informal* ou nos dois setores, *formal* e *informal*, já que os salários são baixos e o custo de vida alto. Os atores sociais africanos também mantêm um intercâmbio frequente com o local de origem, para enviar alguma soma em dinheiro para os que lá ficaram ou mesmo para garantir um local ou uma renda para a velhice, quando pretendem retornar ao lugar de origem.

Considerando que nenhum conjunto de teoria ocidental era capaz de explicar as dinâmicas africanas, Hart propôs um modelo de análise que se constituiu numa “balança de pagamentos”, na qual a matriz teria como entrada as atividades *formais* e como saída as atividades *informais*. A exportação seria constituída das compras feitas no *setor informal* com salários *formais* e a importação, de compras feitas no *setor formal*, financiada pela renda *informal*. A “balança de pagamentos” entre os setores seria completada pelas transferências líquidas feitas pelas atividades ilegais (que muitas vezes não coincidem com a noção da moral burguesa de ilegalidade) e pelas trocas das atividades *formais* com o resto do mundo e do *setor informal* com o *setor informal*. Uma conta corrente excedente em favor do *setor informal* em relação ao *formal* deveria, nessa abordagem, ser compensada pelo fluxo de capital na direção oposta ou pelo déficit com o setor rural. Este modelo de análise de Hart refletia o caráter híbrido e complexo das relações de trabalho

no universo do mercado subdesenvolvido e mostrava que esta dualidade não era estática, ela interagiu e se mesclava. De acordo com Hart, esta realidade é comparável ao que Lewis conceituou de “cultura da pobreza”, como resultado dos seus estudos na América Central, ou seja, atividades do mundo econômico fora da força de trabalho organizada. A distinção, segundo Hart, entre *formal* e *informal* é baseada na diferença entre trabalho assalariado e trabalho por conta própria. A chave da variação é o grau de racionalização do trabalho: se o trabalho é recrutado para termos fixos de remuneração. O residual que foge às categorias do *setor moderno* é geralmente classificado como *setor urbano de baixa produtividade, exército de reserva de subempregados e desempregados, setor urbano tradicional* e outras denominações deste tipo. Hart assinala que sua preocupação principal é com a disponibilidade destes significados *informais*, principalmente para aqueles que não têm salário do tipo *formal* – o residual, o subempregado e o desempregado.

Além disso, observa Hart, ao considerar as oportunidades de renda fora do emprego *formal*, devemos incluir certos tipos de atividades criminosas. O pesquisador classifica as atividades *formais* como sendo: os salários do setor público; do setor privado; benefícios do tipo pensão e outros. O *setor informal* é dividido em duas classificações: as oportunidades de renda *informal* lícita, subdividida em atividades primárias e secundárias, como agricultura e pecuária, construção civil, artesãos por conta própria, tais quais sapateiros, alfaiates, etc.; atividades terciárias com capital relativamente alto, como moradia e transporte; e a distribuição em pequena escala: camelôs, vendedores ambulantes, carregadores, fornecedores de comida e bebida, despachantes, etc.; outros serviços: músicos, lavadeiras, engraxates, barbeiros, fotógrafos, mecânicos e curandeiros; serviços de transferência de pagamento: fluxo de dinheiro, como presentes e produtos entre pessoas; empréstimo e mendicância; as oportunidades *informais* ilícitas: serviços: receptação, agiotagem, tráfico de drogas, prostituição, contrabando, suborno, corrupção, etc.; e transferências: trombadinhas, assaltos, jogatina, arrombamentos, etc. Hart argumenta que há duas formas de olhar estas atividades *informais*: pela perspectiva do indivíduo, como potencial de fonte de renda; e pela perspectiva de agregação da renda total e do fluxo de consumo na economia urbana. Devemos levar em consideração o grau de regularidade ou profissionalismo com o qual o indivíduo é engajado nas atividades *informais*. Só podemos falar de emprego *informal* em casos de envolvimento regular e não de fluxo de renda casual de natureza ocasional.

Os imigrantes *Frafras* participavam da distribuição em pequena escala, como comerciantes, levando produtos para vender no sul e retornando imediatamente; havia os que eram atacadistas no sul e faziam visitas periódicas à terra natal para repor o estoque; os que eram atacadistas sedentários e vendedores em grosso na cidade; e os que tinham parceria com outros, combinando todas essas operações. Um indivíduo podia trocar esses papéis por outro, por exemplo, um comerciante itinerante podia ficar temporariamente no sul. Havia outros eixos de diferenciações, tais como a natureza do meio de comércio (banca de *feira*, barraca de beira de estrada, vendedores ambulantes) e do produto a ser comercializado. Cada grupo de imigrantes era especializado em algum produto específico, possivelmente por ter acesso às fontes, controle de informação, confiança e cooperação, o que os fazia adquirir uma vantagem competitiva sobre os outros em relação a produtos específicos. Situação semelhante ocorreu com os *retalheiros* em São Paulo, que descobriram nos resíduos das fábricas têxteis uma fonte de comércio e monopolizaram este segmento de alcance intrarregional, transformados em cobertas e peças de vestuário pelas *costureiras* de Santa Cruz do Capibaribe, sendo vendidos através do comércio itinerante dos *sulanqueiros*, dando início, assim, a uma *feira* de roupas baratas, produzidas para a população pobre do Nordeste, como também do Norte, chamada *Feira da Sulanca*.

Compra e venda ocasional de bens de consumo era um meio comum de aumentar a renda em Nima. Tendo algum dinheiro disponível, o indivíduo comprava um objeto que ele sabia que podia vender mais caro depois, mas antes ele fazia uso do objeto por um tempo. A facilidade de entrada no comércio *informal* levava a uma conseqüente proliferação dos pequenos negócios e retorno individual baixo, menor que o ganho pelo mesmo tempo gasto numa atividade *formal* remunerada com o salário mínimo. Dessa maneira, aparecem naturalmente formas *informais* de regulação como grupos responsáveis por certos segmentos comerciais. As redes sociais servem de barreiras de regulação para a entrada no mercado *informal* e, no mercado africano, o monopólio de um produto por um grupo étnico também funcionava como uma barreira de regulação, mas a atividade de intermediação casual era livre das barreiras de regulação de entrada. Existia também o lado místico mercantilizado, tais como, médiuns, adivinhos, atividades religiosas diversificadas, e o lado cultural: músicos, cantores, entre outros.

Hart desenvolveu alguns estudos de caso de desempregados que entravam em atividades *informais* em Nima e observou que a *informalidade* funcionava como uma proteção para

os desempregados contra a dependência financeira dos outros. Uma forma de ter uma renda mesmo que fosse irregular, uma espécie de salário desemprego *informal*. A partir desses estudos, ele faz algumas reflexões sobre o campo. É sabido que o residual crescente de desemprego e subemprego nas grandes cidades dos países em *desenvolvimento* é uma ‘coisa ruim’. Mas, porque tem que ser assim? Em que precisamente este fenômeno constitui um problema? É pelo ponto de vista da pobreza (rendas individuais e familiares inadequadas)? Ou seria pela desorganização social e pela moralidade pública (taxas criminais)? Ou ainda pela superpopulação urbana, pressão na infraestrutura social nas grandes cidades? Ou mesmo uma questão perigosa para os políticos, de concentração de uma massa de favelados? Êxodo rural e conseqüente redução da capacidade agrícola? Ou seria em termos de produtividade do trabalho, utilização ineficiente da mão de obra ou redução da contribuição do crescimento econômico na renda nacional? Talvez pudéssemos fazer o mesmo tipo de reflexão sobre o *modo de produção e comércio sulanca* – porque estariam os órgãos oficiais tão interessados em regular e *formalizar* as atividades dos *sulanqueiros*? Em que exatamente esse *modo de produção* incomoda? Porque as *leis costumeiras da sulanca* são consideradas impróprias? Porque a *economia sulanca* é considerada *precária*?

A partir desta experiência de Hart nas principais áreas urbanas de Gana, a OIT empreendeu uma pesquisa no Quênia, país ao Leste da África, também antiga colônia britânica, que resultou num relatório reconhecendo o *setor informal* e dando início às primeiras políticas públicas de emprego voltadas para esses segmentos. Víctor Tokman (1977, 2001), herdeiro das ideias estruturalistas cepalinas de Prebisch e representante do P.R.E.A.L.C. (Programa Regional do Emprego para a América Latina e Caribe), partiu do pressuposto de que o modelo de crescimento latino-americano repercutia sobre o funcionamento dos mercados urbanos de trabalho. A incapacidade dos *setores modernos* de absorver a mão de obra num ritmo satisfatório, além da heterogeneidade da estrutura produtiva, determinava a existência de mercados de trabalho diferenciados. Os novos integrantes da força de trabalho urbano (provenientes do crescimento vegetativo das grandes cidades e das *migrações rurais*) não conseguiam emprego no *setor moderno*, tendo, então, que buscar trabalho em outros estratos produtivos. Para o PREALC, o mercado de trabalho *formal* ou *moderno* se caracterizava por postos de trabalho em empresas organizadas e de serviços pessoais demandados pelos de renda mais alta, portanto compreendendo os trabalhadores mais qualificados e com mais experiência em

cada categoria profissional. Já o mercado de trabalho *informal* era formado pelos *trabalhadores* que desenvolviam atividades *por conta própria*; os que trabalhavam em pequenas empresas e nos serviços de baixa produtividade. Tokman argumentou que não se tratava de um dualismo, pois era clara a existência de relações entre os diversos mercados. Contudo, o conceito de um mercado de trabalho *formal* estratificado permitia visualizar o *setor informal* no último degrau da hierarquia estabelecida pela heterogeneidade estrutural. Uma das características fundamentais do *setor informal* era a facilidade de entrada, ou seja, a ausência de barreiras administrativas e necessidade de pouco capital tanto físico quanto humano. As barreiras da *informalidade* se encontravam nas *redes* de inserção estruturadas em torno de *relações de parentesco* e *amizade*, o que exigia certo grau de organização, porém, mais viável do que a educação e o capital exigidos pelo *setor formal*.

Outro ponto relevante na análise do PREALC dizia respeito à *mobilidade* dos imigrantes das zonas rurais e urbanas. A pesquisa feita sobre a origem dos trabalhadores do *setor informal* mostrou que as atividades *informais* eram a porta de entrada ao emprego urbano de baixa produtividade. Existia certo consenso de que a *migração* por si só não implicava em ascensão social. Contudo, a inserção no mercado de trabalho urbano, mesmo em estratos inferiores, aumentava as possibilidades de mobilidade vertical. Também pertinente era a observação sobre a autonomia do setor. A pesquisa mostrou que setenta e cinco por cento da renda do *setor informal* era utilizada para comprar bens e serviços provenientes do *setor moderno* e que só vinte e cinco por cento da produção do setor se consumia dentro dele próprio. Donde se concluiu que a hipótese de autonomia estava descartada. Entretanto, mesmo encontrando elementos que descartavam a autonomia total, observava-se também que existiam atividades competitivas, como a indústria, e complementares (serviços). O PREALC considerava que as ocupações do *setor informal* eram de trabalhadores por conta própria, trabalhadores de serviços domésticos e os de unidades produtivas com menos de quatro pessoas. Consideraram-se também pertencentes ao *setor informal* todos os trabalhadores que percebiam renda inferior ao mínimo fixado por lei. Segundo o estudo, o *setor informal* já representava mais de cinquenta por cento da mão de obra urbana na América Latina. Quanto às características destes trabalhadores, em primeiro lugar aparecia que a participação das mulheres era maior no *informal* do que no resto da economia, mesmo quando excluindo o serviço doméstico. Observou-se, ainda, que o *setor informal* concentrava os trabalhadores mais

jovens e os mais velhos. Da mesma forma, encontravam-se os trabalhadores com baixa escolaridade e os analfabetos funcionais e os recém-chegados na cidade. Em relação às atividades desenvolvidas no *setor informal*, em torno de oitenta e cinco por cento dos trabalhadores estavam em atividades industriais como calçados, confecções e preparação de alimentos, além de comércio e serviços pessoais. E, para a grande surpresa de todos, os vendedores ambulantes, que representavam a imagem da *informalidade*, só ocupavam dez por cento dos trabalhadores.

Outro corte analítico bem latino-americano se estabeleceu sob uma perspectiva de tipo mais marxista, desenvolvida nas décadas de 1960 e 1970, abordada anteriormente e relacionada às *Teorias da Dependência* e da *Marginalidade*. O problema da *marginalidade*, para tal campo de estudos, se concentrou principalmente na capacidade de absorção da mão de obra pelo *setor moderno* e seus efeitos criadores de uma *massa marginal*, nos termos de Nun (2000), ou de *polo marginal*, nos termos de Quijano (2003), resultante do processo de *acumulação de capital*. Vimos que outros autores também trataram dessa questão, por ângulos diversos, tais como: Cardoso e Faletto (1970); Milton Santos (1978); Francisco de Oliveira 2003; Jaime Campos (1971); Helga Hoffman (1980); Lucio Kowarick (1985).

Quanto ao enfoque neoliberal, temos em De Soto (1986) seu maior expoente. A *Teoria da Economia Subterrânea* de De Soto propôs, a partir de um estudo minucioso junto aos que a exerciam em seu país, o Peru, que o *setor informal* não deveria ser vista mais como uma mera estratégia de sobrevivência, passível de ser descartada em um futuro remoto, mas como um caminho alternativo a ser trilhado pelas economias subdesenvolvidas. Para De Soto o *setor informal* seria a saída espontânea e criativa, encontrada principalmente pelas camadas populares, face à incapacidade do Estado em satisfazer suas aspirações mais elementares. Consequentemente, a “opção” pela ilegalidade em seus negócios e ocupações constituiria a única possibilidade às classes de renda mais baixas. De Soto apontou o Estado como sendo inoperante, incapaz e elitista e que marginalizava grande parte da população, além de ser burocratizado e não representativo da maioria. O excesso de burocracia do aparato estatal obrigava os desprivilegiados a procurarem a *informalidade*.

Outro enfoque mais recente sobre a *informalidade* é o da descentralização produtiva de Portes, Castells e Benton (1989), que remete à *globalização* e às mudanças ocorridas na

divisão internacional do trabalho. Esta análise aborda o processo de adaptação das empresas *modernas* para enfrentar a competitividade do mercado mundial, o que estaria resultando na introdução de *sistemas de produção flexíveis*. Tratar-se-ia de descentralizar os processos de produção e de trabalho, de modo a reduzir os custos com a produção e a mão de obra, deslocando-os para o exterior da empresa. A *descentralização* se associa à subcontratação de produtos e de mão de obra objetivando a evasão de obrigações de encargos trabalhistas. Esses esquemas de *terceirização* estariam levando a um tipo de *informalização*, porém, desta feita, não mais visando à sobrevivência de uma ampla parcela marginalizada da população, mas, a sobrevivência da empresa para facilitar um maior poder de *acumulação*. De acordo com Tokman (2001), devemos distinguir os fatores que determinam a criação de postos de trabalho *informais*, do grau de inserção do resto da atividade econômica. Nem toda atividade gerada pela necessidade de sobrevivência é *marginal* ou está desconectada do resto do sistema. Essas atividades que surgem como resultado da *descentralização* seriam na verdade funcionais às grandes empresas. Neste contexto, Castells (2006) argumenta que com o advento da *globalização* e das mudanças nas formas de pensar, informar, produzir, consumir, gerir, fazer política, levando a uma sociedade cada vez mais organizada em torno da produção, distribuição e manipulação de símbolos, a produção se *descentraliza*, torna-se mais *flexível* em unidades autônomas coordenadas em *rede*, potencializando a produtividade e a *acumulação*. Ao mesmo tempo, *marginaliza* vários segmentos da sociedade que passam a ser considerados supérfluos, não apenas nos países do Terceiro Mundo, aprofundando a exclusão, com a ampliação do desemprego, a precarização do trabalho, a redução das garantias sociais, levando a se constituir o chamado “Quarto Mundo”. Começam, assim, a mudar as relações entre Estado e sociedade, surgindo novos *atores sociais* (ONGs, associações, redes), com papéis diferenciados, inseridos em arranjos institucionais descentralizados, e novos espaços de participação social e política. Portanto, o local passa a ter uma posição estratégica, nesse contexto, como centro de gestão do global, em termos de produtividade e competitividade econômicas, de integração sociocultural, de representação e gestão políticas. Os governos locais podem contribuir para melhorar as condições de competitividade das empresas (infraestrutura, meios de comunicação, recursos humanos qualificados). Para Castells (2006), o que caracteriza a *economia informacional global* é seu surgimento em contextos culturais/nacionais diferentes, de referências multiculturais. Esta diversidade não impede uma matriz comum de formas de organização nos processos produtivos, de consumo e distribuição. A *economia informacional global* se caracteriza

pelo desenvolvimento de uma nova lógica organizacional que está relacionada com o processo atual de transformação tecnológica sem depender dele, ou seja, um novo paradigma tecnológico. O fundamento histórico da *economia informacional*, segundo Castells, se origina na crise econômica dos anos de 1970, seguido da *reestruturação* econômica dos anos de 1980 e que resultou no fim do *fordismo* nos anos de 1990, que ele denomina de “segunda divisão industrial do trabalho”, crise no processo de *acumulação fordista* ou *pós-fordismo - produção flexível*.

Dessa forma, as abordagens que se estabeleceram especialmente na segunda metade do século XX, sobre os processos de industrialização de sociedades dependentes, como a brasileira, e tendo como focos o *desenvolvimento*, a *marginalidade* e a *informalidade*, são de crucial importância ao nosso estudo. Sobretudo, chamam a atenção para a importância de um segmento da economia e da população, nomeado diversamente como: *massa marginal*, *polo marginal*, *setor informal*, *subemprego*, *circuito inferior da economia*, *trabalhador por conta própria*, entre outras denominações. Quanto ao modo de interpretar tal fenômeno, evidencia na sua diversidade de pontos de vista, um duplo movimento: de um lado, o caráter diferenciado de sua dinâmica, quando em comparação com a lógica própria da *acumulação* capitalista; de outro, tais segmentos se constituem sob formas e graus diversos de interseções com a dinâmica capitalista. Segundo Nun (2000), como vimos, diversos processos de *acumulação* se combinam, tendo como correspondente a pluralização dos mecanismos de geração da *superpopulação relativa* e as formas de funcionalidade de seus efeitos sobre a dinâmica capitalista. Ou seja, sua tese implica na possibilidade de existência de segmentos que se colocam *funcionalmente* ao processo de *acumulação* de capital (*exército industrial de reserva*) ao lado de outros que se colocam como irrelevantes para o setor hegemônico da economia (capitalista), sendo *afuncionais* em relação a esse. É nesse registro que pretendemos abordar a experiência de constituição do aglomerado produtivo-comercial no Agreste de Pernambuco. Ou seja, entre, de um lado, o que nele estiveram presentes como elementos mais diretamente derivados do processo de industrialização do país (a exemplo do papel exercido nessa formação pelos *retalheiros*) – *funcionais* – e, do outro, o que também teve importância central como constituição de uma dinâmica socioeconômica com características especiais (a exemplo do papel exercido nessa formação pelas *feiras livres*).

CAPÍTULO II

A instituição da *Feira da Sulanca*

No primeiro capítulo fizemos uma incursão pela cena sociológica do pós-guerra em busca de uma explicação teórica para o fenômeno produtivo/comercial denominado *Feira da Sulanca*. Desenvolvemos uma análise das *Teorias do desenvolvimento* com foco nos enfoques da *Dependência e Marginalidade* e fizemos um diálogo crítico com a literatura dedicada ao conceito da *informalidade*.

Neste capítulo trataremos de localizar o movimento das *migrações nordestinas* na década de 1950, em direção à metrópole industrial paulista, dentro do processo de formação econômica do espaço brasileiro, da reprodução ampliada do capital e da *divisão nacional do trabalho*. Esse processo se desenvolveu principalmente a partir das desigualdades regionais, tendo como fornecedora do *exército industrial de reserva* a região Nordeste, para possibilitar a “revolução industrial” brasileira na região Sudeste. Salientaremos o contexto do êxodo rural *nordestino* nos anos de 1950 e a formação de uma *massa marginal* transformada na categoria de *retalheiros*.

2.1. A “saga” dos *retalheiros* às margens da industrialização do país

Na *divisão nacional do trabalho* foram constituídos espaços de *expulsão*, como a região de estiagem e de baixo dinamismo econômico onde está inserida a cidade de Santa Cruz do Capibaribe e entorno; e espaços de *atração*, que no contexto dos anos 1950 tinha como principal expressão a capital de São Paulo, polo industrial durante o segundo momento do *capitalismo dependente*, período em que se investiu na indústria de bens duráveis, no chamado “fordismo periférico”. Segundo Lipietz (1989), o *fordismo periférico* se desenvolveu a partir de uma estratégia denominada *substituição de importações*, utilizada pelos regimes desenvolvimentistas latino-americanos desde a crise mundial dos anos 1930. No caso do Brasil, a primeira etapa desse processo teve como marco o primeiro governo de Getúlio Vargas, que se utilizou da *acumulação* proveniente da agroexportação para patrocinar a aquisição de bens de capital do centro do capitalismo mundial e se buscou favorecer a indústria de bens de consumo por meio de uma política protecionista baseada em barreiras alfandegárias. O segundo momento da industrialização brasileira, esboçando características de um *fordismo periférico*, se deu no pós-guerra com a implantação da *substituição de importações* para bens duráveis. A intenção era de reproduzir o modelo central de produção e consumo, porém o que se deu foi um *fordismo incompleto*, na medida em que as condições sociais de trabalho não eram as mesmas, não havendo um proletariado formado e organizado como no centro, nem se estabelecendo uma institucionalidade afim com o paradigma fordista de produção, conforme analisada pela Escola da Regulação Francesa, na qual se inseriu a abordagem de Alain Lipietz. Portanto, de acordo com o autor, o que resultou realmente daí foi um *subfordismo*, ou seja, uma caricatura do *fordismo central*.

Durante a década de 1950, os *migrantes nordestinos* quando chegavam a São Paulo já não mais se dirigiam à Hospedaria do Imigrante, no Brás, como nas décadas de 1930 e 1940, durante o primeiro momento do capitalismo *dependente*. A essa altura já tinham se configurado *redes sociais* no bairro do Brás, onde tudo havia começado. Com o avanço tecnológico urbano e agrícola, o mercado de trabalho exigia uma mão de obra mais qualificada, além do que, o mercado já estava saturado pelas *migrações* anteriores. As *migrações* passaram de solução a problema e os *migrantes nordestinos* excedentes começaram a buscar alternativas de ocupação e de garantia de sua *reprodução social*,

como argumenta Sueli de Castro Gomes (2006). Foi assim que alguns dos *migrantes* oriundos do Agreste de Pernambuco passaram a catar os rejeitos das fábricas têxteis e inventar uma forma de comércio para garantir sua *reprodução social*. Assim começa a “saga” dos *retalheiros*.



Figura 1: Fachada do prédio da Hospedaria dos Imigrantes no bairro do Brás

Fonte: LEMAD – Laboratório de Ensino e Material Didático

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

Memorial do Imigrante



Figura 2: Migrantes brasileiros no salão de matrícula da Hospedaria de Imigrantes

Foto nº 000831/disco 001, arquivo de originais.



Figura 3: Migrantes brasileiros em um dos corredores do Hotel Queiroz, no bairro do Brás, um dos locais contratados pelo governo quando não havia vagas na Hospedaria (possivelmente 1940). Acervo iconográfico do Memorial do Imigrante.

Foto nº 001443/disco 004, arquivo de originais.



Figura 4: Migrantes brasileiros recebendo os farnéis (merendas) antes da viagem para o interior.

Acervo iconográfico do Memorial do Imigrante

Foto nº 000838/disco 001 arquivo de originais

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo funcionou de 1888 até 1978. Ela cumpria três funções básicas: recepção, triagem e encaminhamento de trabalhadores estrangeiros e

nacionais, neste caso, oriundos notadamente da região Nordeste, os quais eram inicialmente inseridos, prioritariamente, nas grandes propriedades produtoras de café, no interior do estado. Carolina Reis (2010) explica que o crescimento urbano de São Paulo está relacionado diretamente ao fenômeno migratório e este, aos processos de urbanização e industrialização. O fluxo migratório nacional de maior destaque foi o dos *nordestinos* para São Paulo. De acordo com a pesquisa de Baptista (1998), a participação dos *migrantes nordestinos* no total de imigrantes em São Paulo em 1950 foi de 27,8%, em 1974 de 49%, em 1982 de 56% e em 1997 de 46%. Ângelo (1995) identificou, no início dos anos 1990, a existência de mais de 200 pontos de encontro de *nordestinos* na capital paulista. Eles estavam espalhados por toda cidade, incluindo os restaurantes e casas noturnas. A primeira casa do gênero a ser inaugurada foi o Forró de Pedro Sertanejo, no começo dos anos 1960. Os *nordestinos*, na maior parte, ainda hoje residem nos centros deteriorados, nos cortiços, nas diversas favelas da metrópole, por serem estas alternativas de moradia barata. Em razão dos preços baixos dos terrenos, eles se submetem a loteamentos clandestinos, áreas insalubres e de risco, e conjuntos habitacionais. Segundo pesquisa Datafolha, 2004, 41% dos moradores da área Sé/Brás são *nordestinos*, o maior índice das áreas pesquisadas.

A mobilidade espacial de trabalhadores sob o capitalismo ganha em Marx (1950) uma abordagem histórica e mais ampla. O autor argumenta que os *nômades do proletariado* são recrutados no campo, embora suas ocupações sejam em grande parte industriais. Segundo o autor, se referindo à Inglaterra do século XIX, trata-se da *infantaria leve do capital* seguindo as necessidades do momento, tanto em um ponto do país, como em outro. Quando a *infantaria* não está em marcha, ela acampa. Era o que se observava na construção, nas operações de drenagem, na fabricação de tijolos, no cozimento de cal, na construção das ferrovias, etc. Essa *coluna móvel da pestilência* semeiava pelo caminho, nos lugares onde montava acampamento e arredores, doenças contagiosas. Quando essas empresas, como as de construção de ferrovias, exigiam um forte avanço do capital, era geralmente o empresário que fornecia a seu *exército as tendas para o acampamento* ou alojamentos análogos, vilas improvisadas, sem nenhuma medida de salubridade, fora da vigilância das autoridades locais, mas fonte de grande lucro para o empresário, que atuava explorando seus trabalhadores como *soldados da indústria* e como locatários. Karl Polanyi (2000 p. 58), na sua obra *A Grande Transformação*, também comenta que as condições sociais da Revolução Industrial formaram “um verdadeiro abismo de

degradação humana”. Os trabalhadores se amontoavam nas chamadas *ciudades industriais da Inglaterra*, as quais desumanizavam o povo da zona rural em habitantes de bairros improvisados e desintegravam as famílias. Houve uma *desarticulação social* simultânea a um vasto *movimento de progresso econômico*. De acordo com o autor: “Um novo credo totalmente materialista o qual acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais”.

Voltando ao momento da industrialização brasileira, conforme Paul Singer (1990), o motor das *migrações internas* foram as *desigualdades regionais internas*, as quais acompanharam a industrialização das regiões mais desenvolvidas. A *divisão regional do trabalho* passou a expressar uma interdependência entre as regiões. Estabeleceu-se uma subordinação econômica das regiões que exportavam matéria-prima e mão de obra, o *exército de reserva*, e importavam os produtos industrializados de outra região.

Como esclarece Florestan Fernandes (1981), a sociedade brasileira foi fruto do projeto português dentro da expansão do mundo ocidental, o qual foi resultado da crise medieval europeia e culminou com a colonização das terras brasileiras, seguindo o modelo do regime estamental, através da monocultura agroexportadora, da mão de obra escrava e da expropriação colonial. Em seguida, o Estado nacional independente seguiu o mesmo modelo, transformando os “senhores rurais” numa “aristocracia agrária” e transferindo os laços de submissão colonial de Portugal para a Inglaterra. Essa elite rural controlava as estruturas sociais e econômicas seguindo as necessidades do mercado mundial e continuando com a dependência ao movimento capitalista central. Dentro deste contexto, Manuel Correia de Andrade (2005) observa que a colonização do Nordeste começou no século XVI, pelo litoral, onde a monocultura canieira foi implantada para abastecer os reinos europeus, baseada numa cultura escravocrata da grande plantação. A expansão da colonização para o interior do Nordeste se deu a partir do momento em que as terras do litoral já estavam ocupadas com a cana de açúcar, sem espaço para o rebanho. Gilberto Freyre (2004) já se referia ao Nordeste no plural: o Nordeste agrícola e o Nordeste pastoril.

Esse período da colonização do Nordeste foi identificado tradicionalmente como: *Complexo Econômico do Nordeste*, segundo Guimarães Neto (1997). Tratou-se de um momento de consolidação de uma estrutura econômica e social constituída de vários segmentos exportadores. Estes – associados a algumas atividades econômicas mais

voltadas para o mercado interno, inclusive a atividade pecuária que, a partir de determinado momento, passou a ter dinâmica própria – revelaram intensa capacidade de absorção de força de trabalho. O processo de povoamento e colonização do território que viria a constituir o Nordeste se estabeleceu com base na exploração da cana de açúcar, entre outras atividades exportadoras, no início a partir do trabalho escravo. Tais atividades foram seguidas em fases sucessivas pela produção de algodão, fumo e cacau, entre outras, voltadas ao mercado externo. Teve na pecuária e na agricultura de subsistência atividades que tornaram a economia e a sociedade regional mais densa e complexa. Ainda de acordo com o autor, essa foi a fase na qual se consolidou a gênese da região Nordeste (também do Brasil), como região periférica, tendo se desenvolvido, inicialmente, como parte do movimento mais geral de expansão do *capitalismo mercantil*, na aurora mesmo do capitalismo e da economia-mundo centrada na Europa, com funções muito precisas de uma colônia e no quadro mais geral da *divisão de trabalho* que começou a se consolidar, o que Fernando Novais (1979) chamou de *sistema colonial do mercantilismo*, entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial. Esse se caracterizou por relações comerciais cada vez mais intensas e desiguais entre um polo metropolitano e outro colonial, consolidando, então, a forma capitalista de organização da produção, aprofundando, assim, as relações capitalistas. Seguindo a explanação do autor, tal sistema colonial baseado no monopólio comercial instituiu relações de subordinação e dependência entre a metrópole e a colônia. O Nordeste consolidou-se, então, como uma *periferia da economia capitalista* e a ela se atrelou pela transferência de parcela relevante dos excedentes gerados no seu interior. As atividades que definem a dinâmica da economia colonial, baseadas na apropriação do território e na consolidação da exploração, a partir da grande propriedade e do trabalho escravo, marcaram as relações sociais de produção. Essa condição de *periferia* dentro do mercado internacional conferiu ao Nordeste a categoria de *produtor marginal* com crescente instabilidade de sua demanda.

Essas bases do *desenvolvimento*, na observação de Pochmann (2008), tiveram origem na força do *localismo*, associado aos *ciclos de produção para a exportação*, responsável pela constituição de agrupamentos regionais que funcionavam com baixa relação mercantil interna. Portanto, a cada ciclo econômico, como o do açúcar na região Nordeste, entre outros, houve um tipo de processo cumulativo que permitiu aprofundar a *divisão do trabalho* ao longo da economia colonial. Dessa forma, a fronteira territorial se moveu em função dos avanços econômicos que permitiram a ocupação de outros espaços regionais,

formando uma estrutura econômica dependente da dinâmica externa e da produção de monocultura em grandes propriedades e do uso do trabalho forçado. Mesmo depois da independência do Brasil, em 1822, essa trajetória de constituição de núcleos de distintas atividades econômicas vinculadas às exportações nos espaços regionais, continuou coexistindo sem resultar na integração nacional. Ou seja, a produção e as ocupações se desenhavam em formas de *enclaves determinados exogenamente* e sem maiores conexões internas, sem promover autonomia no *desenvolvimento* e com aprofundamento da heterogeneidade estrutural. Prevalciam, então, os *complexos locais comandados por oligarquias regionais* vinculadas ao exterior, sem o funcionamento do mercado nacional de trabalho, caracterizando o que ele chama de *arquipélago regional*.

Porém, do fim do século XIX ao começo do século XX, observa Guimarães Neto (1997), houve um dinamismo na região onde se concentrava a produção e a exportação de café, no Sudeste do país. Ao mesmo tempo, uma crise profunda no setor exportador nordestino forçou, então, uma mudança de estratégia dos produtores canavieiros para uma *articulação comercial* com a economia emergente do complexo cafeeiro, passando a internalizar parte de seus excedentes. Este foi o primeiro passo do Nordeste para sair do isolamento para uma *articulação comercial* em direção ao mercado interno brasileiro. Os grupos hegemônicos no cenário da economia nacional se apropriaram dos lucros desses excedentes e constituíram reforço especulativo recriando e reproduzindo relações arcaicas de produção no interior do Nordeste. As vendas de açúcar no mercado interno pularam de 10 mil toneladas em 1870 para 185 mil em 1928. Assim, no começo do século XX, salienta Pochmann (2008), com a Depressão de 1929, o modelo primário-exportador que prevalecia desde os tempos coloniais entrou em crise profunda, enterrando consigo as regras básicas de convivência que derivavam de uma verdadeira *confederação de oligarquias locais*. A Revolução de Trinta terminou construindo um *padrão politizado da acumulação de capital* que resultou de uma importante concentração e centralização do poder local no Estado central. Com a adoção do projeto de industrialização e urbanização, a economia nacional teve condições de romper com a situação de maior dependência externa. Entre 1930 e 1955, a industrialização nacional permaneceu ainda restringida pelas exportações de produtos primários, tendo em vista os esforços internos para substituir as importações de produtos industriais mais elaborados.

A partir de 1956, com o Plano de Metas do governo JK (1956/61), o país avançou rapidamente na sua industrialização, conseguindo completá-la durante a década de 1970,

com a adoção do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1974/78). A integração social e econômica alcançada no plano nacional foi produto da recorrente continuidade das políticas macroeconômicas, comprometidas com a expansão da industrialização, nos mais distintos governos que se seguiram, inclusive nos períodos autoritários (1937/45 e 1964/85). A integração nacional transcorreu fortemente marcada pela elevada concentração regional da estrutura produtiva. A região Sudeste absorveu a maior parte dos investimentos produtivos, sendo responsável pela maioria da produção de bens industrializados voltados ao mercado interno nacional. O projeto nacional de *desenvolvimento* viabilizou-se pela reprodução politicamente forçada na heterogeneidade, assentado na regra da desigualdade como estratégia de viabilização política, segundo Pochmann (2008). Sendo assim, acreditamos que a região Sudeste, mais especificamente São Paulo, funcionou como uma espécie de *Império da industrialização nacional*, tendo no Nordeste o *reservatório de mão de obra* abundante, na expressão de alguns estudiosos, resultando do movimento maior de crescimento do mercado interno nacional.

Na observação de Francisco de Oliveira (1977), o desenvolvimento industrial da “região” de São Paulo foi capaz de redefinir a *divisão regional do trabalho* na economia brasileira ou, mais rigorosamente, começou a forjar uma *divisão regional do trabalho nacional*, em substituição ao “arquipélago” de economias regionais até então existentes, determinadas, sobretudo, pelas suas relações com o exterior. A imbricação Estado-burguesia industrial da “região” Sudeste formou o *centro capitalista nacional* e criou, pelo próprio movimento diferenciado da reprodução do capital, uma estrutura social que começava a se diferenciar e a se polarizar e este duplo movimento deu lugar à emergência de uma estrutura de poder.

Para Singer (1990), a integração do espaço brasileiro, por meio de ferrovias e rodovias, acelerou e estimulou a *migração* intrarregional, aumentando deliberadamente o número de *nordestinos* em São Paulo. O pesquisador explica que outros elementos também contribuíram para a expansão dessa *migração*, como a política migratória, em 1930, para a qual Getúlio Vargas propôs uma lei de cotas que desestimulava a imigração externa – decreto que limitava em 1/3 o número de trabalhadores estrangeiros por empresa, fato que levou os trabalhadores nacionais a superarem em contingente os estrangeiros na composição da classe operária. Os *migrantes nordestinos* incentivados pelo Estado se alojavam na mesma estrutura que muito foi usada para a recepção dos imigrantes estrangeiros, a Hospedaria dos Imigrantes. O prédio de grandes proporções, como

podemos observar na figura 1, com capacidade de alojar cerca de 4 mil pessoas, testemunha a política pública de incentivo ao fluxo, de modo a favorecer a *arregimentação de mão de obra barata* para suprir o rápido crescimento da cafeicultura, embora muitos tenham passado a ficar na capital para atender as *necessidades urbanas em expansão*. Na Hospedaria, os *nordestinos* pernoitavam por um ou dois dias, sendo submetidos a uma triagem que consistia em verificar seus documentos, suas condições de saúde e definir o local de destino.

A pesquisa de Carolina Reis (2010) mostra que para atender às necessidades dos cafeicultores, o Estado criou, em 1939, o Departamento de Imigração e Colonização, vinculado à Secretaria de Indústria e Comércio. O objetivo era o de conduzir ao estado paulista cem mil *nordestinos* e mineiros. Há uma queda nesse fluxo na década de 1940, em virtude de um novo ciclo extrativista da borracha na Amazônia. Essa diminuição continua em 1950, pois tanto a economia cafeeira declinou como as necessidades econômicas de São Paulo se transformaram. Portanto, quando o êxodo rural se deu no Nordeste, durante as estiagens prolongadas da década de 1950, encontrou esse contexto de saturação nos mercados de trabalho. De acordo com Bosco e Jordão Neto (1967), a partir de 1952 houve uma alteração no quadro de registros desses *migrantes*, que não necessariamente passavam mais pela Hospedaria porque já tinham outros pontos de apoio, como os familiares. A orientação de encaminhar a mão de obra para o interior deixa de existir e os *migrantes* acabam permanecendo na capital, pois o quadro econômico era outro e a situação no campo também havia mudado: em 1965, começa a vigorar o Estatuto do Trabalhador Rural e não há mais interesse em atrair gente para morar no campo, os expulsos se transformam em *boias-frias*, que vão engrossar as periferias da cidade. Foi dessa forma que alguns dos *nordestinos* agrestinos que chegaram ao Brás nas décadas de 1950 e 1960 se transformaram em *retalheiros*.

O bairro do Brás é um antigo bairro industrial e operário da cidade de São Paulo, onde se localiza o comércio de *retalhos* e resíduos. É no Brás que se concentram as indústrias e lojas de confecções, que vendem no atacado e no varejo e abastecem as “sacoleiras” e “sacoleiros” de todo país, como argumenta Gomes (2006). Dessa forma, acreditamos que foi justamente nos “bastidores” das antigas indústrias têxteis que surgiram os *retalheiros*, se nutrindo das toneladas de resíduos de confecções e *retalhos* através de um comércio para as *costureiras* da Grande São Paulo e para as *sacoleiras*. Porém, a maior parte desta “mercadoria” passou a ser levada para Santa Cruz do Capibaribe e entorno, para ser

transformada em peças improvisadas de cobertas e vestimentas para uma população de baixa renda. Essa *transformação* estabeleceu uma interação comercial entre as duas regiões e a estruturação de *redes de pessoas e produtos* que passaram a depender desse comércio.

De acordo com a pesquisa de Rabossi (2008), existem várias versões sobre as origens da *Sulanca*. Segundo o pesquisador, a produção de *Sulanca* começou em Santa Cruz do Capibaribe na década de 1950 com a confecção de colchas de retalhos. Esses retalhos e telas, no início, vinham do Recife, trazidos por comerciantes que vendiam seus produtos em Santa Cruz. Depois, com a expansão do sistema nacional de estradas e rodagens, os retalhos começaram a chegar de São Paulo, provenientes dos descartes da indústria têxtil e de confecções paulistanas. O autor observa que o primeiro *nordestino* que trabalhou com *retalhos* foi seu Otávio, que se estabeleceu em São Paulo em 1960 com um restaurante. Então, lá ele conheceu alguns espanhóis que lhe iniciaram nesse comércio. Na realidade, foram alguns imigrantes espanhóis, durante a década de 1940, que começaram a aproveitar os resíduos da indústria têxtil paulistana na confecção de estopa para limpeza de barcos e para estofados da indústria de moveis. Seu Otávio começou a coletar e revender os rejeitos para os espanhóis. Depois, incluiu seus familiares no negócio e, em seguida, contratou alguns empregados. Seu cunhado entrou como sócio e mais tarde se desmembrou, constituindo seu próprio negócio. Posteriormente, passaram a enviar os *retalhos* para Santa Cruz do Capibaribe para ser utilizado na confecção. De acordo com esta versão, os *retalhos* eram levados por caminhoneiros que retornavam depois de despachar sua carga e posteriormente por ônibus fretados por comerciantes denominados de *sacoleiros*. Observamos aqui que o resíduo virou *mercadoria*, deixou de ser descartado e doado e passou a ser comercializado.

A respeito da *mercadoria*, Marx (1950) afirma que a riqueza das sociedades capitalistas representa uma “imensa acumulação de *mercadorias*”. A *mercadoria* significa um objeto exterior, algo que por suas propriedades satisfaz algumas necessidades humanas de alguma forma, quer sejam de origem fisiológica ou do desejo, sua natureza não muda a essência, seja o apetite do corpo ou do espírito. A utilidade de um objeto faz dele um *valor de uso*. O que faz o *valor* natural de um objeto é a propriedade que ele tem de satisfazer as necessidades ou as conveniências da vida humana. Mas, esta utilidade determinada pelas propriedades do corpo da *mercadoria*, tal como o ferro, o diamante, é conseqüentemente um *valor de uso* e é o *trabalho concreto* do homem que determina as

qualidades da sua utilidade. Quando é uma questão de *valor de uso*, subentendemos sempre uma quantidade determinada, como uma tonelada de ferro ou uma dúzia de relógios. Os *valores de uso* só se realizam no uso da consumação. Dentro da sociedade capitalista eles são ao mesmo tempo o sustento material do *valor de troca*. O *valor de troca* aparece primeiramente como uma relação quantitativa, como a proporção da qual os *valores de uso* de espécies diferentes se trocam um pelo outro. O *valor* consiste na *relação de troca* que se encontra nas coisas, entre uma medida de uma proporção e tal medida de outras, *relação* que muda constantemente com o tempo ou lugar. O *valor de troca* parece algo arbitrário e puramente relativo, intrínseco, que imana da *mercadoria*, parece mais um contrassenso. Uma vez que tiramos o *valor de uso* das *mercadorias*, só lhes resta uma qualidade, aquela do *produto do trabalho*. O *tempo socialmente necessário* à produção das *mercadorias* é o exigido em todo *trabalho*, executado com o grau médio de habilidade e de intensidade e dentro das condições que, em *relação ao meio social*, são normais. É, portanto, a quantidade de trabalho ou o tempo de *trabalho socialmente necessário*, numa dada sociedade, à produção de um artigo, que se determina sua quantidade de *valor*. A quantidade de *valor* de uma *mercadoria* varia, então, em razão direta da quantidade e em razão inversa da *força produtiva do trabalho* que se realiza nele. Ou seja, quanto maior é a *força produtiva do trabalho*, menor é o tempo necessário à produção de um artigo e menor é a *massa de trabalho cristalizada* nele, menor é o seu *valor*. Inversamente, quanto menos *força produtiva de trabalho*, mais *tempo socialmente necessário* à produção de um artigo, maior é o seu *valor*. Portanto, a substância do *valor* é o *trabalho* e a medida da sua quantidade de *valor* é a duração do *trabalho*, estabelecida *socialmente*. Para produzir *mercadorias*, deve-se produzir *valor de uso*, mas, *valor de uso* para os outros, *valores de uso sociais*. Nenhum objeto pode ter um *valor* se ele não for útil. Se ele é inútil, o *trabalho* nele contido é investido inutilmente e conseqüentemente não cria *valor*. Logo, os *retalheiros* e *sulanqueiros* encontraram um *valor de uso social* para o que era considerado descarte, resíduo, lixo, conseqüentemente, sem *valor*. Esse produto se transformou em *mercadoria*, adquirindo, assim, *valor de uso* e *valor de troca*, para satisfazer as necessidades de uma *massa marginal* resultado da *superexcludência* peculiar ao nosso *capitalismo dependente* latino-americano, na fase considerada como *fordismo periférico*, dentro da dinâmica mais ampla de *acumulação* do capitalismo central e periférico.

Então, esse era o contexto da realidade econômico-social do Nordeste da década de 1950, que é a época relevante ao nosso estudo. A década de 1950 foi particularmente complicada para o Nordeste. Duas grandes secas marcaram esse período – a de 1952/1953 e a de 1958 – aprofundando, assim, o estigma de região fadada ao *subdesenvolvimento*. O descaso público era notório e o desemprego, a fome e a mortalidade infantil se acentuavam. Enquanto isso, o Sudeste registrava um *desenvolvimento* industrial ascendente e uma economia em expansão dentro da fase mais importante da industrialização brasileira, quando o Estado resolve investir na produção de bens duráveis, o então chamado *fordismo periférico*. O único órgão federal atuante no interior do Nordeste naquele momento era o Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS, que se ocupava de tudo, das construções de barragens, pontes, a obras de emergência e paliativas. Porém, não existiam políticas públicas para o *desenvolvimento* da região.

Foi, dessa forma, que em 1957 o governo federal, pressionado pela sociedade civil, criou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, entidade ligada diretamente à Presidência da República, responsável pela elaboração de um plano de trabalho em favor da região e comandado por Celso Furtado. O GTDN realizou um minucioso levantamento das questões regionais, que foi a base da criação da SUDENE em 1959. Dentro desse contexto, Tânia Bacelar (2000) argumenta que o relatório do GTDN, coordenado por Celso Furtado, constatou que até a década de 1950 a característica mais importante da base produtiva instalada na região era seu fraco dinamismo. Enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o *desenvolvimento* econômico. Por isso, uma das propostas centrais do relatório era estimular a industrialização do Nordeste, como forma de superar as dificuldades geradas pela velha base agroexportadora nordestina.

Porém, as ações da SUDENE melhoraram os índices econômicos sem promover grandes avanços no âmbito social. Na realidade, apesar de ter sido criado em 1959, o seu primeiro plano diretor só foi aprovado pelo Congresso em 1961. Para Francisco de Oliveira (1977), a SUDENE não passou de uma “intervenção planejada”, numa tentativa de controlar o conflito de *classes*. O órgão tinha o poder de criar empresas com isenções alfandegárias e de impostos. Compunha uma lista de barganhas legais que refletiam estratégias com o

intuito de transformar parte da *mais-valia* apurada pelo Estado, nas formas de impostos e taxas em *capital*, transformando essa riqueza em pressupostos da nova produção.

Considerando, portanto, toda esta argumentação teórica e o contexto histórico no qual se desenvolveu a “saga” dos *retalheiros*, nós verificamos que tanto os *retalheiros* como os *sulanqueiros* são resultado de uma mesma *massa marginal* criada a partir da realidade econômico-social dos anos 1950 e 1960, fazendo parte do movimento mais amplo de *acumulação* do capitalismo mundial, porém fruto da nossa realidade latino-americana, e, assim sendo, com *funcionalidades e desfuncionalidades* específicas ao nosso processo de *acumulação*, dentro do período do *fordismo periférico*. Ou seja, o processo de *acumulação* do nosso *capitalismo dependente* latino-americano gerou um *polo marginal*, apresentando instabilidade, recursos residuais, rendas reduzidas, características do *setor informal*, que evoluiu com o tempo em arranjos diferenciados, dando lugar ao que hoje denominaram de *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*.

Para uma melhor compreensão dessa transformação de *retalhos* em *mercadoria* precisamos investigar o contexto da indústria têxtil no Nordeste e no Sudeste, nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

2.2. A “saga” dos *sulanqueiros* às margens da indústria têxtil e da economia nordestina

Observamos na História que a indústria têxtil foi o carro-chefe da Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII. A própria obra de Marx e Engels foi devidamente calcada nas análises baseadas neste setor, tendo como laboratório de pesquisa a indústria de fiação, a qual foi herdada por Engels, em Manchester, no Reino Unido. O grande marco das invenções tecnológicas da época, além da máquina a vapor de James Watt em 1769, foi o advento das máquinas de tecidos e o início da indústria têxtil: a lançadeira automática de John Kay (1733); a máquina hidráulica de Richard Arkwright (patenteada em 1769 e 1775); o tear de Samuel Crompton (1779), depois aperfeiçoado por Reith e outros; o tear mecânico de Edmund Cartwright (primeira patente, 1785), como ilustra Hobsbawn (1988). Para Polanyi (2000, p. 59), “nenhuma causa única merece ser destacada da cadeia e colocada à parte como *a* causa daquele acontecimento súbito e

inesperado.” Segundo o autor, além da invenção das máquinas, várias causas ocasionaram a Revolução Industrial: a expansão dos mercados, o carvão, o ferro, a indústria do algodão, os cercamentos do século XVIII na Inglaterra, que expulsaram os camponeses das terras comuns para as cidades e as instituições livres também contribuíram com tal Revolução.

A principal matéria-prima para esta indústria passou, do século XIX ao século XX, a ser cada vez mais o algodão, fibra têxtil da semente do algodoeiro. As fibras crescem em quantidade considerável, aderidas às sementes e encerradas numa cápsula, vulgarmente também chamada “maçã”, que se abre ao amadurecer. A preferência por esta fibra ocorreu pelo fato de ser mais barata, não requerer preparação mecânica, nem tratamento químico custoso, ser lavável e mais resistente que a lã. Também a semente do algodão constitui um subproduto muito apreciado, por seu azeite comestível e pela farinha que resulta da moagem de seu resíduo usado na alimentação do gado e como fertilizante.



Figura 5: O algodão está pronto para ser colhido, as maçãs já amadureceram.

Já se cultivava algodão na Índia quinze séculos a.C. e se fabricavam tecidos com suas fibras. Mil anos mais tarde, os chineses teciam panos de algodão. Nessa época, o algodão não era conhecido pelos europeus, que usavam a lã como fibra têxtil comum. Foi Alexandre o Grande que o introduziu na Europa no século IV a.C. e seu uso durante muito tempo foi extremamente restrito. Em 1801, a indústria de vestimentas na Europa consumia 78% de lã, 18% de linho e 4% de algodão. Um século depois, as proporções eram de 20% de lã, 6% de linho e 74% de algodão, como observado em Hobsbawn (1988).

Karl Polanyi (2000, p. 55) enfatiza o desenvolvimento da indústria lanígera como recurso utilizado pela Inglaterra para estabelecer a indústria têxtil, que, segundo o autor, foi o

“veículo da Revolução Industrial”. Fato suficiente para “identificar a mudança da terra arável para a pastagem e o movimento de cercamento que a acompanhou como a tendência do progresso econômico”. E para quê servia esse movimento de cercamento das terras? De acordo com o autor, os senhores de terra consideravam mais lucrativo transformar as terras aráveis em pastagens para criar carneiros e, assim, poder aumentar a produção de lã. Estabelece-se, então, um *conflito entre os costumes de uso comum da terra e as transformações econômicas*.

Quando o colonizador português aqui chegou, o algodão já era cultivado, fiado e tecido. Com algodão os índios fabricavam redes e algumas peças da indumentária. As exportações de algodão desta colônia portuguesa começaram no século XVI. Durante o período colonial, as autoridades portuguesas não permitiam as atividades manufatureiras, acreditando que a capacidade produtiva mais importante eram as *mercadorias* para a exportação: o pau-brasil no século XVI, o açúcar no século XVII e ouro, prata e pedras preciosas no século XVIII. Quando da transferência da família real para o Brasil em 1808, houve a abertura dos portos e a instituição de isenções aduaneiras para as indústrias, mas as taxas de exportação *ad valorem* favoreciam a concorrência dos ingleses, os quais gozavam de taxas de 15%, enquanto os portugueses, de 16% e os demais países de, 24%. Na explanação de Magnoli Demétrio (1997), as relações entre o Império português e o britânico evoluíram em função do comércio escravista. Os tratados de 1810 resultaram num acordo diplomático no qual o Império português cedeu a sua soberania em troca da manutenção do tráfico de escravos. Em contrapartida o Reino português receberia suporte e proteção à dinastia de Bragança. A não renovação dos tratados em 1844 representou a supressão do tráfico negreiro. A Lei Alves Branco tomou o lugar dos tratados de comércio, aumentando a taxa dos produtos importados e, com isso, viabilizando as próprias finanças públicas. Ana Cláudia Costa (2004) ressalta que naquela época o setor têxtil permitido no Brasil operava em pequenas unidades destinadas à produção de tecidos grosseiros para vestir os escravos e para sacos de açúcar, pois ficava mais barato fabricar aqui do que importá-los.

“O algodão operou, após meados do século XVIII, verdadeira revolução agrária no Nordeste”, assim se refere Manuel Correia de Andrade (2005, p. 157) à cultura do algodão na região. Esta cultura autóctone torna-se, então, um dos principais cultivos agrícolas do Nordeste até recentemente na História. Segundo o autor, os principais fatores que contribuíram para o seu desenvolvimento foram: o aumento do consumo pela população

de tecidos ordinários chamado de “algodãozinho”; a Revolução Industrial com sua máquina a vapor e seu emprego na indústria têxtil na Inglaterra; a abertura dos portos em 1808 e eventos políticos como a Guerra da Secessão, nos EUA, que eliminou os concorrentes na cena internacional por algum período. O pesquisador conclui que “desde 1750 até 1940 o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana de açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços” (p. 158). Foi a partir de 1750 que o governo criou uma Inspeção do Algodão, depois transformada em Alfândega do algodão, destinada a fazer o exame e a classificação do produto destinado à exportação. O algodão nativo do tipo arbóreo já era cultivado primitivamente e produzia por um período de três a quatro anos. O desenvolvimento desta cultura aumentou no início do século XIX quando se começou a retirar o óleo da semente do algodão. Depois se ampliou mais ainda com a abertura dos portos, quando da ligação direta de Recife com o comércio inglês e depois o francês, obtendo-se preços elevados para a exportação do produto. Em meados do século XIX, mais precisamente na década de 1841-50, mudas de algodão herbáceo, vindas dos Estados Unidos, foram introduzidas e adaptadas ao Agreste e Sertão pernambucano. Houve então um *boom* algodoeiro, atingindo seu ápice durante a Guerra de Secessão (1861-64), permitindo a mobilidade social de muitas pessoas.

Argemiro Brum (1998) explica que a Guerra de Secessão (1861 – 1865) desorganizou as lavouras de algodão do Sul dos Estados Unidos e isso levou a Inglaterra a procurar o Brasil para se tornar fornecedor desta matéria-prima. O restabelecimento das relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra depois da guerra afetou o mercado de algodão no Brasil a nível mundial e interno. Vemos em Stanley Stein (1979) que a abundância de algodão a preços baixos na segunda metade do século XIX favoreceu as manufaturas têxteis do país. Porém, ao mesmo tempo, o fornecimento era muito irregular, pois ficava a mercê dos corretores nordestinos que na maioria das vezes preferiam exportar. Outro fator preponderante para que a indústria têxtil se proliferasse no Nordeste, notadamente no Recife, ressaltado por Eduardo Pinheiro da Silva (1999), foi a existência prévia da infraestrutura criada pelos ingleses da *Great Western* para escoar a produção açucareira, a qual foi aproveitada para o transporte do algodão. Ana Cláudia Costa (2004) acrescenta que outro fator favorecendo o binômio algodão/indústria têxtil no Nordeste foi o fato de os latifundiários descobrirem que os resíduos da cultura do algodão eram uma solução para a ração do gado em período de estiagem. Considera-se, também, que o cultivo do

algodão no Nordeste era uma cultura mais democrática do que a canavieira, visto que podia ser produzida por pequenos e grandes proprietários. Durante a Primeira Guerra Mundial, entre 1914 e 1918, houve uma intensificação da produção têxtil nacional pela substituição dos tecidos estrangeiros pelos brasileiros. Na década de 1920 houve grandes investimentos no setor têxtil pernambucano na intenção de manter o mercado conquistado durante a guerra. Porém este mercado foi atingido pela depressão mundial na década de 1930.

Mas, como era a indústria têxtil em Pernambuco na década de 1940, quando começou a se configurar o comércio de *retalhos* entre Recife e Santa Cruz do Capibaribe? A pesquisa de Philip Gunn (2005) sobre a industrialização brasileira mostra que a indústria têxtil se estabeleceu no Recife no fim do século XIX, primeiramente com a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, a “Fábrica da Torre”, em 1884. Na década de 1890, início do período republicano, com novos ativos industriais na bolsa de valores, houve a instalação da Companhia Têxtil de Aninhagem, no bairro central de São José. Ao mesmo tempo, na área de Paulista, ao norte do Recife, a família Lundgren instalou a Companhia de Tecidos Paulista, originando um grande núcleo fabril com mais de seis mil casas de propriedade da fábrica, que ficou conhecida pelo Brasil afora pela representação das Casas Pernambucanas, rede de lojas de tecidos, durante todo o século XX. Em 1891, a Companhia Industrial Pernambucana, conhecida no Recife como a “Fábrica de Camaragibe”, iniciou suas operações no noroeste da capital. Posteriormente, em 1893, deu-se início à Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna, cidade da Zona da Mata Norte de Pernambuco, no caminho para João Pessoa, na Paraíba. Em 1895, foi a vez do Cotonifício Othon Bezerra de Mello S.A., em Apipucos, bairro do Recife, mais conhecida como a “Fábrica da Macaxeira”. A Societé Cotonnière Belge-Brésiliene abriu fábricas têxteis em pequenas cidades no entorno da capital, como Moreno, a oeste do Recife, no ano de 1908 e, em 1911, em Timbaúba, Zona da Mata Norte do estado. Nos anos 1920, a Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, no bairro central de Santo Amaro, no Recife e o Cotonifício José Rufino, no Cabo, sul do Recife, em 1926, como também, a Fábrica da Tacaruna, entre Recife e Olinda, em 1924, e a Fábrica Iolanda, em Jequiá, distrito do Recife, em 1937. Verificamos, então, que a produção têxtil era intensa no Recife durante a primeira metade do século XX.

O trabalho de Ana Cláudia de Arruda Costa (2004), *Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: um estudo da década de noventa*, explica

que o setor passou por diversas crises iniciadas na década de 1950 e prolongadas até os anos 1980 e 1990. A pesquisadora atribui tais crises ao fato de que a indústria têxtil pernambucana, apesar de ter sido pioneira e bem estruturada, não conseguiu acompanhar a modernização tecnológica do setor, como aconteceu no Sudeste, mais especificamente São Paulo, o que favoreceu a constituição de disparidades econômicas regionais entre as regiões Nordeste e Sudeste até hoje existentes.

A pesquisa de Philip Gunn (2005) aponta para a formação do parque industrial têxtil em São Paulo também no fim do século XIX. Os bairros do Brás, Mooca, Belenzinho, o leste do Ipiranga e o sudeste do antigo centro da cidade através do vale do Tamanduateí foram as principais localidades para as instalações da nova indústria. Uma das primeiras fábricas têxteis foi a “Fábrica Santana”, em 1889, no início do período republicano, na parte leste da cidade, na Mooca, para a produção de sacos para café e açúcar e, posteriormente, para a produção de cobertores. Em 1908 esta empresa se transformou na “Companhia Nacional de Tecidos de Juta”. No início do século XX o grupo industrial Matarazzo fundou no Brás as “Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo”, em 1900. Em 1904, o mesmo grupo fundou a “Fábrica de Tecelagem Mariângela”, também no Brás. Em 1935, ainda no mesmo bairro, o grupo Matarazzo comprou uma firma de tecelagem de seda que foi chamada de “Tecelagem Brasileira de Seda”. Dessa forma, constatamos que a indústria têxtil na década de 1940 no Brás estava em plena expansão.

Verificamos, através da bibliografia especializada e dos depoimentos dos protagonistas da *Feira da Sulanca*, que houve dois movimentos impulsionando a instituição deste fenômeno produtivo-comercial, ambos atrelados aos rejeitos produzidos pela indústria têxtil da época. Primeiramente, muito provavelmente a partir do fim da década de 1940, os *retalhos* eram trazidos principalmente do Cotonifício Othon Bezerra de Mello, a “Fábrica da Macaxeira”, no Recife, mas também da “Fábrica de Camaragibe” e da “Fábrica da Torre”, para serem vendidos para o uso doméstico em Santa Cruz, nas *bodegas*, por comerciantes, os quais levavam galinhas, queijos e carvão vegetal para vender no Recife e outros que traziam *retalhos* e levavam algodão para o Recife. Posteriormente, provavelmente já na década de 1960, os *retalhos* começaram a ser trazidos também de São Paulo, quando houve, então, a expansão na produção de roupas populares. Hoje alguns dos principais atacadistas da região são filhos desses *pioneiros*.



Figura 6: Voltando com tecidos de São Paulo

Fonte: Arquivos do professor Arnaldo Vitorino

A pesquisa de Glauce Campello (1983, p. 36), para sua dissertação de mestrado intitulada *A atividade de confecções e a produção do espaço em Santa Cruz do Capibaribe*, coordenada por Manuel Correia de Andrade e orientada por Tânia Bacelar, alega que até aproximadamente o final da década de 1960, a cidade de Santa Cruz do Capibaribe, no contexto do estado, era um centro urbano inexpressivo, com atividades urbanas restritas às funções administrativas e um pequeno comércio local, “tendo na *feira*, o ponto de convergência dos produtos e da população, como acontece com todas as pequenas cidades do interior do Nordeste”. A pesquisadora salienta que a base econômica do município era a cultura agropastoril algodão/pecuária/lavoura de subsistência, refletindo as condições precárias da natureza e o processo de povoamento, como em todo Agreste.

A autora observa que “antes do surto de confecções”, a produção urbana era formada de pequenas manufaturas de confecção de calçados, como também em Toritama. Supostamente o declínio da atividade calçadista foi resultado da escassez da matéria-prima, o couro, a qual tinha que ser importada, inviabilizando, assim, a produção das pequenas unidades industriais. Outro fator que contribuiu para o declínio dessa atividade no Agreste pernambucano esteve relacionado à expansão da indústria do plástico, cujos

produtos a preços módicos começaram a competir com os derivados de couro manufaturado. As máquinas industriais para a produção de calçados em Toritama foram aproveitadas para a confecção de calças *jeans*, para serem vendidas na *feira* de Santa Cruz. Campello (1983) conclui que foi necessário o declínio daquela atividade para facilitar a expansão da *sulanca*.

Campello (1983) também assinala a acentuação do processo de desruralização no começo dos anos 1980, o qual já vinha se processando desde a década anterior. Segundo a autora, esse resultado acompanha a expansão da atividade de confecções que nos últimos anos de 1970 toma grande impulso. A pesquisa ressalta que 67% dessa população tinham abaixo de 30 anos e era basicamente feminina, iniciando a trabalhar desde cedo como auxiliar nas tarefas da atividade de confecção. A autora acrescenta que as modificações na estrutura de produção do setor agrário, agravadas pelas estiagens da época, as quais atingiram sistematicamente diversas áreas da região Agreste, contribuíram da mesma forma com o decréscimo da população rural e o elevado crescimento da população urbana.

A pesquisadora ainda argumenta que o equilíbrio entre a cultura do algodão, consorciada com as culturas de subsistência, não mais se observava. A pecuária se expandira em detrimento das lavouras e as estiagens sucessivas também haviam destruído o resto das lavouras ainda existentes. As condições desfavoráveis da agricultura propiciaram uma forte emigração do meio rural e a população rural remanescente foi integrada nas frentes de emergência para o trabalho na ampliação dos açudes do município. Além do mais, a maior parte das terras agricultáveis era de latifúndios para a atividade da pecuária, inviabilizando o sistema de *arrendamento* e *parceria*. Esse contexto deu lugar a um *processo de desruralização devido à evasão da força de trabalho do meio rural*.



Figura 7: Foto do início da *Feira da Sulanca*. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi tirada nos anos 1970, próximo à prefeitura, mostrando a loja de Seu João Coloia.

Ainda conforme Campello (1983), a ampliação das confecções denominadas “sulancas” aconteceu mais intensamente durante as décadas de 1960 e 1970, quando nas residências locais, com a existência de uma ou duas máquinas de costura, a “mãe de família” confeccionava roupas por encomenda ou por conta própria, as quais eram consideradas “mercadoria de combate, de grito, de pobre, de camelô”. O início do comércio das confecções nas *feiras* não se sabe ao certo, porém as vendas dos *retalhos* são indicadas como tendo surgido em paralelo com as vendas dos produtos básicos alimentícios. A venda das confecções na *feira* das segundas-feiras aconteceu lentamente, se consolidando no final da década de sessenta, com o impulso dos *retalhos* vindo de São Paulo e no começo da década de setenta.



Figura 8: Foto do início da *Feira da Sulanca*. Segundo o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, a informação que ele tem desta foto, é que ela foi concebida numa cidadezinha da Bahia, quando a turma de Santa Cruz do Capibaribe começou a viajar para o interior daquele estado.

Continuando com Campello (1983, p. 74), as toneladas de *retalhos* trazidas de São Paulo pelos caminhoneiros mobilizaram as pessoas na atividade de produção e comércio de confecções. Essa grande quantidade de *matéria-prima* intensificou a fabricação de confecções de baixa qualidade para serem vendidas na *feira* semanal da cidade e em outros lugares. Assim, expandiu-se a produção da *sulanca*, confecções populares, de qualidade inferior, sem acabamentos aperfeiçoados, tendo no *sulanqueiro* o *mascate* que

viajava vendendo confecções populares, “versão interiorana do camelô dos grandes centros urbanos”. A partir de 1975 a produção de *sulanca* já era conhecida por todo Nordeste. O professor e pesquisador Roberto Vêras de Oliveira (2011b) alega que, de acordo com a bibliografia especializada, o significado etimológico do vocábulo *sulanca* deriva da palavra *helanca*, fibra sintética muito utilizada na confecção da época em estudo, ou seja, no auge da moda dos anos 1960 e 1970, e que vinha do *Sul*. Por conseguinte, a maioria dos retalhos que vinha do *Sul* era a sobra, o rejeito das confecções fabricadas com este tipo de material. Com o tempo este termo *sulanca* se generalizou e passou a ter uma conotação atrelada a produto mal feito, sem qualidade, de *feira*.



Figura 9: Foto da *Feira da Sulanca* ainda nas ruas do centro da cidade.

Fonte: Arquivos do professor Arnaldo Vitorino



Figura 10: Foto do produto *sulanca* disposto no calçamento, ainda quando a *Feira da Sulanca* era livre.

Fonte: Arquivos do Professor Arnaldo Vitorino



Figura 11: Foto de *sulanqueira* expondo suas cobertas no calçamento.

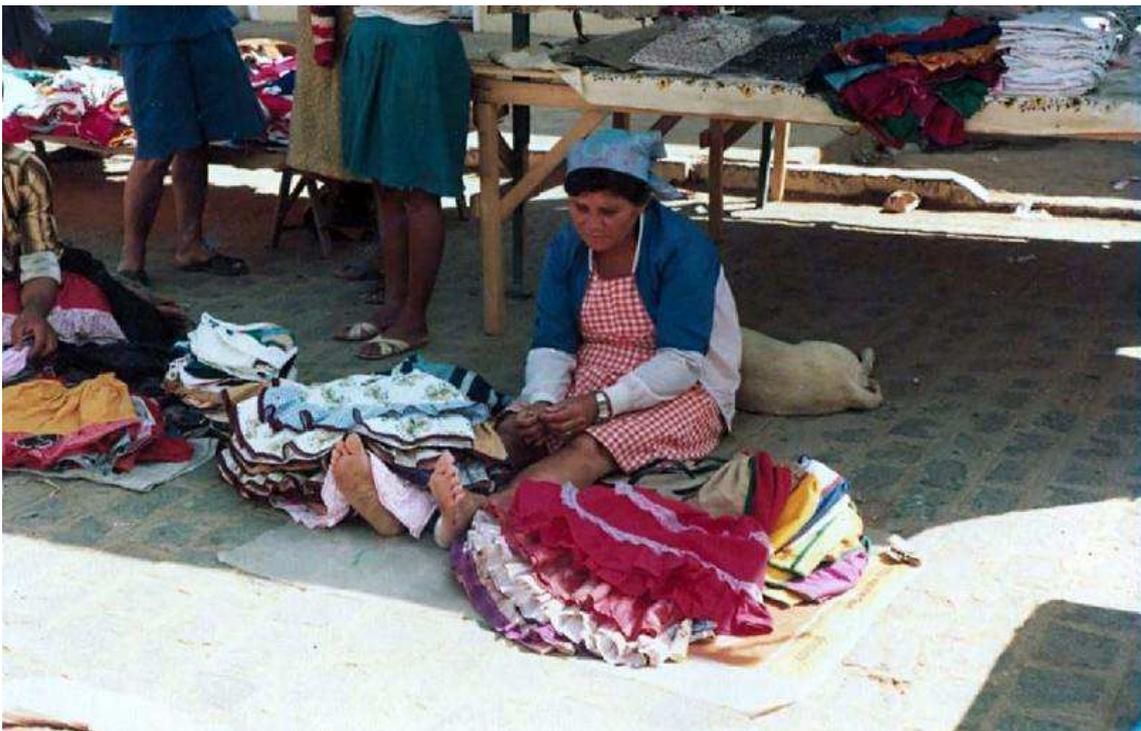


Figura 12: Foto de *sulanqueira* expondo produto feminino infantil.

Validaremos, então, nosso referencial teórico e bibliográfico com os depoimentos dos protagonistas da *Feira da Sulanca* seguidos, em cada caso, de nossas análises.

1. No começo não era sulanca, não, era mulambo

Eu nasci no sítio Caldeirão, município de Brejo da Madre de Deus. Fui criado com 13 irmão, era um sítio da família. Tinha umas vaca veia, pra tratar delas tinha que carregar paima na cabeça de 1 légua. Tudo morrendo de fome, vivia do roçado. O derradeiro era o algodão que era pra vender pra comprar roupa pra ir pras festa. Os comprador ia comprar lá. Tangia burro na estrada com cairga de álcool. Meu pai vendia aguardente na feira de Jataúba toda sexta-feira. Ele vendia 120 garrafa toda semana. Ele misturava álcool com aguardente e água, pra sair a catinga do álcool. Eu fiquei lá até 18 ano. Eu vim pra Santa Cruz trabaiar de ajudante de caminhoneiro. Fiquei viajando pra São Paulo, ia e voltava em cima do caminhão. O dono do caminhão comprava aguardente ruim pra vender em São Paulo e pegava 10, 12 passageiro pra fazer a viagem, em 1954. Levava 15, 20 saco de aguardente pra vender lá e completava com passageiro. Colocava as garrafa dentro dos saco e costurava. Os primeiro ônibus daqui pra São Paulo foi a chocadera de Loro da Princesa do Agreste. Quando chegava em São Paulo vendia aquelas garrafa e os passageiro ia s'imbora com as famia. Aí a gente ia na transportadora Estrela do Norte, tinha a Estrela na lona, pegava a cairga de empresa, caixaria, pra voltar. Depois a gente começou a carregar mulambo, já nos ano 60. Aí começaram a se juntar aqui em Santa Cruz, fretava o carro: "Vamo carregar". Os comerciante fretava o caminhão pra trazer mulambo. Aí a gente dizia: "Vamo carregar amanhã", aí saía catando as encomenda pelas rua do Brás, quando fındava de carregar, o caminhão vinha s'imbora e eu vinha em cima da cairga. Aí depois eu fui trabaiá carregando cana. Apareceu um caminhãozinho e disse: "quéis sacudir cana lá no "sul"? "daqui 60 dia tu é chofer" e cum 60 dia eu virei chofer.

Pra trazer minha mãe praqui, se chegasse lá e falasse pra vim morar na rua, ela dizia: "vá s'imbora". E a véia amuada lá dento. Eu fui criado cum mais quatro irmão meu. A gente saía de casa cinco hora da manhã pra ir pro roçado lá perto de Pocinho. Quando era nove pra dez hora minha mãe fazia o armoço, era no caco de barro. Quando era meia dia um pedaço de rapadura ou açúcar preto. Quando era cinco hora vinha s'imbora. Chegava em casa seis, sete hora da noite. Hoje todo mundo é rico.

Nem tinha quilo de carne de porco, nem de bode. Vamo dizer que a gente morasse em quatro, os vizinho botava o porco no chiqueiro, aí eu matava o porco sábado, aí era um quarto pra cada. E carne de bode, era um quarto, uma banda ou ele todo, num tinha balança pra pesar. E farinha era numa cuia pra medir e botar no saco. Quando eu conheci farinha aqui em Santa Cruz era descarregado na carçada da igreja, milho, farinha. Aquele povo que vinha dos mei do mato, ia comprar na segunda, nas costa dos burro. A feira começou na cairçada da igreja, na segunda-feira. Tudo nas costa de animá.

Os rico comprava um carro novo no Recife, quando chegava aqui cortava a cabina pra botar uma cabina de madeira que era pro chofer desse lado aqui dele colocar uma namorada. Se não tivesse uma namorada não era chofer. Mai, chofer no meu tempo?! Apóis, era ouro de lei. No meu tempo que eu comecei a trabaiair de ajudante de caminhão.... mai, os primeiro chofer, eu queria que você visse as cara dos chofer. Tinha um tal de Butija, dançador, cheio do dinheiro, dirigindo um caminhão novo... namorava moça bonita, nera moça feia não.



Figura 13: Caminhão com carga e passageiros. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta carga era de algodão, para ser levado para as fábricas de linha no Recife.



Figura 14: Segundo o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, este era o caminhão do senhor Rodolfo Aragão, carregado de algodão para o Recife.

2. Observamos recorrentemente a origem rural dos protagonistas da *sulanca*, o trabalho familiar no roçado e o *sítio* domiciliar. O depoimento esclarece bem o início do intercâmbio com São Paulo: a viagem levando trabalhadores que já possuíam uma *rede social* formada no Brás e levando também a aguardente, produto consumido pelos *nordestinos* pobres. A *feira* para escoar os produtos para a complementação da renda familiar também é recorrente. Verificamos que os *retalhos*, a princípio, eram mesmo chamados de *molambos*, dado a sua origem de descarte. A viagem para São Paulo naquela época era uma verdadeira epopeia.

Outro elemento importante deste relato se refere aos nexos das relações de consumo: a produção e consumo nas *relações de parentesco e vizinhança* não utilizavam moeda nem medida de peso. Tratava-se de uma espécie de consórcio comunitário onde os participantes se revezavam em produzir e fornecer alimentos aos demais membros do grupo. Numa semana a família que matasse um porco era encarregada de dividir a carne do animal com os outros envolvidos, e assim por diante. Os nexos de lucro nessas relações eram inexistentes, pois o objetivo era a segurança alimentar do núcleo familiar, *costume*

do *sítio* trazido para a área urbana. Esses nexos significam o que Karl Polanyi (2000) conceituou de *coesão da sociedade* e que foram destruídos, segundo ele, pela *economia de mercado*. A *transformação* a qual Polanyi (2000, p. 60) se refere “implica numa mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade: a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência.” Com isso, segundo o autor, teria havido uma *desarticulação das relações humanas que aniquilou os nexos pré-existentes*. Quanto à *sulanca*, uma economia de subsistência começava a ensaiar uma inserção mercantil, com a troca dos produtos locais (em geral de origem rural) pela matéria-prima que se converterá em produtos manufaturados e postos em *ocilação nas feiras locais e da região*. A economia “matuta”, do *sítio*, que visava a segurança alimentar do grupo foi assim se transformando, ao longo de um relativamente longo processo histórico, em uma *economia de mercado*, onde o lucro passou a ter uma centralidade cada vez maior. A expansão da *sulanca* propiciou, como veremos, a emergência de uma *pequena burguesia sulanqueira* de origem rural, a qual detêm, hoje, o controle do comércio e o poder político da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, assim transformando as *relações sociais* e os nexos da economia.



Figura 15: Caminhão, carga, chofer e ajudante. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, este era o caminhão do senhor Pedro Gordo, da família Neves de Caraúbas, com uma carga de sacas de carvão para ser vendida no Recife. Os

tambores serviam para trazer combustíveis: querosene, diesel ou gasolina de volta para Santa Cruz.

3. *Era tudo na base da confiança*

Eu nasci no sítio Olho D'água do Púcaro, no município de Brejo da Madre de Deus, e meus pais vieram praqui na década de 50. Eu nasci em 46, eu ainda era menina. No sítio, a terra era deles e eles trabalhavam na agricultura, no roçado, era pobre. Aí eles vieram praqui e eles começaram a negociar, meu pai levava carvão, ovos, queijo para o Recife. Tinha as pessoa do sítio que traziam aqui pra casa. Eram 12 irmãos, 5 mulheres e 7 homens. O sítio ficou lá meio que abandonado e aí depois meu pai vendeu bem baratinho pra um sobrinho da minha mãe. Meu pai trocou uma madeira do sítio numa casa aqui em Santa Cruz. Aí a gente já veio morar em casa própria. Aí ele começou a negociar. E minha mãe, toda vida foi muito trabalhadeira, aí ela matava galinha e fazia aqueles pratinho e mandava os menino vender pelas casa, pelas porta. Aí, ela fazia também cocada, essas coisa. Aí ela começou a comprar uns retalhos.

Meu pai fretava um caminhão que levava a carga dele pro Recife. O ponto dele era no Largo da Feira de Casa Amarela. Ele tinha uma barraca ali no Largo da feira. Aí ele voltava na marinete. Ele vendia em grosso para os clientes revenderem. Aí minha mãe começou comprando aqueles retalhinhos e começou a fazer coberta. Naquele tempo era retalho bruto mesmo. Primeiro comprava a seu Dom Rodrigues que esses retalhos vinham da Macaxeira. Aí ela fazia coberta, shortinho, vestidinho, mas tudo emendado, sabe? Esses tropeiros, galinheiros, levavam essa mercadoria pra vender no sertão. Eles trocavam também por galinha, ovos, queijo e rapadura. Levavam também louça pra vender lá. Eles levavam nos burro, era por isso que chamavam de carregação, a sulanca, no início, era bem bruto. Aí depois o pessoal começaram a viajar pra São Paulo e trazer retalho de lá.

Minha mãe entregava a mercadoria aos tropeiros que trocavam por galinha, ovo, queijo, rapadura. Aí quando eles chegavam aqui, vendiam as galinhas e pagava ao pessoal. Seu Adrião Rodrigues, que a gente chamava seu Dom Rodrigues trazia os retalhos da Fábrica da Macaxeira e vendia aqui e voltava com o dinheiro. Ele também negociava com

algodão, comprava aqui e vendia no Recife. Na época era na máquina de mão, que rodava na mão. Aí depois seu Brás de Lira começou a trazer máquina de pé de São Paulo. Ele foi muito bom pro povo. Ele vendia as máquina fiado e o povo ia pagando a prestação. Era tudo na base da confiança, anotado num caderno. Aí depois começou vim a helanca do Sul, por isso que é sulanca. Aí depois começou os sulanqueiros, aí não era mais tropeiro e galinheiro. Aí eles levavam essa mercadoria pra Bahia e pra outros estados. Mas, principalmente, o primordial de tudo foi a Bahia. Os retalhos continuaram vindo da Macaxeira, mas também do Brás. Aí vendia aos sulanqueiros.

Quando começou, o pessoal que fabricava não vendiam, eles repassavam a mercadoria pra os sulanqueiros que revendia nos outros estados. As costureiras faziam as roupas e entregavam aos sulanqueiros pra vender nas feiras. Na semana eles faziam a rodada em várias cidades lá que eles comercializavam a sulanca. Até hoje continua. Aí na década de 60, 70, a carregação virou sulanca. Eles ia de caminhonete, ônibus, Toyota. Não era consignado porque eles não devolviam a mercadoria que sobrava. Quando eles voltavam eles pagavam as costureiras. Era o mesmo procedimento dos tropeiros e galinheiros, era tudo na base da confiança, só pagava quando voltava. Geralmente vendia tudo, se sobrasse não devolia.

Foi daí quando surgiu a feira. O pessoal começou a botar os bancos na feira. Minha mãe vendia um tipo de tecido chamado calandra. Eu não sei pra que o povo queria aquilo, não. Era um tipo de tecido grosseiro. Era como um tecido de algodão meio manchado. Calandra era um tipo de tecido dos retalhos. Ela vendia no peso. Banco ela só tinha de retalho, não vendia sulanca, não. Minha mãe era costureira. Mais tarde, a gente foi que botou, os filhos. Ela vendia as roupa pros sulanqueiros. Alguns desse sulanqueiros se tornaram altos comerciantes aqui de Santa Cruz.

A feira começou na rua Siqueira Campos. O pessoal começou a botar uns banquinhos, a vender nas calçadas. Depois foi se expandindo. A feira livre é na Avenida Padre Zuzinha, onde tem a igreja. A sulanca é título de Santa Cruz, começou em Santa Cruz. Outra e qualquer cidade, como Caruaru, Toritama, já vieram depois de Santa Cruz. Santa Cruz foi onde começou tudo. Sulanca é de Santa Cruz, foi onde tudo começou e minha mãe foi uma das pioneiras. Eu faço parte dessa história.

A gente aprendeu a costurar desde pequena, nem alcançava na máquina. Cinco filhas, minha mãe ia ensinando, na máquina de mão, depois era máquina de pé, no pedal. Minha primeira overlock eu comprei pelo Banco do Brasil.

E meu pai foi um benfeitor de Santa Cruz. Porque naquela época não se viajava para o Recife e tudo o que se precisava do Recife meu pai era quem trazia. O pessoal pedia pra ele comprar medicamento. Meu pai já levou até loucos pra se internar na Tamarineira, levava os doentes para os hospitais. Meu pai levava e ficava visitando e ninguém pagava nada a ele. Era só por querer mesmo, pra fazer o bem. Assim, os pedreiros, servente, todo mundo que ia trabalhar no Recife, aí eles mandavam o dinheiro para as mulheres deles aqui, em Santa Cruz. Mandava tudo por meu pai. Meu pai era uma espécie de correio, levava carta, trazia carta do pessoal. Eu digo com orgulho: meu pai foi um benfeitor de Santa Cruz na época. Porque naquela época ninguém viajava, poucas pessoas. Passava dois dias pra chegar lá de caminhão. Meu pai levava oito dias para ir e voltar. Não tinha asfalto, era estrada de barro. Se o carro quebrasse ficava na estrada esperando consertar. A marinete de Zé Rodrigues era uma vez por semana, se não quebrasse.



Figura 16: Ônibus de linha Caruaru/Santa Cruz do Capibaribe nos anos de 1965 a 1968



Figura 17: Início dos anos 1970, ao lado do Cine Bandeirantes, na época sendo construído. Hoje o prédio do cinema abriga um supermercado, situado por trás do Banco do Brasil.

Fonte: Arquivos do professor Arnaldo Vitorino

4. Mais uma vez o *sítio* e o *roçado* estão presentes na origem e a centralidade é sempre a família. Os nexos de confiança nas relações comerciais representam o conceito dos *valores essenciais da vida humana* de Polanyi (2000), encontrados na *tradição*, os quais, segundo o autor, se perderam com a Revolução Industrial. Com a expansão da *Feira da Sulanca* essas relações também se transformaram. Alguns depoimentos na pesquisa de Campelo (1983) narram experiências onde os credores tomavam as máquinas e a produção das *costureiras* quando elas não conseguiam pagar as prestações, já no início da década de 1980. Outra prática corrente a qual ainda não foi assinalada em pesquisa é a prática da agiotagem. Algumas pessoas venderam o *sítio* que receberam de herança e outros pertences para viver de emprestar “dinheiro a juro”. Esta prática ainda carece de investigação empírica, não temos nenhum elemento de comprovação além da nossa experiência diária com as pessoas da região.

O isolamento daquela região através das condições das estradas e de acessos daquela época é ressaltado, propiciando melhor compreensão das estratégias locais visando a *reprodução social*. Este fato também levava a comunidade em direção à solidariedade. Os *sulanqueiros*, na origem, eram uma espécie de *tropeiros* ou *mascates modernos* possibilitados através das estradas e rodagens instaladas na época da *substituição de*

importações de bens duráveis que possibilitou a ampliação do uso do automóvel. Por outro lado, esses elementos de facilitação da *reprodução social* dos protagonistas da *sulanca* propiciaram uma “corrida ao ouro” para Santa Cruz do Capibaribe, de pessoas estranhas às origens, mas, em busca de oportunidades de emprego. Os *nordestinos retirantes* também começaram a retornar atraídos pela nova “vocação” da região.

Constatamos que as transações comerciais dos *tropeiros* e *galinheiros* se davam através de escambo, ou seja, através de trocas, não sendo muitas vezes monetarizadas. Esse tipo de transação também denota a economia à *margem* do *sistema formal* no qual os consumidores de *sulanca* viviam, ou seja, quase não existia dinheiro disponível para o consumo e por isso mesmo eles tinham de lançar mão do escambo. Era necessário viajar em direção ao sertão para trocar a *mercadoria* transportada nos lombos dos burros e, posteriormente, nas caminhonetes *galinheiros*. Voltando à origem, eles conseguiam vender a *mercadoria* já trocada, por dinheiro, com o intuito de pagar as *costureiras*, as quais compravam os *retalhos* a preços módicos, costuravam as peças de roupa e cobertas e as confiavam à aventura dos *tropeiros mascates*.

Observamos que o ofício de *costureira* era transmitido oralmente de geração para geração, que de acordo com Thompson (1991) são *transmissões de experiências sociais*, da *sabedoria comum da coletividade*, *costumes* que se *reproduzem* ao longo das *gerações* e se perpetuam pelas *tradições*. A mãe passou seu ofício para as filhas desde pequena, na realidade com intuito de ter a ajuda delas, o trabalho em família, como no *roçado* do *sítio*. Em geral eram a mãe, junto com as filhas, as encarregadas de prover vestimentas para toda a família, de comprar os *retalhos* e fazer roupa para a família inteira. Da mesma forma que as sobras do *roçado* eram vendidas na *feira*, ou mesmo outros produtos como as panelas de barro feitas com a argila do rio, as colheres de pau entre outros produtos, as mulheres começaram a costurar para fora com o objetivo de complementação da renda do *sítio*.

A *feira livre nordestina* se dá num circuito itinerante numa microrregião. Por exemplo: a *feira tradicional* de Santa Cruz acontece às segundas-feiras, a de Jataúba na sexta-feira, já a de Caruaru, que foi a pioneira e é a maior, tem lugar no sábado. Dessa forma, o *feirante* terá diversas oportunidades de oferecer seu produto na mesma semana com pouco deslocamento, ou seja, numa distância curta, dentro da mesma região. Caruaru, como é uma cidade maior, além da *feira* central aos sábados, tem também as dos bairros: no

domingo no bairro de São Francisco, na segunda-feira no bairro do Salgado e assim por diante. Alguns *feirantes* ficam somente nesse circuito municipal. Essas são as características de base da *feira nordestina: improvisada, temporária e com uma dimensão itinerante*. O que os *sulanqueiros* fizeram foi extrapolar esse circuito microrregional e ampliar sua área de atuação. Por exemplo: numa semana o *sulanqueiro* se deslocava para a região de Feira de Santana, na Bahia, e fazia o circuito daquela região. Na outra semana ele se deslocava até a região de Barreiras, também na Bahia, e fazia as *feiras* da semana naquela área. Então, eles voltavam para Santa Cruz, pagavam as *costureiras*, se reabasteciam e saíam em busca de outro circuito de *feiras*. Dessa forma, o produto *sulanca* ficou conhecido pelo Nordeste afora. Verificamos também esta categoria de *feirantes itinerantes* denominada de *sulanqueiros*, por viajarem vendendo o produto *sulanca*, nos depoimentos das pesquisas de Sandra Alves Silva (2009), de Alana Moraes (2012) e de Glauce Campelo (1983). Devemos ressaltar que atualmente o termo *sulanqueiro* se refere a qualquer pessoa, a qual tenha uma atividade qualquer ligada à fabricação e comércio de *sulanca*, ou seja, que atue no universo múltiplo e diversificado no qual se tornou a *sulanca*. Como da mesma forma, devemos ressaltar que a categoria de *retalheiro* não é usada e nem reconhecida no meio da *sulanca*. Esta categoria foi criada a partir das pesquisas dos estudiosos em *migrações nordestinas* em São Paulo, os quais detectaram esta categoria no contexto de industrialização e urbanização daquela cidade nas décadas de 1950 e 1960.



Figura 18: Dona Mãezina Felix, uma das *costureiras* pioneiras da *sulanca*

Arquivos do professor Arnaldo Vitorino

2.3. Evolução e desenvolvimento da *Feira da Sulanca* – “A Grande Transformação”

Como fato que comprova a evolução econômica de Santa Cruz do Capibaribe a partir da instituição da produção de *sulanca*, Campello (1983) aponta a implantação de agências bancárias importantes na época dessa expansão. Em 1970 foi instalada a Agência do Banco do Brasil, a qual adota três linhas de crédito – custeio, investimento e capital de giro –, que propiciam condições financeiras através de financiamento de máquinas e de outros equipamentos. A atividade de tecidos e confecções detinha, em julho de 1983, 85% das aplicações do Banco do Brasil da parte destinada à indústria e ao comércio, representando 40% das aplicações totais deste banco. Em 1977 foi a vez de o Banco Itaú

instalar sua agência com o estilo próprio de banco comercial – operando sem limites rígidos de crédito, ajustando-se às necessidades daqueles que buscavam no Sudeste as suas *mercadorias*, efetuando pagamentos à distância mediante cheques visados e financiando passagens aéreas pelo prazo de trinta dias. A Caixa Econômica Federal se instalou em 1981, cujas exigências de crédito apoiavam-se no valor do faturamento do cliente para linha de capital de giro, assim como o Banco do Brasil. Em fevereiro de 1983 foi inaugurada a agência do Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE, a qual adota um programa especial de crédito para o pequeno produtor, com limites de 600 mil cruzeiros e com amortização e custo financeiros ajustados ao funcionamento das pequenas empresas. Como norma geral, o aval era a garantia determinada, comprometendo os empresários mais sólidos e prósperos com a regularidade das operações. Dessa maneira, os líderes do ramo selecionavam a concorrência e controlavam a expansão do crédito.

Campello (1983) salienta que as “fábricas” eram as maiores empresas de confecções e pertenciam aos descendentes dos *pioneiros da atividade*, os quais desempenharam a atividade de *vendedores ambulantes de confecções populares*. Essas empresas produziam um padrão de melhor qualidade dirigido a um mercado fora do município e com encomendas feitas previamente. A atração exercida pela cidade como ponto de convergência para o comércio de confecções justifica também a instalação de pequenas novas unidades do ramo sem vínculos com o início da atividade da *sulanca*. Essas microempresas são responsáveis pela produção de *artigos populares de vestuário*, de *produção domiciliar e familiar*, transformando a cidade numa grande “oficina” de *confecções populares*. É justamente nessas *pequenas unidades* que se encontra *a maior parte da força de trabalho da região, gerando emprego e distribuição de renda, com reflexos nos demais setores urbanos*.

Porém, a *Feira da Sulanca* como instituição independente da tradicional *feira livre* da segunda-feira no pátio da igreja de Santa Cruz do Capibaribe só começou em 1979, dia de quinta-feira. Os depoimentos da pesquisa de Campello (1983) confirmam que a *feira* neste dia começou de uma iniciativa individual. Conta-se que uma *costureira*, ao saber da presença de uns viajantes baianos na cidade foi exibir suas confecções na calçada da sua rua, pois estava em dificuldades financeiras e, assim, outras *costureiras* seguiram o exemplo e começaram a expor suas *mercadorias* também neste dia. A princípio os comerciantes estabelecidos protestaram, afirmando que era uma concorrência desleal para

seus produtos, mas as mulheres insistiram e terminaram se instalando em *bancos de feira* neste dia e com o apoio da prefeitura. Naquele mesmo ano acontece a pavimentação da estrada que liga Santa Cruz à BR 104 facilitando mais ainda a sua expansão.

5. Era o tempo do pano na porta

Eu vim pra Santa Cruz no ano de 55. Eu nasci em 1943 no sítio Caldeirão, município de Brejo da Madre de Deus, com 10 irmãos. O sítio era do meu pai, ele criava gado, eles traziam álcool lá do “sul”, no lombo do burro, álcool e açúcar. Desde o ano de 55 que eu moro nesta casa. Tinha uma venda nesta casa, uma bodega. Meu pai negociava, trazia café de Taquaritinga pra vender aqui. Meu irmão era que tomava conta da bodega e meu pai negociava com café, essas coisas, que ele trazia de Taquaritinga, e já tinha as pessoa que comprava o café. Ele fazia cachaça no alambique atrás de casa. Vendia o café em saco, em grosso, vinha as pessoa pra passar pra frente. Vendia farinha, vendia tudo. A feira sempre foi toda vida aqui nessa rua, pra lá é a matriz. Vendia feijão, secos e molhados.

As mulheres casaram, outros foram embora pra São Paulo. Eu comecei a costurar com o tempo. Eu estudava numa escola aqui que era de dona Lúcia. Só era gado Santa Cruz. A minha mãe não costurava, não. A sulanca começou ali na rua do Pátio. Tudo o que se fazia, vendia. Foi essa Santa Cruz, foi tão abençoada. O começo do povo foi nessa cidade. Começou mesmo lá pra baixo, perto do açougue. O que levasse pra vender ali na rua do Pátio, todo mundo vendia. Tudo começou em Santa Cruz e continua aqui. Eu comecei a costurar numa maquinazinha de pé, não era a motor. Eu fazia saia e short. Daí arrumei outra pessoa pra costurar. Comprava retalho por quilo. Ia pra feira, com as trouxas na cabeça, era, levava. Naquele tempo não tinha essa danação de bandido. A pessoa saía daqui de noite, de madrugada. Ia prali vender, quando chegava lá botava o pano no chão. Cinco hora da manhã tava dentro de casa com o dinheiro no bolso. O que se fazia se vendia. Graças a Deus, Santa Cruz deve tudo a Santa Cruz. O pessoal vinha do Acre e ainda vem umas pessoa comprar aqui com a gente, elas, com eu e a minha filha. A minha menina agora tem representação. Elas vem do Rio Branco. Vem gente do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia. Tem gente daqui que tá morando no Maranhão, interior do Pará, tem muita gente daqui morando lá, vem buscar mercadoria aqui, na Bahia também, o acesso é mais fácil – Irecê, Barreiras.

A feira daqui começa no domingo. Esse Moda Center foi muito bem abençoado. Era tudo por aqui, não tinha mais por onde o povo passar. Aí uns num queria, mas Zé Augusto Maia foi enfrentante – uns dizia que a feira não saía – “pois eu vou mostrar”. Hoje em dia quem não comprou lá no Moda Center tá arrependido. Aí foi uma benção, todas essas ruas aí era cheia de gente. Mas, aí tudo vendia nessas carçada, nesses beco, os ônibus saía daqui também. Tinha uns retalho de Deda que vinha do Recife, os outro vinha de São Paulo. Já morei em São Paulo, já casei, me descasei, voltei praqui de novo. Nunca gostei de São Paulo. Eu ia pra São Paulo passear, passei vinte anos namorando, aí casei, fui morar lá e ainda assim não deu certo.

Nunca parou de vim retalho do Recife, tinha umas apara quadrada, retalho bom, fazia vestido, saia, fazia tudo, emendava os retalhos. Depois eu comecei a comprar o brim de Lourinaldo e fazer short. Quando nós chegava na feira o povo já tava esperando, todo mundo. Eu já saí daqui até uma hora da madrugada. Naquele tempo eu ia sozinha, eu e Deus, nunca vi nada, tu acredita? Naquele tempo a gente deixava um pano escorado na porta, quem fosse chegando pra dormir ia entrando, escorava o pano na porta. Era o tempo do pano na porta. Era isso mesmo! Quem fosse chegando ia entrando. E hoje, Jesus misericórdia, é tudo trancado, tá demais! Aqui tinha umas cacimba no rio Capibaribe com areia fina. O sapoli era de areia fina do rio, num tinha essas coisa de detergente, não.



Figura 19: Vista aérea da *Feira da Sulanca* no centro da cidade em 2002



Figura 20: Vista aérea da *Feira da Sulanca* em 2002. Observamos as lonas das barracas, em sua grande maioria de cor azul.



Figura 21: Observamos uma tentativa de padronização das barracas a partir dos anos 1990, quando a *feira* ainda era nas ruas.



Figura 22: A *Feira da Sulanca* se torna “semi” livre na década de 1990.



Figura 23: Foto da *Feira da Sulca* nos anos 1980



Figura 24: A *Feira da Sulca* quando ainda era totalmente *livre* na década de 1980. Observamos a diferença das fotos anteriores das barracas com as lonas azuis, num esforço de padronizar as barracas.

Fonte: Arquivos do Professor Arnaldo Vitorino



Figura 25: A *Feira da Sulanca* na sua origem, livre de qualquer regulação. Podemos observar também na paisagem a não existência das antenas parabólicas.

6. A *bodega* descrita no depoimento e emblemática do cenário socioeconômico de Santa Cruz do Capibaribe era na realidade a casa familiar do sítio trasladada para a zona urbana. A família inteira morava nos cômodos que se seguiam ao armazém e o quintal ainda acomodava o alambique onde se fazia a cachaça que era vendida na frente. Não existia separação entre o ambiente familiar e o ambiente de trabalho e essa relação continuou na produção domiciliar familiar de *sulanca*.

A protagonista do depoimento pertence ao grupo dos *pioneiros* da *sulanca* e a casa antiga, a qual abrigava a *bodega*, hoje se transformou numa casa *moderna* de dois pavimentos com pergolado e todos os apetrechos do conforto tecnológico, refletindo a nova condição econômica e a mobilidade social dos moradores. A família de origem rural e pobre integra hoje a *pequena burguesia sulanqueira*.

Segundo a análise de Polanyi (2000, p. 60), essa *metamorfose* da economia anterior para o *sistema autoregulável de mercados* foi mais completa do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e *desenvolvimento*. De acordo com o autor, “a produção das máquinas numa sociedade comercial envolve uma *transformação* que é a da substância natural e humana da sociedade em *mercadorias*”. Essa *desarticulação* causada por tal *transformação* desorganiza as relações humanas e aniquila o seu *habitat*. As rendas passam a derivar da venda de alguma coisa e deve ser vista como resultante de uma venda.

O trabalho de Maria Gilca Xavier (2009) mostra a *transformação* da paisagem urbana em Santa Cruz do Capibaribe, cuja *feira*, que começou na Rua Siqueira Campos, já ocupava 28 ruas do centro da cidade (como ilustram as fotos das figuras 19 e 20). A mudança ocorreu a partir do novo empreendimento comercial denominado Santa Cruz Moda Center (abaixo ilustrado nas fotos das figuras 26 e 27). De acordo com a autora esta mudança foi feita através de planejamento urbano, “frente às necessidades da sociedade e do capital”. A pesquisadora salienta, a partir de sua tese de doutorado, *O processo de produção do espaço urbano em economia retardatária: a aglomeração produtiva de Santa Cruz do Capibaribe (1960 – 2000)* (2006), que a expansão da atividade econômica e urbana, ocorrida nas décadas de 1980 e 1990, foi “devido a reestruturação no processo de desenvolvimento do país, a diminuição do parque industrial no centro-sul, a redução de oferta de emprego formal e o declínio das migrações internas”.

No entanto, no nosso entender, o que ocorreu foi uma *privatização da feira*, cuja origem, como nós analisaremos no terceiro capítulo, nasceu *livre*. A partir da difusão das ideias ultraliberais desde os anos 1980, foram instaladas na região instituições como o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas –, na década de 1990, encarregadas de disseminarem essa “tendência” através da cultura do *empreendedorismo*. O *sulanqueiro*, então, virou *empreendedor*, por sua vez, o produto *sulanca* virou *confeção* e dentro desta “visão” *modernizante*, influenciada pelos “ventos centrais” anglo-americanos, de que tudo o que não é *Shopping Center* deve ser considerado *precário e degradante*, iniciou-se uma campanha de *modernização da feira*. Consideramos, também, esse *movimento* como uma forma estratégica, usada pela *pequena burguesia sulanqueira emergente*, para manter o controle e oligopólio da *Sulanca*, dentro da realidade de expansão da *feira* e, por consequência, da “infiltração” de elementos exógenos às origens e raízes da *Sulanca*.





Figuras 26 e 27: Fotos aéreas do Moda Center em 2012 – “A Grande Transformação”

7. E a cidade hoje tá faltando água

A feira daqui, de secos e molhados, era bem movimentada, vinha gente até da Paraíba. Aqui se trabalhava muito com o extrativismo, era o caroá, o carvão. Depois começou-se a trabalhar com alpercatas, com calçados. O foco principal de Toritama era calçado. Algumas pessoas contam que um ônibus que vinha da Bahia com destino a Campina Grande errou a estrada e veio parar aqui. Quando passou viu roupa na feira, algumas pessoas vendendo roupa na feira. Aí começaram a entrar, compraram roupa na feira e foram embora. Com poucos dias chegou outro ônibus novamente. Aí o pessoal, quem tinha aquelas roupinhas, começaram a botar na entrada da cidade. Aí pegava o pessoal entrando, pra não perder muito tempo. Tem essa história, desse ônibus que tava indo pra Campina Grande e erraram o caminho. Chegaram aqui viram roupa barata e levaram. Foi aí que o pessoal começou a botar roupa na feira em dia que não era de feira, na quarta, na quinta, e aí começaram a vender essa mercadoria. Mas, aí a estrada ainda era de barro e às vezes não dava tempo de chegar aqui. Aí os mais espertos começaram

a migrar pra Caruaru e vender em Caruaru. Aí, depois, Caruaru começou a aumentar a feira. Como a estrada era de barro, Toritama começou a botar banco na beira da pista pra aproveitar uma beirinha da história e cresceu também. Primeiro fizeram o asfalto pra Campina Grande e depois foi que fizeram o asfalto de Pão de Açúcar pra cá.

Mas, Santa Cruz é a fonte, a origem de tudo. O jeans de Toritama, eu acho que 80% dele é fabricado aqui. Vai pra Toritama somente pra ser pré-lavado, amaciado nas lavanderias. A fabricação e o ponto de jeans é aqui. A Santista tem uma cota de jeans pra o mercado nacional. A cota de jeans pra Pernambuco, os compradores de jeans são daqui de Santa Cruz. Aí Toritama vem buscar o jeans aqui. O pessoal começou a ir pra fora, região do Amazonas, depois começaram a se fixar por lá, montaram loja pra lá. Eles mesmos compram a mercadoria aqui e já tem caminhão pra levar pra lá. Se chegar no Parque da feira em dia de feira, tem cinco, seis carretas, carregando para o Pará.

A intranquilidade daqui começou quando os próprios prefeitos começaram a divulgar na televisão, na rádio, nos anos oitenta, que aqui o pessoal ganhava dinheiro e ninguém era desempregado. Aí começou a chegar muita gente de fora. Aí esse pessoal de fora vinha de toda cor e qualidade, vinha de tudo. Tinha aquele que vinha pra trabalhar e tinha aquele que vinha pra roubar mesmo. Ainda hoje tem bastante. Mas aqui sempre teve essa propaganda que não tinha desemprego. Santa Cruz não tava nem aí pra seca. Era uma seca danada pelo Nordeste todo. A cidade deu um salto a partir dos anos oitenta. O açude não comportou, o consumo triplicou. Aí construíram Machado, daí a pouco não deu mais. Muita fábrica mudou pra Caruaru, Recife, porque tinha água. Aí se construiu a barragem de Carpina. Carpina servia mais de contenção de cheia no período das chuvas, hoje é pra abastecimento. Aí se construiu Jucazinho, depois se construiu a barragem de Poço Fundo e a cidade hoje tá faltando água. Tabocas tá quase seco. Houve um êxodo rural pra cidade. Quando ganharam dinheiro voltaram para o sítio de novo. Hoje tá todo mundo lá na zona rural com máquina industrial.

Entrevista com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino concedida à autora em 29 de março de 2013.

8. Esta análise nos mostra que o modelo de *desenvolvimento*, de *progresso econômico* reproduzido para esta região, provocou não só uma *transformação* nos *valores* e *costumes* do povo da região, como também um impacto nos *recursos naturais*. A pressão da produção intensiva que causou o crescimento da população está impactando o meio

ambiente semiárido e é desproporcional à capacidade de suporte. Outro ponto a salientar é o retorno ao sítio, porém, hoje, com tecnologia e conforto.

Norman Long (1990) argumenta que a *Teoria da Modernização* visualiza o *desenvolvimento* em termos de um movimento progressivo em direção a formas mais complexas e integradas tecnologicamente e institucionalmente da *sociedade moderna*. Este processo é mantido em movimento através do crescente envolvimento nos mercados de *commodity* e através de uma série de intervenções envolvendo a transferência de tecnologia, conhecimento, recursos e formas organizacionais do mundo mais “desenvolvido” ou setor de um país para partes menos “desenvolvidas”. Dessa forma, a *sociedade tradicional* é dragada pelo mundo *moderno*, mesmo passando por alguns obstáculos, e sua economia e padrões sociais adquirem apetrechos da *modernidade*.

2.4. Principais elementos que concorreram para a emergência da *Feira da Sulanca*

Analisamos neste capítulo o contexto no qual se deu a instituição da *Feira da Sulanca*. Verificamos que o produto *sulanca* a princípio se nutriu dos resíduos nos “bastidores” da indústria têxtil do Recife e de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960, no cenário da “revolução industrial” brasileira do pós-guerra. As relações comerciais na origem eram feitas na base da confiança e do escambo. O mercado para o produto *sulanca* foi expandido a partir dos *sulanqueiros* que viajavam para *fazer as feiras* em outros estados do Norte e Nordeste. Esse movimento dos *sulanqueiros* fez com que o produto *sulanca* se tornasse conhecido pelos rincões mais remotos do Norte e Nordeste, atraindo clientes e pessoas de fora interessadas em participar da *economia da sulanca*. Houve, então, a expansão das atividades ligadas à *Feira da Sulanca* e a emergência e afirmação de uma *pequena burguesia sulanqueira* de origem rural formada pelos *pioneiros* que mantiveram o controle econômico e o poder político da região e conseqüentemente promoveram a *modernização* da *feira*. No capítulo seguinte abordaremos os *costumes em comum* que estão na base da instituição da *Feira da Sulanca*.

CAPÍTULO III

Costumes em Comum no Agreste de Pernambuco

No primeiro capítulo buscamos uma explicação teórica para o fenômeno produtivo/comercial denominado *Feira da Sulanca* através das Teorias do *Desenvolvimento*, mas especificamente pelos enfoques da *Dependência* e da *Marginalidade* como também pela literatura pertinente às abordagens da *informalidade*.

No segundo capítulo abordamos a instituição da *Sulanca* dentro do cenário *desenvolvimentista* do Brasil nas décadas de 1950 e 1960, das desigualdades regionais e da formação da *divisão nacional do trabalho*, como também da evolução da indústria têxtil no século XX.

Neste capítulo abordaremos os *costumes em comum* do Agreste de Pernambuco através de um estudo sócio-antropológico desde os primórdios da colonização desta região, os quais conformaram os componentes constitutivos das práticas socioeconômicas dos *agentes sociais agrestinos*. Realçamos, com isso, o quanto o fenômeno da *sulanca* ao mesmo tempo em que guarda relação com os processos mais amplos de industrialização e urbanização do país (mesmo que a partir de suas *margens*), resulta de *processos sociais* fundamentalmente enraizados em práticas e *costumes* locais. No atual capítulo, é esta última dimensão que ganha evidência.

3.1. A Mesorregião do Agreste de Pernambuco – caracterizações

Nos estudos sobre a *Feira da Sulanca* encontramos com frequência a referência ao Agreste de Pernambuco como se território homogêneo fosse. Sendo o Agreste uma região intermediária entre a Zona úmida do Litoral/Mata e o Sertão seco, é por natureza diversificada, não é só caatinga e nem é só pecuária. Trata-se de uma região permeada de *brejos*, ilhas de umidade, microclimas que permitem culturas diversificadas, como: tomate, beterraba, cenoura, repolho, hortaliças de modo geral, flores, batata-doce, frutas

e, também, café. Na descrição de Manuel Correia de Andrade (2005, p. 153), “o Agreste tem relevo movimentado e os brejos são frequentes”. Da mesma forma, encontramos um mercado de serviços na área de lazer, turismo, gastronomia, hospitalidade, devido ao clima ameno e ao artesanato diferenciado. Portanto, que Agreste é esse que abriga esse fenômeno produtivo-comercial? Acreditamos que este termo carece de maior precisão. A Mesorregião do Agreste de Pernambuco é composta de seis Microrregiões (IBGE, 2011). São elas: Alto Capibaribe; Médio Capibaribe; Vale do Ipojuca; Brejo Pernambucano; Garanhuns; Vale do Ipanema. A Microrregião do Alto Capibaribe está inserida na Região de Desenvolvimento do Agreste Setentrional do mapa abaixo.



Figura 28: Mapa do estado de Pernambuco. Imagem: Condepe/Fidem (http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=78583&folderId=141847&name=DLFE-11996.pdf).

Essa classificação é normalmente baseada na bacia hidrográfica cujo ecossistema endêmico molda o perfil do povo. Temos na História inúmeros exemplos disso: os povos do Vale do rio Nilo, do Tigre; do Eufrates etc. O rio é a fonte da vida de uma região e a partir dele são desenhados os *costumes* pelas pessoas ao seu entorno. Os rios do Agreste, na sua grande maioria, não são perenes e, é nesta particularidade que se encontra a especificidade dos *costumes* dos povos que habitam regiões de estiagem. Eles precisam desenvolver estratégias outras, independentes de uma fonte de vida temporária, ou seja, dos seus rios que são intermitentes. Por consequência, esses povos são obrigados frequentemente a migrarem para outras regiões, em tempos de estiagem prolongada, em busca de atividades que garantam sua *reprodução social*, nos termos de Marx (1950). Por

consequente, a *migração* para outras áreas que lhes assegurem a sobrevivência em tempos de *seca* é uma estratégia recorrente.

A cidade de Santa Cruz do Capibaribe pertence à Microrregião do Alto Capibaribe (IBGE, 2011). E por que Alto Capibaribe? Porque é lá que nasce o rio Capibaribe (Fig. 29), o mesmo rio que corre tão caudaloso no centro da capital do estado, Recife, sob suas pontes. Durante seu trajeto em direção ao Oceano Atlântico, o Capibaribe se junta a outros capilares pela Zona da Mata, encontrando, por fim, o rio Beberibe para formar um estuário no Recife e desembocar no mar. A Microrregião do Alto Capibaribe compreende as cidades de Santa Cruz do Capibaribe; Taquaritinga do Norte; Toritama; Vertentes; Vertente do Lério; Santa Maria do Cambucá; Frei Miguelino; Surubim; Casinhas (IBGE, 2011). Poderíamos até ter a pretensão de denominar a população dessa região de o *Povo do Alto Capibaribe*.

Figura 29: Mapa da Bacia hidrográfica do rio Capibaribe



Por sua vez, Caruaru, considerada a capital do Agreste, por ser uma cidade que, historicamente, polarizou as atividades de indústria, comércio e serviços, para onde converge toda a população do seu entorno, pertence à Microrregião do Vale do Ipojuca (inserida na Região de Desenvolvimento do Agreste Central do mapa da figura 28), outro ecossistema formado em torno do rio Ipojuca (Fig.30), com nascente em Arcorverde, no Sertão, e desembocando na região do Porto de Suape, tendo sido importante *caminho das boiadas* nos primórdios da colonização do interior do Nordeste brasileiro. Geologicamente a Mesorregião do Agreste está situada sobre o Planalto da Borborema

em altitude média entre 400 a 800 metros, também conhecido como Serra das Ruças⁵, é uma região montanhosa no interior do Nordeste brasileiro e se estende pelos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas (IBGE, 2011).

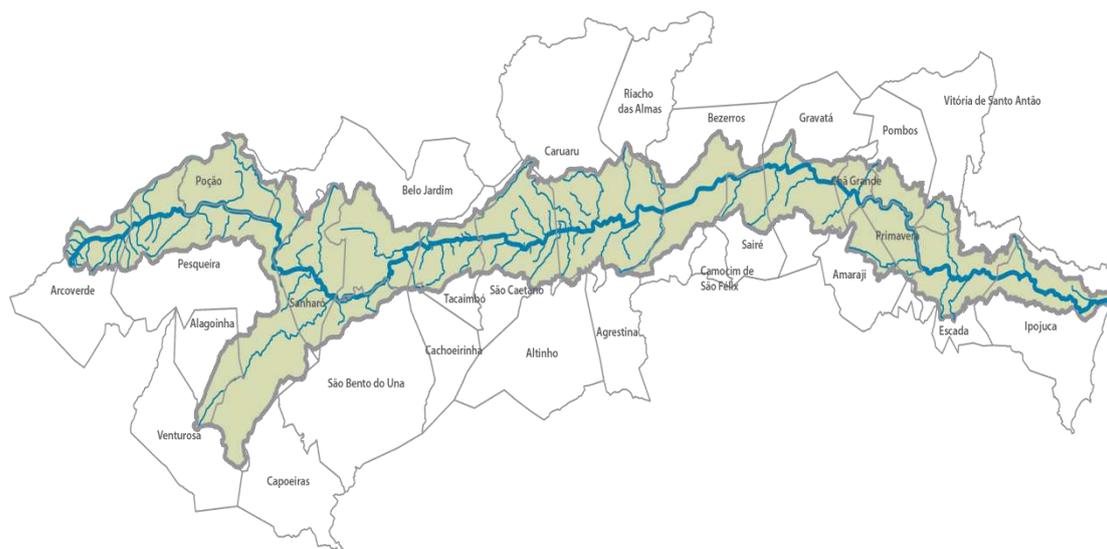


Figura 30: Bacia hidrográfica do rio Ipojuca

Fonte: Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos

O município de Santa Cruz do Capibaribe fica situado no limite com o estado da Paraíba e é uma extensão do território chamado de Cariris Velhos, zona de pluviosidade muito baixa, uma das áreas mais secas do Brasil. Na época do Brasil Colônia essa divisão geopolítica de estados não existia. Quando a colonização portuguesa promoveu a interiorização no fim do século XVII, todo esse território que se estendia da Bahia até o meio-norte do Brasil atual pertencia à próspera Capitania de Pernambuco, desde o século XVI, capitaneada primeiramente por Duarte Coelho, como visto em Josué Ferreira (2001), Capistrano de Abreu (1975), Manuel Correia de Andrade (2005), Nelson Barbalho (1974). Pela região do Agreste passavam os *caminhos das boiadas*, dos currais, sempre margeando os rios até os mais remotos rincões dos sertões. Depois da expulsão dos membros da Companhia das Índias Ocidentais, na segunda metade do século XVII, a atividade pastoril no interior do Nordeste se intensificou, com o intuito de abastecer a zona canavieira com carne bovina e animais de tração para o engenho de cana de açúcar. A colonização do interior do Nordeste se deu principalmente através de doação de terras

⁵ Ruças é a grafia tradicional que, segundo o Aurélio, quer dizer névoa densa, neblina.

num sistema chamado de *Sesmaria*⁶, também em Ferreira, (2001), Abreu (1975), Andrade (2005), Barbalho (1974), “aos que se fizessem merecedores do favor real” em Darcy Ribeiro (1995, p. 341), e assim se desenvolveu o *clientelismo* nos *costumes* dessa região.

Quando chegaram à área denominada atualmente de Agreste, os colonos encontraram grupos nativos pertencentes à nação *Cariri*, como afirma Ferreira (2001). Ao contrário do que produz o senso comum, o encontro entre o colonizador português, já mestiço, como assinala Darcy Ribeiro (1995) e Gilberto Freyre (2000), e o nativo *Cariri* do Planalto da Borborema, não foi feito só de hostilidades, mas também de arranjos de casamentos, negociações territoriais e produtivas, que possibilitaram ampliar a miscigenação já tão disseminada pela colonização portuguesa. A mestiçagem do colonizador com o nativo indígena no primeiro século da colonização da capitania de Pernambuco foi um fato que se constituiu em regra, tendo início na casa da Governança e logo reproduzido pelas massas de colonos portugueses. Jerônimo de Albuquerque teve uma prole numerosa com a filha do cacique Arcoverde, a princesa Tabajara, de acordo com a pesquisa feita por Almeida (1989). Segundo Argemiro Brum (1998, p. 145), “a mestiçagem contribuiu para atenuar as diferenças e os conflitos e para facilitar o processo de integração”.

Por outro lado, as boiadas são mencionadas como se existissem naturalmente no cenário encontrado pelo colonizador, ao desbravar o interior nordestino como os bisões selvagens nas cenas dos filmes americanos. Porém, de acordo com Darcy Ribeiro (1995), o boi é um animal exótico e foi trazido pelos portugueses das ilhas de Cabo Verde, onde já estava aclimatado para a criação extensiva. O que é nativo é o algodão arbóreo, chamado mocó, cultivado na região e de boa aceitação no mercado mundial. O cultivo desse tipo de algodão se associou bem com o pastoreio, fornecendo a torta de sementes como alimentação para o gado.

⁶ A sesmaria como tipo de propriedade concedida em terras do Brasil era uma transladação do regime jurídico português. No reino fora disciplinada sua concessão com a Lei das Sesmarias, datada de 26 de maio de 1375, e baixada por D. Fernando. Seu objetivo era fazer progredir a agricultura, então abandonada como decorrência das lutas internas verificadas. À escassez dos gêneros correspondiam os altos preços dos poucos produzidos. Insuficientes, os gêneros eram também inacessíveis à população. Daí a Lei das Sesmarias, que trazia a finalidade de obrigar os proprietários a cultivarem e semearem as terras; e não o fazendo cederem parte a um agricultor para que realize lavoura. A sesmaria no Brasil se traduzia numa área quase sempre variável. Encontramos concessões de uma légua até 50 léguas ou mais, afirma Felon (1974).

Esses caminhos dos rebanhos eram permeados de pousos para a recuperação da boiada que se transformariam em *feiras* de gado e, então, em vilas e cidades. As terras da caatinga, menos adequadas ao gado, por serem mais pobres de pastos, foram reservadas aos bodes, também exóticos, e cujos couros tinham muito valor de mercado, como afirma Darcy Ribeiro (1995). Verificamos, então, que a *feira*, esse mercado batizado por Hart (1973) de *informal*, se referindo à realidade africana da sua pesquisa, similar à *feira* do Agreste, é um *costume* ancestral da região agrestina, e surgiu espontaneamente como condição da história socioeconômica desse povo. Quando Hart (1973), antropólogo social britânico, pensou em *informalidade*, obviamente tinha como referência o modelo central, cartesiano e *formal*. No entanto, esses mercados formados durante o período da colonização do interior nordestino, os quais são nosso objeto de estudo, nunca tiveram como referência esse modelo ao qual Hart se refere. Dessa forma, acreditamos que os termos: *improvisado (embora tendendo ao estabelecido)*, *temporário (embora tendendo à permanência)* e *itinerante (embora tendendo à fixação)*, caracterizem melhor o nosso objeto de estudo.

Portanto, essa realidade de produção agropastoril aliada ao roçado de subsistência necessitava da mão de obra de toda a família, *costume* já praticado pelos nativos em seus clãs. Mesmo assim, a renda não era suficiente para a sobrevivência básica do núcleo familiar dos *moradores* dos grandes latifúndios ou dos pequenos proprietários e, dessa forma, vendia-se ou trocava-se algum excedente nas *feiras* de gado, para complementar a renda familiar, argumento de Darcy Ribeiro (1995), prática inerente aos *costumes* de base da região. Acreditamos, então, que essa *divisão social do trabalho* feita no seio familiar com produção domiciliar foi incorporada aos *costumes* da região, tendo como herança os hábitos dos nativos da região.

Em tempos de estiagem prolongada era compulsório o deslocamento das boiadas em busca de pastos em outras plagas, *costume* denominado pelos moradores mais antigos da região de *retirada*. A *retirada* consistia em deslocar o rebanho, tarefa para os homens da família nuclear e de alguns parentes próximos, junto com algumas mulheres as quais se ocupariam em preparar a comida e das tarefas domésticas, no acampamento montado junto ao açude que iria proporcionar a sustentação dos animais. Então, a *migração* é um *elemento costumeiro* e verificamos que faz parte de duas estratégias diferenciadas para

garantir a *reprodução social*: a *migração* por motivos climáticos e a *migração* para complementação da renda familiar. Sendo assim, esse mercado *improvisado, temporário e itinerante* das *feiras livres*, o trabalho familiar e domiciliar e as *migrações*, os quais são os pilares do fenômeno produtivo-comercial chamado *Feira da Sulanca*, estão na base dos *costumes* do povo agrestino. Vamos, então, tentar analisar cada um desses pilares mais detalhadamente.

3.2. O trabalho familiar rural e as migrações

Primeiramente definiremos o conceito de rural a partir de algumas instituições. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, responsável pelo senso demográfico rural e urbano, define rural como uma área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores na seguinte situação: rural de extensão urbana, rural povoado, rural núcleo, rural outros aglomerados. As áreas urbanizadas para o IBGE são as sedes municipais, as sedes distritais ou áreas urbanas isoladas, sendo considerada rural toda área situada fora desses limites. Alguns dicionários de Ciências Sociais classificam de rural uma sociedade ou comunidade que indica áreas de menor densidade demográfica; menor diferenciação social; menor mobilidade social e espacial; tendo na agricultura sua ocupação principal e a posse da terra como centralidade político-econômica.

Dentro dessa perspectiva, Angela Kageyama, no seu livro *Desenvolvimento rural – conceitos e aplicação ao caso brasileiro* (2008), argumenta que a noção de rural é permeada por duas ideias bem gerais: a da essência geográfica e a da essência de distância, ou seja, que o rural é de alguma forma uma área afastada ou isolada. Considera-se também nas localidades rurais, uma natureza qualitativamente distinta, que se expressa nas diversas formas de relações de vizinhança e parentesco, na solidariedade, mutirões, atividades coletivas, que dificilmente encontramos nas grandes cidades. Existe também a visão “locacional” calculada pela distância dos mercados e custos de transação, de cunho mais economicista. A autora reitera que entre os traços predominantes das áreas rurais constam: a abundância relativa de terra e de recursos naturais; as distâncias entre os assentamentos rurais e das cidades, se considerarmos os custos de transportes de bens e; o local onde grande parte da população vive em situação de pobreza (75% dos pobres do

mundo). A pesquisadora observa que a partir dos anos 1980, com a difusão do ultraliberalismo, começou-se a falar de uma “nova ruralidade”, como temos também o termo “nova informalidade” na Sociologia do Trabalho. Nesta pesquisa utilizamos os conceitos anteriores a essa época, uma vez que o nosso recorte vai dos anos de 1950 até a década de 1980, época da instituição e expansão da *Feira da Sulanca*, por conseguinte, trabalhamos com os conceitos anteriores à *Reestruturação produtiva*.

A respeito do trabalho familiar rural, Hughes Lamarche (1993), pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS - França, na sua obra *A Agricultura Familiar – Comparação Internacional*, na qual publica trabalhos do mundo inteiro sobre o assunto, observa que em todos os países onde um mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre assegurada por grupos familiares, ou seja, por espaços produtivos nos quais a família participa na produção. O autor entende como produção familiar uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da propriedade engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da propriedade da terra. Diferentemente da maioria dos setores de produção, a agricultura cobre grupos sociais limitados que têm em comum a associação estreita entre família e produção e se diferenciam dos outros pela sua capacidade de se apropriar dos meios de produção e desenvolvê-los. Segundo o estudioso, as propriedades familiares agrícolas não constituem um grupo social homogêneo, ou seja, uma formação social que corresponda a uma classe social, no sentido marxista do termo. Este pensamento converge com o do historiador britânico E. P. Thompson (1998, p. 56), na sua obra *Costumes em comum*, sobre os trabalhadores rurais da Inglaterra do século XVIII, a pobreza da Revolução Industrial: “A plebe não é, talvez, uma classe trabalhadora. Os plebeus talvez não tenham uma definição consistente de si mesmos no que diz respeito à consciência, à clareza de objetivos, à estruturação da organização de classe” – assim argumenta o estudioso. Em relação ao nosso estudo, o mercado que organiza as trocas da produção agrícola da região do Agreste é a *feira livre* e o espaço produtivo dos grupos familiares dessa região é o *sítio*.

Sobre as peculiaridades da agricultura familiar, o trabalho de Buainain, Guanziroli, Souza Fº e Bánkuti (2005) argumenta que, no Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, sendo o tamanho das propriedades uma das mais fortes restrições

para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Um número significativo de estabelecimentos familiares são minifúndios que não oferecem condições apropriadas para a sobrevivência da família e que têm como característica a heterogeneidade tecnológica. A grande maioria dos agricultores ainda utiliza a tração humana, ou seja, o braço e a enxada como principal força mecânica e instrumento de trabalho. Isolados em meio às grandes propriedades, fragmentados em pequenas parcelas de terra e excluídos do processo de modernização da agricultura nos últimos 30 anos, os produtores familiares enfrentam muitas dificuldades para assegurar a reprodução e a sobrevivência. Observamos nesta análise que a realidade dos pequenos agricultores no Brasil exige que a família procure outros meios de renda fora da propriedade familiar para assegurar a *reprodução social*. Essa realidade é ainda mais exigente no semiárido nordestino com terras pobres e *secas* cíclicas.

Mas, qual seria a definição do agricultor familiar? “Aquele que cultiva sua terra (própria ou arrendada) com ajuda de sua família, contratando mão de obra externa apenas para complementar o trabalho familiar (como para a colheita)”, assim o define a pesquisadora Ghislaine Duqué (2006, p. 84). A autora justifica que este conceito recobre categorias diversas, desde o pequeno agricultor com seu roçado de subsistência até o empresário familiar integrado no mercado, se a lógica de seu negócio for familiar. A lógica familiar se opõe à lógica capitalista na medida em que a propriedade é considerada não como um capital a explorar, mas como um patrimônio familiar, e a mão de obra familiar não é considerada como aquela que visa lucros, mas como colaboradores que vão assumir o patrimônio da terra como herança mais tarde. A pesquisadora argumenta que mais da metade das pequenas propriedades familiares do semiárido têm menos de 5 hectares, devido também a divisões de terras herdadas, insuficientes para sobreviver com dignidade. O agricultor familiar visa acima de tudo a segurança alimentar da família e sua autonomia, por isso planta “de tudo um pouco”: roçado de feijão, milho e macaxeira; pomar de frutas da região; horta com couve, coentro, cebolinha e algumas ervas medicinais; cria galinhas para carne e ovos; cria vaca e cabra que fornecem o leite para os filhos e com o qual a esposa faz o queijo para a família e vende o excedente na *feira livre*. Verificamos aqui o tipo de *racionalidade* produtiva da família no *sítio* que foi transferida para a cidade e absorvida nas atividades da *Sulanca*. Na observação de Alana Souza (2012, p. 111), a unidade produtiva da *sulanca* “precisa ser entendida muito mais do que uma forma de organização específica da produção, mas também como um

conjunto de valores e representações sobre família e negócio que por sua vez estão ligados à experiência do trabalho familiar no mundo rural”.

Thompson (1998) assinala essa condição precária de sobrevivência na sua análise quando descreve que os pobres rurais do século XVIII mal conseguiam tirar sua subsistência das terras comunais quando a colheita era boa, dessa forma, tinham que complementar com trabalhos manuais ocasionais e trabalho assalariado dos filhos. Em anos de intensas chuvas, quando as colheitas eram perdidas, tinham que lançar mão da assistência social e da caridade. Essa situação se assemelha, em alguma medida, com o grupo social do nosso estudo, sendo que em condições climáticas opostas: ao invés de estiagem, as terras da Inglaterra sofrem com o excesso de chuva. O autor também assinala a estratégia do subemprego nas pequenas unidades de fiação como demandas casuais de trabalho manual, fato similar na realidade da conexão *sítio/sulanca*.

Nesta mesma perspectiva, a tese de doutorado de Tereza Sales (1982), intitulada o *Agreste de Pernambuco e suas transformações recentes na agricultura*, observa que as condições de reprodução do agricultor agrestino estavam relacionadas a dois fatores básicos: a possibilidade de dispor de um terreno próprio onde pudessem manter o seu *sítio* e sua produção familiar; ou sua inserção nas grandes e médias propriedades na qualidade de *parceiro*, *rendeiro* ou *morador*. Em todos os casos, o recurso ao assalariamento temporário para complementar o nível de subsistência da família se firmou como um recurso utilizado historicamente pela maioria dos agricultores agrestinos, seja dentro da própria região do Agreste, seja migrando para o corte de cana nos canaviais da Zona da Mata. Observamos, então, que a *migração* com o objetivo de complementação da renda familiar para assegurar a *reprodução social* continuou sendo uma estratégia recorrente na realidade agrestina contemporânea.

Na sua pesquisa *Migrações Sazonais do Nordeste*, Tereza Sales (1982) aponta a existência de uma *migração histórica dos trabalhadores rurais*, principalmente do Agreste Setentrional, para trabalhar na zona canavieira na época da safra. Essa *força de trabalho de reserva* era denominada de *corumba*. Supostamente essa tradição teria se iniciado com a abolição dos escravos, que era a principal mão de obra da Zona da Mata canavieira. Com a extinção da escravatura, se instituiu uma nova categoria: a do *morador* nos engenhos. No tempo do corte da cana, os engenhos precisavam de mão de obra extra,

que era arregimentada pelo *empreiteiro*, nova categoria no lugar do *feitor*, o qual selecionava, organizava e controlava os trabalhadores temporários que migravam do Agreste, geralmente a pé. Ao chegar às cidades da Zona da Mata canavieira, eles se dispunham na rua para serem selecionados pelo *empreiteiro* que agenciava tudo. Para entender melhor como funcionava esse intercâmbio entre o Agreste e a Zona da Mata, precisamos detalhar as estações e as lavouras nelas contidas.

O *trabalhador migrante sazonal* proveniente do Agreste se deslocava na época da “moagem” da cana, da sua lavoura própria ou arrendada, para trabalhar nos canaviais como *trabalhador assalariado, alugado*. Era uma época que coincidia com o verão do Agreste, quando já havia sido feita a principal colheita dos roçados dos rendeiros e pequenos proprietários. As principais lavouras do Agreste eram de caráter temporário, sendo plantadas no início do “inverno”, ou seja, da estação das chuvas, iniciada exatamente ao dia 21 de março, oficialmente o início do outono no hemisfério Sul, ou dia de São José para o lavrador, 19 de março, se estendendo até agosto. As lavouras temporárias ou “de sequeiro”, como por exemplo, o milho e o feijão, tinham que ser plantadas em março para se colher milho verde para a pamonha e a canjica no mês de junho, período das festas de São João. O restante do milho ficava no pé para ser colhido depois de secar e transformado em ração para os animais. O milho era plantado em consórcio com o feijão e com o algodão e depois da colheita servia de pasto para o gado, era a chamada *renda pela palha*, quando da terra arrendada o proprietário cedia um pedaço de terra ao lavrador, *rendeiro*, que limpava a terra e cultivava a lavoura e depois da colheita deixava a palha para o gado pastar. Depois da colheita, o agricultor deixava a terra para ser cuidada pela família e se deslocava, em setembro, geralmente a pé, de trem quando tinha algum dinheiro para o deslocamento, em direção ao canavial, onde ficava até dezembro, quando trazia o dinheiro para a festa da família, ou então até as trovoadas de janeiro, sinal que já era hora de preparar a terra para *botar roçado*. Essa *migração* para o “sul”, como se refere o agrestino dos sítios ao contexto dos canaviais da Zona da Mata, foi sempre uma garantia de renda durante o “verão”, ou seja, o período de estiagem no Agreste, que vai de setembro até fevereiro, exatamente seis meses, metade do ano. Alguns agrestinos solteiros terminavam casando com moças do “sul” e lá ficavam.

Outro *costume* antigo no Agreste rural era o de “vender na folha”, uma transação entre o comerciante e o pequeno produtor, visto em Sales (1982). Era o *costume* que fazia o

comerciante adiantar certa quantia em dinheiro como empréstimo, para que o lavrador pudesse “botar seu roçado”, ou seja, organizar o processo produtivo: comprar semente, adubo, uma espécie de empréstimo de custeio, o que significava uma venda antecipada da produção, que em geral resultava em prejuízo para o agricultor. Esses *recursos costumeiros* do *sítio* foram também transferidos para as transações comerciais e produtivas da *Feira da Sulanca*, nas formas de matéria-prima e meios de produção, como tecidos, aviamentos, máquinas de costura, que os comerciantes passaram a custeiar para as *costureiras* no intuito que elas pudessem produzir para eles.

O que aconteceu, então, no mercado de trabalho agropastoril do Agreste que pressionou a *migração* para fora da região? Essa realidade *costumeira* se prolongou até os anos 1950, quando o contexto político-econômico do país sofreu alterações e teve como agravante as estiagens prolongadas daquela década. A malha viária nacional foi implantada para escoar a produção dos bens duráveis, possibilitando longos deslocamentos intrarregionais, o que facilitou o êxodo dos retirantes, durante as grandes secas, para São Paulo, centro industrial do país. Ao mesmo tempo, a cultura do algodão entrava em franco declínio, pelo esgotamento dos solos e pela praga de um besouro chamado *bicudo*, que dizimou as lavouras de algodão. Os movimentos sociais de reivindicação dos trabalhadores no campo se acirravam por meio das Ligas Camponesas, estas tendo sido desmanteladas por repressão estatal em 1964. Resultou daí a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e a consumação do processo de expulsão do antigo *morador* do engenho. Quanto ao seu roçado de subsistência, o qual fazia parte do seu salário, foi incorporado aos canaviais. As relações de trabalho mudaram na área canavieira, o *morador* expulso foi morar na cidade e se transformou em *trabalhador clandestino*, intermediado pelo *empreiteiro* e sem direitos trabalhistas. A *modernização* no campo, com a capitalização da agricultura e da pecuária reforçaram o uso do trabalhador *clandestino* e, assim como, por meio do caminhão para transportar os trabalhadores temporários do Agreste, ampliaram o uso dessa mão de obra. A racionalização do setor açucareiro extinguiu a categoria de *morador* e acabou com seu roçado na Zona da Mata, transformando-o em *trabalhador clandestino* e, no Agreste, a intensificação da pecuária através dos incentivos do governo, ou seja, o gado confinado em pastos plantados com capins exóticos e não mais solto na caatinga, acabou com o *rendeiro*, pois a terra para lavoura de milho, feijão e algodão passou a ser pasto de capim *pangola* ou *braquiária*. Segundo Sales (1982), essas mudanças nas relações de produção levaram à

proletarização do trabalhador rural e ao processo de acumulação capitalista na zona canavieira de Pernambuco.

Nesse ponto da época das transformações nas relações de trabalho no Nordeste agropastoril, a obra de E. P. Thompson (1998), sobre os *costumes* dos trabalhadores rurais da Inglaterra do século XVIII, pode nos propiciar uma referência clássica para a análise teórica. Não temos a pretensão de acreditar que um estudo teórico sobre uma sociedade caucasiana, puritana, cartesiana, anglo-saxônica e colonizadora seja capaz de explicar os *costumes* de uma sociedade ibero-latina, católica, mestiça e colonizada, como é a sociedade brasileira. Principalmente porque os usos *costumeiros* na sociedade britânica possuem força de Lei, o que não é verdadeiro na sociedade brasileira, haja vista, no nosso estudo, bem particularmente, a Lei medieval das sesmarias que foi importada de Portugal e implantada como sistema de colonização. Contudo, Thompson analisa a transição dos trabalhadores pobres rurais dentro de uma *relação de trabalho costumeira*, onde podiam fazer uso das terras comuns, para uma situação de cercamento dessas terras durante a Revolução Industrial. Faremos, então, uma analogia do estudo de Thompson sobre as *leis costumeiras de trabalho* com as transformações nas *relações de trabalho costumeiras* no Nordeste das décadas de 1950 e 1960.

Thompson (1998, p. 45) argumenta que no século XVIII houve uma “erosão das formas semilivres de trabalho, o declínio da modalidade de morar no local de trabalho, a extinção final dos serviços prestados em paga pelo arrendamento e o avanço do trabalho livre, móvel e assalariado”. Houve uma mudança nas relações paternalistas de trabalho no campo para alimentar as relações do mercado livre e manufatureiro. Foi desfeito o controle paternalista sobre a vida do trabalhador que se transformou em trabalhador livre numa situação de liberalização dos mercados. O autor se refere a uma mudança qualitativa nas relações de trabalho, da subordinação para objeto de negociação e a perda de usos e direitos não monetários. O sistema paternalista em vigência no século XVIII na Inglaterra reflete o sistema coronelista/clientelista do Nordeste rural, que favorecia o controle social paternalista e mascarava as relações econômicas pelas relações sociais.

Assim sendo, essas áreas agropastoris passaram a ser também “criatórios de gente”, nos termos de Darcy Ribeiro (1995), fornecendo mão de obra para diversas regiões do país, dependendo do desenvolvimento das regiões de cada época. Esses contingentes migraram

para a Amazônia na época do *boom* da borracha, para as frentes agrícolas da região Sul e para as zonas urbanas, quando a construção civil ou a indústria assim demandava. De acordo com Darcy Ribeiro (1995, p. 347), o semiárido agropastoril formou um “vasto reservatório de força de trabalho barata”. Segundo o autor, os mais fortes, mais bem formados, migravam e passavam a sustentar os familiares que ficavam na região. Dessa forma, verificamos que essa região passou a ser a fornecedora não só de gado, mas também do *exército de reserva*, conceito de Marx (1950), contribuindo para a compressão dos salários no Brasil, em Darcy Ribeiro (1995). Foi o que ocorreu na década de 1950, quando das secas prolongadas, com contingentes de moradores dos *sítios* de Santa Cruz do Capibaribe e entorno migrando para São Paulo, se transformando numa mão de obra excedente e alguns deles se estabelecendo como uma nova categoria denominada de *retalheiros*.

O argumento de Darcy Ribeiro corrobora o de Aziz Nacib Ab’Sáber (1999, p. 44), o qual afirma que a “diáspora dos nordestinos” nos últimos cinquenta anos do século XX ajudou não só a povoar regiões distantes como a da Amazônia, como também a construir parte significativa das grandes e médias cidades brasileiras. Segundo o pesquisador, o nordestino do semiárido forma uma cultura atrelada à rusticidade da vida econômica e social das caatingas, “cultura popular de raízes linguísticas centradas em fundamentos ibéricos e aperfeiçoadas ao calor das forças telúricas e ameríndias, em um ambiente físico e humano que não reservou lugar para os fracos e acomodados”. Continua seu pensamento sugerindo que o “Nordeste seco segue tendo muito mais gente do que as relações de produção ali imperantes podem suportar”. Ao final, reitera que “a grande região seca brasileira passou a ter o papel histórico de fornecedor de mão de obra barata para quase todas as outras regiões detentoras de algum potencial de emprego”.

Sendo assim, devemos também questionar as *relações de trabalho* dessa região. Por que o grande objetivo dos *agentes sociais* envolvidos na *Feira da Sulanca* tem sido o trabalho por conta própria? Como eram as relações de trabalho na região, que levaram os trabalhadores a buscar “autonomia” e “independência” e a “se livrar” do patrão? De acordo com Darcy Ribeiro (1995), o sistema prevalecente continuou sendo essencialmente o mesmo das sesmarias reais do período colonial, alimentado pelo clientelismo já arraigado. As atividades agropastoris, pouco exigentes de mão de obra, eram incapazes de absorver essa mão de obra excedente. Primeiramente, as fazendas

deixaram de pagar os vaqueiros em reses, *costume* que anteriormente possibilitava o vaqueiro de começar seu próprio plantel em direção à independência. Estabeleceram sistemas de salários em dinheiro, que, descontando o rancho e a alimentação, pouco sobrava ao trabalhador. Posteriormente, começaram a se dedicar a atividades ancilares, sendo a mais importante delas o cultivo de algodão arbóreo, o mocó, muito resistente às intempéries, por ser nativo. Os criadores procuraram manter o cultivo de mocó, que servia também de alimento para o gado, ocupando as famílias dos vaqueiros. Depois, outros cultivadores foram atraídos para ingressar no latifúndio como *meeiros*, recebendo uma quadra para a lavoura de subsistência e outro pedaço de terra destinado ao mocó, entregando metade ao proprietário. As lavouras de mocó eram precárias e a atividade entrou em decadência no pós-guerra. O poder político era exercido pelos coronéis latifundiários que eram os donos das vidas, das terras e dos rebanhos. “Assim, a ordem oligárquica, que monopolizara a terra pela outorga oficial das sesmarias durante a época colonial”, citação de Darcy Ribeiro (1995, p. 348), continuou conduzindo o poder em direção aos seus interesses e até mesmo utilizando “a indústria da seca” para se beneficiar ainda mais. Sendo assim, observamos que as famílias que conseguiam um pedaço de terra e “se livravam” desse padrão tinham que inventar estratégias para sua *reprodução social* e de alguma forma continuar mantendo a pequena propriedade a qual lhes assegurava a “independência” e a “autonomia”.

Dessa forma, Darcy Ribeiro (1995) sugere que existiu também um terceiro motivo para a *migração*, além da *seca* e da complementação da renda do *sítio*, a *migração* para libertar-se do domínio despótico dos coronéis. Para muitos, a saída para se livrar da opressão do coronel seria emigrando para outras terras ou caindo no cangaço. O banditismo existiu por muito tempo no semiárido nordestino como uma forma de resistir às relações com esse patronato despótico. O vaqueiro ou lavrador tinha que demonstrar seus préstimos de servidor leal na esfera pessoal e política. Eram proibidos de receber visitas e de tratar com estranhos, além de outras restrições. Se eles não aceitassem essas condições se viam sem a proteção do seu senhor e patrão e, sendo assim, só lhes restavam a emigração ou o cangaço. Observamos que essas práticas coronelistas/clientelistas continuam impregnadas nos *costumes* agrestinos, permeando todas as esferas das relações sociais. Esse tipo de patronato coronelista continua latente no imaginário dos *agentes sociais* do Agreste agropastoril.

Fato semelhante foi detectado por Thompson (1998) na sua análise sobre a situação no século XVIII, a hegemonia exercida pelos proprietários rurais estabelecia uma hierarquia de três camadas: o proprietário da terra, o agricultor arrendatário e o trabalhador sem terra, sendo que a massa dos trabalhadores rurais tinha sempre um intermediário, evitando assim a confrontação direta com o patrão. Na nossa realidade, temos o latifundiário e seus prepostos, o *rendeiro* e o *morador*.

Nos termos de Geraldo Medeiros de Aguiar, a partir do seu trabalho de análise, *Agriculturas no Nordeste – apreciação e sugestão de políticas* (1985), a agricultura que se desenvolvia no semiárido nordestino deve ser denominada de *agricultura pastoril dominial patriarcalista*, que é a produção agropastoril do algodão com a pecuária extensiva, que quer dizer: o gado solto na caatinga. É um tipo de agricultura primitiva sem nenhuma intenção de racionalização, que o autor define como aquela em que “o proprietário da terra mantém um grande número de moradores que, sob o ímpeto de uma prática e ideologia patriarcalista, prestam-lhe serviços e lhe pagam rendas: trabalho, dinheiro e produto”, citado em Aguiar (1985, p. 58). Ele especifica este tipo de atividade como *totalitária*, quando o proprietário vive no domínio e mantém o controle direto das terras, representando, assim, a própria Lei, decidindo os destinos das pessoas em todos os aspectos. São os chamados coronéis ou caciques. Ou como *absenteísta*, quando o latifundiário vive fora, mas mantém agregados seus para garantir o controle dos seus domínios. As duas modalidades conservam “entravadas no domínio, um conjunto de famílias cujos chefes são comumente chamados de *moradores*.” Quando o proprietário se encontra ausente, o preposto é o intermediário do sistema de dominação e espoliação dos moradores, que em geral praticam uma agricultura *semimercantil servil*. As características básicas da *agricultura pastoril dominial patriarcalista* são: práticas de parceria ou arrendamentos extorsivos e de caráter verbal; caráter primitivo e itinerante com suporte monetário na atividade do algodão dentro do latifúndio pastoril; exploração do trabalho de toda a família, inclusive das crianças; cultivo do algodão como a base de sustentação do rebanho, principalmente durante a seca, quando se torna pasto para o gado dos proprietários.

O pesquisador argumenta que essa realidade produz dois principais estratos sociais: os latifundiários *totalitários* ou *absenteístas*, que praticam a pecuária extensiva, e os *moradores* semiproletários ou proletários sob a hegemonia ideológica, econômica e

financeira dos proprietários. Os horizontes desse proletariado são mais limitados do que os daqueles inseridos na *agricultura semimercantil*. “Eles são verdadeiros párias e os primeiros a integrarem as frentes de serviços por ocasião das secas periódicas do Nordeste. São também aqueles que mais *migram* para as áreas de fronteira agrícola” (p. 60). Segundo o autor, esse tipo de organização social com caráter de agricultura primitiva e colonial produz verdadeiros bolsões de miséria na região.

De acordo com Medeiros de Aguiar (1985, p. 62), a denominação *agricultura de subsistência* é um grande equívoco. Devemos utilizar o termo *agricultura semimercantil*, uma vez que ela se insere nos sistemas de revezamento de terras e se constitui em atividade complementar da *agricultura especulativa de mercado* e da *pastoril dominial patriarcalista*. “A *agricultura semimercantil* se comporta como atividade suplementar e marginal dos semiproletários ou atividade autônoma de pequenos agricultores que trabalham por conta própria em terras suas ou alheias.”. É o sistema mais difundido no Nordeste. O autor explicita que existem vários tipos de *agricultura semimercantil*: a *agricultura semimercantil minifundiária* fundamentada no tamanho da unidade produtiva, cuja estrutura é insuficiente para absorver o trabalho da família e demanda jornadas assalariadas fora da unidade; a *agricultura semimercantil camponesa entravada* subordinada ao latifúndio; a *agricultura semimercantil servil, arrendatária* e de *parceria*, onde redundam rendas pré-capitalistas dos tipos: renda trabalho, renda produto e renda dinheiro; a *agricultura semimercantil cooperativada* com a organização dos agricultores. A *agricultura semimercantil minifundiária* seria o tipo que encontramos na maioria das famílias que reproduzem a *Sulanca*, o *sítio* familiar e ancestral.

O que observamos nos arranjos produtivos da *Sulanca* é que esses núcleos familiares de produção agropastoril se transferiram para a zona urbana, assumindo uma atividade que não depende das intempéries climáticas, ou seja, costura e retalhos, e, portanto, se encontra fora do alcance da *seca*, porém continua mantendo suas características de produção familiar e domiciliar, como outrora na produção agropastoril, funcionando no mesmo mercado, a *feira livre*, no entanto, muito mais ampliado, resultado do trabalho dos *sulanqueiros*, verdadeiros *mascates de sulanca*, categoria encontrada em Alana Moraes de Souza (2012); Glauce Campelo (1983) e Sandra Alves Silva (2009) e validada em nossa pesquisa de campo, através das entrevistas com os protagonistas, os quais viajavam como *feirantes itinerantes* e voltavam trazendo a nova clientela com eles. Apesar de

urbanizados, eles continuam mantendo sua ligação com a zona rural, o *sítio*, mas atuam inserindo na cadeia de produção os que lá ficaram, permitindo que eles possam complementar a renda do *sítio* e possam continuar mantendo a terra geralmente herdada dos seus ancestrais. Dessa forma, as *migrações* passaram de nacionais para locais, regionais, num movimento rural-urbano, evitando um deslocamento maior e uma ausência mais prolongada de seus *agentes sociais*, podendo assim assegurar a *reprodução social* e a manutenção das terras ancestrais. Finalmente, eles instituíram uma atividade que lhes permite não somente permanecer na região, como também trazer os que se foram de volta à terra ancestral.

Para melhor compreensão das relações socioeconômicas que estabeleceram os *costumes* dos habitantes da região do Agreste pernambucano, precisamos analisar alguns elementos-chaves da vida cotidiana que garantem a *reprodução social* e do cenário onde eles são reproduzidos. Percebemos que o elemento essencial, o qual propiciou a instituição da *Feira da Sulanca* foi a prática das *feiras livres*, *costume* emblemático da região agrestina. Assim como o *espírito* do capitalismo, nos termos de Weber (1996), precisou da ética e da moral protestantes para se desenvolver.

3.3. A Tradição das *feiras livres* no Agreste de Pernambuco

De acordo com os dicionários especializados, de modo geral, uma *feira* é um mercado de produtos variados, de caráter *temporário* e *itinerante*, em um local público, em que as pessoas, em dias e épocas predeterminadas, comercializam mercadorias. Pode ser ainda, uma exposição comercial, industrial, cultural, tecnológica ou recreativa ou um parque de diversões. As *feiras* existem desde a Antiguidade e Idade Média, as quais eram atreladas a festividades religiosas e dias santos. Nelas se reuniam mercadores de terras distantes trazendo os seus produtos autóctones para trocar por outros. A etimologia da palavra *feira* demonstra que a religião andou de mãos dadas com o comércio. A palavra latina *feria*, que significa “dia santo ou feriado”, é a palavra que deu origem à portuguesa “feira”, à espanhola *feria* e à inglesa *fair*. Na Idade Média, com a crise do feudalismo a partir de fins do século XI, a afirmação das *feiras* medievais indica o momento em que ressurgiu o

comércio na Europa, associando-se à afirmação do poder régio, à gênese dos burgos e da burguesia enquanto *classe social*.

No Brasil, as *feiras* balizaram importantes linhas de fluxo de transporte, que mais tarde vieram a orientar traçados básicos dos planos brasileiros de viação. Feira de Santana, por exemplo, na Bahia, Juazeiro e Paulo Afonso, e várias outras cidades nordestinas, têm *feiras* típicas de interesse local e turístico marcante. Campina Grande na Paraíba e Caruaru em Pernambuco surgiram de *feiras* oriundas da passagem de viajantes entre o Litoral e o Sertão. Paragens para tropeiros, mascates e tangerinos, no Agreste nordestino, região intermediária do Litoral úmido para o Sertão seco.

Mas, como foi que tudo começou no Agreste de Pernambuco? “No começo, simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão bruto... Foi a origem...”, assim se inicia o romance épico do mais ilustre dos escritores caruaruenses – José Condé (2011, p. 25) – um clássico da literatura nordestina. Os estudos antropológicos do pesquisador Josué Ferreira (2001) ratificam essa origem. Segundo o autor, o caminho pelo rio Ipojuca foi o segundo roteiro do gado que se instituiu já no século XVIII, como alternativa para o primeiro roteiro estabelecido no século XVII, pelo rio São Francisco. Ferreira apresenta três motivos para o processo de urbanização de Caruaru: a localização geográfica da Fazenda com seus currais próximos à ribeira do Ipojuca; o caminho das boiadas, tendo como posto de apoio e pernoite a Fazenda; e, o que ele considera como elemento mais forte: a construção da Capela. Pelo seu ponto estratégico, a Fazenda Caruru, durante o século XVIII, servia de paragem para os que usavam o roteiro das boiadas do litoral/sertão. Porém, com a construção da Capela, no fim do século XVIII, vimos, no século XIX, o aumento da população, o crescimento e desenvolvimento do povoado. Ora, depois de Bezerros, aquela Capela era o único lugar para atos religiosos e, por este motivo, ponto de convergência de toda a população da região. Quando da presença do vigário, todos tinham que aproveitar para, além de assistir a missa, realizar os casamentos, batizados, encontrar os amigos e parentes. Aproveitando o aglomerado de pessoas, muitos traziam seus produtos agrícolas para vender ou trocar. O mascate, de passagem, se instalava no local com suas novidades. Com o aumento do movimento de pessoas, esses encontros, com o tempo, tornaram-se semanais, as transações comerciais, mais diversificadas e as relações foram se metamorfoseando. As *relações sociais* daí derivadas foram se tornando permanentes e as pessoas foram se fixando ao redor da Capela e transformando o povoado numa cidade.

A *Feira de Caruaru* (Fig. 31) foi crescendo e se diversificando. Com a expansão das transações comerciais, uma organização espontânea em setores foi se estabelecendo: a *feira de gado*, onde tudo começou; a *feira de verdura*, para onde convergiam os indivíduos que dispunham deste produto; a *feira de frutas*, onde se reuniam os que tinham excedentes de frutas; a *feira de flores*; a *feira de queijo*, produto derivado da atividade agropastoril, que tradicionalmente serviu para complementação da renda familiar do *sítio*; o *mercado de carne*, que dependia do rebanho e era atrelado à *feira do gado*; o *mercado de farinha*, para escoar a produção tradicional das casas de farinhas ligadas aos roçados de subsistência de mandioca e herança também indígena, que desenvolveu uma cultura da farinha, alimento que passou a compor a alimentação básica do povo da região; a *feira de artesanato*, primeiramente reproduzida por objetos utilitários, como as panelas de barro, as lamparinas, as colheres de pau, as gamelas de madeira, e que depois se transformou em arte figurativa de argila; a *feira de ervas*, medicina popular e credences religiosas, também herança dos nativos que sabiam manipular as plantas nativas; e assim por diante.

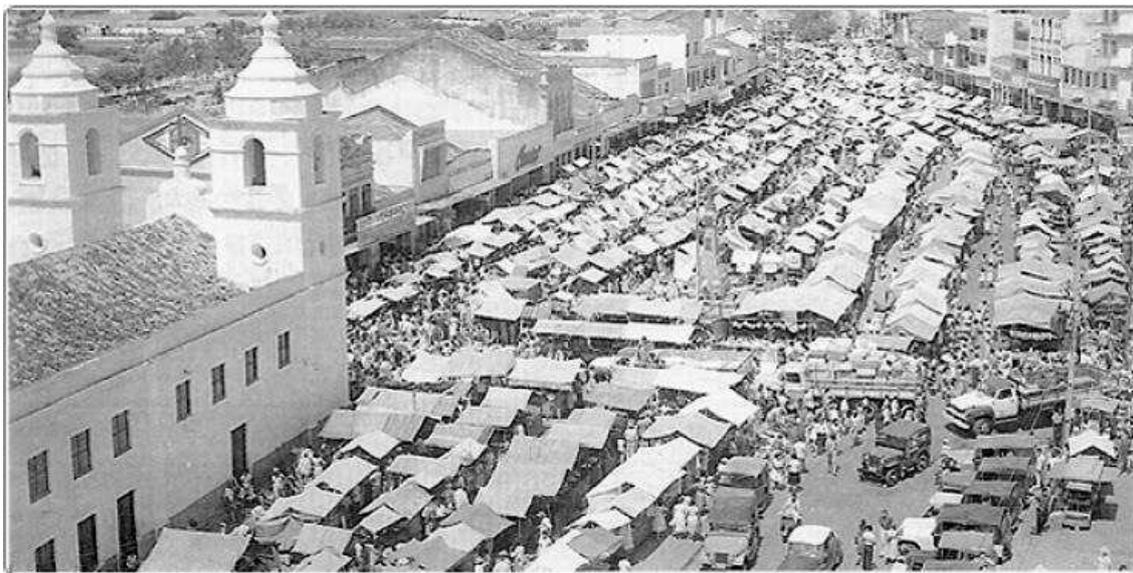


Foto 9: Igreja N. S. da Conceição e Feira de Caruaru – década de 60
Fonte: Revista Caruaru Hoje, n.42, p.13.

Figura 31: Foto da Feira de Caruaru na década de 1960

Como podemos observar na análise histórico-antropológica de Josué Ferreira (2001), a *feira livre* agrestina se constituiu como um espaço não só produtivo-comercial, mas também de sociabilidade, cultural, religioso, gastronômico, criativo, lúdico, enfim, de

reprodução dos *costumes* do povo dessa região. Como bem observou Alana Moraes de Souza, na sua dissertação de mestrado “*A gente trabalha onde a gente vive*” – a vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções (2012), entender a *feira* como espaço central para o comércio da produção é essencial para entendermos a organização social produtiva da região.

Thompson (1998, p. 44) explica que os *agentes sociais* da Inglaterra rural do século XVIII também tinham o *costume* de exercer suas relações econômicas e sociais através de mercados semelhantes às *feiras* agrestinas, nos quais eles faziam trocas diretas de produtos primários. “Essas *feiras* não só propiciavam um nexos econômico, mas também um nexos cultural, além de um grande centro para informações e troca de novidades e boatos”.

A *feira livre*, espaço que foi produzido no início para escoar excedentes da produção familiar agropastoril, improvisadamente e sem a interferência de intermediários, continuou se reproduzindo e se diversificando, ao longo do tempo, no Agreste pernambucano. Teve como um de seus mais expressivos desdobramentos a constituição da *Feira da Sulanca*, conferindo aos produtores relativa “independência” e “autonomia”, a sensação de não ter patrão e poder trabalhar por “conta própria” - característica principal desse mercado que foi instituído desde suas origens sem a regulação das leis formais do poder constituído, por isso o caráter “espontâneo” do território produtivo-comercial chamado de *feira*. Ou seja, a *feira livre* originalmente foi uma “invenção” dos *atores sociais* agrestinos para escoar seus produtos e complementar a renda do núcleo familiar agropastoril, tendo, historicamente, sofrido alterações nos produtos oferecidos devido ao contexto de dificuldades para sua *reprodução social* na década de 1950, como vimos mais detalhadamente com a história dos *retalheiros* no Brás, bairro industrial de São Paulo.

O pesquisador e professor da Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste, Marcio Sá (2011), na sua pesquisa sobre o setor gastronômico da *Feira de Caruaru*, a qual foi publicada no seu livro *Feirantes: quem são e como administram seus negócios*, reitera o argumento de Hart (1973), de que a *Feira* como mercado *informal* é um local de oportunidades para os desempregados dos centros urbanos em desenvolvimento, como também para os imigrantes do meio rural. Na sua grande maioria, os *feirantes* são descendentes ou remanescentes da zona rural e muitos são *migrantes* que foram para São

Paulo e ao retornar procuraram um espaço na *Feira*. A pesquisa do Programa Regional del Empleo para America Latina e Caribe – PREALC, analisada por Tokman (1977, 2001), confirma essa origem rural dos *agentes sociais* desses mercados *informais*. Esse ambiente *informal* e improvisado funciona como uma porta de entrada ao emprego urbano de baixa produtividade. Essa inserção no mercado de trabalho urbano aumenta as possibilidades de mobilidade vertical futura.

Por sua vez, de acordo com Romenyck Barbosa da Silva, na sua monografia *Fios, Nós, Redes e Malhas: A Feira de Santa Cruz do Capibaribe* (2012), os registros históricos apontam o surgimento da *Feira* de Santa Cruz posterior à *Feira* de Caruaru. Segundo sua pesquisa, Santa Cruz do Capibaribe surgiu a partir da fazenda Santa Cruz, pertencente ao alferes José Francisco Cordeiro de Arruda (patriarca da tradicional família Arruda), que seria localizada onde hoje está a Avenida Padre Zuzinha, marco zero da cidade, cujo território pertencia ao município de Taquaritinga do Norte. Na década de 1860, Antônio Francisco Aragão (patriarca da tradicional família Aragão) teria comprado a fazenda ao alferes e a partir daí teria começado a surgir um pequeno povoado formado principalmente pelos trabalhadores da fazenda. Na década de 1870, José Francisco Cordeiro teria feito uma doação de 130 braças de terra à Igreja Católica, que serviram para a obra missionária do Padre José Antônio Pereira Ibiapina, de passagem pela região, onde foi construída a igreja, o açude da caridade e o cemitério. Essas obras serviram para atrair pessoas, aumentando assim a população e, já na década de 1880, aparecem os primeiros sobrados, elevando o povoado à categoria de Vila e segundo distrito do município de Taquaritinga do Norte em 1892.

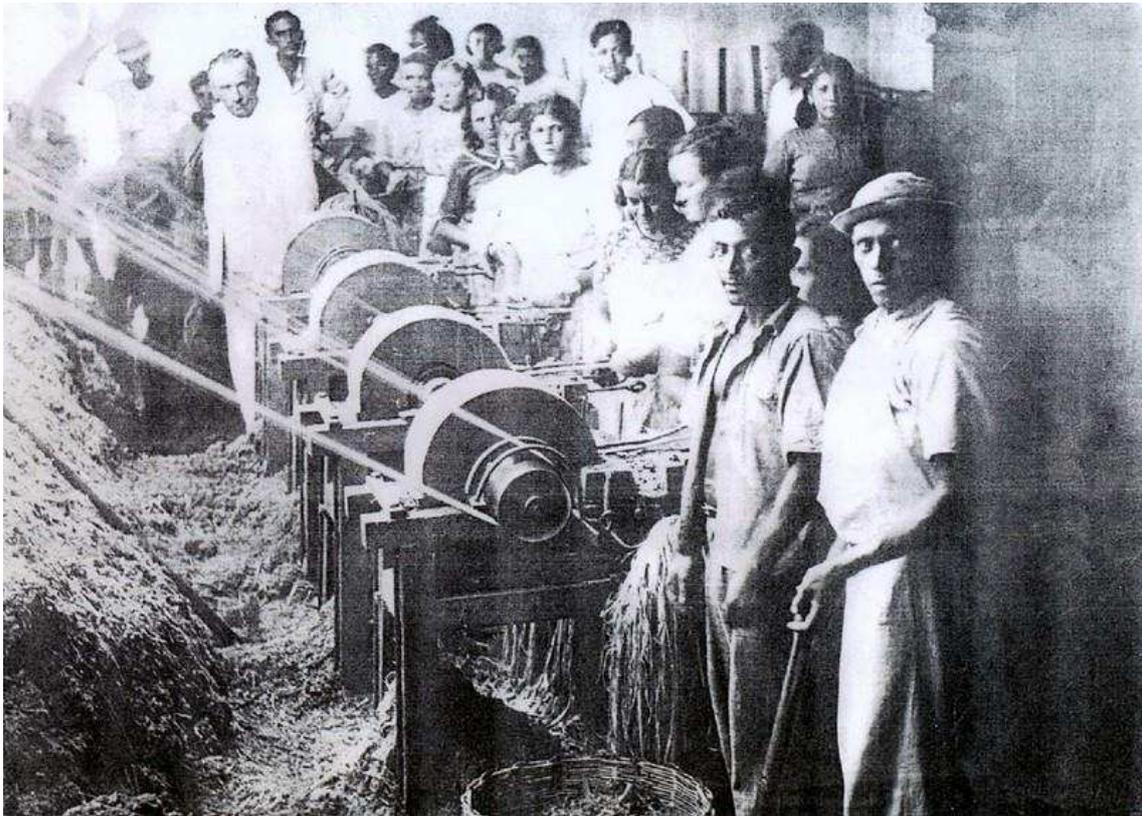
Porém, segundo o pesquisador, existe também outra versão oral sobre a origem da cidade, mas sem comprovação escrita. Conforme a tradição oral, em meados do século XVIII, Antônio Burgos, de origem portuguesa, vivendo no Recife, teria adoecido e sido aconselhado pelos seus médicos a procurar um local de clima mais ameno. Então, o português, acompanhado de seus escravos, teria subido o rio Capibaribe até chegar às terras onde hoje se encontra a cidade de Santa Cruz do Capibaribe e lá se fixado. Supostamente o nome Santa Cruz teria sido originado a partir da grande cruz de madeira colocada em frente à capela construída próximo a sua casa, de onde teria se originado o povoado. No entanto, não existem registros sobre o referido lusitano, que supostamente teria morrido e deixado a casa e a capela com a cruz.

Ainda de acordo com o relato do autor, o fato de a Vila de Santa Cruz do Capibaribe ser distante da rodovia que leva ao sertão fez com que sua emancipação demorasse a chegar. Durante a primeira metade do século XX, houve algum esforço por parte dos coronéis locais para o seu desenvolvimento: a estrada ligando a Vila à Sede, Taquaritinga do Norte, em 1921; o primeiro motor gerador de energia elétrica, em 1923; a Fábrica de Desfibrar Caroá (Fig. 33/34), em 1930. Não obstante, a agricultura se mostrou incipiente como principal atividade econômica por causa da irregularidade das chuvas, levando a população a buscar alternativas através do comércio. Dessa forma, sua *feira livre* (Fig. 38/39) se desenvolveu através de diversos produtos em forma de escambo, ou seja, através de trocas e permutas. Surgiram, então, na primeira metade do século XX, pequenas bodegas (secos e molhados) (Fig. 32 e 35) e a fabricação de alpercatas artesanais de couro, atividade que foi substituída pela confecção a partir da década de 1940. Com o desenvolvimento desse comércio, a Vila teve sua emancipação política em 1953. O movimento em direção à utilização de retalhos para confecção de colchas começou com retalhos trazidos das fábricas têxteis de Recife e Olinda, pelos membros das famílias mais tradicionais de Santa Cruz, na década de 1940 e, trocadas por galinhas, ovos, queijos, com os chamados “gaioleiros”, de acordo com Barbosa da Silva (2012), e “galinheiros”, de acordo com Elaine Bezerra (2011), que levavam as cobertas para comércio no sertão. Posteriormente, as *costureiras* levaram as colchas para vender no chão das calçadas. Na década de 1960, esse movimento se ampliou e tomou proporções nacionais com os *retalhos* trazidos do centro industrial de São Paulo, dando início a uma pequena *feira*. Todo esse movimento estabeleceu uma *rede nacional de parentesco e amizades* em todas as etapas de produção e comércio dessas confecções a partir dos *retalhos*.



Figura 32: As bodegas de Santa Cruz do Capibaribe: A “Bodega de Zé Vicente”.

Fonte: Arquivos do professor Arnaldo Vitorino de Santa Cruz do Capibaribe



Figuras 33 e 34: Produção extrativista. Fábrica de caroá (fibra vegetal nativa), anos 1940/50.



Figura 35: As bodegas de Santa Cruz do Capibaribe: A “Bodega de Zé Gangarra”.



Figura 36: Carga de galinhas, queijos e ovos para o Recife. Segundo o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi concebida na cidade de Jataúba em meados dos anos 1960.



Figura 37: Carga de Algodão no caminhão de Biu Santana. De acordo com o professor e pesquisador Arnaldo Vitorino, esta foto foi tirada ao lado do Banco do Brasil, em meados dos anos 1960.



Figura 38: Foto da *Feira livre* de Santa Cruz do Capibaribe em 1918

Fonte: Romenyck da Silva (2012)

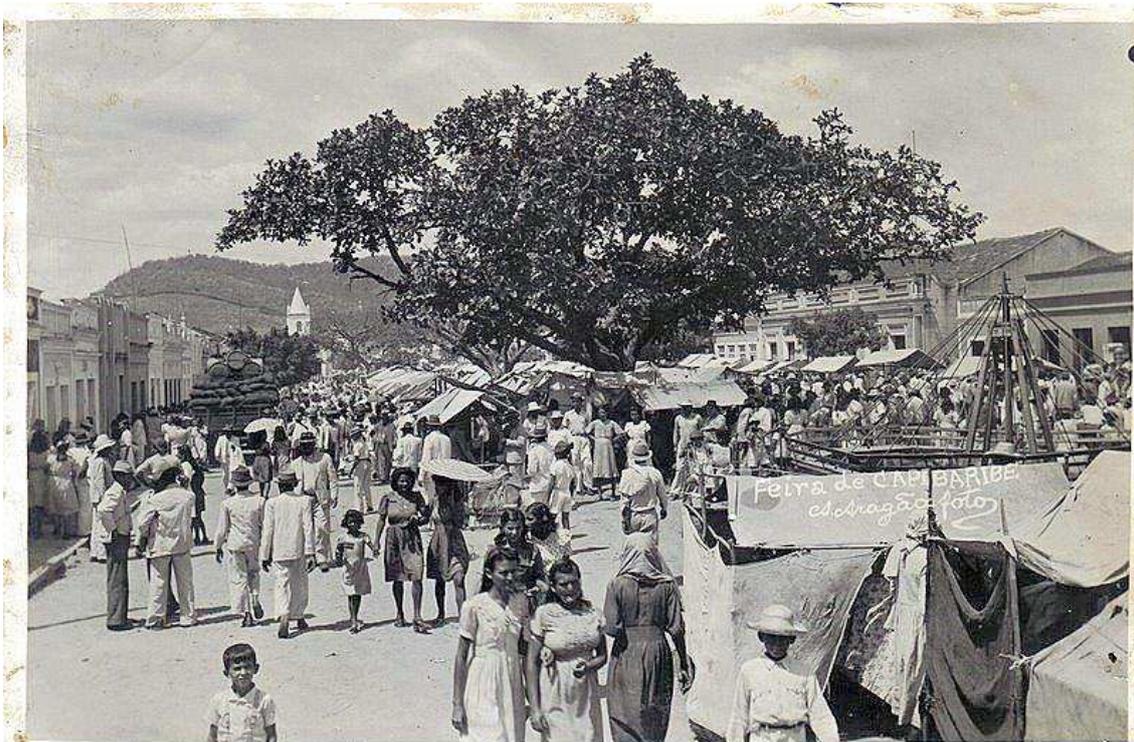


Figura 39: Foto da *Feira livre* de Santa Cruz do Capibaribe em 1947

Fonte: Arquivos do professor Arnaldo Vitorino

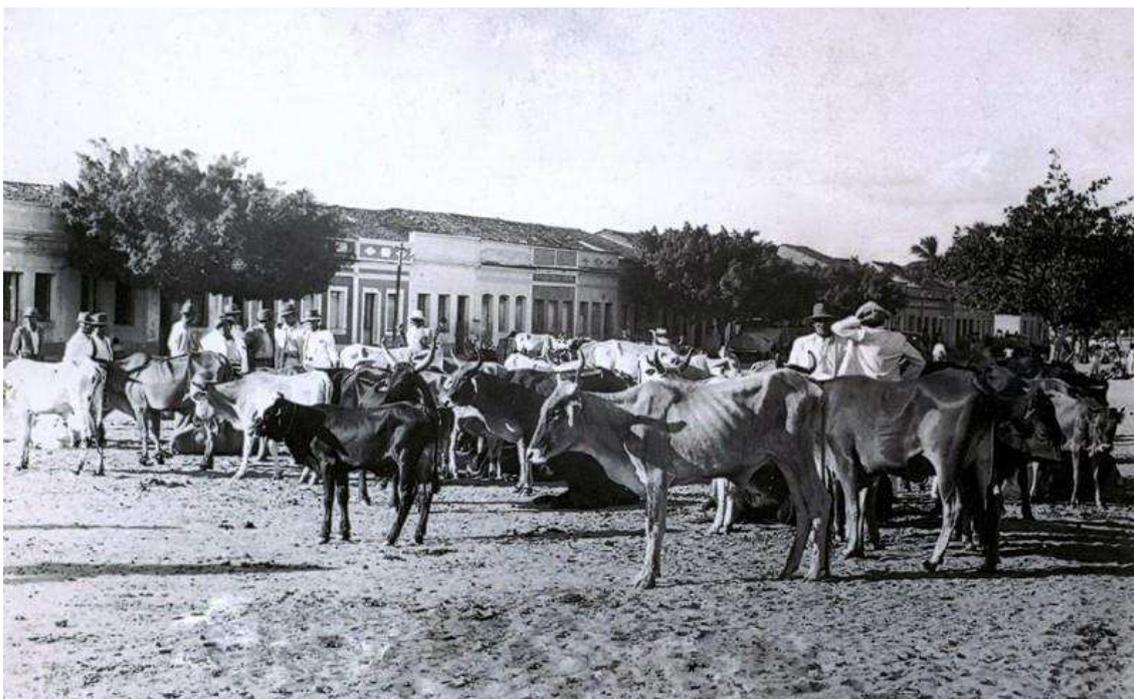


Figura 40: Foto da Rua dos Currais, local das *feiras* de gado, no final dos anos 1950, de acordo com a informação do professor e pesquisador Arnaldo Vitorino.



Figura 41: Foto dos *sapateiros* em dia de *feira* em Santa Cruz do Capibaribe na década de 1940, época da produção de *alpercatas*.



Figura 42: Foto datada da década de 1960 em Alana Souza (2012), da década de 1970 no trabalho de Romenyck Silva (2012) e informado pelo professor e pesquisador Arnaldo Vitorino como anos 1960.

Diríamos, então, que *as feiras livres* são uma espécie de nicho de acolhimento dos *agentes sociais* de origem agropastoril no cenário laboral urbano, mas, também, espaços de expressão cultural e social desses *agentes*. Assim se expressa Elizângela, *sulanqueira* de produtos para embalagens: “A *Sulanca* é uma *feira* que acolhe” (entrevista concedida à autora em 22 de outubro de 2012). Como também, Gildo, *sulanqueiro* de roupa infantil feminina: “A *Sulanca* é como um alimento, quem conhece não quer sair. Ela é muito atrativa” (entrevista concedida à autora em 22 de outubro de 2012).

Outro elemento muito importante na história socioeconômica da *Sulanca* é a *seca* cíclica do semiárido nordestino, interferindo nas vidas dos *agentes sociais* que protagonizam a sociabilidade rural da região agrestina. Vamos nos deter um pouco sobre esse fenômeno climático e a influência que exerce na organização social.

3.4. As secas cíclicas do semiárido nordestino e as migrações

Para tentar compreender o regime de estiagem que atinge as terras semiáridas do Nordeste, uma obra de referência clássica é *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (2006). Sua obra-prima incorporou um estudo abrangente e inovador das caatingas englobando flora, fauna, tradições, geologia, sociologia e muito mais. O autor dedica um capítulo inteiro ao estudo do fenômeno das *secas* no Nordeste. Ele faz um levantamento das *secas* que aconteceram nos séculos XVIII e XIX, donde conclui que praticamente em toda década há a incidência de uma estiagem prolongada, numa média de nove a doze anos de intervalo entre uma e outra, sendo um ciclo típico do clima. Esse fenômeno, portanto, pode raramente passar duas décadas sem acontecer ou acontecer duas vezes na mesma década. Foi o que ocorreu nos anos 1950, quando o fenômeno produtivo-comercial *Feira da Sulanca* começou a se configurar, houve uma grande *seca* de 1951 a 1953 e outra em 1958.

Segundo Euclides da Cunha (2006, p. 64), as *secas* “são ciclos no rigorismo técnico do termo” e pela observação do estudioso são de uma “fatalidade inexorável”, “que recordam o desdobramento de uma lei natural, ainda ignorada”. Sua hipótese é que “um dos motivos das *secas* repousa na disposição topográfica das terras flageladas”. Na observação de Ab’Saber (1999, p. 46), “a razão básica da intermitência sazonal reside na

descompensação entre as precipitações que tombam na estação das águas, em contraponto com a evaporação totalizante ocorrida na estação seca”. Na nossa observação, o espectro da *seca* é tão marcante que, quando passa, as pessoas agem como se ela nunca mais fosse acontecer.

“A *seca* tem sido uma das marcas mais fortes da realidade nordestina. A sua ocorrência é marcada por uma grande crise econômica, mas, sobretudo, por uma enorme convulsão social.” Assim argumentam os pesquisadores Ivan Targino e Emília Moreira, no artigo intitulado: *Secas e Estado no Nordeste Brasileiro* (2006, p. 91). Os autores fizeram um levantamento cronológico das *secas* desde o Brasil Colônia. As *secas* sempre existiram no Nordeste, mesmo antes do descobrimento e colonização. Acontece que a população dos nativos que habitavam as terras nordestinas era nômade e pouco numerosa, fazendo com que o impacto das *secas* sobre a organização social e econômica não fosse tão grande quanto tem sido depois da ocupação portuguesa e do adensamento populacional do território. Verificamos, então, que algo desse elemento de *mobilidade*, sendo já uma prática dos povos nômades nativos, foi incorporado depois pelos colonizadores. Quanto a estes, mesmo se tratando de ocupações sedentárias, a necessidade de manter certo grau de *mobilidade* como uma de suas características, sobretudo de suas populações mais pobres, é o que se traduziu na prática de *migrações* temporárias ou permanentes. A *seca* é um elemento cíclico e inexorável que afeta a organização social e econômica, impondo especialmente aos mais pobres fome e miséria, tendo concorrido para, em composição com os processos de ocupação que ali se estabeleceram, a instituição da *migração* como um *costume*.

A grande *seca* de 1877-79 foi a primeira a ter repercussão na imprensa a nível nacional, trazendo recursos para as “vítimas do flagelo”, despertando a bancada “nortista” para a poderosa arma que tinha nas mãos. Os políticos nortistas conseguiram incluir, na Constituição de 1891, um artigo que obrigava a União a destinar verbas especiais para as áreas das secas. Teve início aí o processo de institucionalização das *secas*, cujo um dos seus primeiros desdobramentos foi a criação do IOCS, em 1909, instituição destinada ao “combate às secas”. O termo Nordeste foi usado inicialmente para designar a área de atuação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), criada em 1919. O Nordeste, então, aparecia como a parte do Norte sujeita às estiagens e, por isso mesmo, merecedora de atenção especial do poder público federal. Portanto, de acordo com Durval

Muniz de Albuquerque Jr. (2011), a região filha das *secas* foi batizada de Nordeste, e dessa forma diferenciada das regiões Norte e Sul.

Segundo Celso Furtado (1989, p. 133), durante a prolongada seca de 1877-80 quase todo o rebanho da região desapareceu e morreram cerca de duzentas mil pessoas. O movimento de ajuda aos flagelados foi orientado a promover a emigração para outras regiões, notadamente para a região amazônica. “Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível a expansão da produção de borracha na região amazônica”, fornecendo à economia mundial uma preparação para uma solução do problema.

Seguindo a explanação de Albuquerque Jr. (2011), o combate ao cangaço, que não respeitava as fronteiras estaduais, também vai fazer com que o aparelho repressivo dos estados se unifique e se fortaleça. O Nordeste passa a ser construído através do medo contra a revolta do pobre e da perda do poder. Os produtores de açúcar e de algodão temiam a perda do domínio do espaço e uniram esforços para combater as revoltas populares, resultado das mudanças da tradicional sociabilidade nordestina. Além do cangaço, houve também as revoltas messiânicas que determinaram a construção de um poder fechado para garantir a hierarquia oligárquica. Portanto, essa foi a conjuntura sociopolítica da primeira metade do século XX.

A situação se agrava particularmente no começo da década de 1950, durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954), como demonstra Monia Ferrari (2005) na sua dissertação de mestrado intitulada *A Migração Nordestina para São Paulo no segundo Governo Vargas*. A autora atribui o grande êxodo rural dos retirantes nos anos de 1951 até 1953 ao problema da estiagem prolongada, associada às condições socioeconômicas desfavoráveis da região, as quais contrastavam com o eixo industrial de São Paulo, funcionando como um fator de *expulsão*. A pesquisadora reitera que esse quadro de desigualdades levou à maior migração da História do Brasil e transformou o contexto social de São Paulo. Fizemos uma discussão mais detalhada sobre a *divisão nacional do trabalho* na década de 1950 e suas áreas de *expulsão e atração* no segundo capítulo, com a história dos *retalheiros* no bairro operário do Brás, como no primeiro capítulo na análise sobre o movimento mais ampliado de acumulação capitalista.

Essas migrações sofreram um movimento de retorno, como explica a pesquisadora Maria Rejane Souza de Britto Lyra (2005), no seu artigo *Sulanca x Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno*. A diversidade das atividades econômicas desenvolvidas

na Mesorregião do Agreste Pernambucano desde a década de 1970 vem atraindo uma migração de retorno maior do que a Região Metropolitana do Recife, considerada a área de maior dinamismo econômico do estado. A autora propõe que a questão central para esse retorno é o papel das redes sociais que ligam os núcleos dinâmicos da região do Agreste de Pernambuco com o estado de São Paulo, alimentando a migração de retorno possivelmente atraída pelas oportunidades econômicas que se configuram como alternativa de trabalho e renda na região agrestina.

Para uma melhor análise sociológica das práticas socioeconômicas que configuram a *Feira da Sulanca*, vamos ilustrar nosso trabalho com algumas *histórias de vida dos agentes sociais* que contribuíram com nossa pesquisa de campo. Analisaremos, dessa forma, os componentes constitutivos mencionados anteriormente de uma forma mais empírica.

3.5. Componentes constitutivos das práticas socioeconômicas do Agreste de Pernambuco

Nesta última parte do terceiro capítulo reproduziremos o modelo que Teresa Sales (1982) utilizou na última parte do seu livro *Agreste, Agrestes*, endossado por Francisco de Oliveira, Antonio Candido, Celso Furtado, Fernando Gasparian e Fernando Henrique Cardoso. Transcreveremos algumas trajetórias de vida de protagonistas da vida agrestina para validar nossa revisão bibliográfica e nossa fundamentação teórica.

1. A gente se criou assim, nesse sacrifício

Eu trabalho na roça, assim, no sítio, né? Eu nasci no ano de 40, no sítio Serra dos Bois [região muito seca de caatinga], distrito de Taquaritinga do Norte. A lida da gente só era com a casa [se referindo a ela e a irmã quando crianças], pra fazer comida, e mamãe no roçado. Assim, plantava o milho, o feijão, o algodão, a mandioca, essas coisa assim, sabe, quando começa o inverno. Depois começou a dar um negócio de um bicudo, tu sabe, aí chupava a maçã do algodão, aí ele adoecia e caía. De primeiro, logo, quando a gente era novinho, tinha muito algodão, num sabe, que mamãe ia muito apanhar algodão

e trazia na casca pra a gente tirar dentro de casa, sabe? A gente só tinha o trabalho mais na casa, né? Assim, mamãe no roçado, não sabe, quando a gente era pequeno, eu e minha irmã. Eu era a mais nova e minha irmã é a mais velha e mamãe deixava a gente cozinhando a comida, né, pra quando ela chegar mais papai comer, né? A gente era muito pequena, não podia com enxada, não. Porque eles limpava mato. Os meninos fazia calvão, na mata dum home que chama Lagedo. Depois eles se revoltaram com a vida e começaram indo embora.

Me lembro que uma vez a gente foi buscar água numa cacimba, era uma meia légua ou mais [1 légua corresponde a mais ou menos 6km]. Chegava lá, num corredor assim, aí tinha bem muito animal, com aquelas cangalhas, com as caçambas de lata, esperando aquela água, naquela cacimba, num sabe? E às vezes a gente chegava, aquela água barrenta, mas a gente botava xerém no fogo, num tinha outra água, né? Aí tinha que botar.

Meus irmãos iam trabalhar num canto chamado Lagedo, cortar mato pra fazer calvão. Fica mais ou menos uma légua ou mais.

Eu tenho um bocado de família no “sul”, eu tenho um bocado de primo que foram s’imbora pro “sul”, pra São Vicente Ferrer, pra Usina Aliança. Aí, depois, casaram com gente de lá e lá ficaram morando. É a família de um tio meu, irmão de papai.

Os meninos iam pro Lagedo, na fazenda de seu Aguielo. Eles cortam a madeira, depois cava um buraco, depois pica a madeira e imala bem imaladinha e cobre com capim e depois cobre com terra, aí toca fogo. Aí ela passa 3, 4 dias queimando, sabe, e aí pode descobrir que é o calvão pra queimar. Seu Aguielo vendia a madeira, aí tinha os caminhão pra pegar o calvão pra vender. E também os caminhão vinha buscar pras usinas, pra forno e tal, essas coisas.

Aqui, a gente se criou assim, nesse sacrifício. O roçado era só no inverno. No verão era só o calvão ou quando lucrava muito tinha que quebrar o milho pra botar em depósito, né? A minha mãe fazia coberta, ela gostava de fazer coberta porque ela não sabia fazer roupa. Eu cortava o tecido, aí ficava muito retalho, aí ela fazia na máquina. Ia pra feira, sabe, na feira era o que a gente mais vendia, pra esse povo pobre do meio do mundo, porque tem muita favela, nos canto, o povo era pobre, né? Os home comprava muito, aqueles fardo de coberta, sabe, pra levar pra longe, muito lugar, Pará, Maranhão,

Ceará, esses mundo, porque vem muito ônibus. Tanto vendia no chão como vendia nos banco, sabe? No banco a gente pode cobrir com a lona, num leva sol, nem leva chuva. Na feira do chão é muito ruim, porque leva sol e chuva, aí ninguém pode botar.

Eu mesmo não costurava, porque eu cortava pras costureira, sabe? Eu fazia assim: eu passava as coisa tudo na tatuzinha, porque a tatuzinha, ela acaba, né? Faz o acabamento. É uma máquina, ela é quase como industrial, sabe? A tatuzinha foi a primeira máquina que apareceu em Santa Cruz, depois começou a aparecer tanta qualidade que a gente não sabe nem dos nome, tem um home que vai buscar longe, no exterior, máquina pra bordar, pra tudo quanto é de coisa, elas fazem um trabalho que a gente fica boba.

Eu fazia sempre assim, saia, short, pra mulher, fazia essas coisas assim, umas saias cheia de babado que mais parecia umas baiana. Agora a gente fazia em quantidade. As feira nessa época era muito boa, vendia qualquer coisa, agora não, tem que ter qualidade. Tinha muita gente de fora, tinha vez que ficava entupida de comprador. Mas, aí o povo começaram fabricando fora, e aí aquilo caiu muito. Como diz a estória, a pessoa fabricando a despesa é menos. A minha mãe [a mãe dela é viva e tem 99 anos] pra fazer as cobertas usava a máquina Singer de pé.

A pessoa fazia um molde pra mim, pelo molde qualquer pessoa corta, assenta assim na peça de tecido, comprava peça de tecido em Santa Cruz, que é a fonte, tem peça de tudo quanto é de coisa, tudo que é malha. Só tinha uma costureira que costurava aqui em casa, as outra tudo carregava pra casa, sabe, elas mandavam os filhos vim buscar a roupa já cortada e entregar. Tinha mulher que tinha filho pequeno e tinha que costurar e tomar conta de casa.

A gente enchia o carro de mercadoria e ia s'imbora pra feira. A gente saía às 3 horas da madrugada. Tinha vez, quando amanhecia o dia, nessa época, a gente já amanhecia o dia sem nenhuma peça. Só era comprar tecido e voltar de novo. Mas, aí mudou muito, né? Aí começou a encher todo mundo e aí foi afracando.

Eu pagava [as costureiras] por peça, tinha peça fraquinha que era dez centavos, sabe, vinte centavos. A gente vendia de hum real, dois reais, sabe? Dava pra cobrir as despesas e aí depois foi afracando porque todo mundo só era o que... não tinha emprego, aí o povo, como diz a estória, se virava tudo para a sulanca. Mas, com o Polo [Moda Center de Sta Cruz], eu parei, é longe da rua [centro da cidade] e é uns canto muito esquisito, sabe? Eu

já tinha me aposentado, e meu irmão que mora no Rio, ele é bem de vida, aí ele disse: “deixe que eu ajudo no que faltar”.

O gado era solto e o leite a gente fazia queijo e tem gente que compra aqui na porta pra vender na feira. O feijão quando lucrava muito a gente batia, fazia aqueles saco e vendia em grosso pra outra pessoa revender na feira. A gente tirava a ração do roçado. Se não tivesse palma a gente soltava o gado pra comer a palha. Agora na seca, os menino tão indo buscar cardero [mandacaru], vão arrancar macambira [tipo de bromélia da caatinga] e queimar [eles queimam por causa dos espinhos], pra trazer a cabeça, pra moer na máquina e traz um capim seco lá da Gameleira [Alcantil, PB], aí moe tudo junto. Um capim que chama Guatemala. Tem um poço que o prefeito furou e dá uma porção d'água. Que graças a Deus ainda não faltou pro gado e a água é quase boa. A gente lava a roupa assim e a água que a gente lava a roupa bota nas plantas, é o jeito que tem, pra não morrer, sabe?

2. O município de Taquaritinga do Norte é um exemplo típico da diversidade do Agreste. Conhecida como a *Dália da Serra*, a sede do município fica num *brejo* de altitude de quase 800m. No *brejo* eles cultivam café orgânico com uma cotação muito boa no mercado internacional. Esse café foi classificado como café *frevó*, de excelente qualidade para exportação, na bolsa de comércio de café em São Paulo⁷. Pelo seu clima ameno, foi inserido no *Circuito do Frio* promovido pelos órgãos de Turismo do Estado durante o inverno. Na sua parte mais alta, de quase mil metros, dispõe de uma rampa para saltar de Asa Delta, a Serra do Pepe, motivo para diversos encontros regionais e nacionais do referido esporte. O município também oferece um Hotel Fazenda, onde os hóspedes podem participar das atividades diárias de uma típica fazenda agrestina, como tirar leite no curral, cavalgar, passear de charrete, apanhar os ovos no galinheiro, entre outras. Além disso, esse *brejo* é o fornecedor de água em carros-pipa para as lavanderias de fabricação de *jeans* em Toritama, além de fornecer água também para a população das partes mais secas, como o *sítio* Serra dos Bois da entrevistada. Na parte baixa temos Pão de Açúcar, na entrada de Santa Cruz do Capibaribe, parte integrante do dinamismo da *Sulanca*, distrito que cresceu mais do que a sede, por conta dessa produção. O *sítio* Serra dos Bois

⁷ Fonte: Reportagem do Globo Rural em 8 de novembro de 2009.

fica numa parte extremamente seca de caatinga, já perto do limite com a Paraíba, fazendo parte do território dos Cariris Velhos, com solos rasos, onde aflora o cristalino, ou seja, os solos são pedregosos e impróprios à agricultura. Nos sítios, tradicionalmente, os agricultores desenvolvem uma pecuária bovina, com o boi solto. Nos baixios, onde se encontram as terras um pouco mais férteis, são cultivados os roçados.

A narrativa acima compreende todos os elementos da vida do *sítio* familiar. O trabalho em família que se estende ao domicílio, a colheita que é trazida para ser tratada em casa. As atividades de “inverno”, ligadas ao roçado para todos, homens e mulheres, e as atividades de “verão”, o carvão, só para os homens, e a produção de *sulanca*, só para as mulheres e crianças, evidenciando, assim, uma divisão sexual do trabalho. Confirmamos que a produção de *sulanca* na sua origem tem uma ligação muito forte com a pobreza, ou seja, era uma produção dos pobres para os outros pobres, sem nenhuma preocupação com a qualidade, muito pelo contrário, só se levava em conta a quantidade da produção artesanal e improvisada para que o preço pudesse ser baixo e acessível ao comprador pobre. Na realidade as primeiras *costureiras* não eram *costureiras* profissionais, só improvisadoras da costura para obter uma renda complementar ao *sítio*.

Observamos também neste relato a problemática da *seca* e a *migração* da maioria dos membros da família para outras regiões, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Outros componentes da família não nuclear fizeram uma opção pela zona canavieira, o “sul”. O declínio da cultura do algodão pela praga do *bicudo* também é lembrada.

O depoimento nos mostra, da mesma forma, a evidência da sofisticação crescente da *feira*, resultando na exclusão dos menos preparados, menos qualificados. Essa situação os levou a lançar mão da ajuda dos mais abastados da família, que foram bem sucedidos longe de casa, mas que mantinham os laços familiares. Finalmente, comprovamos, através desta história de vida, os três pilares de sustentação da *sulanca*: o trabalho familiar e domiciliar, que concilia atividades agrícolas com a produção de costura; o *sítio*, enquanto espaço unitário de estruturação da vida familiar e de articulação entre esses dois tipos de atividade produtiva; as *migrações* por motivos climáticos e para complementação de renda.

3. O “sul” não tem futuro não

Eu nasci em 1952 no sítio Tabocas [região de brejo, não é caatinga] com meus pais, sete irmãos, seis homens e uma mulher, no município de Altinho. O sítio era do meu pai, plantava milho, feijão, mandioca, café, abacaxi, laranjeira. Era um sítio completo, vendia o café, batia às vezes dez sacas e vendia na feira livre de Caruaru. Zé Vitor era o comprador de café e vendia na Feira de Caruaru. A gente vendia pra comer, carne, açúcar, vendia o abacate, vendia a banana, a laranja. Aí o milho e o feijão era pro gasto. O feijão era só pra nós comer, tirar o ano, né? Botar o milhinho de molho, depois relava e fazia o xerém, fazia o pão de milho relado no ralo.

Nós ia capinar o mato, minha irmã ia trabalhar com a minha mãe, apanhar café, na casa. O sítio era bom, dava pra sustentar a família. Aí depois a gente foi crescendo, um foi embora pra São Paulo. Mãe criava umas cabrinhas pra tirar o leite e fazer uma papinha. Nós criava umas galinha, aí pegava aqueles ovinho, cozinhava pra nós comer com um feijãozinho, fazer um pirãozinho pra ir trabalhar, capinar o mato.

Quando a gente ficou de maior, foi trabalhar fora. Cada um foi pros seus canto, casaram, foram pra São Paulo. Eu tenho quatro irmãos em São Paulo que foram em 60. Eu casei com 16 anos, fiquei trabalhando pra eu, fiz meu roçadinho fora, no terreno de pai, outro em Gado Bravo [também região de brejo], tinha dois hectares. Pai ficou em Tabocas e eu fui pra lá.

Aí, depois eu disse: agora eu vou trabalhar no “sul”. Preparei meu roçado, tava precisando pra comprar roupa. Aí, eu lucrava a lavoura, quando era em setembro, aí eu ia pro “sul” trabalhar. Aí, deixava a lavoura toda colhidinha, o milho no saco lá, ensacadinha, agora eu vou trabalhar, eu não gosto de ficar parado. Aí, eu disse: fica aí que vou arrumar o dinheirinho da carne da gente.

Aí, ia pro “sul”, passava quinze dias, aí vinha em casa. Pegava o saco de gato [matulão], bota nas costa com uma enxada véia dentro sem cabo, chega vamo lá cortar um pau daquela mata lá num domingo. Eu ia de caminhão, tinha um caminhão lá de Alagoas pegando gente pelos sítios. Aí, dos sítios ele vinha pra rua. Aí pegava, quem vai? Aí, no domingo nós juntava aquela turma, 7, 8 pessoas, vamo s’imbora, aí saía com aquele saco nas costas, só pra trabaiá e pra arrumar alguma coisa mermo, o “sul” não tem futuro não.

Trabaiava lá um mês, 15 dias, na Usina Peixe, na Usina Nova Alegria em Alagoas. Era um caminhão de carregar cana mesmo, que vinha buscar a gente. Saía daqui bem cedo, de 8h, chegava lá 4h da tarde, é longe. Lá tinha a barraca de madeira de taipa e tinha um galpão grande que tinha 60 home dentro, feito de madeira e coberto de sapé, uma palha que tem no “sul” que não passa água de jeito nenhum.

Cada um fazia um foguinho no chão, botava umas peda, botava a panelinha pra cozinhar aquilo ali, fazia um 40 – bota a água pra ferver com sal já, quando tá fervendo vai despejando a fuba de pouquinho, aí vai mexendo assim, mexendo, mexendo, aí ela grola e fica mermo feito um pão de milho, ela fica sequinha, bem boa pra comer. Aí a gente come com café, charque ou sardinha de noite. Dormia na rede 30, 40 rede amarrada em carreira. Cada dono de sua rede tinha seu foguinho. Pendurava seu saco numa linha, a cordinha no saco com as roupa separadinha num canto. Pendurava o saco da feira encostado, mas era de lado, mode os rato num cumer. No sábado nós lavava as roupa, ia pro rio, lá mesmo lavava a roupa, sapecava lá. Botava três pedra pra cozinhar feijão na panelinha, cortava lenha, na mata, quando era 5h da manhã, vamo s’imbora, deixava o feijão cozinhando, depois o fogo se apagava. Quando chegava completava de cozinhar e comia depois das 3h, 4h, quando a gente chegava do serviço.

A gente saía às 5h, às vezes 4h da madrugada, fazia um cafezinho numa latinha de óleo, furava de um lado pro outro assim, botava um pau e pendurava ele no fogo, enchia de café, tomava um gole de café e partia, vamo s’imbora. Naquele tempo era ruim mermo. Nós chegava 3h da tarde, cortando cana, nós chupava uma caninha por lá.

Quando o carro vinha medir a cana da gente, só chegava de meio-dia pra tarde, pra medir a cana de meio mundo de gente, é por tonelada. Cortar a cana, é 20 pedaço de cana num feixo, aí cortava dez feixo de cana, dava 10 kg. Aí nós cortava 100 mói, dava mil kilo, uma tonelada, nove mói de cana deitado e um em pé, amarradinho. Quando o carro da palha vinha, contava as tuia. Duas, três toneladas de cana todo dia.

Nós comprava no barracão do engenho, pagava com gabão, um pedacinho de papelzinho assim, com um numuzinho. Valendo dez conto, dois conto. Quando nós recebia descontava. Tem vez que eu passei três mês, eu nunca gostei de tá parado. E sábado e domingo ia trabaiá. No domingo eu ganhava dobrado, aí eu cortava aquela cana todinha. A tonelada naquele tempo parece que era dois conto e cinquenta nos anos 70, 73, 74. Aqui chegava por a festa, aí chegava alegre em casa, nera? Saía daqui em setembro e

chegava na festa, chegava com um dinheirinho, comprava uma roupinha pra mulher, comprava uma galinha gorda pra a gente comer, era uma festa. Aí eu não ia mais, não, sabe, ia preparar o meu roçado. Todo ano eu fazia isso.

Os carro da usina trazia a gente de volta, nós trazia madeira, eles dava inté madeira pra fazer casa. Nós ia tirar madeira na mata. Quem quer tirar madeira na mata pode tirar. Tirava caibo, linha e trazia, era bom. A vida do agricultor é assim mesmo...

4. Relato detalhado sobre a categoria *corumba*, estudada por Tereza Sales (1982).

A história mostra claramente a situação do *trabalhador clandestino* do Agreste nos canaviais na década de 1970, durante a *Revolução Verde*, quando foram implantadas a agricultura industrial e a pecuária racionalizada, através da capitalização dessas atividades pelo governo, apesar de manter métodos de trabalho rudimentares e não mecanizados.

A dissertação de mestrado de Burnett (2008) observa que a *Revolução Verde* foi o termo usado para definir o movimento com objetivo de aumentar a produção agrícola através da mecanização, fertilizantes, pesticidas, irrigação, melhoramento de sementes, aumento dos campos cultivados com o propósito de eliminar a fome mundial do pós-guerra. As instituições agrícolas brasileiras acompanharam o modelo americano de modernização da tecnologia rural baseada na *Revolução Verde*. A prioridade institucional da difusão tecnológica, acoplada à montagem do aparato estatal de assistência técnica e extensão rural é clara no Brasil até, pelo menos, meados da década de 1970. Somente a partir de 1973, com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, o governo federal decide investir maciçamente e organizar em escala nacional o seu sistema de pesquisa agropecuária. A partir daí, as diretrizes principais de atuação do Estado, formulando o que se poderia definir como política tecnológica para o setor rural, se estabelecem por intermédio dessas agências de geração e difusão de tecnologia.

Na narrativa ficam evidenciadas as estratégias do pequeno agricultor para manter seu *sítio* através das *migrações sazonarias*. Observa-se o quanto esse elemento da mobilidade se encontrava incorporado no cotidiano da vida dos pequenos agricultores da região. As áreas de Tabocas e Gado Bravo são de *brejo*, possibilitando a fruticultura e o cultivo de café de sombra, aproveitando as matas remanescentes ou as fruteiras. O lugar para escoar

a produção agrícola dos *brejos* do Agreste continua sendo a tradicional *Feira de Caruaru*. O *sítio* familiar continua na família até hoje e os irmãos seguem “botando o roçado”. Mesmo se tratando de um minifúndio numa região mais úmida, permitindo assim culturas perenes, como a fruticultura e a cafeicultura, o agricultor, ainda assim, precisava ir para o “sul” para complementar a renda da família no *verão*.

Acreditamos que o termo “sul” tenha sido supostamente derivado da Região da Zona da Mata Sul de Pernambuco, onde se encontrava o maior aglomerado de usinas de açúcar do estado.

5. *Essa casa se torna rama de batata*

Eu nasci em Suvacão, município de Altinho, na era de 54, meios de maio, dia 24 de maio. Meus pais era muito pobre, não tinham onde morar, morava no que é dos outro. Fazenda dos outro. Era morador dos outro, trabalhava alugado pra sustentar seis filhos que ele tinha, só houve eu de mulé e cinco menino, aí só criou-se dois, comigo mermo, três. Mas de mulé só foi eu mermo.

Aí, meu pai arrumou um trabalho na Fazenda Serro Azul de Altinho também, perto de Santa Tereza. Aí me levou pra lá eu novinha, fui me criando lá. Meu pai era tirador de leite, era vaqueiro da Fazenda Serro Azul. Aí eu fiquei, quando eu tava com cinco ano de idade ia pro curral tomar leite, levava o copinho com açúcar, aí eu ia pra beira da cerca, ia eu e meu irmão mais velho. Aí, nós tomava aquele leite quente que ele tirava e depois ia s'imbora pra casa.

Ele começava a tirar leite 1h da manhã ia pra 7h do dia, era. Aí, o carro pegava pra levar pra outro lugar. Os toné levava e levava pra fora.

Tinha um arruado, não tinha que ver uma rua só dos morador morarem. Tinha escola pra gente. E além do arruado, pra baixo era a cocheira e do outro lado a casa grande, que era de dona Manelita, a dona da fazenda.

No roçado quem trabalhava era as mulé, que eles não tinham tempo de trabalharem. Mãe trabalhava botando roçado, plantava milho, feijão, jerimum jandaia, esse enramava, era um jerimum redondinho, pequenininho. Eles plantavam algodão nos acero do roçado. Aí, azeite, nós se vestia. Quando eu completei doze ano, eu já me vestia

e calçava de azeite, que chama mamona. Aí, plantava mamona ao redor do roçado, quando ele fulorava, que botava aqueles cacho, quando amadurecia, a gente tirava, botava no lajedo, aí secava, aí a gente batia com a varinha que nem bate fava e pegava fazia 10, 12 kg da semente dele, do azeite. Aí, pai levava pra Agrestina, vendia nos armazém, trazia o dinheiro, aí nós começemo se vestir. Pesava na balança, chama ouro azeite, mas era mamona. Eu trabalhava mais mãe no roçado.

Com 12 ano de idade eu já tava trabalhando com a enxadinha, aí, menozinha. Eu já cavava buraquinho pra plantar azeite, a mamona plantava pra me vestir. Pai só tinha tempo de trabalhar no roçado no domingo, que era o dia que ele não trabalhava, até o dia de sábado ele trabalhava tirando leite, fazendo cerca, fazendo parto do gado, das vaca, tudo isso ele fazia.

Aí, adepois, quando eu fiquei com 12 ano eu comecei a trabalhar no campo. Comecei trabalhando alugado já. Meus pais não deixavam eu ir pra escola, eu tinha que trabalhar alugado. Ele dizia: eu não vou criar mulé pra mais tarde me dar trabaio escrevendo carta pra namorado, não, vai pra trabaiair. Aí, então eu ia pro alugado, plantava capim pangola pra os outro. Plantava milho e feijão. Arrancava quando o feijão tava maduro, eu tirava fora de feijão dos outro e ganhava meus trocadinho.

Quando eu fiz 15 ano, aí, então eu resolvi a me casar. Minha mãe me castigou muito, aí eu digo: home, eu vou me casar. Tou muito nova, mas eu vou me casar. Ela não queria, meu pai também não queria. Mas eu vou me casar. Ela dizia: agora não volta mais pra casa. Case, é pra viver, não pra voltar. Eu disse: não, se for pra eu voltar pra casa eu não me casava.

Quando nós casou, eu num tinha uma casa, nós num tinha, nem eu, nem ele. Morava-se no que era do pai dele, mas desda d'eu novinha que tive minha experiência. Aí, eu disse a ele: ói, eu sou nova, você é novo, bora butar pra trabaiair pra nós ter o que é da gente. Que coisa dos outro não é da gente. É do seu pai, mas não é da gente.

Aí, eu só seio que depois plantemo um plantio de batata. Ói, minha sogra foi quem me deu o primeiro prato, deu dois prato. Minha sogra me deu três culé, dois gaifo, uma bacia. Toda minha mubia. Eu só seio que aí fumo plantar, aí eu digo: “vamo sair dessa vida”. Aí fomo plantar batata, eu mais ele [a batata a qual ela se refere é a batata doce].

Aí, eu comprei um litro de feijão preto. Esse litro de feijão preto, ele faltou um litro pra um saco, quando eu arranquei ele, que eu bati ele, ele deu muito bom. Aí, eu vendi, comprei, ainda hoje eu me lembro, comprei meia-dúzia de prato, comprei uma tesoura e comprei duas roupa pra mim mesma, toalhinha de mesa, desse feijãozinho que eu vendi.

Aí, depois peguemo a batata, vendemo, aí comprei um guarda-roupa, comprei meia-dúzia de cadeira e um centro. Aí, eu digo: “pronto, agora faltou a cama”. Aí ele cavava a terra bem cedinho, ele ia s’imbora bem cedinho cavar a terra. De 7h eu ia pra planta, chegava lá eu levava o cafezinho dele e tomava dentro da planta, ia s’imbora pro alugado, eu ia cortar a rama da batata e plantar. Aí, quando nos colheu isso aí, aí não deu. Aí, eu digo: “vamo dar uma viagem no “sul” que eu quero conhecer o “sul” e quero trabalhar, que eu quero ver”. Ele disse: “a vida do ‘sul’ é uma vida pesada”. Mas eu quero ir no “sul”. Aí, quando eu vi: “compre uma foice pra mim”. Ele comprou uma foicinha pra mim, aí eu fui pra o “sul”.

Quando cheguelmo lá, ele arrumou uma barraquinha, aí fiquemo naquela barraquinha. Aí, quando era 3h da manhã nós se levantava, eu cuidava naquele cafezinho e fazer um 40 pra levar. Aí, nós descia pra baixo, pra BR, chegava aquele gaiolão de cana, já tava esperando, aí pegava os trabaiador tudinho e levava. Era mulé, era home, era menino, era tudo, pro corte de cana. Quando era toda noite eles queimava aquele partido de cana mode o pelo queimar a paia. Quando era de manhã que a gente chegava, aquela cana tava toda preta. Abeia de italiana qu’era assim, mode o mel da cana.

Aí, a gente pegava, aí eu cortava aquelas barrada de cana, eu tocava a foice, não houve diferença no corte de cana pra mim, não. Eu cortava cana, levava no “bico de gaita” [tipo de corte na diagonal], que rolava dois rolo de cana e jogava no pile de cana. Aí quando era a parte da tarde, eu não sabia amarrar, aí ele ia amarrar e eu ia dormir na paia da cana. Quando era de tarde, 3h, nós tava preto que parecia uns caivão. Aí, nós ia pra aqueles riachinho d’água, aqueles pocinho d’água, aí tomava banho, aí descia com os malote todo, pegava o carro, vinha pra casa, pra barraca. E nisso, inda passei dois mês nessa luta.

Quando foi com dois mês eu truxe dinheiro, comprei uma cama, eu comprei uma cabrinha lãzudinha pra mim, que eu toda vida fui trabaiadera. Até um dia desse ainda tinha minha foicinha de cana. Aí depois eu digo: “eu vou trabalhar em ponto de comprar uma casa pra mim”. Aí, botei-me a arrancar toco, toco de araçá, arrancava os mato. O terreno era

dos outro, era de seu Arino, mas ele não cobrava nada de ninguém. Ele achava bom porque plantava o pangola, pra deixar o pasto. Plantava no salto do milho ou no meio da batata.

No outro ano, ele já não dava roçado naquela manga mais, que já tava coberto de pangola. Já dava em outro mato grosso pra fazer o mesmo serviço, brocava, arrancava o toco de araçá, quando acabar pagava o arado pra arar. E era a lenha da gente, era os toco, eu carregava num balaio, eu levava, chegava lá, pegava o machadinho, abria, era as minha lenha, era os toco.

Eu só sei que fui trabalhando, trabalhando, graças a Deus quando foi com três anos que nós tava nessa luta da batata, eu digo: “agora vou comprar uma casa pra mim”. Isso aqui [a casa] se torna uma rama de batata, hoje minha casa. Isso aqui foi dinheiro de batata. Nós começava no domingo arrancando batata e os comprador de batata pegando batata pra feira de Caruaru. Os comprador era de Taquara. Nós vendia na planta e eles levava pra Feira de Caruaru.

6. Aqui se observa claramente que a referida fazenda era um latifúndio por conta da quantidade de moradores e da atividade leiteira e que seu pai era um trabalhador rural sem terra. Vê-se também a dinâmica da formação dos pastos com o capim exótico, *pangola*, destinado à pecuária intensiva, o cercamento dos pastos, formados com sementes fornecidas pelas instituições governamentais. Ainda assim, se usava a mão de obra dos *rendeiros*, não mais pela *renda da palha*, mas para plantar o pasto. Quando toda terra tivesse coberta de pasto, não sobraria mais terra para o *rendeiro* fazer o seu roçado. Aniquilava-se, assim, com a *categoria costumeira* denominada *rendeiro*.

A pesquisa de Burnett (2008) mostra que a preocupação com espécies forrageiras, destinadas à alimentação animal, foi sempre uma constante no semiárido nordestino. A pastagem nativa fica seca e a vegetação arbórea perde as folhas durante a estiagem como forma de economizar energia e resistir ao período seco, não deixando alternativa alimentar para o rebanho, o que tem constituído um problema na reprodução da pecuária. A introdução de plantas exóticas resistentes às intempéries como solução nutricional para os rebanhos da caatinga remonta de longa data. Para pesquisadores ligados às instituições de pesquisa agropecuária no Nordeste e para formuladores de políticas públicas, um dos

maiores desafios para o *desenvolvimento* do semiárido nordestino tem sido oferecer ao produtor opções que possam satisfazer suas necessidades socioeconômicas e que sejam adaptadas às condições ambientais da região. Por isso a pesquisa com espécies exóticas xerófilas, procurando, assim, viabilizar a pecuária intensiva na região. As pesquisas daquela época resultaram na opção de dois tipos de capim para a formação dos pastos no Agreste: o *braquiária* e o *pangola*, ambos exóticos, mas que se mostraram mais adaptáveis. Porém, como vimos no depoimento, necessitava do desmatamento da caatinga e dos terrenos cedidos aos *rendeiros* para o cultivo dos roçados.

O depoimento se refere às *migrações sazonais* para o “sul”, para o corte de cana, assim como sinaliza o caráter complementar em termos de geração de renda que tal atividade tinha para os moradores pobres do Agreste. Trata das estratégias de *reprodução social* do agricultor familiar nessa região, como também da implantação da pecuária intensiva, da racionalização da agricultura e capitalização dessas atividades agropastoris, resultando na proletarianização do trabalhador rural.

7. *Na realidade foi uma coisa que chamou a outra*

Eu tenho 36 anos, morei no município de Altinho até os 17 anos. Fui embora para o Recife com 17 anos, fiquei no Recife oito anos. E... até os 17 anos eu morei no sítio Merênciã. Eram cinco irmãos, três homens, eu, minha irmã, meu pai e minha mãe. O meu pai vivia da roça, a gente ajudava um pouco, e estudava, a parte do horário que não estudava, ajudava aos pais. Minha mãe era professora e ensinava de manhã, de tarde e de noite. Eu estudei no sítio até a quarta série, quando fui estudar em Altinho, era a quinta série. Por várias vezes, por motivos pessoais do meu pai, que era muito ciumento, não deixava a gente estudar, no meio do ano a gente desistia. Resumindo, terminou eu perdi a vontade de estudar. Até porque perdia o ano, voltava, ele tirava novamente. Quando sonhava que a gente arranjou um namorado, ele tirava do colégio, às vezes dois, três meses, aí, minha mãe implicava, implicava, aí ele, tá bom, vá, aí a partir que a gente voltava já tinha perdido dois, três meses, é, era reprovada por falta, entendeu? Perdia o ano... não existia mais aquele ânimo mais de voltar aos estudos, tanto é que eu só fiz até o primeiro ano do segundo grau e desisti.

Aí eu fui embora para o Recife morar com meus dois irmãos, os quais saíram de casa de menor por conta do meu pai que era muito ignorante também. Aí passei oito anos no Recife, depois voltei. Voltei, meus pais já moravam na cidade, já não moravam mais no sítio. Isso para mim já foi uma benção, já não voltei para o sítio. Aí, morei em Agrestina uns cinco anos, casei, vim embora pra Caruaru.

Comecei a trabalhar na Feira da Sulanca, a qual de certa forma, entre aspas, continuo trabalhando, né? Que eu ainda vendo aqui no dia das feiras e tou por aqui...

Bem, antes eu era sulanqueira, trabalhava na sulanca, é, trabalhei já como prestonista, que foi o que me trouxe pra Sulanca, porque eu vendia, tipo rifas, raspadinha, aí das rifas os prêmios era urso de pelúcia, aí eu vinha comprar aqui na feira urso, e, assim, eu notei que aqui na feira, é, poucas pessoas que faziam tinham dificuldade de comprar matéria-prima. Aí, o que eu fiz, pesquisei onde era que tinha matéria-prima e resolvi colocar a matéria-prima pra vender, invés dos ursos. Aí já fui saindo do ramo de rifa, já fui querendo vender a matéria-prima para quem era fabricante dos ursos, que eu entregava como prêmio, e hoje tou aqui, vendendo matéria-prima, inda continuo trocando a matéria-prima com meus próprios clientes por ursos já prontos e continuo vendendo aqui na frente da loja, e graças a Deus já tenho dez anos aqui e pretendo passar mais bastante tempo, se Deus quiser.

Dez anos, assim, não começou exatamente nesta loja assim enorme, começou numa que mal dava pra a gente se movimentar dentro, era três metros. Começou numa pequenininha. Na realidade, na realidade, a matéria-prima eu comecei a vender na feira, num banquinho, já tinha que trazer a matéria-prima que é tecido, já tinha que trazer cortado, porque não tinha espaço, não tinha como cortar na feira. Aí trazia a metragem já anotada. Quando o cliente chegava eu tinha que ter aquela metragem certa já cortada, porque não tinha como, infelizmente, era no meio de uma feira ao ar livre, não tinha como eu cortar. A matéria-prima que a gente comprava vinha de São Paulo, era meu irmão que sempre fazia os pedidos, os pedidos da matéria-prima, sempre foi com meu irmão que fez. Eu trabalho junto com ele.

Na realidade foi uma coisa que chamou a outra, porque eu trabalhava com rifas, e o que eu dava de brinde, eu dava ursos de brinde e colchas de casais, a quem vendesse aquela rifa toda. E eu comprava aqui na Sulanca, em Caruaru. Eu morava na época no Recife e

comprava os ursos aqui, até porque o preço é bem mais acessível. Eu comprava os ursos e entregava como brinde.

Só que quando eu vinha comprar urso, as pessoas que vendiam tinham muita dificuldade em comprar a matéria-prima porque era cara, porque só uma pessoa vendia aqui em Caruaru. Então, eu resolvi pesquisar onde era que tinha a matéria-prima pra começar a comprar a matéria-prima pra vender àquelas pessoas que vendiam os ursos, entendeu?

Foi o tempo que eu vim embora do Recife, foi quando eu voltei pra a casa dos meus pais, aí eu comprava rolos de pelúcia, tinha uma garagem lá em Agrestina, onde meus pais estavam morando, eu cortava, dobrava, anotava a metragem em cima, ensacava e trazia tudo pronto pra quando o cliente quisesse, eu quero um metro e meio, eu quero dois metros, eu quero cinco, eu tinha que ter aquela metragem cortada e pronta pra entregar a ele. Porque onde eu colocava pra vender, era num pátio de uma feira, ao ar livre, que se chovesse, não podia... entendeu? Aí eu tinha que ter pronto, pra facilitar...

Comecei a fazer a clientela assim, e o pessoal foi procurando e foi achando mais prático porque a dificuldade de comprar aqui em Caruaru era muito grande, até porque só tinha um fornecedor. Aí eu aluguei uma lojinha, muito pequena que às vezes passava o dia todinho não chegava um cliente pra comprar, mas a esperança era muito grande e resolvi persistir, persistir e hoje tou aqui com a loja [uma loja enorme com quatro andares no coração da Feira da Sulanca], graças a Deus, vendendo bem, entendeu?

Os clientes que eu comecei no início, ainda hoje, graças a Deus, continuam sendo meus clientes. Eu faço o seguinte: como eu tenho um espaço enorme aqui na frente da loja e tem um dia de feira, que é a tradicional Feira da Sulanca de Caruaru, pra eu aproveitar esse espaço, dias de feira, eu pego do meu próprio cliente os ursos prontos e troco pela minha matéria-prima que é o que eles usam pra fazer esses ursos.

É uma forma que eu seguro o cliente e ainda ganho alguma coisa em cima da mercadoria que eu pego com ele. Eu pego em urso e devolvo em matéria-prima. Por exemplo: dez ursos dá três metros de pelúcia, aí eu devolvo a ele em pelúcia. A mesma coisa de ele vir comprar a mim em espécie. É uma forma que eu ajudo a ele, é uma mercadoria que ele vai ter em lugar diferente. Porque aqui é loja, a loja aqui é do meu irmão, eu trabalho junto com ele. E é assim: o que ele vende aqui dentro é dele. Mas o que eu coloco lá fora, os ursos ele cedeu pra mim, entendeu?

Aí, é assim, quando eu vendo lá fora aí pago a ele aqui dentro. Não deixa de ser uma troca. Os ursos só vende dia de feira. É uma forma de segurar o cliente, porque às vezes ele vem, não quer comprar, mas devido ele ter um “a haver” na loja, devido a mercadoria que ele me trouxe, aí, ele leva. Eu adianto mercadoria pra ele, porque ele tem que cortar, tem que costurar, já que ele tem aquele “a haver”, ele não deixa, ele leva a matéria-prima.

8. O município de Agrestina dista vinte minutos ao sul de Caruaru pela BR 104 e quanto a Altinho, dista trinta e cinco minutos de Caruaru e quinze de Agrestina. O primeiro elemento que nos chamou a atenção nesta história foi o da família. Os laços familiares nordestinos são tão fortes que não permitem aos *agentes sociais* se realizarem plenamente fora dela. Até a fuga é feita em família. Quando nossa protagonista decidiu deixar a casa paterna, ela foi se juntar aos irmãos, os quais já haviam fugido da tirania do pai. Numa cultura não latina, provavelmente isso não aconteceria, ela teria ido para bem longe de toda a família.

Chegando ao Recife ela foi integrar a equipe de um rapaz que vendia rifas, tipo “raspadinha”, o qual também foi seu namorado. Ele as levava aos bairros periféricos do Recife pela manhã e o trabalho delas consistia em vender as rifas de porta em porta mostrando os brindes. Elas recebiam o dinheiro para o almoço e a passagem de volta, para passar o dia lá. Cada cartela deixada tinha 60 raspadinhas, que valiam de dez centavos a dois reais e um brinde como uma bijuteria. Ao raspar um espaço daqueles de dois reais, o candidato pagava o valor raspado e escolhia uma lembrancinha como um colar ou anel, coisas deste gênero. Depois de trinta dias o encarregado passava para recolher o dinheiro e entregar o brinde à pessoa que vendeu a cartela, que seria um bicho de pelúcia ou uma colcha de casal. Ao fazer isso junto com ele uma vez, ela observou que as pessoas, em geral, sempre conseguiam vender as cartelas integralmente. Então, ela pensou: “este negócio tem futuro”. Certa vez ela presenciou um telefonema dele encomendando as cartelas em São Paulo e percebeu de onde ele comprava as cartelas.

Nesse ínterim, o irmão dela fica desempregado e ela propõe a ele de iniciar o mesmo tipo de negócio com ela, já que agora ela conhecia as estratégias. Telefonaram para São Paulo, encomendaram as cartelas, foram na *Feira da Sulanca* de Caruaru e compraram os brindes com o dinheiro que o irmão havia conseguido ao ser dispensado do trabalho.

Iniciaram, assim, o mesmo tipo de negócio numa parceria familiar, que continua até hoje. Depois de alguns anos no Recife, esse negócio ficou saturado pela concorrência sem escrúpulos. Eles tiveram que retornar à casa paterna, pois já não dispunham de meios para o aluguel no Recife.

Ao voltar, os pais já moravam na zona urbana de Agrestina e não mais no *sítio*. Decidiram continuar o mesmo negócio na região, até então desconhecido. Como eles não tinham dinheiro para encomendar as cartelas, usaram a criatividade. Compraram folha de compensado e inventaram a “furadinha”, consistindo numa cartela com 60 buracos no compensado com um papel colado ao fundo que eles coloriam os buracos com três cores e depois fechavam. A pessoa escolhia o buraco e furava. Exemplo: cor vermelha, brincos diversos à escolha. Cada furo valia dois reais e um brinde. Em cada cartela eles deixavam dois buracos grátis. No início da semana ela ia para a rodoviária de Agrestina e pegava o primeiro transporte que tivesse saindo e passava a semana percorrendo as cidades, vilas e povoados da região e se hospedando nas pousadas. Os brindes para as pessoas que ficavam com as cartelas para vender continuaram sendo os bichos de pelúcia. Desta feita, ela comprava em Caruaru o material para confeccionar os bichos e entregava a uma costureira em Agrestina. Ao fazer isso, ela constatou a reclamação recorrente dos seus fornecedores de bicho de pelúcia quando ela vinha do Recife comprar o produto acabado na *Feira da Sulanca* de Caruaru. Eles alegavam ter dificuldade com a matéria-prima, pois só havia um fornecedor em Caruaru, que cobrava caro e não facilitava.

Então, junto com o irmão, eles começaram a encomendar a matéria-prima de São Paulo, cortar e vender os pedaços já cortados no dia da *Feira da Sulanca* em Caruaru. Como eles já conheciam as pessoas que fabricavam os bichos de pelúcia em casa, não foi difícil estabelecer a clientela. Começaram no chão da *feira*, passaram para um banco e depois alugaram um espaço e fizeram uma lojinha e agora se constituem no maior fornecedor desse material na região. O segredo do sucesso deles foi baseado na lógica da confiança e do “conhecimento”. Ela mantém um tipo de carnê com seus clientes “conhecidos”, onde anota os pedidos, eles podem levar o material e pagar depois. Este tipo racionalidade está inserido no contexto dos costumes do *sítio* – “vender na folha”.

Outra estratégia popular entre seus clientes é a troca dos bichos de pelúcia, que eles fabricam, por matéria-prima, caracterizando o escambo praticado pelos moradores dos *sítios* nas *feiras* quando das trocas de produtos primários produzidos por eles. Ela aceita

o produto deles como moeda, troca pela mercadoria da loja, coloca os bichos de pelúcia para vender no pátio da loja em dia de *Feira da Sulanca*, repõe o dinheiro correspondente à mercadoria e fica com o lucro. Portanto, constatamos nesta história a centralidade da *família*, do recurso da *feira* como estratégia incorporada ao cotidiano da luta pela sobrevivência na região e a lógica socioeconômica do *sítio*, com as relações pessoais se cruzando com as relações econômicas e com os contratos baseados em relações de confiança, agora reproduzidos nos negócios.

O *sítio* familiar ainda existe e um dos três irmãos mora lá e mantém a propriedade da família.

3.6. Síntese dos *costumes* em comum do Agreste pernambucano que concorreram para a emergência da *Feira da Sulanca*.

Neste capítulo analisamos os componentes *costumeiros* que compõem os pilares de sustentação do fenômeno produtivo comercial denominado *Feira da Sulanca*, o qual se instituiu no Agreste de Pernambuco a partir dos anos 1950. Demonstramos que o referido aglomerado tem como base os *costumes* de origem rural daquela região – o *sítio* como unidade produtiva e espaço para a organização produtiva familiar e domiciliar e a *feira* como espaço para as práticas socioeconômicas e culturais desses *agentes sociais*.

Consideramos que a prática das *feiras livres* como *costume* da região agrestina concorreu para a instituição e difusão do setor de roupas improvisadas que ficaram conhecidas como *sulanca*. Essa produção artesanal domiciliar feita pela família, provavelmente não teria se instituído não fossem os *recursos costumeiros* agrestinos. Esses *costumes* possibilitaram o estabelecimento de *redes sociais* de *parentesco* e *amizades* a nível nacional, transformando simples *retalhos* descartados em *mercadoria* e conseqüentemente em complementação de renda do *sítio*. Essa nova atividade com *retalhos* e costura foi uma estratégia de sucesso para driblar as dificuldades causadas pelas estiagens, possibilitando, assim, a *reprodução social* da família rural.

No entender de Thompson (1991, p. 18), esses ofícios que não têm um aprendizado formal, como a transmissão dessas técnicas particulares, são *transmissões de experiências*

sociais ou da *sabedoria comum da coletividade*. “E a educação formal, esse motor da aceleração (e do distanciamento) cultural, ainda não se interpôs de forma significativa nesse processo de transmissão de geração para geração.” Conforme o autor, os *costumes* são *práticas* e *normas* que se *reproduzem* lentamente ao longo das *gerações* e as *tradições* se perpetuam pela *transmissão oral*.

No quarto capítulo abordaremos a percepção dos protagonistas sobre a “saga” *sulanca* através das suas histórias de vida, seguidas de nossas análises.

CAPÍTULO IV

A Feira da Sulanca na percepção de seus protagonistas

No primeiro capítulo cobrimos a parte teórica referente à nossa hipótese, elencando as Teorias do *desenvolvimento* que surgiram na cena sociológica do pós-guerra como também a literatura referente aos conceitos de *Marginalidade* e *Informalidade* analisando-os à luz do cenário desenvolvimentista no contexto do *Fordismo Periférico* entre os anos 1950 e 1970.

No segundo capítulo apresentamos o cenário mais amplo no qual se deu a instituição da *Feira da Sulanca*, no âmbito do quadro político e econômico desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960, o qual usou a mão de obra *nordestina* como *exército industrial de reserva* para a implantação do projeto de industrialização e urbanização no Brasil, desenhando assim uma *divisão nacional do trabalho* que se ancorou na produção de desigualdades regionais, como parte de um movimento de *acumulação* dependente do capitalismo central.

No terceiro capítulo tratamos dos *costumes* da Mesorregião do Agreste de Pernambuco, os quais, acreditamos, formaram o tripé de base local que favoreceram a instituição da *Feira da Sulanca*: a *migração* por razões climáticas e para complementação da renda do *sítio*; o trabalho familiar no *sítio* e; as práticas das *feiras livres*.

Neste capítulo trataremos da percepção dos protagonistas da *Sulanca*, a partir dos seus depoimentos, de suas histórias de vida, a respeito do que vivenciaram no processo de instituição da *Sulanca*. Nesse momento, os elementos antes apresentados em partes aqui se apresentam como assim se fizeram no construto social histórico, como elementos articulados.

4.1. O Ponto de Mutação da “saga” *sulanca*

1. *Essa tatuzinha ainda funciona e tem no mínimo uns 150 anos*

Eu nasci no sítio Garrote, município de Brejo, em 1938. Então eu vivi lá até a idade de 3, 4 anos. Meu pai trabalhava na agricultura. Depois nós mudou pra Paulista, a terra dos Lundgren, naquela época dos coronéis. Já tinha duas fábricas de tecido. Minha mãe teve 11 filhos, criou-se 9, quando nós mudou pra Paulista pra trabalhar naquela fábrica

dos Lundgren, meu pai e minhas irmãs foram trabalhar na tecelagem e na fiação. Ele não vendeu o sítio, ficou a casa lá sem ninguém. E lá foi aquelas moça tudo trabalhar naquelas fábrica, enquanto tudo em casa, tudo bem, 6 pessoa trabalhava pra manutenção da casa. Aí depois foram casando, ficou somente umas três pessoas em casa, que não trabalhavam na fábrica, aí não dava mais pra sobreviver lá. Nós morou 8 anos lá em Paulista, aí nós voltou novamente pra o sítio Garrote, aí nessa época foi trabalhar totalmente na agricultura pra sobreviver. Aí depois não deu mais pra sobreviver trabalhando na roça e aí meu pai mudou pra Santa Cruz. Foi quando ele vendeu esse sítio, fez uma casa em Santa Cruz e veio morar aqui. A profissão dele chamava marchante, matava criações, né? Bode, carneiro, boi. Eu era sapateiro naquela época e com 20 anos eu fui embora pra São Paulo. Fui trabalhar em calçado lá. Trabalhei um ano em São Paulo, aí meu cunhado era chefe de uma mecânica lá e ele me colocou na mecânica. Aí foi quando eu passei a aprender a profissão de mecânico. Ainda consegui registrar na minha carteira quatro profissões dentro da metalúrgica.

Eu trabalhava na Vila Maria e morava perto da Penha. Eu ia de bicicleta de lá pra Vila Maria. Quatro filhos, os três primeiros nasceram em São Paulo e a última nasceu aqui. Eu queria não era vir morar mais no Norte, eu não queria mais nunca vir m'imbora praqui, eu queria passear pelo menos, mas não tinha condição de vir passear. Aí um dia um homem arranjou uma passagem de graça pelo exército e eu vim passear com a família, a mulher e três filho. Quando eu cheguei aqui, tudo bem, fiz o passeio, aí voltei sozinho pra São Paulo, por que não podia pagar a passagem de volta e eles ficaram. Aí eu fiquei em São Paulo sem mulher, sem filho, só olhando, e, agora deu certo, eu perdi a mulher e três filho, não posso mais ir buscar. Como eu passei uns dias afastado, aí fiquei desempregado, mas eu tinha conseguido fazer uma casinha lá. Aí eu fiz como diz o matuto: "colocar fogo no rancho e sair de dento". Primeiro, eu comprei uns retalho fiado a um cidadão lá, pra vir vender em Santa Cruz e com o lucro voltar com a família pra São Paulo. Eu deixei empenhado, porque naquela época eu estudava música, eu tinha um saxofone aí deixei empenhado lá, pelos retalho. Peguei os pano dele e trouxe pra Santa Cruz. Cheguei aqui ninguém quis de graça, porque era um negócio que não dava pra região. Aí eu peguei aqueles pano, aí eu fui costurar eles em Santa Cruz, fazer calção, porque o preço não dava pra vender os pano aqui. Aí eu tive que confeccionar eles, fazer o que chamam de sulanca. Fazer aqueles calção de homem, emendado, fazer o que chamam coberta de retalho. Porque era umas tira grande daquele tecido daquela época

que chamava de percal. Naquela época eu botei 33 costureira dos sítio que costurava nas maquininha de pé. Elas ia pegar lá em casa e depois trazia as coberta, não era só dos sítio, era de Santa Cruz também. Os pedaço menor fazia coberta e os pedaço maior fazia calção de homem, emendava e fazia calção. Então quando eu desmanchei aquela mercadoria toda em sulanca, como se chamava, vendi a sulanca por aqui e o que foi que eu fiz: “agora eu vou voltar pra São Paulo”, sozinho, aí voltei. Voltei, mas não tinha o dinheiro todo e tive que convencer ao cidadão: “eu comecei a estudar música, mas é muito difícil”, porque ele tinha um filho que estudava música, “tem esse instrumento, serve pra o seu filho”, pra ele ficar com o saxofone e eu descontei na conta. Quando eu cheguei lá, agora eu já sei o que é que compro pra levar pra Santa Cruz. Aí cheguei pelo Brás, pegava resto de confecção, uns eu pagava, outros me davam, aqueles retalho de malha. Tinha uns pedaço de malha que ia pras máquina e virava bucha de limpeza. E comecei trazendo retalho de malha, mas deu zebra também, porque a malha, pra costurar, tem que ser em máquina overlock, não pode ser nas máquina que era antigamente, máquina comum, estoura a costura. Resultado: começou a dificuldade de eu trazer aquelas malha, umas eu ganhava, outras eu comprava. Agora eu vou fazer o seguinte: eu vou levar uma máquina semi-industrial, uma maquininha pequena pra Santa Cruz e vou costurar isso aí pra o pessoal ver, que quando o pessoal vê que realmente funciona pra costurar malha, aí vão me comprar meus retalho, pra formar uma freguesia com isso aí. Aí eu trouxe essa tatuzinha, então, eu trabalhando em casa, eu e minha mulher, aí vinha o pessoal, as mulher olhar como era que fazia e eu ensinava pra elas. Seis, sete, oito mulher olhando eu fazer aquilo e eu explicando, assim é melhor porque trabalhar com as malha dá mais lucro. Mas, a minha intenção na época não era vender máquina, era vender os retalho que eu trazia. A gente precisa ter muita precisão pra inventar alguma coisa. Aí começaram a comprar máquina aqui no Recife, naquela época era a Faf, a Juki e a Pan costura, era essas três firma que vendia máquina em Santa Cruz. Aí começou a inveja dessas três firma oferecendo dinheiro pra eu ficar representando aquela firma em Santa Cruz, que aquilo dava certo. Se eu já voltei de São Paulo pra não ser empregado, eu vou ser empregado de vocês aqui? Não quero, não. Eu vendo as máquina de vocês e não quero nada. Aí coloquei a Faf, a Pan costura e a Singer, o pessoal ia me perguntar quando ia comprar as máquina, que máquina é que eu compro. Aí, eu, “compre tal máquina”, até que começou os fabrico com máquina industrial. A mercadoria que eu fabricava eu vendia pra o povo revender na Bahia, os sulanqueiros, no caderno, na confiança. Ainda hoje eu uso. Nesse vai e vem pra São Paulo pra comprar

esses retalho, foi quando surgiu na rua São Caetano uma maquininha, aí eu comprei pra trazer e depois dessa máquina eu comecei a conhecer as firma que vendia máquina usada, aí eu fui numa, fui noutra. Aí já comprei outra máquina. Cada viagem que eu ia, eu comprava uma máquina pra mim, pra costurar em casa. Aí foi que começou a história de máquina em Santa Cruz.

O dono dessa maquininha lá em São Paulo, eles com a honestidade deles, disse: “o senhor vai levar essa máquina pra lá e quando essa máquina quebrar como é que o senhor vai fazer?” “Venho passar uma hora mais ou menos dentro da sua oficina aqui com os seu mecânico e eu quero só que ele me explique como é o funcionamento dessa máquina, e o resto deixe comigo”, porque eu trabalhava em mecânica, só que não era de máquina de costura, era de fabricar máquina, mas máquina pesada, eu trabalhava pelo desenho mecânico. Não era assim a olho, era pelo desenho. Aí eu tinha muita noção de mecânica e ainda tenho. Só que o resultado: ele não queria que eu trouxesse a máquina porque não ia ter quem desse a manutenção dela. Mas aí eu me virei e aí eu não tive dificuldade, não. Essa tatuzinha ainda funciona e tem no mínimo uns 150 anos, que eu já comprei usada. Depois tornou-se isso aí em uma oficina grande, eu tinha uma oficina grande, cheguei a trabalhar com 30, 40, 50 pessoa. Tinha uma firma de vender máquina e assim por diante. Eu tinha que vender a máquina e dar a garantia, eu tinha que ter a oficina. Sim, eu fabricava as peça dela também. Todas as peça de uma máquina, eu só não fabricava a agulha, mas o resto, fazia tudo, tinha o torno, plaina, tinha tudo isso. Até uma vez, naquela época da SUDENE, fiz um projeto, quem conseguisse um projeto na SUDENE era um milagre, passava 10, 15 anos pra ser aprovado. O meu com três mese foi aprovado, porque eu queria fabricar peça. Eu passei uns dez ano no ramo de pano, depois passei pra o ramo de máquina. Esse projeto da SUDENE era pra trabalhar com umas 300 pessoas, pra fabricar peças. Aí eu comecei a ter umas intuição pra não assinar mais, porque eu achei que com aquilo ali eu ia causar um dermantelo muito grande pra os filho. Porque ia ficar muito rico e a riqueza subia pra cabeça, não pra minha, pra dos filho e eles iam brigar e pra não brigar, pra não haver isso, aí eu não assinei mais. Aí eu rasguei o projeto e joguei na lata do lixo, não fiz mais. Era pra lidar com muita coisa, com muita riqueza. Então, isso aí, eu tinha certeza que no futuro eu ia ficar sozinho. Não é todo mundo que faz isso, não, quando chega na parte do dinheiro, aí ele sobe pra cabeça. Aí eu continuei com a loja. A maioria das máquina agora é tudo chinesa.

Eu fui pra São Paulo em 58 e voltei com a família em 68. Eu passei 12 dia na viagem em cima dum caminhão carregado de cebola. As estrada de terra, ainda era no tempo que todo motorista andava com ajudante em cima da carga, chegava na ladeira, o carro falhando, “bota o cepo”, aí o ajudante descia pra botar o cepo, um negócio de madeira, pra escorar o pneu pra poder o carro parar, pra não descer. Naquela época podia andar em cima da carga. O caminhão saiu daqui foi carregar em Cabrobó, mas passou três dia na beira do rio São Francisco esperando a carga do caminhão. E era eu e dois colega, os outro dois amigo meu ia pro Rio, quando chegou lá na avenida Brasil, ele disse: “aqui eu vou soltar vocês, vocês se vira”. Ele deixou a gente na Avenida Brasil, no Rio de Janeiro pra a gente procurar os endereço. Eu tinha um irmão lá, que dois dele vive no Rio e ele morava na Vila Militar. Aí eu fui pra onde esse meu irmão morava, uma pensão. Ele no exército, aí eu disse: “vou servir ao exército também, é a sobrevivência”. Aí depois de uns 8 dia que eu tava lá, meu irmão disse: “não dá pra tu ficar aqui, não”. Ele todo dia ia embora pro quartel e eu ficava sozinho lá. Aí ele me mandou pra casa do cunhado dele em São Paulo. Aí foi quando eu peguei o trem e fui pra São Paulo, pra casa dessa irmã minha. Aí cheguei lá, botei logo uma plaquinha de “Conserta-se sapato” na casa dela, que não podia, mas eu disse: “mas eu boto, porque eu quero é trabalhar”. Aí comecei consertando uns calçado, aí depois ele arranjou uma vaga pra mim, aí foi quando eu ingressei na mecânica, pra fabricar prensa hidráulica, fabricava prensa pra Pirelli, pra Orion.

2. O relato valida nosso estudo sobre o movimento migratório da família do *sítio* com intuito de complementação da renda familiar e mostra que já nos anos 1940 havia uma indústria têxtil florescente no Recife e já havia também uma *migração* de trabalhadores do Agreste para essa indústria. De volta, mais tarde, a *reprodução social* não foi mais possível no *sítio* e eles mudaram para a “zona urbana”. Não obstante, devemos ressaltar que a emancipação política de Santa Cruz do Capibaribe só se deu em 1953, até então, se tratava de um distrito rural de Taquaritinga do Norte. Portanto, durante a década de 1950, a recente cidade de Santa Cruz do Capibaribe certamente reproduzia ainda os *costumes* de uma comunidade rural.

Consideramos a década de 1960 como o *turning point* (“ponto de mutação”) da *sulanca*. As *costureiras* dos *sítios* aproveitavam, *a priori*, os *retalhos* de tecido de algodão rústicos,

sem tecnologia sofisticada, que vinham das fábricas do Recife, os quais podiam ser costurados pelas máquinas manuais domésticas chamadas de “pé duro”. Os *retalhos* que começaram a vir do Sul eram de malha, e demandava uma costura mais cuidadosa, com acabamento para não desfiar a malha e essas máquinas semi-industriais eram elétricas. Na década de 1960, só havia eletricidade nas ruas centrais da cidade, fornecida por um motor. Na segunda metade da década de 1960 foi instalada a eletrificação fornecida por Paulo Afonso, a qual representou um grande avanço na época. No entanto, a eletrificação também era limitada às ruas centrais, os *sítios* continuaram sem eletrificação rural.

Acreditamos ser este fato a causa mais importante da *desruralização* na época. As *costureiras* dos *sítios*, para aproveitar as toneladas de *retalhos* que estavam sendo trazidos de São Paulo, eram obrigadas a se deslocarem para a sede do município e comprar uma máquina *over lock*, como a *tatuzinha* ilustrada nas figuras 43/44. Foi por isso que o nosso entrevistado trouxe a *tatuzinha* já antiga e usada (fato comum nas economias periféricas), sendo necessário empenhar seu saxofone para tal compra. Este é outro *costume* muito corrente na cultura do *sítio*: “negociar” os objetos que possuem.

Para vender seus *retalhos* de malha, ele percebeu que seria necessário ensinar as *costureiras* como utilizar as máquinas elétricas semi-industriais. Como ele tinha aprendido o ofício de metalúrgico em São Paulo, aprendeu com facilidade a mecânica das máquinas e foi naturalmente se encaminhando em direção ao negócio de venda e manutenção de máquinas e acessórios. Acreditamos que, nesse momento, a produção de *sulanca* passou de *artesanal doméstica e rural* para *semi-industrial* “urbana”. Campelo (1983, p. 112) comenta: “ao ingressarem na economia urbana propriamente dita, passam a adquirir outros tipos de máquinas e a ampliar a sua clientela de forma mais significativa”.

Portanto, o *Ponto de Mutação* da “saga” *sulanca* teve um componente tecnológico importante. A tecnologia das máquinas domésticas das *costureiras* na década de 1960 não acompanhava a tecnologia dos *retalhos* de tecido vindos de São Paulo, para aproveitá-los tiveram que adquirir uma máquina semi-industrial *overlock*. O relato também confirma as *redes de parentesco e amizade*, entre *migrantes nordestinos*, já formadas no centro industrial do eixo Rio/São Paulo em 1958. Também confirma o desejo de não ter patrão do entrevistado.

Os fios que tecem os nexos entre a industrialização centrada em São Paulo e a instituição da *sulanca*, por meio de depoimentos como esse, mostra-se com toda sua complexidade. Tanto fica evidenciada a existência desses nexos (fator de atração das *migrações nordestinas* para o Sudeste); pressões exercidas pela evolução técnica das matérias-primas, “retalhos” em malha, produzidos em São Paulo, sobre os *pioneiros* de *sulanca*; encontro entre a oferta de máquinas semi-industriais, a partir dos centros industriais do país, e a demanda por esses equipamentos no território da *sulanca*. Assim como fica evidenciado que tais nexos são tênues e, sobretudo, dependem da iniciativa das populações *marginais* da região para garantir sua *reprodução social*. O depoimento revela também que os recursos financeiros liberados pela SUDENE, raramente extrapolavam a área da região metropolitana do Recife, mais especificamente o distrito industrial do município do Cabo, na região do Grande Recife, para onde convergiam tais investimentos, o qual foi criado especialmente como parte integrante do Plano *desenvolvimentista* daquela instituição. O entrevistado deixa claro que os recursos da SUDENE dificilmente eram interiorizados. O seu projeto talvez tenha chamado a atenção por integrar a produção de peças semi-industriais, sendo por este motivo agraciado. Porém, não foi levado adiante, deixando-os ainda mais dependentes da tecnologia exógena.



Figuras 43 e 44: A *tatuzinha*: primeira máquina elétrica semi-industrial que chegou à Santa Cruz em 1968 pelas mãos de Mauro Feitosa.

3. A gente vendia tanta máquina nos ano 70 que tinha até lista de espera

Teve aqui um gerente do Banco do Brasil em 71, alavancou a economia daqui, nesse sentido, seu Barroso, ele abriu pra vender máquina. Ele chegou na loja e disse: “venda máquina pra todo mundo que o banco paga”, aí isso cresceu de um momento pra outro. A feira mesmo da rua Siqueira só começou mesmo na década de 70. Em 77 a feira tava praticamente começando, era em quatro a cinco rua somente. A expansão mesmo foi na década de 80, que aí começou também em Caruaru.

A energia de Paulo Afonso só chegou em Santa Cruz em meados de 60 em algumas ruas. Até então Santa Cruz tinha um motor que produzia energia para as ruas do centro. Não tinha energia nos sítio, as costureira costurava com máquina doméstica, pé duro.

Anágua era uma saia de baixo que as mulheres usavam e era a coisa mais simples de fazer porque pegava um pedaço de tecido, três ou quatro pedaço de tecido laquê, esse tecido já era daqui mesmo de Pernambuco das fábrica do Recife, do cotonifício da Torre, da Macaxeira, que um senhor trazia pra aqui pra Santa Cruz. Era um tecido brilhoso, aí fazia a anágua com aquilo ali, e o pessoal aqui não tinha muito acesso naquela época, como tem hoje, a elástico. Eles faziam o seguinte: tem uma rua por trás aqui em Santa Cruz que eles chamavam rua do Arame. Mas por quê o nome rua do Arame? Porque eles pegavam aquela virola de pneu, todo pneu tem uma virola de proteção que tem um aramezinho fino. Eles botavam fogo naquilo ali pra tirar uma liga que tem dentro, que era pra botar justamente nessas anágua e nos calçãozinho, era uma liga preta.

A gente vendia tanta máquina nos ano 70 que tinha até lista de espera. O gerente do banco mandava o povo comprar que o banco financiava. Nem precisava de cadastro, era tudo na base da confiança. Só precisava do cadastro da loja.

Eu pegava as peças nas costureira e elas colocava num caderno e às vezes nem colocava, ia 100 peça, gravava que era 100 e ficava. Por exemplo, 100 blusinhas, aí eu ia vender na Mata Sul: Barreiros, Cucaú. A gente saía daqui na sexta-feira, no sábado de manhã a gente tava em Palmares, no domingo a gente tava em Cucaú, aí ia embora, quando era na terça-feira ia pagar. Eu levava as peça, vendia, aí vamo dizer que eu levava 100 blusas, aí eu só vendia 30, aí eu tinha 70, aí eu dizia:” eu vou lhe pagar as 30 e as 70 a senhora quer de volta?” “Não, fique, na próxima semana você leva de novo”, certo? Ela

achava melhor trabalhar dessa forma com as pessoas. Toda feira da Zona da Mata é no domingo, tanto a Zona da Mata de Pernambuco como a de Alagoas e até de Sergipe. E começa às cinco e meio, seis horas e termina, nove hora já não tem mais nada. Por quê? Porque é o tempo que a usina tá moendo, porque tem a época, que é agora em setembro que a usina para, né isso? Mas na época que a usina tá moendo, que é de março a setembro, o pessoal só tem o domingo pra passar no barracão acertar tudo, fazer a feira. Já numa cidade maior como Palmares, aí tem feira na quarta, na quinta, mas nas cidades menores é tudo no domingo. Naquela época da década de 60, 70, 80, quando eu chegava nas feira da Mata Sul, como aqui no Agreste: Garanhuns, Bom Conselho, essa região, chegava tinha um ou dois vendendo sulanca, hoje não, quando você chega tem uma feira da sulanca, com 20, 30. Na década de 80 quando a gente tinha 80 ônibus aqui pra comprar na feira de Santa Cruz era um sucesso. A gente fazia umas sainha de mesclinha, os compradores da Bahia brigavam pra comprar. Era pouca oferta pra muita demanda e hoje é o contrário. Isso tudo sem nenhum incentivo do governo e até hoje é assim. Até hoje não tem agência do Banco do Nordeste aqui, só em Caruaru e mesmo assim não tem autonomia, pra você tirar um empréstimo depende de Fortaleza. A aprovação tem que ser pela gerência de Fortaleza.

4. *As relações de confiança se estendiam mesmo ao setor bancário. O gerente do banco confiava na indicação das pessoas que o dono da loja lhe enviava para tirar o empréstimo e comprar a máquina na sua loja. Na realidade, o dono da loja funcionava como avalista de todos os seus clientes. Dessa forma, o gerente dispensava o cadastro do candidato, mas, na verdade, o comprador ficava dependente do critério do dono da loja, ou seja, o controle sobre o acesso ao financiamento sendo dele. Campelo (1983, p. 103) argumenta que “a dificuldade de acesso ao sistema de crédito formal pela falta de garantias reais se assemelha às categorias do setor primário – parceiro, arrendatário, ficando à margem dos benefícios que o sistema formal pode proporcionar”. Interessante notar, com isso, que os procedimentos capitalistas (neste caso, bancários) e de referência desenvolvimentista (o que explica a ação do Banco do Brasil na região) precisou se adaptar aos *costumes locais* (fortemente referenciados nas relações pessoalizadas, baseadas na confiança e na informalidade).*

Confirmamos também que a *feira* como instituição independente da *feira livre tradicional* só aconteceu no fim da década de 1970. Antes disso o escoamento do produto *sulanca* era feito principalmente pelos *sulanqueiros*, feirantes *itinerantes*, os quais faziam o circuito das *feiras* em vários estados, validando assim a existência da categoria *sulanqueiro* nos primórdios da instituição. Verificamos, da mesma forma, que a energia de Paulo Afonso só começou a ser distribuída em Santa Cruz do Capibaribe no fim da década de 1960, quando só então passou a ser possível a instalação de máquinas semi-industriais na sede do município.

Observamos que o circuito de *feiras* da Zona da Mata obedecia ao sistema de moagem da monocultura canavieira, onde o cortador de cana só tinha o domingo para *fazer feira*, circuito diferenciado do Agreste, o qual tinha atividades agropastoris mais “livres” e diversificadas.



Figura 45: Foto da “típica” *costureira* a domicílio da região agrestina.

Fonte: Arquivos do Professor Arnaldo Vitorino

5. Graças a Deus não precisou eu exercer a profissão de professora

Meus avós moravam no sítio Minguaiú, depois vieram morar na Barrinha. Tiveram 13 filhos e ali minha vó começou a costurar naquela maquinazinha que era na mão. E ali eu fui vendo ela costurando, eu era pequena, e a gente foi aprendendo, com a minha vó, depois da minha vó, passou pra minha mãe. A gente começou a trabalhar pras outras pessoas, não era pra gente, no salão das outras pessoas. E, começemo aprender a costurar, são 7 filhos, foi uma vida assim muito difícil, porque a gente não tinha outra renda, era só o trabalho mesmo, nas máquina e graças a Deus foi uma história pras nossas vida que foi melhor do que uma escola. Porque quando a gente estudava, a professora dizia assim: “Minha gente, vamo estudar, vamo estudar, porque a sulanca em Santa Cruz daqui a 10, 15 anos, a sulanca não vai existir mais”. E, ali eu tinha muito medo porque era de quê a gente vivia, e um dia a professora me chamou e disse assim: “Incentive suas irmã, seus irmão estudar, porque em breve aqui quem não estudar não vai poder trabalhar, tem que ter os estudo”. E eu me esforçava muito, trabalhava durante o dia e à noite eu estudava, me formei pra professora, mas, graças a Deus, não precisou eu exercer a profissão como professora. Porque eu comecei a trabalhar, trabalhava pra os outro durante o dia e a primeira máquina que eu comprei foi a Mauro Feitosa – comprei uma 21 e minha mãe comprou uma overlock e a gente trabalhava durante o dia pra os outro e de noite fazia serão pra gente. E foi ali que a gente começou, e começou botando na feira de pouquinho, de pouquinho, manhecia o dia na feira, vendendo aquela mercadoriazinha pouca, mas, foi tendo o acréscimo, cada mês foi aumentando, foi aumentando e a minha mãe botou fabrico em casa e a gente deixamos de trabalhar pra os outros e começemo a trabalhar pra minha mãe e da minha mãe a gente foi cada um botando seu próprio fabrico e casou todos 7. Hoje em Santa Cruz todos 7 tem fabrico, todos 7 são casado, tudinho vive bem e graças a sulanca de Santa Cruz. Já faz mais de 30 ano que a gente vive nessa luta e a sulanca só tem aumentado, não foi como as professora dizia, que ia acabar, que ia acabar. Eu aconselho a todo mundo que estude, mas também trabalhe, porque a nossa história em Santa Cruz, todo mundo conhece a nossa família, que foi tudo, tudo da sulanca, como era chamado, hoje é confecções, que graças a Deus é umas confecções boa, num faz vergonha pra qualquer país, pra qualquer loja, mas, eu aconselho a todo mundo, principalmente pra quem trabalha comigo aqui no salão: “hoje vocês trabalham pra mim, mas, em breve cada um vai ter o seu fabrico”.

Meus dois filhos ajudam no fabrico. Meu filho se formou pra administração de empresas, mas não exerce, só me ajuda. Todo mundo é moda praia, eu aprendi a fazer biquíni pra os outro, e foi onde Deus abriu a porta. Aí comecei fazendo de pouquinho em casa, aí deu certo, a família toda é tudo moda praia. Eu recebo encomenda de outros estado, já tenho os clientes certo. A gente vende mais pra o Rio e Minas Gerais, é os dois estado que eu vendo mais. É assim: eu mando o mostruário pelo correio, ou pela internet, aí eles me diz qual a mercadoria que quer, aí faz a encomenda, passa o pedido e eu mando a mercadoria pela transportadora. É uma transportadora de Caruaru, faz muito tempo. A gente só começa a mandar a partir do mês de setembro, quando esquentar. Agora a gente tá só estocando, só estocando. A partir de setembro é que a gente começa a mandar, só no verão até no carnaval. Aí depois do carnaval não vende mais nada. Eu não boto em loja nem boto em Box só faço pronta entrega, só pra fora. Nem vendedor aqui eu não tenho. Eu vendo direto pra os clientes. Sempre eu compro um biquíni, eu passo numa loja, vejo um biquíni, aí eu compro o biquíni, em Fortaleza, Caruaru, ou às vezes o cliente traz. Tem um cliente de Minas que ele sempre vai pras rodada de negócio, aí ele traz um bocado pra eu escolher um modelo pra fazer pra ele, sempre é assim. E quem tira a moda é eu mesmo. Os clientes me ajuda muito. São seis meses sem vender. Aí tem que fazer uma reservinha pra trevessar esses mese que eu não vendo, pra dar tudo certo, contador, são tudo fichado, tudo organizado.

Há mais de trinta anos atrás, nesse tempo não tinha escola não, a gente aprendeu tudo de mãe pra filha. Quando não tinha energia era na mão, aí depois foi aquela da correia, que era no pé, aí depois vovô botou energia na fazenda, aí ela comprou de motozinho, aquele motozinho de carvão, que a gente apertava um negocinho assim que tinha dento que a gente chamava de carvão, não era carvão de lenha não, a gente apertava e a máquina rodava. Era no pé, já era na energia, isso aí já era chique. Aí a primeira máquina que a gente comprou foi uma overlock, depois foi uma 21, que era zigue-zague. Graças a Deus, até hoje, já tá na quarta geração. Meus sobrinhos já têm as fábrica deles. Deus abençoando, a gente só tem que agradecer. Assim, foi uma fase muito difícil que mamãe passou pra criar a gente, muito difícil mesmo. Era mais difícil porque era no sítio, não tinha energia, não tinha nada. Não tinha fogão de gás, era tudo na lenha. Vovô e vovó teve os 12 lá no sítio e depois vieram morar na Fazenda Barrinha, tudo solteiro. Você sabe onde é a Barrinha? De frente do Moda Center. A gente vinha de pés pra trabalhar aqui na rua, era uns 40 minutos ou mais. A gente alugou uma casa na rua

professora Olindina e a gente veio morar aqui na cidade. Aí quando a gente veio morar aqui, melhorou mais. A Barrinha hoje é um loteamento, tá aqui dentro da rua. Eu tenho um apartamento no Recife, em Boa Viagem, e minha irmã, ela tem um também, perto do Shopping. Sempre final de semana a gente vai. Quando vai viajar fica lá, pra não viajar de madrugada. Um empresta a chave à outra e vai passando assim.

Eu compro direto da fábrica. A gente começou a comprar nos armazém aqui, de pouquinho, mas graças a Deus, a gente compra direto da fábrica porque compra num preço bem melhor. Todo mês os representante passam pra saber o que é que a gente tá precisando. Tem uns que é do Recife, tem uns que é de João Pessoa, aí visita por aqui, Toritama, Caruaru. Tem os armazém que eles compram direto da fábrica faz mais de 50 anos e vende no armazém de tecidos. Você tem que comprar no armazém pra depois o armazém informar na fábrica, passar a informação do cliente para a fábrica – não é fácil, não. Tem que ser tudo assim: a fábrica entra em contato com o armazém pra saber quanto tempo faz, se é bom pagador, aí libera. Eu já fui visitar as fábrica. Não tem mais nada no Brás, é longe, muito organizada e grande, eu gostei muito. Tem que ter confiança, quando chega lá tem um carro disponível, passa o dia lá. A fábrica manda o catálogo com os lançamento e a gente escolhe. Meu irmão, como ele tem muita facção, ele manda fazer as estampas exclusivamente pra ele. Ele tem a fábrica dele, só que a fábrica dele não tava dando conta, aí ele contratou facção fora. Ele tem uma estilista pra fazer os modelo, ela que toma conta de cada facção. Ele vende pra todos os lugar. Tem loja, vende em Caruaru, tem representante, vende pra o Brasil todo. Ele tem 7 loja. Deus abençoou, mas eu amanhecia o dia...

6. A entrevistada pertence à rede de trabalho dos “irmãos” evangélicos, a qual invoca Deus recorrentemente. De acordo com Maria José Carneiro (2006, p. 116), na sua etnografia das confecções de *lingerie* na zona rural de Nova Friburgo, essa preferência por funcionários evangélicos funciona também como “um mecanismo de aumentar a segurança no controle sobre o processo produtivo: evitar o roubo de feitiços exclusivos e garantir a manutenção do sigilo sobre a figura do ‘comprador’”. Na nossa observação, no caso de Santa Cruz do Capibaribe, é mais um recurso estratégico de “aumentar a família”, já que atualmente as mulheres não possuem uma prole numerosa como outrora no *sítio*, a qual garantia a mão de obra domiciliar. Portanto, uma maneira de arregimentar novos

membros para o trabalho domiciliar e substituir, assim, a família nuclear, é a de convocar e adotar os “irmãos de fé” para garantir a *reprodução social* da unidade produtiva familiar. Tomemos como exemplo a família ascendente da entrevistada: sua avó teve treze filhos, mão de obra abundante para o trabalho familiar do *sítio*; sua mãe teve sete filhos, uma prole também generosa para dar conta do trabalho no domicílio familiar na produção de *sulanca*; a entrevistada, no entanto, só teve dois filhos, número insuficiente ao trabalho familiar domiciliar.

Verificamos também que a falta de energia elétrica no *sítio* era um obstáculo à produtividade e que a energia rural tinha de ser providenciada pelo proprietário da terra, diferentemente da zona urbana que fazia parte da rede pública. Dessa forma, era menos oneroso se mudar para a sede do município do que instalar a eletrificação rural.

Observamos que o sistema de crédito para compra de matéria-prima segue um critério de controle exercido pelos donos dos armazéns de Santa Cruz pertencentes ao grupo dos *pioneiros nativos*, os quais iniciaram a *sulanca* e até os dias atuais conservam uma posição estratégica na cadeia produtiva e rede de poderes locais. Igualmente observamos a preferência da entrevistada pelo trabalho na *sulanca* como valor de mais prosperidade, poder e distinção do que um trabalho fruto da qualificação formal. A relação entre a atividade da *sulanca* e a educação tem sido um problema de difícil superação, conforme foi observado por Sandra Alves Silva (2009), na sua dissertação de mestrado *A juventude na “Sulanca”: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte, Pernambuco*. A falta de correspondência entre os ganhos propiciados pelas atividades de confecções e o grau de escolaridade tem sido um fator de desestímulo ao ingresso e permanência dos jovens na escola, concorrendo assim para a persistência dos baixos níveis de escolarização da região. Por outro lado, o saber necessário à reprodução e desenvolvimento das atividades na *sulanca* tem sido socializado mais pelas vias informais, familiares, de aprendizagem prática, do que pela via formal, escolar. A “modernização” dos processos de produção e comércio dos produtos da *sulanca* (leia-se: processo de inserção e conversão aos mercados capitalistas) tem encontrado aí um dos seus principais limites.

Outro ponto importante a observar são as instalações: o *fabrico* que outrora era instalado num cômodo da casa, como mostra a figura 46, agora tem seu funcionamento em um salão com instalações modernas. A casa simples conjugada, de porta e janela, se

transformou num prédio de dois andares. A parte térrea foi destinada ao *fabrico*⁸, com um portão de metal na entrada, portão usado atualmente nas casas para as garagens com controle remoto, portanto, o transeunte não observa a existência de uma pequena fábrica por trás do portão. Os dois andares superiores são dedicados ao domicílio da família. O salão térreo segue o modelo de uma pequena fábrica com máquinas modernas e pessoal devidamente equipado. Dessa forma, a produção continua no domicílio, porém, seguindo as regras da racionalização formal de um negócio.

Muito além da ostentação social, como evidência da mobilidade vertical, o apartamento no Recife funciona também como uma estratégia na logística dos negócios, uma vez que a região agrestina não dispõe de voos para São Paulo. O deslocamento e os horários de voo são por vezes inconvenientes e demandam uma base em Recife. A localização perto do shopping Ihes permite ficar próximos ao aeroporto e ao mesmo tempo do centro de compras onde eles podem acompanhar as tendências da moda.

O que aqui estamos indicando como um “ponto de mutação” na trajetória da instituição da *sulanca*, conforme evidenciam os depoimentos aqui apresentados, sugere ao mesmo tempo, de um lado, um passo adiante na interação entre a *sulanca* e os mercados capitalistas e, de outro, o caráter ora tênue, ora tortuoso, ora adaptado dessa interseção (por imposição das condições produzidas pela força dos *costumes* locais).

⁸ De acordo com Wecisley do Espírito Santo (2012) do Museu Nacional, *fabrico*, no contexto do Agreste pernambucano é um termo polissêmico e seu significado preciso só pode ser definido contextualmente.



Figura 46: Foto de um *fabrigo* “típico” de Santa Cruz do Capibaribe.

Fonte: Arquivos do Professor Arnaldo Vitorino

4.2. A *sulanca* e a emergência de uma *pequena burguesia sulanqueira*

7. Antes era a Capital da Sulanca e agora é a Capital das Confeccões

Eu nasci no dia 12 de setembro de 81 em Caruaru. Eu nasci lá por conta que a maternidade era pelo INSS, que era o único plano de saúde que tinha, nera? Eu fui criada aqui em Santa Cruz pela minha mãe. Eu já vim a conhecer meu pai eu já tinha 8 anos. Só conhecia por telefone, nunca tinha visto ele. Um dia eu tava na calçada e a moça que trabalhava aqui em casa disse: “ó, aquilo é teu pai”. Ele morava no Rio... com dois anos de convivência com a gente ele chegou a falecer.

Com 14 anos eu comecei a trabalhar num supermercado. O pior emprego que eu já tive, patrão muito ruim. Depois, comecei a trabalhar na confecção pra ajudar ela. Aí, tinha um pessoal de Rio Branco que é amigo da gente que já fazem 33 anos que eles vêm pra

cá, compram confecção e leva de volta, pra revender lá. E eles precisavam de um amigo que tomasse conta, de embalar, de receber a mercadoria, de comprar. Aí, como havia essa amizade de mainha com eles, eles disseram: “já que é pra ajudar, vamo ajudar os de casa”. Eu tava grávida com 17 anos, aí fiquei trabalhando com eles. Aí, o que é que eu faço: eu vou pra feira comprar a mercadoria que eles pedem, boto no caminhão pra Rio Branco e lá eles vendem. Isso dá o nome de representação, que chama corretor de confecção. Mas, eu acho que corretor cabe mais pra aquele que tá vendendo aqui. Aí, vem um pessoal vender aqui, sabe o dia que eles vem e pega várias peças e trás pra eles comprar. Aí, o pessoal de Rio Branco dizem o que eles querem e dão um prazo pra eles fabricar e entregar. Eles encomendam e vão embora, como eles têm loja eles não podem ficar aqui muito tempo esperando. Eles ficam uns dois dias comprando e vão embora. As pessoas vêm à procura deles com o mostruário: “Qual o modelo de calcinha que a senhora tem?” Aí, eles trabalham em cima daqueles pedido – 2 mil peças, 5 mil peças, pra eles fabricar até aquela data que eles mandam. Aí, eles me entregam, eu confiro, ensaco, faço os volumes de mercadoria grande, os fardos, mais de 150 kg o volume. Aí, eu mando, todo sábado sai um caminhão daqui direto pra Rio Branco. Gasta de 15 a 20 dias pra chegar, tem que pegar a balsa em Porto Velho por causa do rio. Tem um homem que tem uma transportadora pra aquela região Norte. Eles passam cedinho coletando, tem muita gente que trabalha com isso. Lá em Rio Branco faz divisa com a Bolívia, quando você chega lá na Bolívia o que não falta é confecção de Santa Cruz, mosquiteiro de Pão de Açúcar, malharia daqui. Lá na Bolívia já tem uma feirinha que tem 90% das roupa daqui. Os boliviano já compra na capital que é Rio Branco pra revender lá – mosquiteiro, a gente manda muito mosquiteiro por conta do rio, tem muito mosquito.

Eu represento esses 5 clientes de fora, eu só trabalho com gente de Rio Branco porque já existe um vínculo de amizade com eles. Eles ficam aqui em casa, eles saem no meu carro. Tanto vem o fabricante vender aqui como vem aqueles que pegam o mostruário das grandes fábricas e vem mostrar aqui. Eu ganho ou do fabricante ou do corretor, 3% do valor da compra. Tem escritório que o comprador paga 2%, mas como aqui a gente tem amizade, vem família, vem esposa, fica tudo aqui em casa, não fica em hotel, eles não pagam nada. Às vezes eles ligam: “mande isso”, “tá faltando isso”. Vai muita camisa masculina de malha, calça jeans vende muito. Tem calça jeans que a gente compra a 12 reais, eu não sei como, mas, é 12 reais. Uma calça de 12 eles vendem a 25, 30, 40. A gente compra de Santa Cruz, Toritama, Pão de Açúcar, Juá, Topada, Picada.

A gente compra roupa a dois reais, bem feita e bonita, calcinha de adulto é a hum real e calcinha infantil é 55 centavos, eles gira pela quantidade, a gente pede, 3 mil blusas. Eu não sei como é que eles conseguem, até hoje eu não entendo. Eu fui mexer direto com confecção e quando você vê os custos, de mandar cortar, de aviamento, de mandar costurar, de tudo, não dá. Eu não sei como eles conseguem, e olhe que é de várias pessoas que fazem facção e ainda dá pra ela vender a hum real e no prazo, viu? Não é a vista, não, que eu compro, é no prazo pra 30, 60, 90, 130, 150 dias. Eles têm um crédito de comprar nos armazéns de pano e deixam o apurado da feira pra pagar as costureiras. O tecido e o aviamento eles compram com o cheque pré-datado e o apurado da feira, que é a dinheiro, eles deixam pra pagar as costureiras, porque as costureiras não trabalham com cheque, aqui o pessoal faz isso. Tem costureira de tirar 500 a 700 reais por semana. Tem o pessoal que tira ponta de linha, é tudo no dinheiro. Aqui na cidade, você às vezes passa, tem assim, facção, tem aquela sua máquina, você chega com a sua mercadoria, elas costura. Elas cobram por cada costura dessa, o embainhado dois centavos, uma manga mais dois, pra fechar. Elas preferem trabalhar em casa porque tem criança, tem tudo, dá tempo pra fazer tudo.

Eu estudo enfermagem em Campina Grande. Eu trabalho com confecção, mas não entendo, não. Confecção tem um segredo: uns ganham dinheiro e uns perdem tudo o que têm. Tem gente que mete a cara, quando vê, perde mais do que ganha. Tem que ter sorte com a confecção. Se não tiver... Tem gente que faz a mesma mercadoria e não vende. Mainha, tudo que ela fazia ela vendia. Já tem gente que não sai do canto. Aqui, minha mãe trabalhava com confecção, mas tem 2 tios meu que era caminhoneiro, carregava confecção, outro trabalhava com aviamento, outra tia trabalhava com confecção, outro trabalhava com retalho. Antigamente, a sulanca, ela era uma coisa fraquinha, o elástico era de liga de dinheiro. Ela já fez short que o elástico da cintura era umas liga, vestia uma vez, aí não prestava mais não, porque a liga torava e pronto, por isso chamava de sulanca. Aí depois foi melhorando, você vê que já tem a Rota do Mar, tem essas fábrica grande, então, sulanca era uma coisa meia.... e, agora não, é confecção. Antes era a capital da sulanca e agora é a capital das confecções...



Figura 47: Os fardos de 150 kg que seguem para Rio Branco (julho de 2013).

8. O sistema de crédito da *cadeia produtiva sulanca* se baseia em relações pessoalizadas e de confiança. O comprador paga ao fabricante com cheque pré-datado, o qual repassa ao atacadista de matéria-prima, que aceita receber o cheque de terceiros porque o fabricante já faz parte de sua *rede de parentesco ou amizade* e ao mesmo tempo desenvolve uma *relação de confiança e de dependência na cadeia produtiva*. Ou seja, é um sistema de crédito que, de algum modo, reproduz os *costumes* dos primórdios da *sulanca*: a *costureira* comprava os *retalhos fiado* ao atacadista do armazém local, porque fazia parte de sua *rede de amizade e parentesco*; costurava as peças e em seguida confiava sua *mercadoria* à aventura dos *tropeiros e sulanqueiros*; os quais também usavam do *fiado* na sua relação comercial com a *costureira* por fazer parte da sua *rede de conhecimento*, ou seja, tudo na base da *confiança*. Então, somente na volta das viagens os vendedores pagavam às *costureiras*, as quais pagavam aos atacadistas dos armazéns, supostamente refletindo a falta de *capital* dos seus protagonistas. O mesmo processo se reproduz na aquisição dos *meios de produção*: as máquinas de costura são adquiridas pelas *costureiras* através do crédito, o qual lhe é concedido pelo lojista representante da marca, por fazer parte de sua *rede de confiança*. Portanto, o processo creditício segue um *modelo conservador dependente*, o qual estabelece uma *relação de controle seletivo*, pois o critério de seleção dos candidatos à entrada dessa *cadeia produtiva* passa pelo crivo dessa *rede de relações de confiança*. Ou seja, esse sistema conserva as bases estabelecidas no princípio da *sulanca*. Dessa configuração socioeconômica emergiu uma elite (econômica, social e política), com características de uma *pequena burguesia sulanqueira* urbano-rural, a qual reproduz os *costumes* do antigo contexto agropastoril da região no novo contexto que se estabelece com a *atividade produtiva da sulanca*. Essa *pequena burguesia sulanqueira* emergiu da atividade “inventada” por esses *agentes sociais de origem rural*, imersos em relações pessoalizadas, referidas a *redes de parentesco e de amizade*, tendo o elemento da *confiança*, entre outros, como uma das principais características que se mantêm presentes, mesmo com as mudanças que se seguiram no território da *sulanca* (incluindo, nesse particular, a expansão das conexões mercantis, a exemplo do que a entrevistada se refere, citando as relações com Rio Branco e com a Bolívia). Na era da globalização, também o “circuito inferior da economia” (para usarmos uma noção de Santos, 1978), conforme expressa a atividade da *sulanca*, tem ganhado outras condições técnicas e logísticas de expansão e articulação mercantil.

A entrevistada também manifesta a preferência de trabalhar com a família e amigos, de modo autônomo, do que ter patrão. Na economia do *sítio*, a *feira* representava uma oportunidade de complementar a renda familiar e garantir a “autonomia” do *sítio*, “se livrando” dos patrões. Observamos que a mesma pertence ao grupo da elite *sulanqueira*, mas optou por adquirir uma profissão procedente da qualificação formal e prosseguir uma carreira na área da saúde, mas que, ao mesmo tempo, permita continuar com suas atividades na *sulanca*, as quais têm horários flexíveis. Dessa maneira, ela poderá conciliar seus plantões como enfermeira com suas atribuições como “representante”. Geralmente os descendentes dos *sulanqueiros* privilegiados optam pelo curso de administração de empresas para prosseguir atuando no *negócio da família*. Registramos também no depoimento a categoria *corretor* até então não mencionada na bibliografia.

Em Thompson (1981, p. 188), vemos que o conceito de “experiência” perpassa todos esses sistemas densos, complexos e elaborados, pelos quais a vida familiar e social é estruturada e onde a consciência social encontra realização e expressão: “*parentesco, costumes*, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência – sistemas que se reúnem todos, na experiência comum”.

9. *Antigamente era só na nota, hoje é no cheque, no cartão...*

Meus pais nasceram no sítio Caldeirão. Minha mãe costurava, meu pai trazia o tecido de São Paulo. O sítio era dos pais do meu pai. Depois que meu irmão mais velho nasceu, eles vieram pra Santa Cruz. Ele vendeu o sítio e comprou uma casa aqui e aí começou a ir pra São Paulo e trazia pedaços, retalhos. Eu já nasci aqui em 53 e desde quando eu me entendo de gente ele já vendia tecido. Ele ia pra São Paulo de ônibus, comprava e mandava os retalhos de caminhão, os caminhoneiros trazia. Aqui tem muito caminhoneiro que viaja pra São Paulo. Tinha um irmão dele que morava em São Paulo, aí esse irmão dele comprava e mandava. Ele ia também. Ele tinha armazém em casa, por trás da casa dele, tinha uma casa que ele vendia os tecido. Ela costurava as peças e vendia pra os sulanqueiros que ia fazer feira na Bahia, depois começou o povo a viajar pro Maranhão. Eles tanto levava os retalhos como levava as peça pronta. Eu nunca

costurei, eu mandava costurar. Eu ajudava em casa, cuidava dos meus irmão menores, ela ia pra loja e mandava costurar, tinha as costureiras dela. Depois eu me casei, fui pra Goiás, morei 12 anos em Goiás. Depois que minha filha tava mocinha, aí eu fiquei viúva, voltamos e entramos no ramo têxtil. Eu compro dos representantes das fábricas de São Paulo, de Santa Catarina, é mais de Santa Catarina. Hoje é diferente de antigamente. Antigamente era só na nota, hoje é no cheque, no cartão. Eles compram aqui e vendem no Parque da Feira aqui e em Caruaru.

10. Notamos que atualmente a *rede* de fornecedores já se estendeu até Santa Catarina. A entrevistada nasceu e cresceu dentro da economia *sulanqueira*. Apesar de ter ido morar longe por muito tempo, terminou voltando e se inserindo novamente nessa economia. Constatamos, por depoimentos como esses e todos os outros aqui apresentados, o quanto a origem e o desenvolvimento das atividades da *sulanca* dependeu, e ainda em boa parte depende, da iniciativa dos *sulanqueiros*: com a produção em bases rústicas e artesanais e, depois, com a incorporação de novos equipamentos, matérias-primas e técnicas de produção; com as viagens comerciais de longa distância, para comprar matérias-primas e para vender as *mercadorias* produzidas; com a instituição de espaços próprios à realização do comércio popular das confecções produzidas, as “feiras da sulanca” etc. A partir de tais iniciativas é que foram se estabelecendo processos crescentes de interseção com os mercados capitalistas. Observamos que as transações comerciais se “formalizaram” através dos cheques e cartões de crédito. Validamos nesta entrevista, mais uma vez, a origem do sítio e as *redes de parentesco e amizade* em São Paulo.

Nos termos de Thompson (1981, p. 194), os valores são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias, são as normas, regras, expectativas - “necessárias e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda produção cessaria”.

11. *Eu encomendava às costureira e vendia na Bahia*

Meus pais nasceram num sítio chamado Maracajá, município de Taquaritinga do Norte. Aí se deu que eles casaram e eu vim, eu nasci, aí com 2 anos de idade eles foram pra Pendências, Rio Grande do Norte, passaram um certo tempo lá. Meu pai vendia retrato na época. Minha mãe, doméstica. Aí ele disse: “Vamo embora! Vamo embora pra Ouricuri”, sertão de Pernambuco. Passamos 13 anos em Ouricuri vendendo retrato. Ele era fotógrafo, na época ele tinha que desenhar e pintar o retrato. Mãe passou a bater foto, tirar retrato na nossa residência e pai nas cidades circunvizinhas. Quando uns cinco anos que a gente tava em Ouricuri pai resolveu acabar o negócio de retrato, “vou trabalhar numa firma”, que chamava Ingrel – uma companhia de estradas e rodagens. Aí, ele foi trabalhar nessa firma, trabalhou uns cinco anos nessa firma. Quando ele saiu, que a firma terminou o serviço em Ouricuri, aí ficou pra prestar conta, acertar o serviço com o que restou da firma, máquinas velhas. Ele pegou e foi pra São Paulo. Foi pra São Paulo e trocou em tecido e retalho e colocou umas lojas lá em Ouricuri e se deu muito bem. Só que meu pai é meio cabeça dura, eu não sei, eu sei é que ele desistiu das lojas. Aí, vendeu as lojas e trocou por uns caminhão e foi ser caminhoneiro, passou mais um certo tempo sendo caminhoneiro e a gente foi embora pra Petrolina. Passou três anos em Petrolina, aí ele disse: “Rapaz, vamo embora pra Santa Cruz”. “Santa Cruz é o lugar que a gente nasceu e é o lugar que tá evoluindo, tá crescendo, a confecção tá despontando e todo mundo tá se dando bem e vamo embora pra lá”.

Eu nasci em 1967 aqui e daqui meu pai foi andando e a gente foi acompanhando. Ele era corajoso e ainda levou dois irmão e um primo pra essas viagem dele, pra onde a gente ia, ele ia com a família inteira, meus tio, minhas tia. A gente já voltou em 82 praqui. A sulanca já tava bombando. Aí, começou, “aí eu vou pra São Paulo agora comprar tecido pra vender”. Só que foi de sociedade, a sociedade se desfez. “Vamo começar uma confecção”. Aí a gente passou a confeccionar. E durante uns seis anos, a gente foi confeccionando e confeccionando, aí eu me casei e passei a confeccionar só. Passei um certo tempo confeccionando, só que eu achei que vender em outras cidades, comprando aqui em Santa Cruz e vendendo em outras cidade, me daria bem. Aí eu passei uns dez anos, comprava aqui e vendia em outras cidades, na Bahia, vendia em Irecê, vendia em Ibotirama, vendia em Barreiras. Eu encomendava às costureira. Eu dizia: “eu quero

tantas blusas, elas fazia blusas ou tantas bermudas, elas fazia bermudas”. E eu pegava com elas e vendia na Bahia. Elas costuravam com o material delas e eu vendia e pagava quando voltava. Eu ia de ônibus pra Ibotirama, que é mil e seiscentos quilômetros, oeste da Bahia, terra da soja, algodão, milho, antes era feijão. Aí eu ia nas feira de Ibotirama, na feira de Javi, que é uma vila, em Barreiras, ia em Luis Eduardo, que quando começou o nome era Mimoso, depois passou a ser Luis Eduardo. Aí no começo vendeu bem, o povo conhecia, mas não tinha aquele acesso de vim praqui. Hoje toda semana tem excursão, todos vêm comprar na fonte. Só que aí eu vi que o negócio não tava dando muito bem. Eles acharam por bem vir comprar aqui, aí minha venda caiu.

Aí eu comecei a fabricar, aí eu vi que não dava muito bem, aí comecei a fazer facção a partir de canvas, short em canvas e vendendo aqui. Aí eu fabricava blusas pra senhoras, pra mocinhas, modinha, que eles chamam. Aí eu achei por bem, que eu digo “não, vou agora só fazer facção”. Canvas vem meio bruto, meio grosso, é especial pra short. Parece com uma tela, só que você manda lavar. Você manda pra lavanderia, ela parece que vem com uma goma, aí ela fica bem molinha. Aí eu passei um tempo fazendo facção de short em canvas. Aí eu disse: “eu não vou fazer mais facção de canvas, não”. Também tava acabando a canvas, a moda. Começou a sair esse short taktel, que é um tecido sintético, fácil de lavar, até hoje vende bastante. Ou vem estampado ou liso. O liso eles mandam pra estamparia pra estampar. Aí teve um irmão da igreja que trabalha com facção de biquíni, aí a gente foi pra lá, aí ele disse: “vocês faz biquíni?” Aí, eu tava passando uma crise e disse: “faço, faço biquíni”. Aí ele cortou umas peça, mandou pra eu fabricar em minha residência, e eu fiz, minha esposa já tinha uma noção porque ela tinha feito fitness pra academia. Ele fornece a lycra, o forro e o elástico. Aí eu entro com a mão de obra, os encargos, com linha. A gente ajusta o preço x, aí eu entrego x, ele me passou tanto em tecido, aí eu passei tanto em peça voltando, se eu tiver a haver ele me paga, se eu não tiver a haver, a gente vai trabalhando assim. É uma parceria que graças a Deus deu certo. Porque faz seis anos que eu tou trabalhando com essa facção e, graças a Deus, Deus tem nos abençoado. Que aqui mesmo, a casa não era desse jeito aqui. Era uma casa simples, humilde, que a gente morava, mas Deus nos abençoou, que a gente construiu aqui, hoje tem dois andares. Era só uma casinha bem humilde, a gente derrubou tudinho e construiu do térreo, do chão. A gente se mudou, alugou um salão pra o fabrico e uma casa pra morar. Aí eu passei um ano e 5 meses pra construir, mas graças a deus valeu a pena.

Temos dois filhos, minha filha mora em Belém, trabalha com confecções. Ela toma conta de duas lojas, ela de uma e o esposo de outra, que é de um senhor daqui que é dono das loja lá. Ele compra aqui e manda pra lá, a confecção. Ela faz faculdade pra direito, e o esposo gerencia uma das lojas. Meu filho trabalhava comigo, mas ele achou por bem colocar uma lavanderia, lavanderia pra roupa de casa mesmo, né pra jeans, não. É aqui, vizinha. Eu comprei um terreno lá em Toritama, num loteamento. Eu quero fazer um prédio com apartamento pra o meu filho e pra minha filha, sempre pensando na família, nos filhos. Faz três anos que ela mora em Belém. Quando a gente tira férias, a gente sempre vai pra praia aqui em Alagoas. Quando é no mês de outubro eu levo meus funcionários pra praia em Alagoas, Maragogi, Barra Grande, Japaratinga, um passeio por minha conta. Todo ano eu dou um passeio a eles ali naquela região. A gente vai na quinta-feira e fica até domingo, aluga casa, eu e minha esposa gosta de cozinhar, é a gente que cozinha pra eles, é sempre no dia das crianças ou naquele feriado. Hoje, graças a Deus, tem 10 funcionários, todos registrados, carteira assinada. A gente tira as férias de acordo com o parceiro, um período de 15 dias em fevereiro e um período de 15 dias em junho e a gente tira junto com os funcionários. Em fevereiro é o período carnavalesco e em junho o período de São João. Como a gente trabalha com moda praia, só a partir de setembro é que começa a venda boa mesmo pra moda praia, é de setembro até fevereiro. Quando termina fevereiro, a gente começa a produzir pra a outra estação, cores novas e vai guardando, pra quando chegar a época de setembro, que é uma época de verão, de bastante vendas, aí tem como abastecer. Ele vende pra vários estados do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, todo Nordeste, todo o Brasil. Este ano as férias de fevereiro, como nós fazemos parte de uma igreja evangélica, aí a gente tira uma parte das férias pra trabalhar em retiro, cozinhando para os irmãos e a outra parte das férias a gente vai pra praia. E agora em junho a gente vai pra Belém, o ano passado eu fui pro Maranhão, pros Lençóis Maranhenses, passei uns dias lá, muito bonito. Eu penso em comprar outro terreno aqui em Santa Cruz pra construir outro prédio. Talvez eu venda o terreno de Toritama pra construir um prédio aqui para meus filhos. Um apartamento para o meu filho e outro pra minha filha. Eu gosto muito de sítio, eu tenho vontade de comprar um sítio, pra final de semana. Nosso transporte é próprio, eu tinha um S10 e tinha uma Parati, por causa da construção eu vendi a S10 e peguei a Parati que era mais velha e comprei uma Parati nova. É uma utilitária, ela deita o banco e levo os biquíni pra entregar lá. E a firma fornece um carro também, a hora que eu quiser ir lá pegar um carro, eu vou lá, venho pegar minha confecção e deixo lá. Tem um carro lá exclusivo

para as facção. A parte deles é a comercialização. Eu entrego e peço a Deus que abençoe, que as venda seja boa.

12. Observamos que o pai do entrevistado saiu do *sítio* para exercer uma profissão “sem padrão”: a de fotógrafo. Verificamos também que a família faz parte da *rede* de “irmãos” evangélicos e que eles tratam os funcionários como familiares: vão passar férias com eles, cozinham para eles, uma extensão do trabalho familiar domiciliar. Este casal também só teve dois filhos. As instalações da *facção* também seguem o modelo da casa humilde conjugada de porta e janela transformada num prédio moderno feito com requinte por uma arquiteta, onde o salão da fábrica se situa no térreo e a família vive nos andares superiores.

O entrevistado pertence à categoria de *sulanqueiro* na acepção de origem e fazia o circuito das *feiras* do sertão baiano. Atualmente os compradores baianos organizam excursões semanais para vir “fazer a feira” na fonte. A filha e o genro trabalham no ramo de confecções dentro da *rede* de “conhecimento” que atingiu o Norte do Brasil. Porém, ela estuda Direito e pretende fazer concurso.

A *facção* funciona como um “braço” da irmandade evangélica da fábrica grande que distribui para todo o Brasil, com transporte disponível para as facções, estilista e coleção própria.

O padrão de vida, consumo e lazer adquirido pelo segmento dos bem sucedidos na atividade da *sulanca* fornece sinais evidentes da constituição de uma *pequena burguesia sulanqueira*. É o que se expressa nos contrastes presentes na trajetória de vida dos entrevistados acima. Ao mesmo tempo, sempre no sentido de realçar o caráter complexo da interação entre a *sulanca* e os mercados capitalistas, também no que se refere aos novos padrões comportamentais e de consumo, algo muda e algo persiste dos *costumes* anteriores.

No entender de Thompson (1981), a “experiência” é, em última instância, gerada na “vida material”, é estruturada em termos de *classe* e, conseqüentemente, o “ser social” determina a “consciência social”.

4.3. As metamorfoses da Grande Transformação da “saga” sulanca

13. É um segmento que a gente aprendeu em família

Meu pai era o que a gente chama aqui, ele era sulanqueiro. E aí ele viu o interesse em trazer tecidos, que o pessoal chamava de retalhos pra vender aqui na cidade. Então, ao mesmo tempo que ele tinha loja de retalhos, minha mãe tinha confecção em casa com máquina doméstica. E eles iam fazendo aquelas pecinhas pequenas, umas pecinhas remendadas, shortinho de criança e tudo remendado, e ele vendia nas feiras no “Sul”. Meu pai nasceu num sítio no município de Santa Cruz, não me lembro o nome, minha mãe também. Eles já casaram em São Paulo. Porque meu pai saiu daqui pra trabalhar em São Paulo como metalúrgico, aí deixou os familiares dele aqui. Ele conheceu minha mãe através de foto. Pela foto ele disse que queria casar com ela. Aí ela foi pra São Paulo e eles casaram lá. Lá ele trabalhava na metalúrgica e ela trabalhava em casa, ela era costureira particular, ainda tinha isso, né? E meus três irmãos nasceram em São Paulo. Aí depois ele resolveu vir embora pro Norte, como o pessoal chama, e ele veio embora com ela e os três filhos pra Santa Cruz. Aí foi quando ele começou a trabalhar de sulanqueiro. Daí ele pegava a mercadoria que algumas pessoas já tinham aqui pronta, pessoas que já costurava em máquina doméstica e levava pro “Sul”. Como eu falei antes, ele ia, comprava tecido, comprava retalhos, trazia pra minha mãe trazer aqui. E nessas idas à São Paulo, ele viu uma máquina de costura, mas pra gente já era industrial, no entanto era uma overlock, que a gente chama tatuzinha. E ele trouxe e minha mãe começou a costurar em casa, as mulheres iam pra lá pra ver ela costurar, pra ver ela costurando numa máquina que não era aquela caseira, aquela maquinazinha de pé duro, como o pessoal chama. Já era uma overlock e ela ensinava as mulheres a costurar. Essa tatuzinha já era a motor e ela existe ainda hoje, meu pai guardou por muito tempo e depois ele me deu essa máquina. Então, aí minha mãe passou a costurar nela e ele, nas outras idas à São Paulo, foi trazendo outras máquinas pra ela e foi aumentando e ela foi já pegando algumas pessoas pra costurar com ela, que aí foi quando isso já tomou uma proporção maior e ela já tinha um fabrico, como o pessoal chama hoje em dia. Ela já tinha algumas costureiras que já costuravam com ela. Eu sou de 70, eu era pequena. Mas eu acho que era ainda na década de 60 que meu pai ia muito pra São Paulo e tudo. Eu

nasci aqui, eu nasci em Santa Cruz. Então ela passou a ter mais outras pessoas pra trabalhar junto com ela. Ela montou uma pequena indústria. Que a gente chama de fabrico hoje, são confecções hoje, são indústrias.

Mas, ele continuou vendendo os tecidos, mas ela também costurava em casa, com algumas costureiras, e daí foi surgindo o interesse dele depois de vender máquinas. Ele montou uma loja pequena de prestar serviço, oficina de máquina de costura, também junto com a confecção e tecidos. Depois ele deixou a confecção, deixou os tecidos e ficou só com lojas de máquina de costura, que aí ele vendia a máquina, ele consertava, né? Uma lojinha pequena, já foi tendo uma certa visibilidade que não tinha na época aqui, que foi ele que trouxe essas máquinas praqui pra Santa Cruz. Ele vendia as máquinas para as costureiras a prestação, no caderninho, anotando no caderninho. Tudo na base da confiança. Não tinha toda essa tecnologia que tem hoje em dia. É muito fácil você trabalhar hoje em dia, não naquela época. Com as dificuldades que se tinha e com a falta de escolaridade e de instrução também que ele tinha, ele foi uma pessoa de uma visão muito além do que se tinha na cidade, sabe, sem perspectiva econômica nenhuma, porque o pessoal vivia mais da agricultura, ainda naquela época, né? Quando ele já tinha uma empresa maior, isso depois que essa venda de máquina foi crescendo, realmente ele começou a ter uma empresa formal, mas era tudo na informalidade. Com o passar de muitos anos um dos meus irmãos passou a trabalhar com ele, ele já tinha uma loja maior em vendas de máquina e meu irmão passou a consertar as máquinas, ele era mecânico mesmo. E daí ele ensinou a profissão ao meu irmão, e meu irmão foi seguindo, seguindo com ele, depois já tinham a necessidade de montar uma loja maior, foi quando a gente saiu de rua paralela às principais e fomos pra uma rua principal. Eu mesma pequena já ia pra loja olhar o que ele fazia, foi quando a gente montou uma loja grande e meu irmão entrou com ele como sócio. Todos passaram por este ramo, hoje só eu que trabalho com este ramo. Eu não aprendi a costurar, eu aprendi a ver a minha mãe ensinando as outras mulheres a costurar na confecção que era do lado da minha casa. Eu ficava lá com ela pra cortar um tecido, pra fazer alguma coisa, mas como eu era ainda muito jovem, eu tava estudando, não me ligava muito ao que ela fazia ali. Depois quando meu pai passou a ter uma loja pequena é que eu ia pra lá ver o que ele fazia. E então, o que eu aprendi, o que eu sei hoje, eu aprendi vendo meu pai fazer, aí foi onde eu aprendi a saber o que era máquina, e aprender a vender, a trocar, a negociar, como a gente chama. Eu aprendi com meu pai. Hoje eu ainda continuo, meus irmãos todos passaram, como eu falei, mas

hoje só eu que estou ainda nesse segmento, eu junto com o meu esposo. É um segmento que a gente aprendeu em família. A família dele também é pioneira em sulanca.

Esse comércio de Santa Cruz ele é forte porque ele gira em torno da confecção. Hoje o coração pulsante de Santa Cruz é o Moda Center. Ali pulsa 24 horas o que se produz em Santa Cruz. Nós temos filhos, uma mora em Campina, tá fazendo cursinho pra medicina e a outra tem 15 anos, ainda tá cursando o ensino médio, mas quer ser engenheira, alguma coisa nesse sentido, não na confecção. Já é outra geração, a gente já não traz pra aprender, pelo menos eu não trouxe meus filhos pra aprender o que eu aprendi, né? Elas não se interessaram e eu também não vi essa necessidade de passar isso. Elas queriam seguir uma outra carreira, acadêmica. Não podia prender elas a isso. A loja de meu pai e meu irmão era uma empresa familiar, era uma das primeiras lojas grandes de máquina de costura na região. Eu aprendi com eles, trabalhei muito gerenciando só a parte burocrática da loja, como outras lojas que eles tinham em cidades vizinhas, como Caruaru, Recife, Campina Grande, nós tínhamos lojas e eu gerenciava essas lojas. Depois essa sociedade deles foi desmanchada e eu continuei com meu irmão. Que não deixava de ser também uma empresa familiar - trabalhava a esposa, o filho dele, enfim. E eu aprendi muito também durante todos os anos que eu passei com ele. Aí depois eu vi a necessidade de trabalhar com meu esposo, ele também já estava no segmento de máquinas e peças de costura, numa loja pequena à parte. Depois eu vi a necessidade de trabalhar com meu esposo, pra trabalhar realmente no que me competia pela minha empresa com meu esposo. Foi quando a gente passou a trabalhar juntos, isso há seis, oito anos atrás, mais ou menos. Eu fiz minha graduação em administração, terminei há três anos, mas a especialidade mesmo é trabalhar com máquinas.

Meu pai ainda é vivo, sempre vem aqui, sempre conversa. Teve tempo que ele prestava serviço pra gente, consertando máquina ainda, que ele adora fazer isso, sentar e mexer numa máquina, desmontar ela todinha e consertar, ele ainda faz isso. Se derem uma máquina pra ele pra ele fazer isso, ele ainda faz. Hoje ele não faz mais, hoje ele já se aposentou há muito tempo, mas ele sempre gosta de tá ali mexendo. Ele tem uma bancadazinha de consertar máquina na casa dele, qualquer hora que precisar ele tá lá pra consertar. Hoje ele tem um mercadinho pequeno de vender suplemento alimentares lá no bairro onde ele mora só pra se enterter. Meu pai tem uma cabeça muito ativa, muito. Uma cabeça pensante muito além, sabe, muito pra frente, ele, eu acho. Pra a idade dele, meu pai hoje tá com 75 anos, mas tem um pensamento muito positivo, muito pra

cima, é uma pessoa muito alegre, então, foi isso o que eu aprendi com ele, foi tudo o que ele me deixou de herança foi isso, o conhecimento. Foi muito bom a época que nós tínhamos fazenda aqui perto que ia todos os netos, ia todos os irmãos pra lá, ia amigos, familiares, aquela coisa, ficava sempre cheio. E minha mãe adorava de fazer aquelas comidas pros netos e brincar com eles na areia, enfim, houve uma época muito bonita que a gente vivenciou muito isso, de ter fazenda e curtir com os filhos e os netos. Passamos por essa fase boa também. Existe ainda uma casa de praia que minha mãe sempre vai, que também houve uma época que íamos muito, próximo a Maragogi, Barra Grande, hoje bem menos, mas houve época de a casa tá cheia de gente, cheia de neto, de sobrinho, enfim, todos tavam lá. Sempre nas temporadas de verão, tava lá, foi bom, somos uma família pequena, quatro irmãos, mas tem uma vivência muito boa. Mas meus pais hoje são separados também, aí a ligação já fica um pouco menor. Mas a gente mantém a casa de praia ainda e de vez em quando vamos.

14. Convém ressaltar que nas décadas de 1950 e 1960 as roupas eram confeccionadas pelas mulheres da família ou pelas costureiras a domicílio, especialmente nas vilas rurais distantes dos grandes centros. Não existiam lojas de roupas prontas. O ofício de *costureira* era passado de geração em geração pelas mulheres da família e, raras vezes, aperfeiçoado através de algum curso rápido de corte e costura. As *costureiras* mais talentosas geralmente costuravam para toda a família, vizinhos, parentes e amigos. Muitas mulheres sustentaram a família e criaram seus filhos com a renda da costura a domicílio.

No caso da entrevistada, o ofício passado para os filhos foi o de “negociar” com máquinas de costura: comprar, vender, trocar, consertar. O verbo “negociar” é próprio das práticas socioeconômicas da *feira* agrestina. De acordo com Valmir Pereira da Silva (2006), no seu estudo sociológico sobre as práticas dos feirantes de Campina Grande, “negociar” remete à manutenção de um quadro de impressões e informações, coerentes com as intenções e necessárias a um bom ou positivo desfecho da interação. Neste caso, o “negócio” se refere a uma atividade diretamente ligada à *sulanca*, mas enquanto insumos de um tipo bastante influente sobre o momento técnico e as potencialidades de desenvolvimento industrial: as máquinas e equipamentos. O estabelecimento, no território da *sulanca*, de lojas para venda de máquinas e equipamentos do setor de confecções, denuncia uma maior presença dos mercados capitalistas na região.

Entretanto, mesmo em casos como esses, a iniciativa que levou à instalação dos referidos estabelecimentos se deveu aos *sulanqueiros* e outros agentes socioeconômicos situados na região, conforme atesta o depoimento acima. Atualmente o maior fornecedor de máquinas de costura para a economia *sulanqueira* é a China. A maior loja de máquinas de costura de Santa Cruz tem um fornecedor exclusivo chinês, o qual desenhou um modelo exclusivo para a realidade da região, com um nome especial. São outros tempos no antigo território da *sulanca*, com o Moda Center tendo se convertido em um dos maiores emblemas da *modernização* da *sulanca*.

Observamos que a entrevistada também faz parte da *pequena burguesia sulanqueira* e que suas filhas já estão tomando um rumo profissional para fora da *sulanca* em profissões consideradas “burguesas”. De acordo com Thompson (1981), na “experiência” humana comum, como experiências de *classe* peculiares, coexistem sistemas de *status* e coerência, os quais exercem pressões determinantes tais quais *Modo de Parentesco*, *Modo Simbólico*, *Modo Ideológico*, etc.

15. *Eu não quero meus filhos na sulanca*

Meu pai nasceu no Sítio Espírito Santo pertencente ao Brejo da Madre Deus. Minha mãe nasceu no distrito do Pará, município de Santa Cruz. Meus avós vieram muito cedo pra cá. Meu avô materno é aposentado como vereador. Meu avô paterno foi vice-prefeito por dois mandatos. Meus pais já eram nascidos e vieram pra cá pra estudar. Minha vó paterna foi uma das pioneiras da sulanca. Meu avô levava queijo, carvão, algodão e farinha pra Recife e trazia mantimentos e pedaços de tecidos. Minha vó costurava os retalhos que ele trazia do Recife e fazia roupas e vendia por aqui mesmo, no meio da rua, no chão. A mãe da minha esposa era professora. O pai começou a viajar pra São Paulo e trazer tecidos, na maioria retalhos, pontas de peças, lote com defeito, restos mesmo, até do tamanho 15 por 10 tinha, se aproveitava tudo e chegava aqui e fazia coberta. Minha esposa nasceu dentro dos retalhos. A mãe colocou quatro filhos no ramo de tecidos. Hoje cada um tem sua loja.

Temos quatro filhos. Eu não quero meus filhos na sulanca porque é muito pervertida. O que a gente tinha que sugar deste ramo já sugou, pra entrar hoje tá muito difícil. Muita

gente de fora, da Paraíba. Um filho faz design gráfico e já atua, desenvolve logo marca. O outro pretende fazer Educação Física. A filha mais velha vai pra o Recife o ano que vem. A mais nova tem 10 anos e quer ser missionária da igreja. A gente tem apartamento em Boa Viagem. No condomínio tem uns 60 apartamentos pertencente às pessoas de Santa Cruz.

Eu fui funcionário do Banco do Brasil durante vinte anos. Entrei com 14 anos como estagiário e saí com 34 como gerente de contas, há sete anos atrás. Esta loja tem 22 anos. Quando casamos colocamos uma lojinha no Beco do Padre em 91. Eu no banco e minha esposa na loja. Quando abriu o Moda Center nós fizemos uns investimentos lá e aí minha esposa já não estava mais dando conta. Aí eu pedi pra sair do banco. Aí fiquei aqui ajudando minha esposa. Minha parte é a financeira, contábil e fiscal. Ela faz a parte comercial. Ela é muito atendida, vai duas, três vezes por ano em São Paulo, ver as tendências. Eu fiz a coisa certa na hora certa. Eu sou formado em administração de empresas. Estou me preparando pra importar da China. Meus filhos falam inglês, já passaram uns dias no Canadá. A gente compra do importador de São Paulo e Minas. Se a gente comprar direto tem mais vantagem. Fiz um curso de importação passo a passo, organizado pela FIEP. O canal junto ao SEBRAE é o CDL, principalmente no atendimento. O nosso lema é atender bem. O Moda Center foi excelente pra nós. Peguei minha indenização do banco e comprei sete lojas, aluguei e hoje ganho mais de duas vezes o que ganhava no banco com os aluguéis. Aquilo foi uma benção, apesar das turbulências no início.

Juntamos os três irmãos e compramos um sítio de 32 hectares, graças a Deus, fizemos uma casa para toda família. Com três donos tem sempre um pra cuidar. Quando a feira era aqui no centro eu vendia um terço do que vendia hoje. Hoje eu ganhei visibilidade, espaço, estacionamento, as ruas estão limpas. Não tinha banheiro, as pessoas faziam na rua. No sítio tem um pouco de tudo, poço artesiano com água doce com catavento.

16. Relato bastante esclarecedor sobre os detalhes da “saga” *sulanca*. Vemos claramente que o entrevistado não só faz parte da nova elite econômica da cidade como também pertence ao grupo que articulou a *privatização* da feira. Convém salientar que o irmão do entrevistado é hoje o síndico do Moda Center. Observamos que as pessoas que não possuíam *capital* na época para investir no novo centro comercial hoje se encontram

sujeitas aos aluguéis impostos pelos proprietários dos espaços para comércio naquele lugar. Portanto, a *feira* que era um espaço *livre* e público, hoje está sob o controle de uma elite pertencente à *pequena burguesia sulanqueira* no poder daquela instituição.

Nota-se no depoimento que o entrevistado está afeito ao discurso *empreendedorista* implementado pelo SEBRAE na região. Observamos as metamorfoses nas *redes* comerciais da *sulanca*, as quais estão se tornando *globalizadas*, com o nosso entrevistado representando uma das pontas de lança desse novo momento. A intenção do mesmo doravante é desenvolver uma relação comercial direta com o fornecedor majoritário, a China, e eliminar o intermediário do Sudeste.

Sobre a cultura do *empreendedorismo* convém abrir um apêndice para essa discussão tão em voga neste momento do *capitalismo de acumulação flexível* (nos termos de Harvey, 1992). Essa cultura surgiu a partir do desenvolvimento do *ultraliberalismo* nos países centrais nos anos 1980, notadamente influenciados pelas políticas dos governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente. E por que *ultraliberalismo*? A expressão foi concebida pelos analistas políticos europeus como divisor de águas de uma nova era, os quais argumentam que, anteriormente ao *Thatcherismo*, os neoliberais afirmavam que o “Estado era *um* problema”, porém ao assumir o poder Margareth Thatcher retificou essa máxima alegando que o “Estado era *o* problema”, justificando assim o *ultraliberalismo*, o desmantelamento do Estado, logo seguido pelo seu parceiro Ronald Reagan com a implementação do *Reaganomics* nos Estados Unidos.

Pesquisas como a de Rosângela Pereira (2011), sobre o trabalho a domicílio, encontram dificuldade em identificar esse “espírito” *empreendedorista* nas trabalhadoras a domicílio no setor de confecção. E por que fica difícil detectar esse “espírito” na nossa realidade brasileira? Temos como hipóteses que os estudos sobre *empreendedorismo* que fazem referência direta à obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber negligenciam o cerne da questão de Weber: a religião. O trabalho é o eixo central da religião protestante, mais especificamente *puritana*, da qual a cultura norte-americana é herdeira direta, pois os *pioneiros, colonos* assentados na América, foram os *puritanos* deportados da Inglaterra para onde não poderiam mais voltar. Weber nos chama atenção para o fato de que o capitalismo encontrou justamente na cultura austera de trabalho *puritana* um campo fértil para se proliferar e mostra também que, ao contrário, o mesmo

não aconteceu no meio católico. E o que aconteceu nos anos 1980 e 1990 com a difusão do *ultraliberalismo*? O trabalho, tão central na cultura *puritana* anglo-saxônica, sofreu um golpe: começou a produzir desempregados. E como justificar essa taxa de desemprego galopante, considerando que o termo *desempregado* é uma humilhação numa cultura de *perdedores* e *ganhadores*? A cultura WHASP (WHite Anglo-Saxon Protestant) não permite a proliferação do *não trabalho*. Portanto, a expressão *empreendedorismo* surgiu dentro desse contexto com o intuito de substituir o termo *desempregado*, inadmissível para os WHASPs, pelo termo *empreendedor*. Certamente, essa cultura protestante importada não poderia conferir os mesmos resultados quando implantada numa cultura de colonização católica, esse “espírito” *empreendedor* não encontraria eco numa cultura com valores tão opostos.

Podemos, então, afirmar que os *sulanqueiros* não são *empreendedores*? Supomos que não, pois foram esses *agentes sociais* que *empreenderam* esse fenômeno produtivo-comercial, essa é uma história essencialmente centralizada na *agência*. A *sulanca* é um produto dos *agentes sociais agrestinos*, sem a participação das instituições *formais* de políticas públicas e aquelas representadas pelos grandes movimentos do capital. Contudo, não tem como referência o *empreendedorismo formal*, cartesiano, baseado no *racionalismo* weberiano. Consideramos esse um *empreendedorismo agrestino*, se se pode assim dizer, do Nordeste agropastoril e com características próprias dessa cultura, com outros tipos de *racionalidades*.

4.4. Síntese do significado da *feira livre* para o Agreste de Pernambuco

17. Eu sinto saudade das feira... eu considerava a feira uma festa

Meu pai era do sítio Cacimba de Baixo e minha mãe, sítio Barrinha, na época era município de Taquaritinga, hoje Santa Cruz. Eu nasci em 41, em Cacimba de Baixo. Meus pai casaram e foram morar em Cacimba de Baixo, que era a terra de meu pai, no sítio dos pai, da família dele. Os familiares dele, tudo, são de Cacimba de Baixo. Então, num determinado tempo, já depois de eu já grande, mas morando com meus avós, então eles

saíram daqui, moraram uma temporada em Agrestina, de Agrestina passaram pra Arapiraca, Alagoas. Então, no ano de 58, eu tava com 17 ano de idade, aí eles tavam morando em Arapiraca, aí eu fui visitar eles, eu morando com meus avós aqui, em Santa Cruz, na zona rural. Dizem que eu fui pra casa dos meus avós com 9 meses de nascido. Minha mãe era costureira na época e o meu pai trabalhava em fazenda, que era o que ele entendia, montar a cavalo, criar gado, tirar leite. E então, no ano de 58, eu fui fazer uma visita a eles lá. Visitar meus pais que tavam morando lá. Cheguei lá encontrei o meu irmão mais velho, trabalhando de sapateiro. Eu achei muito interessante aquilo. Eu fui pra passar um mês lá, mas passei seis mês, com interesse de aprender a arte de sapateiro com meu irmão, que ele trabalhava lá num fabricozinho de calçado, não era legalizado, não, era um fabrico clandestino, mas bem arrumado e ele fazia lá uma alpercata muito bem feita que era conhecida lá pela alpercata de batalha. Batalha é uma cidade lá de Alagoas. Então, eu fiquei entusiasmado com aquilo e me interessei demais em aprender, eu fiquei ajudando ele e aprendendo, passei seis meses lá. Aí, cheguei e aprendi, num fiquei trabalhando igual a ele, não, mas já fazia uma alpercata por minha conta, não tão bem feita como as dele, mas já tava na hora de eu voltar, meus avós já tinham mando muito recado pra eu voltar. Mas, o interesse era que eu só vinha quando soubesse fazer alguma coisa em calçado. Aí, fui, vim, contei a meu avô, ele gostou muito da minha versão, que eu queria trabalhar em calçado. Aí, ele vai, compra umas forma, compra máquina, tudo que precisava pra começar um fabricozinho pra mim lá na zona rural. Aí eu comecei a fazer alpercata lá, depois ficou agradando, eu fui miorando o trabalho, depois passei a fazer umas bota, que aí estourou. Eu ia comprar os couro nos curtume em Caruaru, já beneficiado, nera aqui, não. Santa Cruz nesse tempo era pequenininha, no ano de 58, olha, era muito pequena. Aí, então, passei a fazer umas bota, melhorei. Aí eu cortava o couro, pespontava, solava, no ano de 58. Aí, fui trabalhando lá na zona rural, passou 59, 60, 63, eu inventei de casar, 62 que eu casei, com 21 ano. Quando eu casei aí, vim morar na rua. Aí, eu fabricava assim, sob encomenda, trabalhando só. Eu trouxe o fabrico pra cá. Aí me deu a ideia de eu fazer feira, a turma já tava querendo mais calçado que eu fazia, aí arrumei uma pessoa pra me ajudar pra aumentar a produção e passei quando ia à Caruaru, comprava calçado também pra revender, passei a comprar calçado de criança, sapato pequeno e médio. Botei um banquinho na feira, mas como deu certo!

Na feira de Santa Cruz nas segundas-feiras, no pátio da igreja, onde hoje é a prefeitura, meu banco era debaixo daquele pé de gameleira, eu tinha um banquinho ali. Mas, eu comecei a disparar, começou a dar certo, eu trazia também de Caruaru, naquela época era atrasada. Minhas encomenda eu levava pra feira, pegava mais encomenda, e aqueles calçado que trazia de Caruaru, eu já com uma certa ideia de calçado, eu comprava uns calçado arrumadinho, dava pra agradar o povo, aí comecei a vender e me dar bem, foi no ano de 63. No ano de 64, Jataúba, era outra cidadizinha que na época era pequena, mas tinha uma feira muito falada na sexta. Naquela época, tinha uma coisa que era um rendimento pras feira tanto daqui como de Jataúba, as feira aqui do Nordeste, era a safra de algodão. Meu avô lavrava muito algodão, eu lembro que lá tinha um quarto que ele enchia de algodão todo ano. Então, no ano de 64 eu passei a fazer a feira de Jataúba, lá menor do que aqui, aí foi que deu certo. A safra de algodão começava em setembro, mas era uma feirinha boa, fazia umas feira melhor do que aqui, mas porque lá vinha muito algodão do sertão, daqueles encosto da Paraíba, Santana do Congo, Camalaú, São João do Tigre, Sumé, vinha pra Jataúba que era uma cidade pequena mas tinha uma feira muito arroxada, por causa do algodão e da criação também. Na época do algodão o dinheiro corria folgado, acredita? No outro ano passei a fazer Brejo da Madre Deus, no sábado. Aí eu fazia Jataúba, nessa época ia muita gente daqui pra Jataúba, dormia em Jataúba, pra ir de manhã pra Brejo, sábado à tardinha, quando terminava a feira de Brejo eu regressava pra Santa Cruz pra na segunda-feira fazer a feira de Santa Cruz. No domingo descansava em casa pra pegar pesado na segunda, que começava cedo a feira daqui. Brejo é uma cidade muito antiga, era maior que Santa Cruz e Jataúba. Brejo é uma cidade que tem quatrocentos e tantos anos, Caruaru já pertenceu a Brejo. Brejo tem um povo muito humilde. Na época do algodão, o dinheiro corria folgado nas feira.

Eu fazia minha encomenda, já tinha deixado de fazer as alpercata, já tava fazendo umas bota longa, essa turma que gostava de vaquejada me encomendava muita bota. Naquele tempo era difícil porque era tudo atrasado e aquelas bota agradava e o povo me encomendava demais, e sandália, sapato, e eu fui aumentando, comprando em Caruaru. No ano de 65 eu comprei meu primeiro carro, era uma Rural. Porque quando eu ia pras feira fora levava os sapato numa mala em cima de um caminhão. Tinha um caminhão que ia fazer as feira e levava, chamavam os feirantes, em cima do caminhão. Eu enchia a mala de sapato e levava. Quando foi no ano de 65 eu comprei uma Rural, aí passei a não viajar mais de caminhão, ia no carro meu, tirava os banco traseiro, enchia de sapato.

Até o ano de 70 pela aí tinha algodão ainda. Depois foi diminuindo o algodão, dizem que o governo mandou muita gente acabar com os algodão, arrancar os algodão pra plantar sisal e acabaram com o algodão. Aí diminuiu muito o comércio. Mas, mesmo assim, depois aqui em Santa Cruz entra a sulanca. Aí Santa Cruz começou a embalar e tá no que tá. E agora o principal aqui é a confecção, que ainda se dá o nome de sulanca. Tem confecção boa, finíssima aqui agora, mas a tradicional o nome é de sulanca, como você sabe, foi o que deu vida a Santa Cruz e a região toda.

Eu fiz 48 ano de feira, as três feira. Parei agora quando fiz 70 anos. Aí foi quando eu parei, porque chegou o tempo, né? Eu deixei porque a família pediu, eu viajava só pras feira, começou a aparecer esses assalto. Eu, graças a Deus, só fui assaltado uma vez aqui no centro de Santa Cruz, mas na estrada nunca fui assaltado. Aí eu falava mesmo assim: “quando eu interar 70 anos eu paro, não se incomode”. Aí, quando eu interei 70 anos em 2011, dava pra eu ir mais na frente, mas eu decidi mesmo de parar porque a família tinha me pedido, eu prometi, aí cumpri a promessa, parei.

Da Rural eu passei pra Kombi, trabalhei, assim, uns 40 ano com Kombi. Que a Kombi é um carro bem maior, levava muita mercadoria, na feira eu armava o banco, já tinha a barraca conjugada com a Kombi e servia de casa, de loja e, vamos dizer, de banco de feira e uma facilidade pra arrumar era ligeiro, tirando da Kombi pro banco, como na hora de arrumar de volta era fácil, era só ir arrumando e jogando dento da Kombi, colocando dento da Kombi, arrumadinho, era prático, muito prático. Eu deixei de fabricar quando deixei as feira, em 2011. Eu fabricava pra levar pras feira e, vamo dizer, um pouco eu fazia mais de encomenda, sempre sobrava, eu levava pra feira, mas o que eu fazia vendia bem, vendia tudo. Era quase tudo de encomenda, o sistema era esse. Quando eles usava um sapato, uma bota, uma alpercata que eu fazia, aí gostavam, porque durava mais, já vinha fazer outra encomenda, eu já anotava, toda feira eu sempre tinha cinco, seis encomendas, ou mais e fazia durante a semana, botei gente, não muita gente pra trabalhar, trabalhava com uma ou duas pessoa, produzia mais, pra me ajudar, pra fazer as encomenda era mais eu que fazia caprichado. E quando tinha que vender nas feira eu botava pra o rapaz que me ajudava a fazer. Teve época que teve um rapaz que trabalhava comigo que ele trabalhava igual a mim, sabia trabalhar, a meu gosto. Não vou dizer que meu calçado era um calçado fino de acabamento, era um calçado popular, mas muito forte, inclusive era um calçado certo de vender em feira pra o homem do campo. O homem do campo gostava assim de um calçado que tinha duração, que era

bem pregado. Também acontecia, com alpercata que eu fazia, de o freguês chegar na feira, procurava, vinha com a alpercata no pé dele já estragada, e aí ele pedia: “tem dessa aqui?” Eu dizia: “vendi a derradeira inda agora, mas eu vou lhe mostrar outra...”; não, olhava pra o pé dele, a dele tava estragada, mas ele dizia mesmo assim: “quando é que tem?”, “pra semana tem”, “então eu espero pra semana, não quero outra, não”. Me dava uma vontade de dizer: “mas você vai voltar com a alpercata estragada desse jeito?”; mas eu não dizia, ele mesmo dizia: “pra semana tem? Apois dá pra esperar.” Você sabe, o homem do campo, hoje não, tá tudo moderno, mas naquele tempo mais antigo era assim mesmo. Como diz, confiava numa coisa, só queria aquilo. Porque nesse tempo tinha honestidade, era, quando a gente confiava numa pessoa, vamo dizer, eu não ia contar uma mentira, mas se fosse, eu quisesse testar um daqueles que me comprava, pra soltar uma mentira pra ele, ele ainda acreditava, era.

Eu fui criado num estilo muito antigo, meus avós eram muito antigo, muito fiel, não era porque era meus avós, não. Ele chegava e dizia assim: “nunca, pra onde você for, se lembre que tudo tem a conta, não queira o suor de ninguém, não queira mesmo”. Até uma vez eu ia viajando pra Campina Grande, cheguei ali na beira do rio da Paraíba, perto de Barra de Aroeira, tava um caminhão virado de perfume e o povo só descendo a barreira e vindo com aquelas braçada. E o carro parou, mas óia, o povo juntando as coisa e eu desci com aquele entusiasmo, sabe, peguei uns perfume, umas caixa e vinha trazendo, quando ia subindo a barreira me lembrei do meu avô. Meu avô me dizia que eu nunca quisesse o suor de ninguém. Também não disse nada a ninguém porque não queria mais, só botei lá e fui m'imbora. Tinha muita gente pegando mesmo, inclusive já tava o seguro medindo lá. Que aquilo quando o seguro chega pra medir, o seguro paga a despesa do que foi destruído. E ainda hoje eu agradeço.

Meu banco era na feira livre da segunda, na avenida Padre Zuzinha. A feira da sulanca invadiu pelas ruas todinha, na beira da pista, tomou conta de tudo, que foi preciso tirar daqui, que não entrava mais carro dia de feira aqui, não. A feira livre ficou na segunda um pouco mais pra cima, a feira de fruta ficou lá bem pra cima onde tem a estalta do padre Zuzinha, lá perto desse banco, como é? Pai André, como é? Santo André, e aí tem uma feirinha de sapato, não é mais como antigamente, porque antigamente a feira de sapato era muito grande. Aqui no açougue toda vida teve uma feirinha pequena. O setor de calçado é um setor da feira livre, tem o setor das verdura, das fruta, quando eu comecei, não tinha mercado, tinha o setor de cereais também, no meio da feira. Depois

foi construído um mercado aqui, em Santa Cruz, Brejo já tinha um mercado de farinha porque era uma cidade mais antiga, mas aqui e Jataúba não tinha. Como o Moda Center tem a feira de confecção, mas tem muitos outro comércio lá, tem a feira do Paraguai, já tem feira de calçado lá também, mas o estandarte mesmo é a confecção, sulanca como se diz. Porque a confecção daqui tradicional chama-se sulanca.

Eu tinha uns fregueses fiel, sempre vinha comprar. As bota agradou muito, eu fiquei fazendo bota, e alpercata, mas as bota rendia mais, que era aquelas encomenda que a gente recebia e a gente fazia. Os ajudantes fazia alpercata que era mais fácil pra eles fazer. Aqueles meu freguês que me encomendava com cuidado eu também fazia com cuidado, botava mermo todo cuidado meu pra fazer aquele calçado dele, pra eles ficar sastifeito, do jeito que eles queria com a segurança que eles queria que exigia. Quando eu comecei, não tinha ponte, não tinha asfalto, tinha enchente, eu ia pra feira, não só eu, os feirantes, ia pra feira, não travessava ele cheio, dava aquelas chuvada, o rio manhecia cheio, a gente tinha que voltar dali, porque não travessava. Quando não era uma cheia tão grande a gente deixava baixar a água pra passar com os carro naquele sacrificio, quando não podia travessar o rio tinha que voltar mesmo, perdia aquela semana, mas voltava sastifeito, porque era terra molhada, rio cheio, tinha futuro, mas nunca faltava feira. Quando acabou o algodão deu pra notar que as feira ficaram mais fraca. O calçado concorre muito com festa, fim de ano era estouro, vendia quase tudo em Brejo e Jataúba, voltava com o carro quase vazio, em época de festa. A safra do algodão começava em setembro ia até dezembro, era uma beleza. Tem aquela música de Luis Gonzaga, na época do algodão, o ouro branco do sertão.

Eu sinto saudade das feira. Eu gostava demais das feira. Eu gostava quando eu apurava bem, voltava sastifeito. Eu não gostava mais nas feira no inverno, trabaiar nas feira no inverno aí era sacrificio. A gente não podia deixar as mercadoria se molhar, na hora de arrumar e desarrumar chovendo era sacrificio, mas passava. Mas mesmo assim eu não deixava de ir, só perdia quando eu pegava um rio cheio que não podia trevessar, mas depois foi melhorando, fizeram as ponte, fizeram asfalto, aí ficou livre, não dava pra perder feira, não. Eu fazia muita amizade, com aquele pessoal do campo, eles me convidavam pra ir na casa deles pra ir comer uma buchada, um armoço. Eu gostava de caçar, naquela época não era proibido e eu sempre ia caçar, não era bom caçador, também não era mau, sempre matava caça e voltava sastifeito. Chegava naquelas fazenda, tinha freguês, amigo fazendeiro, que eu ia lá um armoço e eles não queria deixar

eu sair não, era pra passar um dia ou mais lá na casa deles por o gosto deles, era. Eu tinha que voltar, mas eles gostava muito, tinha aquele prazer, como eu também sentia emoção, porque amizade é coisa boa, é bom demais. Eu considerava a feira uma festa. Quando dava quinta-feira eu já tava ansioso que chegasse a sexta pra eu ir pra feira. Saía de madrugada, muito cedo, duas horas da madrugada, eu gostava de chegar cedo nas feiras. Sempre eu tirava a terça-feira pra ir comprar material, couro, calçado também pra sortir o estoque, mas não era toda a semana, não. Eu comprava calçado de Caruaru, pedia do Sul, de Franca, que era um calçado que dava certo pra feira, vinha os representante e eu fazia pedido e recebia pela transportadora na minha residência. Cheguei a comprar também em Campina Grande, no bairro Zé Pinheiro, tinha uns fabrico, era melhor do que em Caruaru, Bodocongó também, na década de 70.

18. Na trajetória do entrevistado acima, e de sua família, se encontram as marcas da origem rural e da inserção na atividade comercial e na vida urbana. Atualmente o entrevistado está aposentado, mas seu filho tem uma sapataria bastante próspera, onde seus antigos clientes convergem fazendo com que a loja esteja sempre bem movimentada. O protagonista passa seus dias a ajudar seu filho e a emprestar seus conhecimentos do ramo de sapatos. Seu filho hoje pertence à *classe* da *pequena burguesia* de Santa Cruz do Capibaribe. Segundo Marx (2007) a *pequena burguesia* é uma *classe* que oscila entre o *proletariado* e a *burguesia*, uma fração complementar da *sociedade burguesa* que se reconstitui sem cessar nos países onde a civilização moderna se desenvolveu.

Depoimentos como o acima, e outros aqui transcritos, indicam o quão pujante foi o espaço das *feiras livres* na região agrestina, um espaço de autoconstrução social, sem deixar de ser também um espaço de manifestação de diversas formas de dominação. A *feira livre* é, sim, esse universo “caótico”, para os olhares exógenos, mas tem sua organização própria. Espaço onde tudo se mistura: o social, o econômico, o cultural, o artístico, o religioso. Cenário dos *costumes* do povo *nordestino*: caboclo, latino, católico, indígena, africano, miscigenado. Observamos que o Moda Center, mesmo seguindo um modelo americanizado de *Shopping Center*, continua funcionando com se *feira* fosse – uma vez por semana – começa no domingo e termina na segunda. No resto da semana não tem movimento comercial. A pesquisadora Marie France Garcia, na sua tese de doutorado intitulada *Feiras e Trabalhadores Rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano*

(1984, p. 6), afirma que as *feiras* escondem realidades sociais distintas a partir das práticas dos seus *agentes* e dos *significados* que lhes são atribuídos. A *feira* além de ser um *lugar de trocas*, funciona também como um *elemento de articulação social*, com significações diversas de acordo com a estrutura em que se insere. Segundo a autora, a *feira* significa para os *pequenos produtores e trabalhadores rurais* “um local privilegiado de abastecimento, de realização do valor da pequena produção e de exercício de uma atividade complementar de compra e venda”. Garcia segue argumentando que a *feira livre* significa para o trabalhador rural um *espaço social* onde ele se sente mais *livre e autônomo* em relação aos grandes proprietários. De acordo com Valmir Pereira da Silva (2005, p. 137), a *feira* é uma “instituição social, onde os personagens consumidores e negociantes assumem o compromisso de serem seus protagonistas principais, a enredarem seus caminhos, transformando-a num grande cenário móvel, investido de significados distintos”.

A pujança social, econômica, política e cultural das *feiras livres*, em geral, e das *feiras da sulanca*, em particular, foi um dos principais fatores de instituição da *sulanca* como um fenômeno produtivo e comercial e continua sendo um dos principais motivos de perpetuação (mesmo que metamorfoseada) da cultura das relações mercantis informais na região. A origem rural dos *sulanqueiros* (para alguns remota, para outros mais recente, para outros ainda os vínculos se mantêm) se constitui em um elo entre o “tradicional” e o “moderno” nessa experiência.

O território da *sulanca* se constitui, assim, segundo pudemos apurar na passagem, em processo, entre formas tradicionais de produção manufatureira (de um padrão artesanal ao industrial), por sua vez desde as origens (e em alguma medida até os dias atuais) sob fortes interseções urbano-rural. Traz, ao mesmo tempo, elementos da cultura capitalista e até do “novo capitalismo” (Sennett, 2006; Boltanski e Chiapello, 2009), mas em composição híbrida e complexa com aspectos das culturas e práticas tradicionais, os quais persistem. É isso que torna a experiência histórica da *sulanca* distinta e instigante para os estudos sócio-antropológicos.



Figura 48: Estátua em granito da região - monumento à costureira. Segundo o professor Arnaldo Vitorino, foi o empresário José Rivaldo Mestre, mais conhecido como Zé Cueca, quem adquiriu este monumento e o colocou na frente da sua loja de tecidos e confecções. Posteriormente, a loja foi fechada e o prédio foi alugado para a Igreja Universal e atualmente é uma loja de material de construção. O monumento estava sendo pichado quando o proprietário resolveu doá-lo ao Moda Center.

Considerações Finais

Esta pesquisa nos permitiu vislumbrar que a “saga” da *sulanca* expressa uma *história de agência, singular e distinta* – a qual refletiu os *costumes*, as práticas socioeconômicas, os hábitos do trabalho no domicílio da família, entre as conversas com os familiares, na convivência com parentes e amigos, dividindo não só as tarefas como também o “*lucro*” da lavoura e, depois, os ganhos das atividades da *sulanca*. História de saberes ancestrais, da *experiência* passada de geração em geração, do *savoir faire* artesanal, doméstico, do *know how* regional – um modo de fazer, de trabalhar desses *agentes sociais agrestinos*.

As famílias do *sítio agrestino* na década de 1950 e 1960 viviam sob condições adversas – as estradas eram péssimas, não existia luz elétrica e a família era a *força produtiva* a qual tinha que se encarregar da subsistência do núcleo familiar. A *ligação local* entre as famílias do *sítio* era estabelecida pelas *feiras livres*, espaços para o encontro das pessoas pertencentes a esses núcleos familiares isolados, onde podiam escoar seus excedentes, através das práticas de escambo, da venda *na base da confiança*, ou ainda trocar ou vender seus objetos pessoais para completar a renda da família no *sítio* – cenário de suas práticas sócio-econômicas. Ao mesmo tempo, aproveitavam para *fazer o social*, repassar suas credences, obter algum momento de lazer fora da *produção do sítio*, *trocar ideias*, expor as novidades, as criações e recriações.

A *sulanca* foi produto dessas estratégias de *reprodução social*, de subsistência do núcleo familiar, resultado dos *costumes agrestinos* dentro de um contexto socioeconômico particular. As condições físicas e tecnológicas fizeram com que esse núcleo familiar fosse transferido para a “zona urbana”, sede do município de Santa Cruz do Capibaribe e com ele seguiram os *costumes do sítio*. Esse *modo de produção do sítio* continuou sendo reproduzido, na mesma medida que foram se transformando, nessa nova atividade que se apresentou como a estratégia mais viável para assegurar a subsistência no núcleo familiar: os *retalhos* que representavam uma matéria-prima barata ou até gratuita, a *experiência da costureira* doméstica, a família como mão de obra no *processo de produção da sulanca*, o domicílio da família como *unidade produtiva* e os homens como vendedores itinerantes e divulgadores desse produto nas *feiras livres*, *os sulanqueiros*, *à margem do mercado formal*. Cabe ressaltar que essas *estratégias de reprodução social* foram

instituídas à *margem* do mercado *formal* as quais refletiram *os costumes, os hábitos socioeconômicos e a divisão social do trabalho, particulares desses agentes sociais agrestinos*. Concluimos que esses elementos, mas principalmente, o mercado de *feiras livres* como *locus* dessas práticas *costumeiras* possibilitaram a instituição desse fenômeno produtivo/comercial.

O desenvolvimento da *sulanca*, por outro lado, sofreu uma “Grande Transformação” e essa realidade continua se metamorfoseando nos tempos atuais. A *reestruturação produtiva*, que atingiu a região a partir da década de 1990, encontrou um “terreno fértil” nesse *mercado improvisado* e em plena expansão, caracterizado pelas *relações de trabalho informais*. A região, então, começou a receber trabalhadores e empresários de outras regiões atraídos por esse *mercado sem regulação formal*. A *feira* que era *livre* começou a ser transformada e regulada mais fortemente pelo poder local. As *relações de trabalho* mudaram e com elas: a matéria-prima, os *modos de produção*, os fornecedores, os clientes e, o que era *feira livre*, virou *Shopping Center*, área privatizada e controlada pela *pequena burguesia sulanqueira emergente* de origem rural e que detêm o controle econômico e o poder político na região.

Contudo, observamos por todos os espaços a *resistência* dos *costumes* de origem: a *feira* em seu modelo tradicional em bancos ao ar livre *resiste* ao redor dos *Shopping Centers* e o *modo de produção* familiar e domiciliar também *resiste* “encastelado” – a casa, domicílio da família e lugar de trabalho onde tudo se mistura, virou prédio de dois andares, no qual por trás dos portões de aço da garagem do domicílio se encontra um salão de fábrica modelo *moderno* e nos andares superiores a família nuclear se aloja. A família nuclear, a qual foi bastante reduzida em termos numéricos nesta geração, conseqüentemente afetando a mão de obra de produção familiar, tenta arrebanhar membros na família não nuclear e na comunidade religiosa para completar a equipe de trabalho domiciliar. Naturalmente, é de se esperar que um povo miscigenado, misturado, conceba *costumes* também miscigenados e misturados. Não podemos esperar que um povo ameríndio e católico tenha práticas cartesianas. A maneira de trabalhar conhecida por esses *agentes sociais* é no seio familiar, onde casa e trabalho se misturam e se complementam. Talvez seja difícil para esses *agentes sociais* conceber horários fixos de trabalho, *bater ponto*, separar a oficina de trabalho do resto da vida deles. Talvez seja por isso que eles resistam à formalização, apesar da tentativa da mudança dos órgãos reguladores através do discurso que este é o *modo moderno de trabalhar e que eles têm*

que se adaptar a isto. Contudo, não estamos com isso tentando justificar a *informalidade* na região, esta é apenas uma reflexão, fruto da nossa pesquisa de campo.

Consideramos que, assim como a *sesmaria* e a cultura do *empreendedorismo*, as leis trabalhistas vigentes no Brasil há exatamente setenta anos foram um modelo importado e não levam em conta as *relações de trabalho costumeiras* da região. Portanto, concluímos que, dificilmente regras impostas e importadas vão poder contemplar os trabalhadores de uma região a qual já tinha seu próprio modelo *costumeiro*. Muito provavelmente, o fato de não se levar em consideração as *leis costumeiras de produção, comércio e consumo*, vai gerar inevitavelmente *resistência* e *conflito* de solução difícil ou quase impossível.

Paradoxalmente, avaliamos que a mesma atividade utilizada como estratégia para driblar as intempéries climáticas, a *seca cíclica*, atualmente faz pressão sobre os *recursos naturais* do Agreste. A última *seca* de 2012 esvaziou os reservatórios de água da região e as chuvas de 2013 não foram capazes de repor. As previsões declaram colapso total dos reservatórios agrestinos no “verão” de 2013. Muito provavelmente a região terá que importar água para que a *sulanca* não entre também em colapso. O *modelo moderno* de produção talvez seja muito impactante para o ecossistema frágil do *semiárido*.

Outro problema que nos intrigava era a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas desse fenômeno denominado *sulanca*. Buscamos, com esse estudo, uma *explicação teórica* sobre sua *instituição*, por ser esse um mercado que reproduz relações de trabalho híbridas e complexas, e, de difícil explicação, até então não discutida pela bibliografia especializada. Nossos estudos mostraram que o fenômeno produtivo/comercial foi configurado no segundo momento do *capitalismo dependente*, no pós-guerra, o qual foi dedicado à *substituição de importações* de bens duráveis, resultando no *fordismo periférico*. O *êxodo rural nordestino* da época, que serviu de *exército industrial de reserva* em São Paulo produziu uma *massa marginal* a qual estabeleceu uma *rede* de comércio de *retalhos* entre São Paulo e Santa Cruz do Capibaribe para a *transformação* desses *retalhos* em *mercadoria*. Vale salientar que esse *costume* já existia em escala estadual. As *costureiras* de Santa Cruz do Capibaribe já utilizavam os *retalhos* vindos das fábricas têxteis do Recife para uso doméstico e *mercadoria* de *feira*. Os *migrantes* dessa região começaram a fazer a mesma coisa com os *retalhos* que eles encontravam em São Paulo e essa *rede comercial de parentesco e amizade* se expandiu. Como os *retalhos* do *Sul* tinham uma tecnologia mais avançada que os *retalhos* do Recife, as *costureiras*

tiveram que passar de um estágio totalmente doméstico e artesanal para o estágio semi-industrial. Portanto, o primeiro movimento *doméstico, artesanal e regional* produziu uma *massa marginal afuncional ou disfuncional*, nos termos de Nun (2000), fazendo parte de um circuito à margem do sistema de *acumulação capitalista* e; o segundo movimento, resultado da *superexcludência da superpopulação relativa*, característica do *capitalismo dependente e periférico*, sendo, portanto, *funcional* ao sistema mais amplo de *acumulação capitalista*. Assim como, no conceito de *mercadoria* de Marx (1950), os *retalheiros e sulanqueiros* transformaram resíduo sem *valor de uso social* em *mercadoria com valor de uso e valor de troca*.

Concluimos que a instituição da *sulanca*, talvez tenha sido uma busca desses *agentes sociais agrestinos*, os quais tinham nos seus *costumes* a estratégia da *migração* como forma de garantir sua *reprodução social*, de desenvolver uma atividade permanente, que não dependesse das *secas cíclicas*, a qual possibilitasse também sua “autonomia” e “independência”, fixando-os na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida**. In: Estudos Avançados da USP. Vol. 13 (36): 7 - 59, 1999.

ALBUQUERQUE JR., D. M. **Paraíba e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade**. In: Travessia, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, n.8, p. 27-32, set/dez 1990.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cotez Editora, 2011.

ALMEIDA, Antonio Pereira de. **Os Oliveira Lêdo... vol I**. Brasília: Editora do Congresso, 1989.

ALVES DA SILVA, Sandra Roberta. **A juventude na Sulanca: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte, PE**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Paraíba, 2009.

ANDRADE, M. M. de. **Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**, Tese de doutorado em Geografia – Departamento de Geografia da FFLCH, São Paulo: USP, 1991.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste – Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2005.

ÂNGELO, A. **A presença dos Cordelistas e Cantadores Repentistas em São Paulo**. In: Cidade, Ano 2, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1995.

BACELAR, Tânia. **Nordeste, Nordestes: Que Nordestes?** In: Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro – Heranças e Urgências, 2000.

BARBALHO, Nelson. **País de Caruaru**. Recife: CEPED/FAFICA/Prefeitura Municipal de Caruaru, 1974.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Conceito de Trabalho Informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho**. In: Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens / org. Roberto Vêras de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

BARBOSA DA SILVA, Romenyck Stiffen. **Fios, Nós, Redes e Malhas: A Feira de Santa Cruz do Capibaribe, PE**. Trabalho de Conclusão de Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2012.

BAPTISTA, D, M. T. **Nas Terras do “Deus Dará”: Nordestinos e suas redes sociais em São Paulo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Paulo: PUC, 1998.

BEZERRA, Elaine Maurício. **O Trabalho a domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Paraíba, 2011.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2006.

BOSCO, S. H.; JORDÃO NETO, A. **Migrações: estudo especial sobre as migrações internas para o Estado de São Paulo e seus efeitos**. Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, São Paulo, 1967.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BRESSER PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

BUAINAIN, Antônio Márcio; GUANZIROLI, Carlos; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BÁNKUTI, Ferenc Istvan. **Peculiaridades Regionais da Agricultura Familiar Brasileira**. In: Gestão Integrada da Agricultura Familiar / org. Hildo Meirelles de Souza

Filho; Mário Otávio Batalha. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Carlos, 2005.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BURNETT, Annahid. **A “SAGA” DA ALGAROBA – Ecologia política e escolhas tecnológicas no semiárido paraibano**. Dissertação de mestrado do Programa de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2008.

CAMPELLO, Glauce Maria da Costa. **A Atividade de Confecções e a Produção do Espaço em Santa Cruz do Capibaribe**. Dissertação do Mestrado do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 1983.

CAMPOS, Jaime. **El concepto de Marginalidad Social en América Latina**. INTAL, 1971.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina – Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. **“Teoria da Dependência” ou Análises Concretas de Situações de Dependência?** Texto apresentado no 2º Seminário Latino-americano para El Desarrollo (promovido pela FLASCO, sob o patrocínio da UNESCO em novembro de 1970, Santiago, Chile) para comentar a comunicação de P. C. Weffort, **“Notas sobre a teoria de classe ou ideologia nacional?”** 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. **As ideias e seu lugar – Ensaaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

CARNEIRO, Maria José. **Trabalho, “Ajuda” e Disputas: Uma Etnografia das Confecções de Lingerie em Domicílios Rurais**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.11, n. 20, p. 99-125, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru**. Edição especial, revista, ampliada e editada por Walmiré Dimeron Porto: Caruaru, PE, 2011.

COSTA, Ana Cláudia de Arruda Costa. **Os efeitos da abertura da economia brasileira na indústria têxtil de Pernambuco: um estudo da década de noventa.** Monografia do curso de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Pernambuco, 2004.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

DA MATA, Roberto. **O ofício de Etnólogo, ou como Ter “Anthropological Blues”.** Simpósio sobre Trabalho-de-Campo, Universidade de Brasília, setembro 1974.

DE SARDAN, Jean-Pierre Olivier. **Anthropology and development: Understanding Contemporary Social Change.** 2ed, Books: London and New York, 2005.

DE SOTO, Hernando. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 1986.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado; ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DULCI, Otávio Soares. **Guerra fiscal, desenvolvimento desigual e relações federativas no Brasil.** Curitiba: Revista de Sociologia Política Nº 18: 95-107, 2002.

DUQUÉ, Ghislaine. **A agricultura familiar em áreas com risco de desertificação: o caso do Brasil semiárido.** In: Agricultura familiar e desertificação / org. Emília Moreira. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

ESPÍRITO SANTO, Wecisley Ribeiro. **Memórias de Família: A Costura de Vestuário e outros Ofícios em Caruaru, PE.** Porto Alegre: Iluminuras, v.13, n. 30, p. 218-235, jan/jun. 2012.

FENELON, Dea Ribeiro. **Caráter e Natureza do Sistema Colonial Português.** In: 50 Textos de História do Brasil. São Paulo: Editora HUCITEC, 1974.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERRARI, Monia de Melo. **A Migração Nordestina para São Paulo no Segundo Governo Vargas (1951 – 1954) – Seca e Desigualdades Regionais.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, 2005.

- FERREIRA, Josué Euzébio. **Ocupação humana do Agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru.** João Pessoa: Ideia / Caruaru: Edições Fafica, 2001.
- FRANÇA, Humberto. **A cidade e a Feira.** Edição Comemorativa dos 150 anos do aniversário de Caruaru, Fundação de Cultura de Caruaru, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FREYRE, Gilberto. **Nordeste.** São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Nacional, 1989.
- FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GARCIA, Marie France. **Feira e Trabalhadores Rurais: as feiras do brejo e do agreste paraibano.** Tese de doutorado, Museu Nacional – UFRJ, 1984.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- GEERTZ, Clifford. **O Saber Local – Novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajetória econômica de uma região periférica.** São Paulo: Revista Estudos Avançados da USP, 11(29), 37-54, 1997.
- GOMES, Sueli de Castro. **Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos.** São Paulo: Imaginário, USP, 2006, vol 12, nº 13. 143-169.
- GUNDER FRANK, Andre. **América Latina: subdesarrollo o revolucion.** Mexico: Ediciones Era, 1976.
- GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. **A Industrialização Brasileira e a Dimensão Geográfica dos Estabelecimentos Industriais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais V.7, N.1 / Maio 2005.

- HART, Keith. **Informal Income Opportunities and urban Employment in Ghana**. The Journal of Modern African Studies, Volume II, Number I, março, 1973.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HOBSBAWN, Eric. **En torno a los Orígenes de la revolución industrial**. Espanha: Siglo veintiuno de España Editores, Sa, 1988.
- HOFFMAN, Helga. **Desemprego e Subemprego no Brasil**. São Paulo: Ática, 1980.
- IANNI, Octávio. **Estudo e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.
- KAGEYMA, Angela. **Desenvolvimento rural – conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- LAMARCHE, Hughes. **A Agricultura Familiar**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1993.
- LEACH, Edmund Ronald. **Repensando a Antropologia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- LIMA, Alexandre Santos. **“Empreendendo” a Sulanca: O SEBRAE e o Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Univesrsidade Federal de Campina Grande – UFCG, Paraíba, 2011.
- LIPIETZ, Alain. **Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização**. Porto Alegre: Ensaios FEE, 10(2):303-335, 1989.
- LIRA, Sonia Maria. **O “Desenvolvimento” do aglomerado de Micro e Pequenas Indústrias de confeções do Agreste de Pernambuco: As suas Inter-Relações Socio espaciais**. Tese de doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFPE, 2009.

LIRA, Sonia Maria. **Entre os fixos e os fluxos da Sulanca. Recife:** Revista de Geografia: UFPE – DCG/NAPA, v. 25, n. 2, mai/ago, 2008.

LONG, Norman. **From Paradigm Lost to Paradigm Regained? The Case for an Actor-oriented Sociology of Development.** In: European Review of Latin American and Caribbean Studies 49, pp. 3-32.

LYRA, Maria Rejane Souza de Britto. **Sulanca x Muamba: rede social que alimenta a migração de retorno.** São Paulo: Revista eletrônica São Paulo em Perspectiva vol 19 nº 4 out/dez, 2005.

LUXEMBURGO, Rosa; BUKARINE, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital.** Lisboa: Edições 70, 1976.

MACHADO DA SILVA, Luís Antonio. **Mercados Metropolitanos de Trabalho Manual.** Mestrado do Programa de pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1971.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da Pátria – Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808 – 1912).** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

MARINI, Ruy. **Subdesarrollo y revolución.** Mexico: Editora Siglo XXI, 1985.

MARX, Karl. **Le Capital – Critique de L'Économie Politique, Livre Premier, Le Développement de La production Capitaliste, Tome Premier: La Marchandise et La Monnaie; Tome deuxième: La Production de La Plus-Value Relative, Nouvelle Recherches Sur La Production de La Plus-Value et Tome troisième: L'Accumulation Du Capital, L'Accumulation Primitive, Le Procès d'ensemble de la Production Capitaliste.** Traduction de Joseph Roy et entièrement révisée par l'auteur. Paris: Éditions Sociales, 1950.

MARX, Karl ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Tradução de Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MARX, Karl. **The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte.** Translated by Saul K. Padover based on the third edition prepared by Engels (1885). Moscow: Published by Progress Publishers, 1937.

MEDEIROS DE AGUIAR, Geraldo. **Agriculturas no Nordeste – apreciação e sugestão de políticas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, Patrícia dos Santos. **Incidência das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda Junto às Mulheres Atuantes no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Paraíba, 2011.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NUN, José. **O Futuro do Emprego e a Tese da Massa Marginal**. Revista de Ciências Sociais nº 152, vol. 38, 1999 e Latin American Perspectives 27(1), jan 2000. Tradução do espanhol de Alexandre Morales.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualística**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião – SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, George; TEIXEIRA, Geyse Anne. **Fábrica de Caroá – História e Memória**. Recife: Edições Bagaço, 2011.

PEREIRA, Luiz. **Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

PEREIRA, Rosângela Maria. **De trabalhadoras precárias a empreendedoras da confecção? A complexa construção da identidade profissional das trabalhadoras a domicílio da indústria de confecção**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

PEREIRA NETO, Eugenio Vital. **Qualificação Profissional e Relações de Trabalho no Polo de Confeções de Pernambuco: Trajetória e Perspectivas de Atuação do Senai**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Campina Grande – UFCG, Paraíba, 2011.

PINCOVSKY DE LIMA, Mariana Cavalcanti. **A Metamorfose do Belo: uma análise do setor de confecção do Agreste pernambucano.** Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

PINHEIRO DA SILVA, Eduardo Ramires. **Industrialização no Nordeste do Brasil: a indústria têxtil em Pernambuco – 1940 – 1990.** Tese de doutorado em Economia, UFPE, 1999.

POCHMANN, Márcio. **Desenvolvimento local, proteção social e inclusão: Tipologia de experiência selecionadas no Brasil.** Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação – As origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2000.

PORTES, A.; CASTELLS, M.; BENTON, L. **The informal economy. Studies in advanced and less developed countries.** Baltimore: Johns Hopkins University, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

PRANDI, José Reginaldo. **O Trabalhador por conta própria sob o Capital.** São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

PREBISCH, Raul. **O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais problemas.** Revista Brasileira de Economia: América do Norte, 1949. Disponível em [HTTP://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443/1767). Acesso 21/abril/2011.

QUIJANO, Anibal. **Notas sobre El concepto de marginalidad social.** División de Assuntos Sociales, CEPAL, Chile, 1966.

RABOSSO, Fernando. **Em La Ruta de las Confecciones.** Revista latinoamericana de ciencias sociales, dossier la vida social de la economía, Crítica em desarrollo, nº 2 segundo semestre, 2008.

REALE, E. B. **Pinheiros, Jardins – Três bairros, três mundos.** São Paulo: Edusp, 1982.

REIS, Carolina Sciarotta Gomes dos. **Uma História para a cidade de São Paulo: um desafio pedagógico.** Departamento de História, FFLCH – USP. LEMAD – Laboratório de Ensino e Material, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Compreendendo o Capitalismo dos países dependentes iluminado pela Teoria de Ruy Mauro Marini: Pressuposto para a análise de Políticas Sociais.** Cascavel, Paraná: Segundo Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005.

ROSTOW, W. W. **The take-off into self-sustained growth** in: The Economic Journal, março, 1956.

SÁ, Marcio. **Feirantes: quem são e como administram seus negócios.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SALES, Teresa. **Agreste, Agrestes – Transformações recentes na agricultura nordestina.** São Paulo: Editora Paz e Terra / CEBRAP, 1982.

SANT'ANNA, Márcia. **Plano de Salvaguarda da Feira de Caruaru – Projeto de Educação Patrimonial para Feirantes.** Caruaru: Superintendência do IPHAN em Pernambuco, 2010.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SERRA, José. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra.** In: BELLUZZO, L. G. M. e COUTINHO, R. (org.), **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**, vol. 1, UNICAMP: Campinas, 1988.

SILVA, Valmir Pereira da. **Artes de Fazer a Feira: Práticas e Representações de negociação na Feira Central de Campina Grande (PB).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2005.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento e Repartição da Renda no Brasil, Debate e Crítica.** São Paulo: Editora Hucitec, 1973.

SINGER, Paul. **Elementos para uma teoria do emprego aplicável a países não desenvolvidos**. São Paulo: CEBRAP/Brasiliense, 1974, Cadernos, nº 18.

SINGER, Paul. **Economia Política e urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

SOUZA, Alana Moraes de. **“A gente trabalha onde a gente vive” – A vida social das relações econômicas: parentesco, “conhecimento” e as estratégias econômicas no Agreste das confecções**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Herbert José de. **Projeto Nacional, Transnacionalização e Democracia**. Petrópolis: Revista de Cultura da Editora Vozes, n. 3, 1989.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. **Secas e Estado no Nordeste Brasileiro**. In: Agricultura familiar e desertificação / org. Emília Moreira. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação do capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros**. Petrópolis: Vozes, 2010.

TOKMAN, Victor. **Dinâmica Del Mercado de Trabajo Urbano: El Sector Informal Urbano en America Latina**. OIT – Organizacion Internacional Del Trabajo / P.R.E.A.L.C. – Programa Regional Del Empleo para America Latina e Caribe. Tercera Version, Junio de 1977.

TOKMAN, Victor. **De la informalidad a la modernidad**. Oficina Internacional del Trabajo: Santiago, Chile, 2001.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

THOMPSON, Paul. **The Voice of the Past**. Oxford University Press, UK, 2000.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização.** In: Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho – das origens às novas abordagens / org. Roberto Vérias de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino. João Pessoa: Editora Universitária, 2011a.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **O Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem.** In: Araújo, Ângela; Vérias de Oliveira, Roberto (org.) **Formas de trabalho no capitalismo atual.** 1ª Ed. V.1, p. 17-65. São Paulo: Annablume Editora, 2011b.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2012.

XAVIER, Maria Gilca Pinto; DE LA MORA, Luis; SARABIA, Mônica Luize. **A cidade de Santa Cruz do Capibaribe e seu dinâmico desenvolvimento local: em foco as mudanças.** 5ème colloque de l'IFBAE, Grenoble, 18 et 19 mai 2009.